AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 999 - Quarta-Feira 23 de Junho de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2010

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que a licitação realizada no dia **22/06/2010 *às* 09:30 *horas***, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço por Lote", cujo objetivo era: **Aquisição de 01 mini fabrica de ração extrusora, com capacidade mínima de 80 kg/hora, para produção em escala industrial. Para atendimento aos piscicultores no Município de Alto Paraguai - MT, conforme especificações completas constantes no anexo I,** não acudiram interessados, sendo considerada **DESERTA.**

Alto Paraguai - MT, 22 de junho de 2010.

LAURO JOSNEY CORRÊA
PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2010

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **29/06/2010 *às* 13:30 *horas***, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço por Item", cujo objetivo é: **Contratação de Empresa para realizar serviços de Limpeza de Vias publicas e pintura de sarjetas, no perímetro urbano do município de Alto Paraguai - MT, conforme anexo I.** O Edital completo está a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Rua Tiradentes, 40, Centro, setor de licitação/pregão das 08:00 as 12:00 e 14:00 as 17:00, ou deve ser solicitado por e-mail: prefaltoparaguai@ibest.com.br, ou pelo telefone (65) 3396-1468.

Alto *Paraguai - MT, 18 de Junho de 2010.*

LAURO JOSNEY CORRÊA
PREGOEIRO

DECRETO N° 015/2010

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, e dá outras providências.

O senhor Prefeito Municipal de Alto Paraguai, MT, **Adair José Alves Moreira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei:

DECRETA:

Art. 1°. O Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, de natureza contábil é órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social, tem por finalidade centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda.

Art. 2°. Ao Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social-FHIS, compete:

I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III - fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV - deliberar sobre as contas do FHIS;

V - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

VI - aprovar seu regimento interno.

§ 1 ° As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

§ 2° O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3° O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

Art. 3° O Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS será presidido pela Secretária Municipal de Promoção Social e terá a seguinte composição:

I - Cinco representantes do Poder Executivo Municipal, sendo um de cada órgão a seguir indicados:

1. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
2. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
3. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
4. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura;
5. 01 (um) representante do gabinete do Prefeito.

II - Cinco representantes de entidades privadas:

1. 01 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Alto Paraguai;
2. 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Paraguai;
3. 01 (um) representante do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Alto Paraguai;
4. 01 (um) representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil de Alto Paraguai;

5. 01 (um) profissional representante do Núcleo de Ensino Superior à Distância - NEAD;

III - sete representantes de movimentos populares:
1. 01 (um) representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do PA Capão Verde;
2. 01 (um) representante da APRUSA – Associação dos Produtores Rurais da Sede do Município de Alto Paraguai;
3. 01 (um) representante do Grupo de terceira idade Viver Melhor;
4. 01 (um) representante da Pastoral da Criança de Alto Paraguai;
5. 01 (um) representante das Igrejas Evangélicas de Alto Paraguai;
6. 01 (um) representante da Loja Maçônica;
7. 01 (um) representante da Igreja Católica Apostólica Romana em Alto Paraguai.

§ 1 ° Os membros do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS terão suplentes.
§ 2° O regimento interno do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social- FHIS será aprovado por resolução.
§ 3° Os representantes de que trata o inciso I serão indicados pelos titulares dos órgãos representados.
§ 4° Os representantes de que tratam os incisos II e III serão indicados pelos diriqentes das entidades representadas.
§ 5° Integrarão o Plenário do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, como observadores, vinte membros, com direito a voz, indicados por órgãos governamentais, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil, definidos em ato da Secretaria Municipal de Promoção Social.
§ 6º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.
§ 7º Os representantes, titulares e suplentes, de que tratam os incisos I a III serão designados pela Secretária Municipal de Ação e Promoção Social.
§ 8º O Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS deliberará mediante resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo seu Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

Art. 4°. Os representantes, titulares e suplentes, de que tratam os incisos II a III do art. 3° deste Decreto serão eleitos em assembléia de cada segmento, convocada especialmente para esta finalidade pela Presidente do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social- FHIS.
§ 1 ° A eleição será convocada pelo Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, por meio de edital, publicada em jornal de circulação regional, no site do município e no mural da Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social, trinta dias antes do término do mandato dos seus membros.
§ 2° O regimento interno do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS disciplinará as normas e os procedimentos relativos à eleição dos órgãos que comporão sua estrutura.
§ 3° Os membros do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.
§ 4°. O Ministério Público poderá acompanhar o processo de escolha dos membros representantes dos órgãos e das entidades que comporão o Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS.
§ 5° A Secretária Municipal de Ação e Promoção Social indicará, em portaria, os órgãos e entidades cujos representantes participarão do primeiro mandato do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social- FHIS.

Art. 5° São atribuições da Presidente do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social- FHIS:
I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;
II - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções.

Art. 6° O regimento interno do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS será aprovado no prazo de sessenta dias a contar da data de sua instalação.

Art. 7° Caberá a Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social, prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Gestor Fundos de Habitação de Interesse Social- FHIS, exercendo as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS.

Art. 8° As despesas com os deslocamentos dos membros integrantes do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS poderão correr à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Promoção Esporte e Lazer.

Art. 9º. Para cumprimento de suas funções, o Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS contará com recursos orçamentários e financeiros consignado no orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social Esporte e Lazer.
Art. 10. A participação no Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 11. As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Presidente do Conselho Gestor Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, ad referendum do Colegiado.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito de Alto Paraguai – MT, aos 18 dias do mês de maio, do ano de dois mil e dez.

Adair José Alves Moreira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Apiacás

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionadas, aprovados no Concurso Público Municipal realizado no dia 23 de Maio de 2010, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal de Apiacás, no horário de 7h às 12h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação: **1**- Diploma do Curso relativo ao cargo (original e 02 cópias); **2** – Certidão negativa da justiça (cível e criminal); **3** – 02 fotos 3x4 recentes; **4** – Título eleitoral (original e 02 cópias); **5** – Certidão de nascimento ou casamento (original e 02 cópias); **6** – Certidão de nascimento dos filhos (original e 02 cópias); **7** – Certificado de reservista (original e 02 cópias) – se masculino; **8** – CPF e RG (original e 02 cópias; **9** – PIS ou PASEP (original e 02 cópias); **10** – Declaração de que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; **11** – Comprovação de que está quite com as obrigações eleitorais.
O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: COLETOR DE LIXO
Classificação:
Inscrição: 109. Nome: JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA LUZ PASSOS
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: COZINHEIRA / EDUCAÇÃO URBANO
Classificação:
Inscrição: 149. Nome: CLEONICE MARQUES PEREIRA DA SILVA 1º- Aprovado
Inscrição: 119. Nome: ARCELI ADRIANI PARANHOS SMANIOTTO 2º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 19 de Julho de 2010.

CARGO: COZINHEIRA / ESCOLA GUILHERME DE ALMEIDA
Classificação:
Inscrição: 071. Nome: ZÉLIA DA SILVA OLIVEIRA 1º- Aprovado
Inscrição: 015. Nome: MARIA APARECIDA NASCIMENTO PEREIRA 2º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 19 de Julho de 2010.

CARGO: COZINHEIRA / SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Classificação:
Inscrição: 322. Nome: MARIA DE NASARÉ DA SILVA PEREIRA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: PEDREIRO
Classificação:
Inscrição: 004. Nome: ADEILDO MANOEL UCELLO DA SILVA
1º- Aprovado
Inscrição: 167. Nome: JAIR CONDE DA SILVA 2º- Aprovado
Inscrição: 013. Nome: CARLOS ROBERTO ZAGLI
3º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: SERVIÇOS GERAIS / ESCOLA GUILHERME DE ALMEIDA
Classificação:
Inscrição: 016. Nome: INGUS LAVIO CARRILHO DA SILVA
1º- Aprovado
Inscrição: 169. Nome: JAMILSON DOS SANTOS PEREIRA
2º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 01 de Julho de 2010.

CARGO: SERVIÇOS GERAIS / EDUCAÇÃO URBANO
Classificação:
Inscrição: 093. Nome: GENI ROSANE BAUMGART BUBANZ
1º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 19 de Julho de 2010.

CARGO: SERVIÇOS GERAIS / SECRETARIA DE OBRAS
Classificação:
Inscrição: 204. Nome: ROBSON DO VALE GODÓI 1º- Aprovado
Inscrição: 293. Nome: ANEGINIER FRANCIEL COENCA 2º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: SERVIÇOS GERAIS / URBANISMO
Classificação:
Inscrição: 336. Nome: SUELI DE OLIVEIRA 1º- Aprovado
Inscrição: 145. Nome: ILZINETE MARTINS DE OLIVEIRA 2º- Aprovado
Inscrição: 027. Nome: ALDAIR BARROS SILVA 3º- Aprovado
Inscrição: 186. Nome: DIEMERSON CAMPOS DE SOUSA
4º- Aprovado
Inscrição: 226. Nome: ALDANIRE JOSÉ DA SILVA 5º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: VIGIA / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Classificação:
Inscrição: 184. Nome: JOESLEY DUPIM CARVALHO 1º- Aprovado
Inscrição: 339. Nome: BENEDITO OLIVEIRA DA SILVA 2º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: VIGIA / SECRETARIA DE OBRAS
Classificação:
Inscrição: 086. Nome: DELSO BOTTEGA 1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: VIGIA / URBANISMO
Classificação:
Inscrição: 191. Nome: JONATHAN DEDONATTI 1º- Aprovado
Inscrição: 220. Nome: LAZARO ROBSON SOUSA DA COSTA 2º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: ZELADORA / ESCOLA GUILHERME DE ALMEIDA
Classificação:
Inscrição: 053. Nome: JOSIELE DO NASCIMENTO PEREIRA 1º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 19 de Julho de 2010.

CARGO: ZELADORA / SECRETARIA DE SAÚDE
Classificação:
Inscrição: 118. Nome: GISELE MARTINS DOS SANTOS 1º- Aprovado
Inscrição: 209. Nome: SILVANA RIBEIRO FERREIRA DE SOUZA 2º- Aprovado
Inscrição: 289. Nome: EDILANDIA OLIVEIRA ARAÚJO
3º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: MECANICO DE VEÍCULO LEVE
Classificação:
Inscrição: 020. Nome: ARIVALDO BARBOZA DA SILVA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: MOTORISTA / SECRETARIA DE OBRAS
Classificação:
Inscrição: 142. Nome: ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS
1º- Aprovado
Inscrição: 127. Nome: VALDECIR OISSA 2º- Aprovado
Inscrição: 229. Nome: FLAVIO HENRIQUE CAETANO DA SILVA
3º- Aprovado
Inscrição: 062. Nome: MARCOS FRACISCO R. DE OLIVEIRA
4º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS (PÁ CARREGADEIRA)
Classificação:
Inscrição: 138. Nome: ORLENO PEREIRA BATISTA 1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO / SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
Classificação:
Inscrição: 154. Nome: MILENA ALVES DE OLIVEIRA 1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO / SECRETARIA DE AGRICULTURA
Classificação:
Inscrição: 129. Nome: PATRÍCIA SAPATINI DA SILVA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO / SECRETARIA DE SAÚDE
Classificação:
Inscrição: 215. Nome: JOAQUIM ANTONIO DE PAULA
1º- Aprovado
Inscrição: 181. Nome: LEYLA CARRASCO MARTINEZ GUIDARINI
2º- Aprovado
Inscrição: 319. Nome: NAUPLIA CATIUSA LOURENÇO
3º- Aprovado
Inscrição: 212. Nome: KEILA ALVES DA SILVA
4º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: AGENTE SANITARISTA / SECRETARIA DE SAÚDE
Classificação:
Inscrição: 218. Nome: UENDEL DE SOUZA DE CASTRO
1º- Aprovado
Inscrição: 286. Nome: FABIANA BARBOSA FERREIRA
2º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: EDUCADOR / CREAS
Classificação:
Inscrição: 278. Nome: DERLI FERNANDA CARVALHO BOTTEGA
1º- Aprovado
Inscrição: 170. Nome: LUCILEIDE SANTOS DE O. DUSANOSKI
2º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: EDUCADOR / PETI
Classificação:
Inscrição: 288. Nome: LUCIA FOSCARIM
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: TECNICO OP. DE CONT. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Classificação:
Inscrição: 122. Nome: JEFERSON RODRIGO DA SILVA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Classificação:
Inscrição: 351. Nome: SILVANA DA SILVA RODRIGUES
1º- Aprovado
Inscrição: 203. Nome: VANESSA GERMANO DE SOUZA
2º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: TÉCNICO EM RAIOS-X
Classificação:
Inscrição: 256. Nome: CAMILA LOPES NOGUEIRA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - CREAS
Classificação:
Inscrição: 356. Nome: ALCIDES COLA JUNIOR
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: INSTRUTOR DO CRAS
Classificação:
Inscrição: 321. Nome: EDVALDO GRECCO CARDOSO
1º- Aprovado

CARGO: NUTRICIONISTA
Classificação:
Inscrição: 113. Nome: LIDIA PITALUGA PEREIRA
1º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 01 de Julho de 2010.

CARGO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Classificação:
Inscrição: 238. Nome: HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA
1º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 19 de Julho de 2010
CARGO: PROF. DE PEDAGOGIA / ESCOLA GUILHERME DE ALMEIDA
Classificação:
Inscrição: 305. Nome: ERICON DIAS DA SILVA
1º- Aprovado
Inscrição: 219. Nome: ANÉZIA ASSUNÇÃO MARQUES
2º- Aprovado

Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o concurso a partir do dia 19 de Julho de 2010.

CARGO: PSICOLOGO - CREAS
Classificação:
Inscrição: 214. Nome: WILLIAN PETER PELUSO DE CARVALHO
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: PSICOLOGO – SECRETARIA DE SAÚDE
Classificação:
Inscrição: 350. Nome: GLEICE JUCELI COURA MOREIRA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

CARGO: TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO
Classificação:
Inscrição: 091. Nome: IVONE HOISSA TEIXEIRA
1º- Aprovado
Obs: Os aprovados no cargo em questão assumirão o cargo a partir do dia 1º de Julho.

GABINETE DO PREFEITO

Em 22 de Junho de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 600/2010

SÚMULA: DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 020/2010, DA SCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica homologada a Instrução Normativa nº 020/2010, da Secretaria de Controle Interno, destinada a disciplinar a utilização de senhas de acesso aos sistemas informatizados no âmbito da Prefeitura Municipal, conforme cópia anexa.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 23 de Junho de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
-PREFEITO MUNICIPAL-

DECRETO Nº. 601/2010

SÚMULA: DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 021/2010, DA SCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica homologada a Instrução Normativa nº 021/2010, da Secretaria de Controle Interno, destinada a disciplinar a utilização de e-mails, internet e intranet no âmbito da Prefeitura Municipal, conforme cópia anexa.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 23 de Junho de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
-PREFEITO MUNICIPAL-

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 020/2010.

SUMULA: ***"DISPÕE SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO CADASTRO DE USUÁRIOS, HABILITAÇÃO DE PERFIS E UTILIZAÇÃO DE SENHAS DE ACESSO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".***

A SECRETARIA MUNICIPAL DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DE APIACÁS ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 0482/2007, Decreto nº. 082/2007;

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Complementar Estadual nº. 202/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

CONSIDERANDO que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

CONSIDERANDO que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

CONSIDERANDO que as atividades de competência do Controle Interno terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
FINALIDADE

DISPOR SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO CADASTRO DE USUÁRIOS, HABILITAÇÃO DE PERFIS E UTILIZAÇÃO DE SENHAS DE ACESSO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

CAPÍTULO II
ABRANGÊNCIA

As normas desta Instrução Normativa aplicam-se aos Poderes Executivo do Município de Apiacás do Estado Mato Grosso, e às entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

CAPÍTULO III
DOS CONCEITOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA - Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação, difusão social da informação em larga escala de transmissão, a partir de sistemas tecnológicos inteligentes, serve para designar o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação. Também é comumente utilizado para designar o conjunto de recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, bem como o modo como esses recursos estão organizados em um sistema capaz de executar um conjunto de tarefas.

CAPÍTULO IV
BASE LEGAL E REGULAMENTAR

A presente norma de procedimento tem como base regulamentar, dentre outras, as disposições a seguir, Constituição Federal, art. 31, 70 e 74; Constituição Estadual, artigo 86; Lei Federal nº 8.429, Lei Federal 4.320, art. 76 à 80, Lei Federal 8.666, art. 102 e 113, Lei Complementar 101, art. 54 e 59, Resolução 001/2007-TCE, NBCASP-NBC T 16.8, Lei Municipal 482/2007 que dispõe sobre a Criação, Implantação e Manutenção do Sistema de Controle Interno e Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno 001/2007.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Entende-se por Unidade responsável pela execução desta Instrução normativa o Departamento de Tecnologia da Informação o qual tem atribuições de promover a divulgação e implantação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as áreas executoras e supervisionar sua aplicação assumindo responsabilidade pelo fornecimento de informações a Secretaria de Controle Interno quando solicitado.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 1º. Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos relativos ao cadastro, suspensão e exclusão de usuários, à habilitação e inabilitação de perfis, e ao fornecimento e utilização das senhas para acesso aos sistemas informatizados da Prefeitura Municipal , administrados pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 2º. Consideram-se para os efeitos desta Instrução Normativa:

I – **usuário**: pessoa física cadastrada em um ou mais sistemas informatizados da Prefeitura Municipal para acesso a informações;
II – **cadastro**: procedimento de criação de usuário para acesso aos sistemas informatizados da Prefeitura Municipal;
III – **habilitação**: procedimento de atribuição dos módulos ao usuário;
IV – **módulo**: subconjunto de transações de um sistema, que define a abrangência de atuação de um usuário;
V – **transação**: programa executável do sistema;
VI – **senha**: conjunto alfanumérico de caracteres destinado a assegurar a identidade do usuário e a permitir seu acesso aos dados, programas e sistemas não disponíveis ao público, de uso pessoal e intransferível.

Art. 3º. Compete ao Departamento de Tecnologia da Informação, recepcionar e conferir a documentação necessária ao cadastro, suspensão e exclusão de usuários, à habilitação e inabilitação de módulos, e ao fornecimento de senhas, bem como atender essas solicitações.

Art. 4º. As solicitações de habilitação ou inabilitação de usuários aos sistemas informatizados da Prefeitura Municipal, serão processadas mediante prévio encaminhamento ao Departamento de Tecnologia da Informação do formulário "Controle de Acesso aos Sistemas", constante no Anexo I.

§ 1º. Ao usuário será fornecido o "id de usuário" após o mesmo ter tomado ciência e assinado o Termo de Responsabilidade de Acesso aos Sistemas, conforme modelo a ser definido.

§ 2º. Após o cadastro do usuário, este deve acessar o Sistema para registrar uma senha pessoal, secreta e intransferível, efetuando seu *login* com o "id de usuário" pré-determinado.

Art. 5º. Os pedidos de cadastro de usuários, bem como as solicitações de atualização de acesso, dependem para seu atendimento, da anuência do Responsável Técnico do Sistema e de acordo os SOFTWARES, instalados na Prefeitura Municipal.

§ 1º Os Responsáveis Técnicos de cada sistema são os Diretores dos Departamentos e/ou Chefes das Divisões de cada departamento, ou a quem por estes for atribuída a função, por meio de um ato administrativo.

§ 2º O pedido de anuência do responsável técnico será providenciado pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 6º O acesso do usuário aos sistemas informatizados da Prefeitura Municipal é feito mediante o uso de senha pessoal e intransferível e sua autorização de uso não implica direito de acesso imotivado aos sistemas e informações.

Parágrafo único. O acesso aos sistemas informatizados da Prefeitura por seus usuários deve ser sempre motivado por necessidade de serviço ou, ainda, por determinação do superior hierárquico, que também deverá ser motivada por necessidade de serviço.

Art. 7º O pedido de "*Controle de Acesso aos Sistemas*" deve ser assinado, na qualidade de solicitante, pelo superior imediato do servidor ou titular responsável pelo órgão/unidade a quem se está concedendo o acesso.

Art. 8º O descumprimento do Termo de Responsabilidade, caracteriza infração funcional, podendo ocasionar a responsabilização, civil, administrativa e penal do infrator.

Art. 9º Nos casos de re-lotação, demissão, exoneração, aposentadoria, remoção, falecimento ou qualquer outro que implique o desligamento do usuário da Administração Municipal, o chefe imediato do usuário deve comunicar imediatamente o fato ao Departamento de Tecnologia da Informação, por meio de pedido "Controle de Acesso aos Sistemas", pedindo a "**exclusão**".

Parágrafo único. A não observância deste artigo anterior, implica na transferência das responsabilidades de acesso do servidor para seu chefe imediato.

Art. 10. O chefe imediato deve solicitar a suspensão do acesso do usuário, comunicando imediatamente o fato ao Departamento de Tecnologia da Informação por meio de pedido "Controle de Acesso aos Sistemas", pedindo o "**Bloqueio**", nos seguintes casos:

I - quando o servidor afastar-se para:
a) exercer mandato eletivo;
b) atender convocação como reservista das forças armadas;
c) a disposição de outro órgão ou entidade;
d) em caso de prisão em flagrante, preventiva e civil, enquanto esta perdurar, e;
e) o período em que participou de greve declarada ilegal pela justiça.

II - quando em licença:
a) para tratamento de saúde, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
b) por acidente do trabalho, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
c) maternidade;
d) à adotante;
e) por motivo de doença em pessoa da família, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
f) quando convocado para o serviço militar;
g) para concorrer a cargo eletivo;
h) para tratar de interesses particulares;
i) para desempenho de mandato classista, e;
j) prêmio.

III - quando em férias.
a) anuais;
b) coletivas, e;
c) recesso escolar.

IV - quando ausentar-se do serviço por:
a) suspensão.

Parágrafo único. No retorno do usuário afastado à atividade, seu chefe imediato deve comunicar no mesmo dia o fato ao Departamento de Tecnologia da Informação por meio de pedido "Controle de Acesso aos Sistemas", solicitando o "Desbloqueio".

Art. 11. Todos os acessos criados para os sistemas até a data de publicação desta Instrução Normativa, terão um prazo de 60 (sessenta) dias para serem recadastrados.

§ 1º O processo de recadastramento obedecerá aos procedimentos estabelecidos neste instrumento, e a solicitação do recadastramento ficará a cargo do órgão ao qual o usuário esta lotado.

§ 2º Vencido o prazo estabelecido no art. 11, o acesso será cancelado pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, em 23 de Junho de 2.010.

Wilton Rodrigues Baracho
Secretário Executivo de Controle Interno

Sebastião Silva Trindade
Prefeito Municipal

Homologada
23/06/2010
Decreto: 600/2010
23/06/2010

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 021/2010.

SUMULA: ***"DISPÕE SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS A UTILIZAÇÃO DE E-MAILS, NAVEGAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET E NAVEGAÇÃO NA REDE INTERNA - INTRANET NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL".***

A SECRETARIA MUNICIPAL DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DE APIACÁS ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 0482/2007, Decreto nº. 082/2007;

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Complementar Estadual nº. 202/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

CONSIDERANDO que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

CONSIDERANDO que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

CONSIDERANDO que as atividades de competência do Controle Interno terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
FINALIDADE

DISPOR SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS A UTILIZAÇÃO DE E-MAILS, NAVEGAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET E NAVEGAÇÃO NA REDE INTERNA - INTRANET NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

CAPÍTULO II
ABRANGÊNCIA

As normas desta Instrução Normativa aplicam-se aos Poderes Executivo do Município de Apiacás do Estado Mato Grosso, e às entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

CAPÍTULO III
DOS CONCEITOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA - Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação, difusão social da informação em larga escala de transmissão, a partir de sistemas tecnológicos inteligentes, serve para designar o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação. Também é comumente utilizado para designar o conjunto de recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, bem como o modo como esses recursos estão organizados em um sistema capaz de executar um conjunto de tarefas.

CAPÍTULO IV
BASE LEGAL E REGULAMENTAR

A presente norma de procedimento tem como base regulamentar, dentre outras, as disposições a seguir, Constituição Federal, art. 31, 70 e 74; Constituição Estadual, artigo 86; Lei Federal nº 8.429, Lei Federal 4.320, art. 76 à 80, Lei Federal 8.666, art. 102 e 113, Lei Complementar 101, art. 54 e 59, Resolução 001/2007-TCE, NBCASP-NBC T 16.8, Lei Municipal 482/2007 que dispõe sobre a Criação, Implantação e Manutenção do Sistema de Controle Interno e Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno 001/2007.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Entende-se por Unidade responsável pela execução desta Instrução normativa o Departamento de Tecnologia da Informação o qual tem atribuições de promover a divulgação e implantação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as áreas executoras e supervisionar sua aplicação assumindo responsabilidade pelo fornecimento de informações a Secretaria de Controle Interno quando solicitado.

CAPÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos relativos ao cadastro, suspensão e exclusão de acesso aos recursos disponíveis relativos à Internet, Intranet e utilização de e-mails, disponíveis na Prefeitura Municipal, administrados pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 2º Consideram-se para os efeitos desta Instrução Normativa:

I - Usuário: pessoa física cadastrada para acesso a Internet e/ou ter direito a utilização de e-mail institucional;

II - Cadastro: procedimento de criação de usuário para acesso a Internet e/ou ter direito a utilização de e-mail institucional;

III - Senha: conjunto alfanumérico de caracteres destinado a assegurar a identidade do usuário e a permitir seu acesso aos dados, programas e sistemas não disponíveis ao público, de uso pessoal e intransferível;

IV - Caixa-postal: caixa de correio para envio e recebimento de correspondências (e-mails)

V - Id de usuário ou login: identificação única do usuário.

Art. 3º Compete ao Departamento de Tecnologia da Informação, recepcionar e conferir a documentação necessária ao cadastro, suspensão e exclusão de usuários, além do fornecimento de senhas.

Art. 4º O cadastro de usuário para acesso a Internet e/ou utilização de e-mail funcional, depende do prévio encaminhamento ao Departamento de Tecnologia da Informação do pedido "Solicitação de Acesso a Internet/E-mail", em modelo a ser definido.

§ 1º Ao usuário será fornecido o "id de usuário" após o mesmo ter tomado ciência e assinado o Termo de Responsabilidade de Acesso a Internet / E-mail.

§ 2º Após o cadastro do usuário, este deve acessar a página da Prefeitura na Internet ou Intranet para registro de senha pessoal, secreta e intransferível, efetuando seu *login* com o "id de usuário" pré-determinado.

§ 3º A criação de *login* obedecerá a seguinte nomenclatura:

I - o primeiro nome mais o último sobrenome por extenso;

Art. 5º Todos os secretários, diretores, coordenadores, chefes de divisão, ou servidores para melhor desempenho de suas função, *terão direito uma caixa-postal (conta de e-mail)*.

§ 1º O e-mail deve ser única e exclusivamente utilizado para o trato de questões de interesse administrativos da Prefeitura e suas unidades administrativas;

§ 2º A conta de e-mail, é pessoal e não pode ser transferida ou cedida para utilização de terceiros, sendo o usuário responsável pela sua utilização e pela manutenção de sua senha;

§ 3º Serão criadas caixas postais (e-mail) institucionais para cada secretaria ou unidade administrativa, programas ou projetos que não terá acesso à navegação na Internet ou Intranet, obedecendo ao disposto a seguir:

I - poderão ser criados caixas-postais para projetos ou programas, independente do tempo de vigência do projeto, sendo seu conteúdo redirecionado para o gestor do projeto ou programa ou a quem ele determinar.

II - as caixas postais institucionais serão criadas obedecendo ao nome ou sigla da unidade administrativa, sendo seu conteúdo redirecionado para o gestor da unidade ou a quem ele determinar.

Art. 6º Para melhor desempenho, o serviço de correio (e-mail) ira trabalhar com sistema de quotas.

§ 1º Fica limitado a 1 (um) Gb por usuário o tamanho das caixas-postais localizadas no servidor de e-mail, sendo necessário à manutenção e gerenciamento deste espaço pelo próprio usuário.

§ 2º Fica limitado a 10 (dez) Mb tamanho máximo de correspondências (e-mails) autorizadas para envio.

Art. 7º Contas de caixas-postais inativas por mais de 45 (quarenta e cinco) dias serão desativadas automaticamente pelo sistema, sem prévio aviso.

Art. 8º É facultado ao Departamento de Tecnologia da Informação, a utilização de filtros de conteúdo, que atuam de forma automática, não sendo permitido o envio ou recebimento de mensagens com conteúdo não autorizado (pornografia, apologia a drogas, pedofilia, etc.)

Parágrafo único. O sistema de filtros irá gerar relatórios periódicos indicando os usuários que eventualmente utilizam o e-mail indevidamente.

Art. 9º Todos os secretários, diretores, coordenadores, chefes de divisão, e demais servidores para melhor desempenho de suas funções administrativas, terão direito a conta de acesso a *Internet/Intranet*.

§ 1º A autorização para a criação de conta de acesso a Internet/ Intranet permitirá ao usuário apenas a navegação na Internet em sites autorizados com base na política de acesso, e de forma irrestrita a navegação na Intranet.

§ 2º A conta de acesso a Internet/Intranet deve ser única e exclusivamente utilizada para navegação de interesse administrativo da Prefeitura e suas unidades administrativas.

§ 3º A conta de acesso a Internet/Intranet é pessoal e não pode ser transferida para terceiros, sendo o usuário responsável pela sua utilização e pela manutenção de sua senha.

Art. 10. O acesso a sites ou serviços que representem risco aos dados ou a estrutura de informação da administração municipal serão bloqueados;

§ 1º Havendo a necessidade de acesso a sites não autorizados, o usuário deverá solicitar a liberação do acesso via pedido de "*Solicitação de Acesso a Serviços Específicos*".

§ 2º A utilização de comunicadores instantâneos (exemplo: MSN, ICQ e outros) somente será permitida para uso de atividades administrativas e nos casos que existe real necessidade de comunicação por este tipo de recurso.

§ 3º O usuário devera solicitar a liberação deste recurso via pedido "*Solicitação de Acesso a Serviços Específicos*".

§ 4º A utilização de serviços de web-mail externo, somente será permitida se o provedor do serviço for uma entidade segura e possuir sistema anti-span e antivírus disponível.

§ 5º A liberação de acessos prevista neste caput, somente será efetuada se comprovada a necessidade para fins administrativos e dependerá da avaliação do Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 11. É facultado ao Departamento de Tecnologia da Informação, a utilização de filtros de acesso, que agem de forma automática, não sendo permitido a navegação e/ou acesso nos seguintes casos:

I - instalação e utilização de softwares de Instant Messenger, somente nos casos previstos no § 2º do art. 10;

II - sites pornográficos;

III - sites de drogas;

IV - sites de Pedofilia;

V - sites que façam alguma forma de apologia a algum tipo de racismo ou discriminação;

Parágrafo único. O sistema de filtros de acesso irá gerar relatórios periódicos indicando os usuários que eventualmente navegam e/ou acessam recursos da Internet/Intranet indevidamente.

Art. 12. O descumprimento do Termo de Responsabilidade, caracteriza infração funcional, com prejuízo da responsabilidade penal e civil do infrator.

Art. 13. Nos casos de relotação, demissão, exoneração, aposentadoria, remoção, falecimento ou qualquer outro que implique o desligamento do servidor da Administração Publica Municipal, o chefe imediato do usuário deve comunicar imediatamente o fato ao Departamento de Tecnologia da Informação, por meio de pedido "Solicitação de Acesso a Internet/E-mail", pedindo "exclusão".

Parágrafo único. A não observância deste artigo, implica na transferência das responsabilidades de acesso do servidor para seu chefe imediato.

Art. 14. O chefe imediato deve solicitar a suspensão do acesso do usuário, comunicando imediatamente o fato ao Departamento de Tecnologia da Informação por meio de pedido "Solicitação de Acesso a Internet/E-mail", pedindo o "Bloqueio", nos seguintes casos:

I - quando o servidor afastar-se para:

a) exercer mandato eletivo;

b) atender convocação como reservista das forças armadas;

c) a disposição de outro órgão ou entidade;

d) em caso de prisão em flagrante, preventiva e civil, enquanto esta perdurar, e;

e) o período em que participou de greve declarada ilegal pela justiça.

II - quando em licença:

a) para tratamento de saúde, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;

b) por acidente do trabalho, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;

c) maternidade;

d) à adotante;

e) por motivo de doença em pessoa da família; por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;

f) quando convocado para o serviço militar;

g) para concorrer a cargo eletivo;

h) para tratar de interesses particulares;

i) para desempenho de mandato classista, e;

J) prêmio.

III - quando em férias.

a) anuais;

b) coletivas, e;

c) recesso escolar.

IV - quando ausentar-se do serviço por:

a) suspensão.

Parágrafo único. No retorno à atividade do usuário afastado, seu chefe imediato deve comunicar no mesmo dia o fato ao Departamento de Tecnologia da Informação por meio de pedido "Solicitação de Acesso a Internet/ E-mail, pedindo o "Desbloqueio".

Art. 15. Todos os acessos criados até a data de publicação desta Instrução Normativa, terão um prazo de 60 (sessenta) dias para serem recadastrados.

§ 1º O processo de recadastramento obedecerá aos procedimentos estabelecidos neste instrumento, e a solicitação do recadastramento ficará a cargo do órgão ao qual o usuário esta lotado.

§ 2º Vencido o prazo estabelecido no art. 15, o acesso será cancelado pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, em 23 de Junho de 2.010.

Wilton Rodrigues Baracho
Secretário Executivo de Controle Interno

Sebastião Silva Trindade
Prefeito Municipal

Homologada
23/06/2010
Decreto: 601/2010
23/06/2010

Prefeitura Municipal de Araguaiana

DECRETO N.º 026/2010

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar e especial de acordo com artigos 43 inciso III, da Lei 4.320/64,* de acordo com a Lei Municipal n.º 511/2009, *e dá Outras Providências

O Prefeito Municipal de ***ARAGUAIANA-MT*., Sr.** *PEDRO PASCHOAL RODRIGUES ALVARES* no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

D E C R E T A

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no curso da Lei Orçamentária do exercício de 2010, um crédito adicional suplementar por anulação parcial ou total de dotação Orçamentária no valor de R$ 24.300,00 (Vinte e Quatro Mil e Trezentos Reais) para reforço da dotação abaixo discriminada;

DOT	PROJ	ELEM	DESCRIÇÃO	VALOR
239	2050	3390.30	Material de Consumo	13.400,00
233	2049	3390.36	Serviços Terceiros Pessoa Física	600,00
241	2050	3390,39	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	1.300.00
177	2033	3390.30	Material de Consumo	3.000,00
174	2032	3390.30	Material de Consumo	6.000,00
			TOTAL	24.300,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos:

§ 1º - Co9nsiderem-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos, os recursos mencionados nos termos do artigo 43. § 1º, inciso III da Lei Nacional nº. 4.320/64,

DOT	PROJ	ELEM	DESCRIÇÃO	VALOR
30	1031	4490.51	Obras e Instalações	13.400,00
31	1032	4490.52	Equipamentos e Material Permanente	1.900,00
190	2039	3390.32	Material De Distribuição Gratuita	9.000,00
			TOTAL	24.300,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguaiana, em 08 de Junho de 2.010

Pedro Paschoal Rodrigues Alvares
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal
Em 09 de Junho de 2010, registre-se
E publique-se

LEI MUNICIPAL Nº. 620 DE 16 DE JUNHO DE 2010

"Dispõe sobre o código sanitário do município de Araguainha – MT e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. JOSÉ OCIFARNE FERREIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

TITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei regula, no Município de Araguainha e caráter supletivo á legislação Federal e Estadual pervimente, os direitos e obrigações que se relacionam com a saúde e o bem estar individual e coletivo dos seus habitantes, dispõe sobre as atribuições da Secretária Municipal de Saúde e aprova normas promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde a execução das atividades de proteção e promoção da saúde da população, bem como materiais relacionados com produtos, saúde do trabalhador, meio ambiente e de trabalho, prestação de serviços, bem como elaboração de normas técnicas especiais e especificas (portarias, resoluções e outras deliberações), respeitando a legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3º - A saúde é um direito social e fundamental de todo cidadão, garantido pela Constituição Federal, sendo dever do Município, concorrente com o Estado e com a União, zelar pela promoção, proteção e recuperação da saúde e bem-estar físico, mental e social da coletividade.

Art. 4º - É dever da coletividade e dos indivíduos, em particular, cooperar com os órgãos e as entidades competentes, adotando uma forma de vida higiênica e saudável, combatendo a poluição em todas as suas formas, orientando, educando e observando as normas legais de educação e saúde.

TÍTULO II

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

Art. 5º - O Município integra ao Sistema Único de Saúde – SUS, orientado por princípios e diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal e nas Leis nºs 8.080 de 19 de setembro de 1.990 e 8.142 de 28 de dezembro de 1.990.

Art. 6º - O Sistema de Saúde do Município de ARAGUAINHA terá uma unidade funcional, administrativa e orçamentária, responsável pelos cuidados básicos da saúde da população que vive em um território determinado de Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde será composta pelas unidades sanitárias, ambulatoriais, hospitalares e centros especializados, definidos especialmente, com plano de atividades e comando único, capaz de resolver os problemas de saúde em todos os níveis que requerem atenção.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Saúde obedecerá aos seguintes princípios:

I - Área de abrangência;
II - Estratégia única;
III - Sistema único de aplicação de recursos;
IV - Realidade epidemiológica social;
V - Cobertura;
VI - Unidades e equipamentos dos serviços de saúde;
VII - Resolutividade dos níveis de complexidade;
VIII - Integralidade dos serviços;
IX - Relação eficiência e participação social.

Art. 9º - Como unidade orçamentária e gerencial, com autonomia funcional, efetuará as atividades do SUS, no que tange aos programas de atenção a saúde, educação, administração geral, serviços gerais e direção.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Saúde desenvolverá, ainda, atividades de gestão, acompanhamento, planejamento, coordenação, controle e avaliação das ações de suas unidades competentes e das referencias inter-municipais, integrando o setor ao processo social organizado de sua área de abrangência.

Art. 10º - O Sistema Único de Saúde de Araguainha, tendo como pressuposto básico a saúde/doença como um processo socialmente determinado, com suporte num conhecimento MULTIDISCIPLINAR, impõe tarefa em processos de natureza distinta, tais como: política, normativa, gerencial, organizativa e operacional, apontando como direcionamento, para os seguintes objetivos:

I – Obter o maior impacto possível nos principais problemas de saúde, da população, com vistas a melhoria do seu estado de saúde;

II – Alcançar a universalidade da prestação de cuidados à saúde, em condições eqüitativas para os distintos grupos sociais;

III – Oferecer serviços de caráter universal e integral, com a maior eficiência e eficácia, desde a perspectiva econômica até a política e a social;

IV – Fortalecer a gestão descentralizada e participativa do SUS a nível local, visando a descentralização e o controle social sobre a produção e consumo de saúde.

Art. 11º - O Sistema Único de Saúde será regionalizado e hierarquizado, entendendo-se por:

I – Regionalização – a divisão de espaços geográficos dos serviços de saúde, agregando a noção de funcionabilidade e governabilidade do Sistema em que se compatiza, num mesmo espaço, as políticas sociais e coletivas;

II – Hierarquização – organização dos serviços por níveis de atenção que variam segundo as suas complexidades tecnológicas e de uma organização familiar de conotação seletiva, que atende um perfil das necessidades num determinado tempo e espaço.

Art. 12º - A Secretaria Municipal de Saúde, levando-se em consideração os aspectos político-gerênciais e, relacionando-se a outros setores sociais, demandará extra-setorial, de forma a garantir a descentralização técnico-administrativa, participando do eixo decisório.

TÍTULO III

DA PROTEÇÃO A SAÚDE

Art. 13º - Compete ao Município por meio da Secretaria Municipal de Saúde, executar ações e serviços destinados a garantir a saúde da população, como uma das condições de igualdade de todos perante a lei.

Parágrafo Único – As ações e os serviços de saúde compreendem, isoladamente ou em seu conjunto, as iniciativas da Secretaria Municipal de Saúde, que tenham por conteúdo ou objetivo a proteção, defesa, promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde, individual e coletiva.

Art. 14º - Compete a Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária exercer o poder de polícia através de ações que previnem doenças, de acordo com sua complexidade, a seguir especificadas:

I – Ações de Baixa Complexidade: (AC)

a) Mapeamento de todos os estabelecimentos e locais passíveis de atuação da Vigilância Sanitária;

b) Atendimento ao público, orientando e informando quanto às documentações, andamento de processo administrativo e outras informações técnicas, administrativas e legais;

c) Recebimento, triagem e encaminhamento das denúncias alusivas a área de Vigilância Sanitária;

d) Fiscalização das condições sanitárias de:

1- água e esgoto;
2- de piscinas de uso coletivo;
3- das condições sanitárias dos criadouros da zona urbana;
4- das condições sanitárias dos sistemas individuais de abastecimento de água, disposição de resíduo sólidos e criação de animais nas zonas rurais;

e) Cadastramento, licenciamento e fiscalização dos:

1- estabelecimento de interesse de saúde;
2- estabelecimentos que comercializem e distribuem gêneros alimentícios, bem como microempresas que manipulem alimentos,excluindo aquelas que se localizem em unidades prestadoras de serviços e as que estão relacionadas nas categorias de média e alta complexidade.

f) Planejar, executar, avaliar, regular e divulgar o desenvolvimento das ações de Vigilância Sanitária de baixa complexidade.

II – Das Ações de Média Complexidade; (AC)

a) investigação de surtos de toxinfecção alimentar;
b) cadastrar, licenciar, e fiscalizar estabelecimento que;

1- fabriquem gêneros alimentícios e engarrafadoras de água mineral;
2- comercializem no varejo de medicamentos, cosméticos, domissanitários, correlatos;
3- estabelecimentos de interesse da saúde de média complexidade.

TÍTULO IV

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 15º - O Órgão municipal competente contará com um corpo de fiscalização treinado especificamente para o desempenho das ações de vigilância nas áreas previstas no artigo anterior, com emprego de todos os meios e recursos disponíveis, utilização de processos e métodos científicos e tecnológicos adequados, aplicação das normas e padrões aprovados pelo Governo Federal, com vista a obtenção de maior resultado e eficiência no controle e fiscalização em matéria de saúde.

Art. 16º - Os serviços de Vigilância Sanitária deverão estar ligados aos de Vigilância Epidemiológica, apoiando-se na rede de laboratórios de saúde pública, a fim de permitir uma ação coordenada e objetiva na solução e acompanhamento dos casos sob controle.

Art. 17º - A competência municipal de fiscalização e controle das atividades humanas é norma pública contra qual nenhum interesse particular ou de órgão representativo de classe pode prevalecer.

Parágrafo Único – A ação de vigilância sanitária abrangerá todo e qualquer produto, estabelecimentos e outros, de que trata esta lei.

TÍTULO V

DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 18º - A Instalação e o Funcionamento dos Estabelecimentos e Empresas de Produtos e Serviços de interesse da saúde, somente serão efetuados depois de devidamente licenciado pelo órgão sanitário competente.

Parágrafo Único – A emissão de alvará de localização e funcionamento de interesse a saúde, somente será expedida, após avaliação da Vigilância Sanitária.

Art. 19º - A Licença Sanitária será expedida pela autoridade sanitária competente com validade de 01(um) ano renovável por períodos iguais e sucessivos, sendo requeridos na Visa Municipal.

§ 1º - A concessão ou renovação da licença sanitária para o funcionamento será condicionada ao cumprimento dos requisitos técnicos e a vistoria da autoridade sanitária competente.

§ 2º - Serão vistoriados os produtos, instalações, máquinas, equipamentos, normas e rotinas técnicas do estabelecimento.

Art. 20º - As licenças sanitárias ou suas revalidações poderão ser suspensas, causadas ou canceladas nos seguintes casos:

I – Por solicitação da empresa;
II – Pelo não funcionamento da empresa, por mais de 120(cento e vinte dias);
III – Por interesse da Saúde Pública, a qualquer tempo por autoridade sanitária competente.

Art. 21º - O órgão sanitário competente da Prefeitura Municipal de Araguainha fixará as exigências e condições para o Licenciamento e Funcionamento dos locais de interesse da saúde, a que se refere esta lei, através de regulamento de leis e normas técnicas especiais, a serem elaboradas posteriormente, respeitada a Legislação Sanitária Federal vigente.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 22º - O poder de Policia Sanitária do Município de Araguainha tem como finalidade promover normas para o controle de inspeção e fiscalização sanitária:

I – Da higiene de habitações, seus anexos, lotes vagos;
II – Dos estabelecimentos industriais e comerciais constantes deste regulamento, bem como da daqueles de peculiar interesse da saúde pública.
III – Das condições de higiene de produção, conservação, manipulação, beneficiamento, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização, consumo de alimentos em geral e do uso de aditivos alimentares;
IV – Dos mercados, feira, ambulantes de alimentos e congêneres;
V – Das condições sanitárias dos logradouros públicos, dos locais de esporte e recreação, dos acampamentos públicos, bem como dos estabelecimentos de diversões públicas em geral;
VI – Das condições sanitárias dos hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos afins;
VII – Das condições sanitárias das barbearias, salões de cabeleireiros, institutos de beleza e dos estabelecimentos afins;
VIII – Das condições sanitárias das lavanderias para o uso público;
IX – Das condições sanitárias das casas de banhos, massagens, saunas e estabelecimentos afins para o uso público;
X – Da qualidade e das condições de higiene dos estabelecimentos comerciais;
XI – Das condições de saúde e higiene das pessoas que trabalhem em estabelecimentos sujeitos a licença sanitária;
XII – Das condições da águas destinado aos estabelecimentos público e privado;
XIII – Das condições sanitárias da coleta e destinos das águas servidas e esgotos sanitários;
XIV – Das condições sanitárias decorrente da coleta, transporte e destino de lixo e refugos sanitários;
XV – Das condições sanitárias dos abrigos destinados a animais, localizados no território do município;
XVI – Do controle de endemias e surtos, bem como das campanhas de saúde pública em perfeita consonância com as normas federais e estaduais;
XVII – Do levantamento epidemiológico e inquérito sanitário;
XVIII – Das agencias funerárias e velórios;
XIX – Dos zoonoses;

CAPÍTULO I

DOS SANEAMENTOS BÁSICO E AMBIENTAL

Art. 23º - É dever do Município, da coletividade e dos indivíduos, promoverem medidas de saneamento, respeitando, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção, no exercício de suas atividades, as determinações legais, as regulamentações, as recomendações, as ordens, as vedações e as interdições ditadas pelas autoridades competentes.

Art. 24º - É direito de qualquer cidadão propor Ação Popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente, sendo isento de custas federais e do ônus da sucumbência.

SEÇÃO I

DAS ÁGUAS, SEU USO E DO PADRÃO DE POTABILIDADE

Art. 25º - compete ao sistema de tratamento de água e esgoto, a manutenção e operação da rede de abastecimento de água do Município de Araguainha.

Art. 26º - Os projetos de sistemas de abastecimento de água devem, obrigatoriamente, obedecer aos padrões de portabilidade e fluoretação estabelecidos pelo órgão sanitário competente, conforme Norma Técnica Especial.

Parágrafo Único – A água distribuída deverá ser adicionada teor conveniente de cloro, a fim de evitar contaminações.

Art. 27º - Sempre que ocorrer impossibilidade de atendimento pela Administração Pública de instalação de rede de abastecimentos em conjuntos habitacionais ou em unidades isoladas, os mesmos deverão possuir sistemas particulares devidamente aprovados pelo órgão competente.

§ 1º - Em se tratando de poços ou aproveitamento de fontes naturais para abastecimento de água potável, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária deverá manter um cadastro desses abastecimentos, para monitoramento da qualidade da água extraída.
§ 2º - Sempre que a Vigilância Sanitária detectar falhas ou anormalidades no sistema de abastecimento de água, oferecendo risco à saúde, advertirá imediatamente os responsáveis quanto à aplicação das medidas corretivas.

Art. 28º - Todos os reservatórios públicos de água potável deverão receber desinfecção e limpeza a cada seis meses, podendo esse prazo ser diminuído a critério da autoridade sanitária competente, devendo permanecer devidamente tampados.

Art. 29º - As tubulações, peças e juntas utilizadas deverão obedecer às normas aprovadas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 30º - Os órgãos e entidades do município observarão e farão observar as normas técnicas sobre a proteção de mananciais.

Art. 31º - As águas residuais de qualquer natureza, quando por suas característica física, químicas ou biológicas alteram prejudicialmente a composição das águas receptoras deverão sofrer prévio tratamento.

Parágrafo Único – O lançamento de águas residuais de qualquer natureza em águas receptoras ou áreas territoriais, somente será permitido quando não prejudicar à saúde e ao meio ambiente, sendo proibido o lançamento de águas residuais no sistema de captação de água pluvial.

Art. 32º - Os projetos de provisão e purificação de água para fins de portabilidade de qualquer natureza, deverão ser objeto de aprovação por parte dos órgãos de saúde e do meio ambiente.

Art. 33º - Todo e qualquer sistema de tratamento de água deverá possuir um técnico devidamente habilitado e capacitado para a função.

SEÇÃO II

DOS ESGOTOS SANITÁRIOS

Art. 34º - A aprovação das instalações de estações de tratamento de água e esgoto sanitário no Município, dependerá de apreciação do Órgão responsável pela Vigilância Sanitária.

Art. 35º - Os projetos de coleta, tratamento de disposição de esgotos deverão obedecer as Normas Técnicas da ABNT e as especificações adotadas por órgão competente.

Art. 36º - As instalações prediais devem também obedecer as Normas Técnicas, devendo ser dotadas de dispositivos e instalações adequadas a receber e a conduzir os dejetos.

Art. 37º - É proibida a interligação de instalações prediais internas entre prédios situados em lotes distintos.

Art. 38º - Todo prédio destinado à habitação, ao comércio ou a indústria, deverá ser ligado às redes públicas de abastecimento de água e esgoto.

§ - 1º Em locais onde não existir rede pública de abastecimento de água e coleta de esgoto, competirá a Prefeitura Municipal indicar as medidas a serem tomadas e executadas.
§ 2º - É dever do proprietário ou do possuidor do imóvel, a execução de instalações domiciliares adequadas ao abastecimento de água potável e de remoção de dejetos, cabendo-lhe zelar pela sua conservação.

Art. 39º - É obrigatório o cadastramento das empresas de desentupimento de esgoto e limpeza de fossa no Órgão Municipal competente para monitoramento da deposição dos dejetos.

Art. 40º - Os resíduos dos sanitários dos veículos de transporte de passageiros deverão ser tratados e depositados em locais apropriados ao destino final destes dejetos.

Art. 41º - É proibido a introdução direta ou indireta de esgotos sanitários e outras águas residuarias nas vias públicas e/ou galerias de águas pluviais.

Art. 42º - É proibida a introdução direta ou indireta de águas pluviais nas redes de esgoto.

Art. 43º - A limpeza das fossas deverá ser feita de modo a não causar poluição do ambiente, devendo as empresas que trabalhem neste ramo ser cadastrada, licenciada e fiscalizada pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo Único – É proibido o lançamento de resíduos sólido, líquido e pastoso em locais não autorizados pela autoridade sanitária.

SEÇÃO III

DAS PISCINAS E LOCAIS DE BANHO

Art. 44º - Para efeitos desta lei, as piscinas e locais de banho classificam-se em:

I – De uso público – utilizados pela coletividade em geral;
II – De uso coletivo restrito – utilizadas por grupos de pessoas, as piscinas de clubes condominiais, escolas, entidades, tais como associações, hotéis, motéis e congêneres;
III – De uso familiar – as pertencentes às residências unifamiliares;
IV – De uso especial – as destinadas a fins terapêuticos ou outros que não o de esporte e recreação.

Art. 45º - As piscinas de uso público e de uso restrito deverão cumprir as Normas Técnicas Especiais, e estão sujeitas as inspeções periódicas da vigilância Sanitária quando razões de saúde pública assim o recomendarem.

Art. 46º - As piscinas e demais locais de banho de uso público e de uso coletivo restrito, devem ter seu projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, ficando condicionadas a receber Alvará de funcionamento, somente após vistoriadas pela autoridade sanitária competente.

Art. 47º - As piscinas de residências multifamiliares, assim entendidas os edifícios, os conjuntos habitacionais e os condomínios fechados, são considerados, para os efeitos desta Lei, de uso coletivo restrito.

Art. 48° - Estão sujeitas a interdição por parte da Vigilância Sanitária, as piscinas em construção ou já construídas, sem observância do disposto neste Código, sem prejuízo da penalidade cabível.

Parágrafo único - Está sujeito ao pagamento de multa o proprietário de piscina, de uso público e de uso coletivo restrito em funcionamento sem respectivo alvará de localização e funcionamento ou sem vistoria técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

Art. 49º - É vedada a conexão do sistema de esgotamento de água da piscina com as redes de instalação sanitárias, ficando os infratores sujeitos a multa e desligamento compulsório do mesmo.

Art. 50° - É obrigatório o cadastramento no Órgão Municipal competente, das empresas que fazem o tratamento da água das piscinas, firmas de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, bem como das transportadoras de água através de caminhões-pipa.

Art. 51º - É obrigatório o controle médico sanitário dos banhistas que utilizem piscinas de uso público e de uso coletivo restrito.

Art. 52º - Constatadas irregularidades com relação a inobservância da legislação e da Norma Técnica Especial, a autoridade sanitária competente poderá interditar total ou parcialmente o funcionamento da piscina, suspender temporariamente ou solicitar o cancelamento do alvará de funcionamento, sem prejuízo da penalidade pecuniária cabível.

SEÇÃO IV

DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 53º - Todo lote é obrigado a receber água pluvial proveniente de outro lote situado em cota superior.

Parágrafo Único – É VEDADO o lançamento de água servida no lote vizinho, salvo quando o mesmo assim o permitir.

Art. 54º - É VEDADO, em qualquer situação, o lançamento de água pluvial sobre o passeio.

Parágrafo Único – A água pluvial será canalizada por baixo do passeio até a sarjeta.

Art. 55º - É VEDADO o despejo de água servida e esgoto sanitário, a céu aberto ou na rede de águas pluviais.
Parágrafo Único – Nas áreas não servidas por rede de esgoto, a Prefeitura poderá autorizar o lançamento de águas servidas e esgotos tratados e quando comprovada tecnicamente, através de estudo próprio, a incapacidade de absorção no solo.

Art. 56º - É vedado o lançamento de água pluvial na rede de esgoto.

Art. 57° - A Prefeitura poderá consentir o lançamento de água pluvial diretamente na galeria pública quando a situação topográfica do terreno não permitir o escoamento a sarjeta, através de canalização sob o passeio.

SEÇÃO V

DA METODOLOGIA PARA ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 58° - A remoção e destinação final dos resíduos do serviço de saúde merece tratamento diferenciado, em função do alto risco de contaminação que apresenta para a população.

Art. 59° - A coleta interna do resíduo de serviço de saúde deve ser realizada pelo próprio estabelecimento, seguindo as orientações da Secretaria de Saúde, no que concerne ao manuseio, acondicionamento, transporte, precaução quanto ao pessoal e o acondicionamento final dos resíduos sólidos, líquidos e pastosos.

Art. 60° - Devem proceder ao acondicionamento próprio, além dos hospitais, as farmácias, os bancos de sangue, os laboratórios de análises clínicas e outros, a critério da autoridade competente.

I - Resíduos sólidos declaradamente contaminado, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminações provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, maternidades, ambulatórios, casas de saúde, necrotérios, prontos-socorros, sanatórios, consultórios e congêneres.

II - Materiais biológicos, assim considerados os restos de tecidos orgânicos, de órgãos humanos, de autópsia e biópsia, restos de animais de experimentação e outros materiais similares.

III - Substâncias e produtos venenosos ou envenenados, restos de material farmacológico e drogas condenadas, medicamentos vencidos ou condenados e produtos químicos especiais radioativos.

IV - Sangue humano e derivados.

Art. 61° - A coleta do lixo séptico será feita diariamente, sendo os resíduos acondicionados em saco plásticos de cor branca leitosa com as especificações da ABNT.

Parágrafo Único – Os resíduos contundentes, perfurantes e cortantes deverão ser acondicionados previamente em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado pela simbologia de substância infectante, antes do acondicionamento em saco plástico.

Art. 62° - Os estabelecimentos produtores de lixo séptico devem providenciar um recipiente do tipo autoclave ou similar para o tratamento dos resíduos líquidos e pastosos.

SEÇÃO VI

COLETA, TRANSPORTE E DESTINO
FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 63° - Sempre que a coleta, transporte, reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos não for de competência do poder municipal, a responsabilidade sobre a realização desses serviços será do próprio gerador, que poderá receber multas se tiver atrapalhando o benefício da coletividade de uma maneira geral, podendo ser acionado o Ministério Público para responder as medidas cabíveis.

Parágrafo Único - O gerador poderá entregar a uma empresa privada ou ao serviço público, a execução da parte ou de todo o serviço de coleta, transporte, reciclagem e destino final dos resíduos por ele gerados.

Art. 64º - É proibido a reciclagem de resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Art. 65º - As instalações destinadas ao manuseio de resíduos sólidos com vista a sua reciclagem serão projetadas, operadas e mantidas de forma sanitariamente satisfatória a fim de não virem a comprometer à saúde pública e o ambiente.

Art. 66º - O lixo “In Natura” não deve ser utilizado na agricultura ou para alimentação de animais.

Art. 67º - Não será permitida a disposição de resíduos sólidos à céu aberto em lixões ou vazadouros.

Art. 68º - Para disposições dos resíduos deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 69º - Deverá ser desenvolvido programa municipal de controle de transporte e disposição final do lixo industrial. A coleta, o transporte e o destino final do lixo processar-se-ão, em condições que não acarretam malefícios ou inconveniências a saúde, ao bem estar público e à estética.

Capítulo II

Dos Alimentos

Seção I

Das Considerações iniciais e de definições

Art. 70° - A defesa e a proteção de saúde individual ou coletiva no que concerne a alimentos, em todas as etapas de sua produção até a sua colocação no comércio para o consumo humano, seguirão as orientações da presente Lei e seu regulamento.

Art. 71° - Para os efeitos desta Lei, seu regulamento e as normas técnicas, considera-se:

I - Alimento – toda substância ou mistura de substância, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e desenvolvimento;

II - Matéria-Prima Alimentar – toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto, que para ser utilizada como alimento precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica;

III - Alimento In Natura – todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija, apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

IV - Alimento Enriquecido – todo alimento que tenha sido adicionada de substância nutriente com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo;

V - Alimento Dietético – todo alimento elaborado para regimes alimentares, destinado a ser ingerido por pessoas sadias ou cujo estado de saúde exija alimentação especial, com abstenção de glicose, dentre outros;

VI - Alimento de Fantasia ou Artificial – todo alimento preparado com objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre, preponderantemente, substância não encontrada no alimento a ser imitado;

VII - Alimento Irradiado – todo alimento que tenha sido intencionalmente submetido a ação de radiações ionizantes, com a finalidade de preservá-lo para outros fins lícitos, obedecidas as normas que vierem a ser elaboradas pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

VIII - Alimento Intencional – toda substância ou mistura de substância, dotadas ou não de valor nutritivo, ajuntada ao alimento, com finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico geral ou exercer qualquer ação exigida para uma boa tecnologia de fabricação do alimento;

IX - Aditivo Incidental – toda substância residual ou migrada, presente no alimento em decorrência dos tratamentos prévios a que tenha sido submetidos a matéria-prima alimentar in natura e do contato do alimento com os artigos e utensílios empregados nas suas diversas fases de fabricio, manipulação, embalagem, estocagem, transporte ou venda;

X - Alimento Sucedâneo – todo alimento elaborado para substituir alimento natural, assegurando o valor nutritivo deste;

XI - Coadjuvante da tecnologia de fabricação: substância os mistura de substâncias empregadas com a finalidade de exercer a ação transitória em qualquer fase de fabricio do alimento dele retiradas, inativas e/ou transformadas, em decorrência do processo tecnológico utilizado, antes da obtenção do produto final;

XII - Produto Alimentício – todo alimento de matéria-prima alimentar ou de alimento in natura, adicionado ou não, de outras substâncias permitidas obtido por processo tecnológico adequado;

XIII - Padrão De Identidade E Qualidade – o estabelecimento pelo órgão competente do Ministério da Saúde, dispondo sobre a denominação, definição e composição de alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos in natura e aditivos intencionais, fixando requisitos de higiene, normas de embasamento e rotulagem, métodos de amostragem e análise;

XIV - Rótulo – qualquer identificação impressa ou litografada, bem como os dizeres pintados ou gravados o fogo, por pressão ou decalcação, aplicadas sobre o recipiente, vasilhame, envoltório, cartucho ou qualquer outro tipo de embalagem do alimento ou sobre o que acompanha o continente;

XV - Embalagem – qualquer forma pela qual o alimento tenha sido acondicionado, guardado, empacotado ou envasado;

XVI - Propaganda – a difusão, por quaisquer meios, de indicações e a distribuição de amostras de alimentos relacionados com venda, e o emprego de matéria-prima alimentar, alimento In Natura, materiais utilizados no seu fabricio ou preservação, objetivando promover ou incrementar o seu consumo;

XVII - Análise De Controle – aquela que é efetuada após o registro do alimento, quando da sua entrega ao consumo, que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de qualidade e identidade, com as normas técnicas especiais, ou ainda com o relatório ou o modelo do rótulo anexado ao requerimento que deu origem ao registro;

XVIII - Análise Prévia – a análise que precede o registro de aditivos, embalagens, equipamentos ou utensílios e de coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimentos;

XIX - Análise Fiscal – a efetuada sobre o alimento colhido ou apreendido pela autoridade fiscalizadora sanitária, com a finalidade de verificar a sua conformidade com os dispositivos desta Lei, regulamentos e normas técnicas;

XX - Estabelecimento – o local onde se fabrique, produza, manipule, beneficie, acondiciona, conserve, transporte, armazene, deposite para venda, distribua ou venda alimento, matéria-prima alimentar, alimento in natura, aditivos intencionais, materiais, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com os mesmos;

XXI - Órgão Competente – em âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Saúde; em âmbito estadual, a Secretaria Estadual de Saúde; em âmbito federal, o Ministério da Saúde, e todos os seus órgãos delegados;

XXII - Autoridade Fiscalizadora Competente – o servidor legalmente habilitado para funcionar como fiscal de Vigilância Sanitária;

XXIII - Laboratório Oficial – o órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como órgãos congêneres da Secretaria de Saúde do Estado e do Município;

XXIV - Análise De Rotina – efetuada sobre o alimento coletado pela autoridade sanitária competente, sem que se atribua suspeita quanto a sua qualidade servindo para acompanhamento e avaliação do produto, quanto as normas e padrões vigentes;

XXV - Alimento Alterado – alimento modificado por agentes externos naturais, tais como o ar, umidade, reações químicas, agressão mecânica, e similar, sofrendo modificações na sua forma;

XXVI - Alimento Adulterado – alimento modificado em suas características originais de modo intencional, como por exemplo, a adição de substâncias sem nenhum valor nutritivo de forma a parecer de melhor qualidade;

XXVII - Alimento Contaminado – é aquele que contém elementos estranhos a sua fórmula, potencialidade perigosos a saúde dos consumidores, tais como a salmonela e outros;

XXVIII - Alimento Deteriorado – quando se apresenta alterado na sua forma e características originais como por exemplo, o alimento embolorado, de coloração diversa da normal como a carne esverdeada e outros;

XXIX - Alimento Falsificado – **ou fraudado**, é o alimento apresentado comercialmente com características diferentes das que apresenta, em sua origem, natureza e valor nutritivo, tais como o refresco artificial apresentado como natural;

XXX - Aproveitamento Condicional – utilização parcial ou total de um alimento ou matéria-prima alimentar inadequado para o consumo direto, seja para alimentação humana ou animal e que, adquire condições de consumo;

XXXI - Material Resistente A Corrosão – materiais que após prolongados contatos com alimentos, com materiais de limpeza ou soluções desinfetantes, mantenham as mesmas características originais em sua superfície.

SEÇÃO II

DO REGISTRO

Art. 72º - Todo e qualquer alimento só poderão ser expostos ao consumo após seu registro no órgão competente da união ou por ela delegado.

§ 1º - O registro concedido será valido para todo o território nacional com duração máxima de 10(dez) anos, a contar da sua aprovação.

§ 2º - O registro de que trata este artigo não exclui aqueles, exigidos por lei para outras finalidade, que não as de exposições à venda ou entrega ao consumo.

Art. 73º - Estão igualmente obrigados ao registro no órgão competente:

a) Os aditivos intencionais;
b) As embalagens;
c) Os equipamentos e utensílios revestidos internamente de resinas e substâncias poliméricas que entram em contato com alimentos, inclusive os de uso doméstico;
d) Os coadjuvantes da tecnologia alimentar;

Art. 74º - Ficam dispensados do registro:

I – As matérias primas alimentares e os alimentos “In Natura”.
II – Os aditivos intencionais e os coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimentos, quando dispensados por resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (C.N.N.P. A) ou órgão que a substitua.
III – Os produtos alimentícios destinados à preparação de alimentos industrializados, desde que incluídos em resolução da C.N.N.P. A ou órgão que a substitua.
IV – Os alimentos que não estão sujeitos a registro, mais são de interesse da saúde pública municipal, elaborados no próprio estabelecimento, apesar de ter sua comercialização restrita ao estabelecimento, estão sujeitos à análise prévia fiscal e de apoio ou rotina.
V - Todos os alimentos fabricados, produzidos, comercializados dentro do município, deverá estar cadastrado e autorizado pelo órgão competente do município, de acordo com a disposição da legislação vigente.

SEÇÃO III

DA ROTULAGEM

Art. 75º - Os rótulos de alimentos e aditivos intencionais deverão estar de acordo com este regulamento e demais dispositivos legais que regem o assunto.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo se aplicam aos aditivos intencionais e produtos alimentícios dispensados de registro, bem como as matérias primas alimentares e alimentos “In Natura”, quando acondicionados em embalagens que os caracterizam.

Art. 76º - Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

I – A qualidade, a natureza e o tipo de alimento, observando a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade;
II – Nome ou marca do alimento;
III – Nome da empresa responsável;
IV – Endereço completo da firma responsável;
V – Número de registro do alimento no órgão competente da união ou por ela delegada;
VI – Indicação se for o caso de aditivo intencional mencionando e indicando o código de identidade correspondente;
VII – Número de identificação da partida e do lote ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;
VIII – O peso ou o volume líquido;
IX – Outras indicações que venham a ser fixadas em regulamento ou normas técnicas especiais;

§ 1º - Todos os dizeres do rótulo deverão ser redigidos em português e contendo palavras em idioma estrangeiro, deverão trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universalmente consagrada.
§ 2º - Os rótulos dos alimentos destinados a exportação poderão ter as indicações exigidas por lei do País a que destinam.
§ 3º - Os rótulos dos alimentos destituídos, total ou parcialmente de um de seus componentes normais, devem mencionar a alteração autorizada.

§ 4º - Os nomes científicos que forem inscritos nos alimentos devem, sempre possível, ser acompanhados da denominação comum correspondente.

Art. 77º - Os rótulos de alimentos de fantasia ou artificiais não podem mencionar indicações especiais de qualidade, nem trazer menções, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação ou que induzam o consumidor em erro ou engano quanto a sua origem, natureza ou composição.

§ 1º - A expressão "colorido artificialmente" deve ser seguida do código do corante.

§ 2º - O estabelecimento neste artigo e no § 1º deverá constar no painel do rótulo, em forma facilmente localizável e legível.

Art. 78º - Os rótulos dos alimentos enriquecidos, dos alimentos dietéticos e dos alimentos irradiados deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente legíveis.

Parágrafo Único – A declaração de "alimento dietético" deverá ser acompanhada da indicação do tipo de regime a que se destina o produto, expressa em linguagem de fácil entendimento.

Art. 79º - As declarações superlativas de qualidade de um alimento só poderão ser mencionadas nas respectivas rotulagens em consonância com a classificação constante do respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 80º - As declarações superlativas de qualidade de um alimento só poderão ser mencionadas nas respectivas rotulagens em consonância com a classificação constante do respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 81º - Não poderão constar na rotulagem denominações, designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos, ou indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade do alimento, ou que lhe atribuam qualidades ou características superiores àquelas que realmente possuam.

Art. 82º - A venda de alimentos à granel será regulamentada pela Autoridade Sanitária Municipal, condoante com a Legislação Federal específica.

Art. 83º - São adotados e serão observados pela Secretária Municipal de Saúde os Padrões de identidade e qualidade estabelecidos para cada tipo ou espécie de alimento, pelo órgão competente da união abrangendo.

I – Denominação, definição e composição, compreendendo a discrição do alimento do alimento, o nome científico, quando houver, e os requisitos que permitam fixar um critério de qualidade;

II – Requisitos de higiene, compreendendo medidas sanitárias concretas e demais disposições necessárias à obtenção de um alimento puro, comestível e de qualidade comercial;

III – Aditivos intencionais que possam ser empregados, abrangendo a finalidade do emprego que possam ser empregados, abrangendo a finalidade do emprego e o limite de adição;

IV – Requisitos aplicáveis a peso e medida;

V – Requisitos relativos à rotulagem a apresentação do produto;

VI – Métodos de colheitas de amostra, ensaio e análise do alimento;

§ 1º - Os requisitos de higiene, adotados e observados, abrangerão também o padrão microbiológico do alimento e o limite residual de pesticidas e contaminantes toleráveis.

§ 2º - Os padrões de identidade e qualidade poderão ser revistos, na forma de legislação em vigor e por iniciativa do poder público ou a requerimento da parte interessada, devidamente fundamentado.

§ 3º - Poderão ser aprovados sub-padrões de identidade e qualidade, devendo os alimentos por ele abrangido, ser embalados e rotulados de forma a distingui-los do alimento padronizado corretamente.

§ 4º - Os alimentos de fantasia ou artificial, ou ainda não padronizados, deverão obedecer, na sua composição, as especificações que tenham sido declaradas e aprovadas por ocasião do respectivo registro.

§ 5º - Os alimentos sucedâneos deverão ter aparência diferente daquela dos alimentos genuínos ou permitir, por outra forma, a sua identificação, de acordo com as disposições da legislação vigente.

Art. 84º - Caso ainda não exista padrão de identidade e qualidade estabelecido pelo órgão competente para determinado alimentos, serão adotados os preceitos Bromatológicos constantes dos regulamentos federais vigente ou na sua falta, os dos regimentos estaduais e/ou municipais pertinentes.

CAPÍTULO III

NORMAS GERAIS PARA ESTABELECIMENTOS

Art. 85º - Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabricação, preparo, depósito, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento ou venda de alimento, bem como todos os demais de interesse da saúde pública municipal aqui regulamentado e os que vierem a ser regulamentados através de normas técnicas de acordo com as características e peculiaridade de cada atividade.

Art. 86º - Os estabelecimentos que trata esta seção somente poderá funcionar no município, após a expedição de alvará sanitário da secretaria municipal de saúde, através da vigilância sanitária, sem prejuízo dos atos de competência de outros órgãos federais, estaduais e municipais competentes.

Art. 87º - A autoridade sanitária terá livre acesso a qualquer local dos estabelecimentos mencionados nesta seção, que utilizem para suas atividades os elementos e substância definidas nesta seção.

Parágrafo Único – A autoridade sanitária, em inspeção de rotina verificará aspectos referentes a:

I – Localização, acesso, número de distribuição das dependências;
II – Pisos, paredes e revestimentos;
III – Forros dos tetos, portas e janelas;
IV – Iluminação e ventilação;
V – Abastecimento de água servidas;
VI – Eliminação das águas servidas;
VII – Ralos nos pisos, pias em lavados com sifão ou caixa sifonada;
VIII – Instalações sanitárias dos empregados e para o público;
IX – Local para guarda de vestiário dos funcionários;
X – Recipientes adequadas para lixo;
XI – Vasilhame de materiais inócuo inatacável, sem ranhuras ou fragmentações para o preparo, uso e transporte de alimentos;
XII – As toalhas, copos, xícara e demais utensílios similares, quando não forem descartáveis, deverão sofrer processo de esterilização;
XIII – Câmaras, balcões frigoríficos ou geladeiras de capacidade proporcional à demanda para conservação dos gêneros alimentícios de fácil deteriorização, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
XIV – Condições dos alimentos e matérias-primas, manipulação dos alimentos, proteção contra a contaminação e contra alteração eliminação das sobras de alimentos;
XV – Armários com portas, que atendam à demanda, apropriados para a guarda de vasilhames e demais utensílios, construídos ou revestidos internamente de material impermeabilizante à critério da autoridade sanitária competente;
XVI – As portas dos armários devem ser mantidas fechada;
XVII – Perfeita limpeza, higienização e conservação geral;
XVIII – Açucareiros e outros utensílios afins do tipo que permitam a retirada do açúcar e congêneres sem levantamento da tampa ou introdução de colheres, e evitem à entrada de insetos;
XIX – As condições higiênicas e de saúde dos manipuladores;
XX – Das condições de saúde e segurança do trabalhador.

Art. 88º - Nos locais onde se fabricam, preparam, beneficiam, acondicionam e comercializam alimentos é proibido:

I – Fumar, quando estiver manipulando, servindo ou em contado com alimentos;
II – Varrer à seco;

III – Ter produtos utensílio ou maquinários alheios as atividade;
IV – Uso de pratos, copos, talheres e demais utensílios quando quebrados, rachados, gretados ou defeituosos;
V – Comunicar diretamente com residências;
VI – Utilizar estrados de madeira nos pisos dos banheiros, cozinhas, salas de manipulação e atrás dos balcões do salão de venda;
VII – Sótãos sobre a sala de manipulação e/ou cozinha sala de embalagens e instalação sanitária;
VIII – Nos casos não mencionados nos itens VI e VII deste artigo serão tolerados desde que atendam às seguintes disposições:

a) Serem impermeabilizados adequadamente;
b) Possuírem o pé mínimo de 3,00 metros (três metros);
c) Guarda copo;
d) Escada de acesso fixa com corrimão;
e) Não é permitida à construção de jiraus que cubram mais de 1/5 (um quinto) da área do compartimento em que forem instalados;
f) Não são permitidas divisões nos jiraus, nem o seu fechamento com paredes de qualquer espécie;
g) Manter rigoroso asseio, higiene e limpeza;

Art. 89º - Os responsáveis pelo estabelecimento devem zelar pela limpeza e higienização dos equipamentos, utensílios e maquinários, os quais deverão ser de material adequado de forma a evitar a contaminação ou a diminuição do valor nutritivo dos alimentos.

Art. 90º - Todas as dependências dos estabelecimentos constantes desta regulamentação deverão apresentar as suas paredes com embuço e rebocadas total, de cor claras, laváveis, impermeáveis, limpas e em perfeito estado de conservação, ou à critério da autoridade sanitária competente.

Art. 91º - Os prédios, as dependências e demais instalações, quaisquer que sejam, onde funcionem os estabelecimentos constantes deste regulamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e atender ao fim a que se destinam.

Art. 92º - Os sanitários não deverão abrir-se para os locais onde se preparam, sirvam ou depositem alimentos e deverão ser mantidos rigorosamente limpos e desinfectados, providos de papel higiênicos e acessórios para higienização das mãos.

SEÇÃO I

SALÕES DE VENDA

Art. 93º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamentos, os salões de vendas deverão seguir as seguintes normas:

I – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, lavável, impermeável e em bom estado de conservação;
II – Paredes de cores claras, lisas, de fácil limpeza, laváveis e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00 (dois) metros e em boas condições de conservação;
III – Teto de material adequado que permita uma perfeita limpeza e higienização;
IV – Balcões e mesas com tampas revestidos de material impermeável e eficiente;
V – Pia com água corrente, sabão líquido e toalha de mão descartável ou toalha de rolo;
VI – Lixeira com revestimento interno adequado para lixo, com tampa.

Parágrafo Único – Materiais não previstos nesta regulamentação deverão ter prévia aprovação da autoridade sanitária competente, seguindo normas técnicas específicas.

SEÇÃO II

COZINHAS E/OU SALAS DE MANIPULAÇÃO

Art. 94º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, as cozinhas e/ou salas de manipulação, deverá seguir as seguintes normas:

I – Pisos de cerâmica ou de material liso, resistente, impermeáveis, laváveis, de fácil limpeza, antederrapantes, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;
II – Paredes de cores claras, lisas, resistentes, laváveis, de fácil limpeza e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00 metros (dois metros) e em boas condições de conservação;
III – Teto liso de material adequado, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;
IV – Abertura teladas com tela à prova de insetos;
V – Fogão apropriado com coifa e/ou exaustor;
VI – Mesas de manipulação constituídas somente de pés e tampos, devendo estes tampos serem feitos ou revestidos de material impermeabilizante;
VII – Lavabo com água corrente, provido de sabão líquido e toalha de mãos descartável ou toalha de rolo;
VIII – Lixeira com revestimento interno adequado para lixo e com tampa.

SEÇÃO III

ANTE SALAS

Art. 95º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, as ante-salas deverão possuir:

I – Pisos de cerâmica, ou de material liso, resistente, de fácil limpeza, impermeáveis, laváveis, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;
II – Paredes de cores claras, lisas, de fácil limpeza, laváveis, impermeáveis até a altura mínima de 2,00 metros (dois metros) e em boas condições de conservação;
III – Lavabo com água corrente;
IV – Sabão líquido e/ou dispositivo de higienização;
V – Toalha de mãos descartável ou toalha de rolo;
VI - Lixeira com revestimento interno adequado para lixo, com tampa.

SEÇÃO IV

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 96º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, todos os estabelecimentos deverão possuir uma instalação sanitária no mínimo, que deverá seguir as seguintes normas:

I – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, impermeáveis, laváveis, de fácil limpeza, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;
II – Paredes de cores claras, resistentes, lisas, de fácil limpeza, laváveis e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00 metros (dois metros) e em boas condições de conservações;
III – Teto liso de material adequado, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;
IV – Não ter ligação direta com nenhuma dependência do estabelecimento, devendo possuir ante-sala;
V – Vaso sanitário com tampa e/ou mictório, sendo em ambos os casos, obrigatória a água corrente para descarga;
VI – Portas providas de molas;
VII – Lavabo com água corrente, sabão líquido, toalha de mão descartável ou toalha de rolo;
VIII – Lixeira, com revestimento interno adequado para lixo e tampa com abertura de pedal.

§ 1º - Os estabelecimentos que possuírem mais de 15 (quinze) funcionários, deverão ter instalações sanitárias por sexo, podendo estas serem de uso comum ao público;
§ 2º - Os estabelecimentos que comercializam bebidas alcóolicas fracionadas, obrigados a ter instalações sanitárias por sexo, à critério da autoridade sanitária.

SEÇÃO V

DEPÓSITO DE ALIMENTOS

Art. 97º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, os depósitos de alimentos deverão possuir:

I – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, impermeável, lavável, de fácil limpeza, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;

II – Estrados para sacarias, que obedecerão as seguintes normas:

a) Dimensões.
- Largura, ou um dos lados = 3,00m (três metros), no mínimo.
- Comprimento, ou o outro lado = não estipulado.

b) Distância entre um estrado e o piso: 0,20cm (vinte centímetro), no mínimo.

c) Distância entre estrado e uma parede 0,50cm (cinqüenta centímetros), no mínimo.

d) Quando houver mais de um estranho, a distância entre um estrado e outro: 0,50cm (cinqüenta centímetro), no mínimo.

III – Paredes de cores claras, lisas, resistentes, laváveis, de fácil limpeza e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00 m (dois metros), em boas condições de conservação;

IV – Teto liso de material adequado, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;

SEÇÃO VI

VESTIÁRIOS

Art. 98º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, os vestiários deverão possuir:

I – Cômodos separados por sexo;

II – Paredes de cores claras, lisas, de fácil limpeza, laváveis e impermeáveis até a altura mínima de 2,00 metros (dois metros);

III – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, impermeável, lavável, de fácil limpeza, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;

IV – Teto liso de material eficiente, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;

V – Porta provida de mola;

VI – Armários para guarda de vestiário e bens pessoais;

Parágrafo Único – Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições deste artigo as padarias, confeitarias, cozinhas industriais, Buffet, fábricas, supermercados, clubes recreativos, centro esportivo, creches, praças de esportes, casas de banho, casas de massagens, saunas, lavanderias e demais estabelecimentos citados neste regulamento, a critério da autoridade sanitária competente.

CAPÍTULO IV

DA VIGILÂNCIA DOS ALIMENTOS

Art. 99º - O policiamento da autoridade sanitária será exercido sobre os alimentos, o pessoal que os manipula e sobre os locais e instalações onde se fabricam, produzam, armazenam, transportam, comercializam ou consomem alimentos.

§ 1º - Além de apresentar em perfeitas condições para o consumo, os produtos, substâncias, insumos ou outros, devem ser oriundos de fontes aprovadas ou autorizadas pela autoridade sanitária competente.

§ 2º - Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condição de temperatura, umidade, ventilação e luminosidade que os projetam de contaminação e deteriorações.

Art. 100º - Os gêneros alimentícios devem, obrigatoriamente, ser protegidos por invólucros próprios e adequados no armazenamento, transporte, exposição e comércio.

§ 1º - No acondicionamento de alimentos, não é permitido o contato direto com jornais, papéis tingidos, papeis ou filmes plásticos usado com a face impressa, de papéis ou filmes impressos e sacos destinados ao acondicionamento de lixo.

§ 2º - Os gêneros alimentícios que por força de sua comercialização, não puderem ser completamente protegidos por invólucros, devem ser abrigados em dispositivos adequados a evitar a contaminação manuseados ou servidos mediante o emprego de utensílios ou outros dispositivos que sirvam para evitar o contato direto com as mãos.

§ 3º - A sacaria utilizada no acondicionamento de alimentos deve ser de primeiro uso, sendo proibido o emprego de embalagens que já tenham sido usadas para produtos não comestíveis ou aditivos.

Art. 101º - O alimento só poderá ser exposto à venda devidamente protegido contra contaminação mediante dispositivos ou invólucros adequados.

Art. 102º - Os alimentos manipulados devem ser consumidos no mesmo dia, mesmo que conservados em refrigeração.

Art. 103º - Os utensílios e recipientes dos estabelecimentos onde se preparam e/ou consomem alimentos, deverão ser lavados e higienizados adequadamente, ou serão usados recipientes descartáveis, sendo inutilizados após seu uso.

Parágrafo Único – Os produtos utilizados na limpeza deverão possuir registro nos órgãos competente.

Art. 104º - Os alimentos serão sempre e obrigatoriamente mantido afastados de saneantes, desinfetantes, combustíveis líquidos, produtos de perfumarias, limpezas e congêneres.

Art. 105º - É proibido sobrepor bandejas, pratos e outros recipientes desprovidos de cobertura e contendo alimentos.

Art. 106º - É proibido:

I – Expor à venda ou entregar ao consumo produtos cujo prazo de validade tenha vencido ou apor-lhes novas datas após expirado o prazo;

II – Fornecer ao consumidor sobras ou restos de alimentos que tenham sido servidos, bem como aproveitar as referidas sobras ou restos para a elaboração ou preparação de novos alimentos;

III – Reutilizar gorduras ou óleo de fritura em geral que apresente sinais de saturação, modificação na sua coloração ou presença de resíduos queimados;

IV – Fornecer manteiga ou margarina, doces, geleias, queijos e similares sem que estejam devidamente embalados e protegidos;

V – Transportar, armazenar, distribuir ou expor à venda alimentos sem a devida proteção contra os raios solares diretos.

Art. 107º - O gelo usado na preparação e na composição de alimentos e bebidas deve ser potável, respeitando os padrões de qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, também no tocante ao transporte e acondicionamento.

Art. 108º - A autoridade sanitária em ocorrendo enfermidades transmitidas por alimentos, poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos, junto a indivíduos e a grupos populacionais determinados, tendo em vista a proteção da saúde pública.

Art. 109º - Na industrialização e comercialização de alimentos e na preparação de refeições deve ser restringido o contato manual direto, fazendo-se uso apropriado de processo mecânicos, circuitos fechados, utensílios e outros dispositivos.

Art. 110º - As peças, maquinarias, utensílios, recipientes, equipamentos outros e embalagens que venham a entrar em contato com alimentos nas diversas fases de fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, conservação, transporte, armazenamento, depósito, distribuição, comercialização e outras quaisquer situações, não devem intervir nocivamente com os mesmos alterar o seu valor nutritivo, ou as suas características organolépticas, devendo ser mantidas limpas e livres de sujidades, poeiras, insetos e outras contaminações.

Art. 111º - Além dos aspectos dispostos constantes nesta regulamentação as autoridades da vigilância sanitária observação:

I – O controle de possíveis contaminações microbiológicas, químicas e radioativas, principalmente em alimentos derivados de animais, tais como a carne, o pescado e o leite;

II – Procedimento de conservação em geral;

III – Impressão nos rótulos das embalagens da composição dos alimentos, endereços do fabricante e todos os elementos exigidos pela legislação pertinente, para conhecimento do consumidor, assim como o prazo de validade;

IV – Embalagens e apresentação dos produtos de acordo com a legislação pertinente;

V – Verificação de fontes e registro dos alimentos e sua respectiva aprovação e autorização de comercialização;

Art. 112º - É proibido substituir uma espécie por outra com a finalidade de fraudar o consumidor, vender congelados por resfriados ou frescal, marcar peso errado nos alimentos previamente embalados e usar outros meios fraudulentos.

Art. 113º - É proibido à venda de aves ou outros animais vivos nos supermercados e congêneres.

Art. 114º - Além do disposto em normas técnicas específicas do órgão fiscalizador da saúde pública, as chamadas "vitaminas vivas", compreendendo igualmente quaisquer sucos de frutos naturais, obedecerão às seguintes exigências no seu preparo.

I – Serão elaborados no momento de serem servidos ao consumidor, com todo rigor de higiene;

II – Serão usados em suas elaboração frutas frescas, em perfeito estado de conservação;

III – Quando em sua feitura entrar leite, que este seja pasteurizado ou equivalente;

IV – Quando o gelo for usado na composição ou no resfriamento do produto, deve o mesmo respeitar os padrões de identidade e qualidade exigindo pelas normas de saúde pública, bem como o transporte e acondicionamento.

Art. 115º - Na preparação de caldo de cana-de-açúcar devem ser observados as seguintes exigências:

I – Serão elaborados no momento de serem servidos ao consumidor, com todo o rigor de higiene;

II – As canas-de-açúcar destinadas a moagem deverá sofrer seleção;

III – O caldo obtido em instalações apropriadas deverá passar em peneiras adequadas e rigorosamente limpas e em bom estado de conservação;

IV – Só será permitida a utilização de cana raspada em condições satisfatórias para o consumo;

V – A estocagem da cana deverá ser obrigatoriamente em local previamente autorizado pela autoridade sanitária e mantido em perfeitas condições de higiene;

VI – Os resíduos de cana devem ser mantidos em depósitos fechados até a sua remoção, após encerramento das atividades comerciais ou industriais diárias ou sempre que se fizer necessário;

VII – Quando o gelo for usado na composição ou resfriamento do produto, deve o mesmo ser potável e respeitar os padrões de identidades e qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, bem como transporte e acondicionamento;

VIII – Os engenhos deverão ter calha de material inoxidável;

IX – A cana raspada deverá estar acondicionada em local apropriado, protegido contra pó e insetos.

Art. 116° - Os estabelecimentos que comercializam alimentos cozidos ou preparados para serem servidos quentes deverão possuir estufas para exposição ou guarda de produtos em temperatura acima de 60º (sessenta graus celsius).

SEÇÃO I

COLHEITA DE AMOSTRAS E ANÁLISE FISCAL

Art. 117º - Os métodos e normas estabelecidos pelo Ministério da Saúde serão observados pelo Município para efeito da realização da análise fiscal.

§ 1º - Em caso de análise condenatória do produto a autoridade sanitária competente procederá de imediato a interdição e inutilização do mesmo, comunicado, se for o caso, resultado da análise condenatória ao órgão central de Vigilância Sanitária do Estado, com vistas ao Ministério da Saúde, em se tratando de alimentos oriundos de outra unidade da Federação e que implique na apreensão do mesmo em todo o território nacional, cancelamento ou cassação de registro.

§ 2º - Em se tratando de faltas graves ligadas a higiene e segurança sanitária ou ao processo de fabricação, independentemente da interdição e inutilização do produto, poderá ser determinada interdição temporária ou definitiva, ou ainda, cassada a licença do estabelecimento responsável pela fabricação ou comercialização do produto condenado definitivamente, sem prejuízo das sanções pecuniárias previstas nesta Lei.

§ 3º - O procedimento administrativo a ser instaurado pela autoridade competente municipal, seguirá no que couber, os moldes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em relação a análise fiscal de alimentos.

§ 4º - Em caso de constatação de falhas, erros ou irregularidades sanáveis, e sendo o alimento considerado próprio para o consumo, deverá o interessado ser notificado da ocorrência concedendo-lhe prazo para sua correção, decorrido o qual proceder-se-á a nova Análise Fiscal, e, persistindo as falhas, será o alimento inutilizado, lavrando-se o respectivo auto de infração.

Parágrafo Único – Quando se fizer necessário, o Sistema Único de Saúde – SUS, poderá credenciar laboratórios públicos ou privados, atendendo a conveniência da descentralização de exames e pesquisas especializadas.

SEÇÃO II

DAS QUALIFICAÇÕES DOS ALIMENTOS

Art. 118º - Só poderão ser dados à venda ou exposto ao consumo alimentos próprios para tal finalidade, sendo assim considerados os que:

I – Estejam em perfeito estado de conservação;

II - Por natureza, composição ou circunstância de produção, fabricação, manipulação, beneficiamento, fracionamento, acondicionamento, distribuição, comercialização e quaisquer atividades relacionados com os mesmos, não sejam nocivos à saúde, não tenham o valor nutritivo prejudicado e não apresentam aspecto repugnante;

III – Sejam provenientes de estabelecimentos licenciados pelo órgão competente ou se encontrem em tais estabelecimentos;

IV – Obedeçam ás disposições da legislação federal, estadual e municipal vigentes, relativa ao registro, rotulagem padrões de identidade e qualidade.

Art. 119º - São considerados impróprios para o consumo os alimentos que:

I – Contenham substâncias venenosas ou tóxicas em quantidade que possam torná-los prejudiciais à saúde do consumidor;

II – Transporem ou contenham substâncias venenosas ou tóxicas, Adicionais ou intencionais, para as quais não tenha sido estabelecido limites de tolerância ou que contenham acima do limite estabelecido;

III – Contenham parasitas que indiquem a deterioração ou o defeito de manipulação acondicionamento ou conservação;

IV – Contenham parasitas patogênicas em qualquer estágio de evolução os seus produtos causadores de infecções, infestações ou intoxicações;

V – Sejam compostos no todo, ou em parte, de substâncias em decomposição;

VI – Estejam alterados por ação de causas naturais, tais como umidade, ar, luz, enzimas, microrganismos e parasitas, tenham sofrido avarias, deteriorização ou prejuízo em as composição intrínseca, pureza ou caracteres organolépticas;

VII – Por modificações evidentes em sua propriedade organolépticas normais ou presença de elementos estranhos ou impurezas, demonstrem pouco asseio em qualquer das circunstâncias que ponha em risco a saúde do consumidor;

VIII – Tenham sido operados da origem ao consumidor, sobre alguma circunstância que ponha em risco à saúde pública;

IX – Sejam constituídos ou tenham sido preparados, no todo ou em parte, com produto proveniente de animal que não tenham morrido por abate, ou animal enfermo, executados os casos permitidos pela inspeção veterinária oficial;

X – Tenham sua embalagem constituída, no todo ou em parte, por substância prejudicial à saúde;

XI – Sendo destinados ao consumo imediato, tendo ou não sofrido processos de cocção, estejam expostos à venda sem a devida proteção;

Art. 120º - Consideram-se alimentos deteriorados os que hajam sofrido avaria ou prejuízo em sua pureza, composição ou caracteres organolépticas, por ação da temperatura, microrganismos, parasitas, sujidades, transporte inadequado, prolongado armazenamento, deficiente conservação, mau acondicionamento, defeito de fabricação ou conseqüência de outros agentes;

Art. 121º - Consideram-se corrompidos, adulterados ou falsificados, os gêneros alimentícios:

a) Cujos componentes tenham sido, no todo ou em parte, substituídos por outros de qualidade inferior;

b) Que tenham sido coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substâncias estranhas, com o fim de ocultar qualquer fraude ou alteração, ou lhes atribuir melhor qualidade do que aquela que realmente apresentem;

c) Que constituírem, no todo ou em parte, de produtos animais;

Art. 122º - Não poderão ser comercializados os alimentos que:

I – Provierem de estabelecimentos não licenciados pelo órgão competente, quando for o caso;

II – Não possuírem registro no órgão federal ou estadual competente, quando a ele sujeitos;

III – estiverem rotulados em desacordo com a legislação vigente;

IV – Não estiverem rotulados, quando obrigados pelas exigências, ou quando desobrigados, não poder ser comprovada a sua procedência;

V – Não correspondem à denominação, definição, composição, qualidade, requisitos relativos à rotulagem a apresentação do produto especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade, quando se tratar de alimento de fantasia ou não padronizado ou, ainda, as especificações federais e estaduais pertinentes ou, na sua falta, as do regulamento municipal correspondente concernentes ou as normas internacionais aceitos, quando ainda não padronizadas.

SEÇÃO III

DAAPREENSÃO E INUTILIZAÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 123º - Os bens e produtos alimentícios destinados ao consumo humano, quando visivelmente deteriorados ou alterados, serão apreendidos e inutilizados sumariamente, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Único – O auto de infração referente a apreensão de alimentos que se encontrem nessas condições, deverá especificar a natureza, marca, quantidade, qualidade, e deverá ser assinado pelo infrator que, ou, na recusa deste por duas testemunhas.

Art. 124º - Quando o produto apreendido for passível de utilização para fins industriais ou agropecuários, desde que não coloque em risco a saúde animal, poderá ser transportado por conta e risco do infrator, para local designado acompanhado pela autoridade sanitária até o momento em que se verifique não ser mais possível devolvê-la ao consumo humano.

Parágrafo Único – Neste caso o auto de infração poderá ser transformado em advertência, por uma única vez não sendo admitida a reincidência, caso em que a penalidade pecuniária será aplicada em dobro.

SEÇÃO IV

DOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS

Art. 125º - Devem ser observadas as seguintes recomendações quanto ao pessoal que manipula alimentos em geral, desde sua fase de fabricação ao preparo de refeições:

I – Serem encaminhadas a exames periódicos (de 6 em 6 meses) de saúde;

II – Não praticarem ou possuírem hábitos capazes de prejudicar a limpeza dos alimentos, a higiene dos estabelecimentos e a saúde dos consumidores.

Art. 126º - Devem ser incentivados pela Secretaria Municipal de Saúde cursos a serem dados ao pessoal, no que se refere a higiene individual, inclusive quanto ao vestuário adequado, cuidados necessários para evitar os riscos de contaminação na manipulação de alimentos, técnicas de limpeza e conservação do material e instalações.

Art. 127º - A autoridade sanitária competente poderá afastar ou encaminhar para exames os Manipuladores de alimentos suspeitos de serem portadores de doenças infecto-contagiosas.

SEÇÃO V

DOS AÇOUGUES, DEPÓSITOS DE CARNES, CASAS DE CARNES, AVES ABATIDAS, PEIXARIAS, MATADOUROS-FRIGORÍFICOS E CONGÊNERES

Art.128º - Os matadouros-frigoríficos, matadouros, triparias, charqueados, fábricas de conservas de carne, fábricas de conservas de pescado e estabelecimentos congêneres, de acordo com a sua natureza, as atividades desenvolvidas, o processamento das operações industriais e equipamento industrial utilizado, terão, a critério da autoridade sanitária, e observada a legislação pertinente:

I - Pisos revestidos com material resistente, liso, impermeável e de cores claras, providos de canaletas ou outro sistema indispensável à formação de uma rede de drenagem das águas de lavagem e residuais;

II – Paredes ou separações revestidas até a altura mínima de 2,0 (dois) metros, com material resistente, liso, impermeável e de cores claras;

III – Dependências e instalações destinadas ao preparo de produtos alimentícios separadas de todas as demais, inclusive das utilizadas no preparo das substâncias não comestíveis e daquelas em que forem trabalhadas as carnes e derivados para fins industriais;

IV – Abastecimento de água quente e fria;

V – Vestiário e instalações sanitárias adequada e em conformidade com a autoridade sanitária competente;

VI – Currais, bretes e demais instalações do estacionamento e circulação dos animais, quando for o caso, pavimentados e impermeabilizados;

VII – Locais apropriados para separação e isolamento de animais doentes;

VIII – Pavimentação dos pátios e ruas na área dos estabelecimentos dos terrenos onde forem localizados os tendais para secagem de charques;

IX – Tela protetora dos tendais para secagem de charques e similares;

X – Local apropriado para necropsias com as instalações necessárias e forno crematório anexo, para incineração das carcaças condenadas;

XI – Gabinete para laboratório e escritório para inspeção veterinária.

Art.129º - As salas de manipulação, de preparo e de embalagem terão:

I - Pisos de cores claras, revestido de material liso, resistente e impermeável;

II – Paredes de cores claras, revestida de material liso, resistente e impermeável até a altura de 2,0 (dois) metros, no mínimo;

III – Forros exigíveis, a critério da autoridade sanitária, em função das condições de fabrico, vedados os de madeiras;

IV – Área não inferior a 20,0 m^2 (vinte metros quadrados), com dimensão mínima de 4,0 (quatro metros), admitidas reduções nas pequenas indústrias, a critério da autoridade sanitária;

V – Mesas de manipulação constituídas de pés e tampo, devendo este ser feito ou revestido de material liso, resistente e impermeável;

VI – Portas com mola;
VII – Aberturas teladas.

Art. 130º - Os matadouros avícolas, além das disposições relativas aos matadouros em geral, no que lhes for aplicável, disporão das seguintes dependências:

I – Compartimentos para separação das aves em lote, de acordo com procedência e raça;
II – Câmara frigorífica.
Art. 131º - Todos os abatedouros - frigoríficos deverão ter sistemas de tratamento e disposição de esgoto, conforme as Normas Técnicas da ABNT e submetidos à apreciação e aprovação da autoridade sanitária.

Art. 132º - As dependências principais de cada estabelecimento, tais como sala de matança, triparias, fusão e refinação de gorduras, salga ou preparo de couros e outros subprodutos, devem estar separadas umas das outras.

Art. 133º - As cocheiras, estábulos e pocilgas deverão estar situados em área rural e distante dos locais onde se preparem produtos de alimentação humana.

Art. 134º - As fábricas de conservas de carnes e de produtos derivados e de pescados e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - Rodapés das paredes formando concordâncias arredondadas com o piso;
II – Câmara frigorífica;
III – Instalação para fabrico de produtos não alimentares completamente isoladas das demais dependências.

Art. 135º - Os açougues e demais estabelecimentos que comercializam carnes em geral devem observar o tempo mínimo regulamentar para se proceder a desossa, utilizando serra elétrica ou similar.

I – Ganchos de material inoxidável, inócuo e inatacável para sustentar a carne quando utilizados na desossa, bem como no acondicionamento em geladeiras ou balcões frigoríficos;
II – Os balcões frigoríficos deverão ser providos de portas apropriadas, mantidas obrigatoriamente fechadas e em bom estado de conservação.

Parágrafo único – Os açougues deverão possuir:

I - Pisos revestidos com materiais resistentes, lisos, impermeáveis e de cores claras, providas de canaletas ou outro sistema indispensável à formação de uma rede de drenagem das águas de lavagem e residuais;
II – Paredes ou separações revestidas até a altura mínima de 2,0 (dois) metros, com materiais resistentes, lisos, impermeáveis e de cores claras;
III – Abastecimento de água ligada à rede pública;
IV – Vestiário e instalações sanitárias adequadas e em conformidade com a autoridade sanitária competente;

Art. 136º - É vedado às peixarias a fabricação artesanal de conservas de peixes e a venda desta ao consumidor.

Art. 137º - É proibido nos açougues e estabelecimentos congêneres:

I – Uso de machadinha, que será substituída pela serra elétrica ou similar;
II – Lavar o piso ou paredes com qualquer solução desinfetante não aprovada por normas técnicas específicas;
III – O uso de cepo;
IV – Dar ao consumo carnes, pescados, aves e derivados que não tenham sido submetidos à inspeção pela autoridade sanitária competente, sob pena de apreensão e multa;
V – A estocagem de carne moída, devendo a mesma ser feita no momento de sua venda ao consumidor.

SEÇÃO VI

DOS HOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES, LANCHONETES, CAFÉS, PADARIAS, CONFEITARIAS E SIMILARES

Art. 138º - Os hotéis, motéis, pensões, hospedarias, restaurantes, lanchonetes, cafés, bares, padarias, confeitarias e congêneres, localizados ou ambulantes, observarão:

I – O uso de água fervente, ou produto apropriado para a esterilização de louças, talheres e utensílios de copa e cozinha, não sendo permitida a lavagem pura e simples em água corrente fria, em balde, tonel ou outros vasilhames.
II – Perfeita condição de higiene e conservação nas copas, cozinhas e despensas, sendo passível de apreensão e inutilização imediata, o material danificado, lascado ou trincado.
III – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, lavável, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;
IV – Paredes de cores claras, lisas, laváveis, de fácil limpeza e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00m (dois metros), em boas condições de conservação;
V – Teto liso de material adequado, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;
VI – Aberturas teladas com tela à prova de insetos;
VII – Fogão apropriado com coifa e/ou exaustor;
VIII – Mesas de manipulação constituídas somente de pés e tampos, devendo estes tampos ser feitos ou revestidos de material impermeabilizante;
IX – Filtro e/ou outros dispositivos para água que atenda a demanda;
X – É proibidos a utilização de divisões de madeira, revestimentos de madeira nas paredes, tetos e piso;
XI – É proibido servir à mesa pães, manteiga e similares sem a devida proteção;
XII – É obrigatório o uso de copos descartáveis em bares, lanchonetes e locais que servem bebidas, principalmente os trailers e ambulantes;
XIII – Manutenção de sanitários em número suficiente e higienicamente limpos, permanentemente desinfetados e, preferentemente, com a adoção de toalhas e assentos sanitários descartáveis;

Art. 139º - Os hotéis, motéis, pensões e similares deverão atender também:

I – Os leitos, roupas de cama, coberturas, toalhas de banho, deverão ser higienicamente esterilizados:
II – Dormitório com área de 6,00m (seis metros quadrados) no mínimo, quando destinados a uma pessoa e, 4,00m (quatro metros) por leito se uso coletivo;
III – sala de estar geral com área suficiente, à critério da autoridade sanitária competente;
IV – As toalhas de mesa e guardanapos, quando adotados, serão substituídos por outros, rigorosamente limpos, logo após a sua utilização por cada consumidor.

Art.140º - As lavanderias quando houver, devem ter:

I - Pisos de cerâmica, ou de material liso, impermeável, de fácil limpeza, resistente, lavável, com inclinação para o escoamento de águas de lavagem e em bom estado de conservação;
II – Paredes de cores claras, lisas, de fácies limpezas, laváveis e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00m (dois metros), e em boas condições de conservação;
III – Local para lavagem e secagem de roupas;
IV – Depósitos de roupas servidas;
V – Depósitos, em local exclusivo para roupas limpas;

Art. 141º - No mesmo veículo não poderão ser conduzidas, simultaneamente, roupas sujas e lavadas sem compartimento apropriado que evite totalmente o contato entre elas.

Art. 142º - Das padarias, bombonieres, confeitarias e congêneres, deverão atender também:

I – Recipiente com tampa revestido internamente com material inócuo e inatacável, ou feito de tal material, para guarda de farinhas, açucares, fubá, sal e congêneres;
II – Amassadeiras mecânicas, restringindo-se o mais possível a manipulação no preparo de massa e demais produtos;

Parágrafo Único – deverão possuir móveis adequados conforme o ramo das atividades a serem executadas;

a) Mesa e Utensílio – de material de cor clara, impermeável, liso, de fácil limpeza e higienização e em bom estado de conservação.
b) Maquinário – em bom estado de funcionamento, conservação e de fácil limpeza e manutenção.

Art. 143º - Os fornos, as máquinas e as caldeiras serão instalados em compartimentos especiais, devendo possuir isoladamente térmico e acústico, apropriados pela autoridade sanitária em consonância com a legislação ambiental vigente.

Art. 144º - As massas de secagem os alimentos, após saírem do forno, deverão ficar sobre prateleiras em locais adequados.

Art. 145º - Das instalações sanitárias deverão atender também:

I – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, impermeável, lavável, de fácil limpeza, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;
II – Paredes de cores claras, lisas, resistentes, laváveis, de fácil limpeza e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00m (dois metros) e em boas condições de conservações;
III – Teto liso de material adequado, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;
IV – Não ter ligação direta com nenhuma dependência do estabelecimento, devendo possuir ante-sala;
V – Vaso sanitário com tampa e/ou mictório, sendo em ambos os casos, obrigatórias a água corrente para descarga;
VI – Portas providas de molas;
VII – Lavabo com água corrente, sabão líquido de toalha de mão descartável ou toalha de rolo;
VIII – Lixeira com revestimento interno adequado para lixo, com tampa e abertura de pedal.

§ 1º - Os estabelecimentos que possuírem mais de 15 (quinze) funcionários, deverão ter instalações sanitárias por sexo, podendo estas ser de uso comum ao público.
§ 2º - Além dos dispositivos contidos no artigo supra citado, ficam os estabelecimentos que comercializam bebidas alcóolicas fracionadas, obrigados a ter instalações sanitárias separadas por sexo a critério da autoridade sanitária.

SEÇÃO VII

DAS QUITANDAS, DEPÓSITOS DE AVES OU OUTROS ANIMAIS, CASAS DE FRUTAS E CONGÊNERES

Art. 146º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

I – Bancas impermeabilizadas com material eficiente para conter produtos hortifrutigranjeiros;
II – Mesas ou estantes rigorosamente limpas, a 1,00m (um metro), no mínimo, das ombreiras das portas exteriores para produtos expostos à venda;
III – Gaiolas para aves, que serão de fundo móvel, impermeável, de modo a facilitar a higienização local e não poderão conter número excessivo de aves;

Art. 147º - Além das demais disposições contadas no art. 145º deste regulamento, é proibido nos referidos estabelecimentos:

I - abate ou preparo de aves ou outros animais, não condoante com as normas específicas;
II - Aves doentes;
III - Frutas não sazonadas, amolecidas, esmagadas fermentadas ou geminadas;
IV - Produtos procedentes de hortas irrigadas com águas poluídas ou adubadas com dejetos humanos;

Art. 148º - Os depósitos de aves ou outros animais vivos aprovados pela autoridade sanitária competente, devem ter suas instalações isoladas de outros animais, de acordo com esse ramo de comércio, aplicando-se as mesmas exigências deste regulamento e mais as seguintes:

I - Área proporcional a demanda, na proporção de 08(oito) aves por metro quadrado;
II - Cobertura apropriada com tela, completando a alvenaria;
III - Piso impermeabilizado com material eficiente, com inclinação suficiente para o escoamento de água de lavagem.

SECÃO VIII

DAS COZINHAS INDUSTRIAIS, BIFES, CONGELADOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art.149º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

I - Além das demais disposição contida no art.143 deste regulamento, poderá ser exigida também, a critério da autoridade sanitária, a sala de embalagens de produtos nos mesmos moldes da sala de manipulação;
II - Vasilhames de material inócuo e inatacável, sem ranhura ou fragmentações para o preparo, uso e transporte de alimentos, devidamente limpo, devendo sofrer o processo de desinfecção,obedecendo em princípio ás seguintes etapas:

a) Remoção de detritos, lavagem como água morna e sabão ou detergente escaldado com água fervente ou a vapor e secagem.

III - Fogão apropriado com sistema de exaustão, composto dos seguintes componentes:

a) Coifas;
b) Dutos;
c) Chapéus;
d) Exaustor;

IV - Triturador industrial para resíduos com capacidade suficiente.
V - Equipamentos que produzem calor, instalados em locais próprios e afastados, no mínimo 0,50cm (Cinqüenta centímetros) do teto e das paredes.

SEÇÃO IX

FÁBRICAS DE DOCES, FÁBRICAS DE GEL, FÁBRICA DE SALGADOS, TORREFAÇÃO DE CAFÉ, BENEFICIADORAS DE ARROZ E CONGÊNERES

Art.150º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, os estabelecimentos acima enumerados deverá possuir:

I - Sala de embalagens de produtos nos moldes da sala de manipulação à critério da autoridade sanitária;
II - Vasilhames de material inócuo e inatacável, sem ranhura ou fragmentação para o preparo, uso e transporte de alimentos, devidamente limpos, devendo sofrer o processo de desinfecção, obedecendo em princípio as seguintes etapas:
III - Remoção dos detritos, lavagem com água morna e sabão ou detergente, escaldado com água fervente ou vapor e secagem.
IV - Fogão apropriado com sistema de exaustão, composto dos seguintes componentes:
a) Coifa
b) Dutos

c) Chapéu
d) Exaustor

V - Isolamento térmico nos fornos, máquinas,caldeiras,estufas,forjas ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor;

VI - Serem os aparelhos ou equipamento que produzam calor, instalados em locais ou compartimentos próprios e afastados, no mínimo 0,50cm (Cinqüenta centímetro) do teto e das paredes;

VII - Terem chaminés de dimensionamento adequado a perfeita tiragem e serem dotadas de dispositivos eficientes para remoção ou controla dos inconvenientes que possam advir da fumaça, fumos, gases, fuligem, odores ou quaisquer outros resíduos que possam ser nocivos ou incômodos aos locais de trabalho e a vizinhança;

VIII - Serem instalados dispositivo apropriado para impedir que se formem ou que se espalhem, nas dependências de trabalho, suspemsoides tais como poeiras, fumo, fumaças, gases ou vapores tóxicos, irritantes ou corrosivos.

Art. 151 - Entende-se por gelo alimentar aquele destinado ao consumo direto em bebida ou alimento que o exijam, devendo enquadrar-se nas seguintes condições:

a) Feito água potável, filtrada, isenta de quaisquer contaminação;
b) Ser preparado em moldes ou formas próprias para aquele fim, impermeáveis e outras contaminações, sobretudo insetos;
c) Ser retirado das respectivas formas por processo higiênicos, sendo proibido para este fim o emprego de águas contaminadas ou suspeitas de contaminação, poluídas ou suspeitas de conter poluentes.

SEÇÃO X

DAS CASAS DE FRIOS, DEPÓSITOS DE LEITE, SORVETERIAS E SIMILARES

Art.152º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis desta regulamentação, os estabelecimentos deverão possuir:

I - Vasilhames de material inócuo e inatacável sem ranhura ou fragmentação para o preparo, uso e transporte de alimentos, devidamente limpos, devendo sofrer o processo de desinfecção, obedecendo em princípios as seguintes etapas:

§ 1º - Remoção de detritos, lavagem com água morna e sabão ou detergente escaldado com água fervente ou vapor e secagem.

II - Os sorvetes fabricados e não vendidos no próprio local, estão sujeitos ao registro no órgão competente, antes de serem entregues ao consumo, e periodicamente deverão sofrer um controle de qualidade do produto pela autoridade sanitária municipal competente;

III - Os gelados comestíveis, elaborados com produtos de laticínios ou ovos, serão obrigatoriamente pasteurizados;

IV - Os gelados comestíveis somente poderão ser recongelados desde que não tenham saído do local de fabricação;

V - Durante o armazenamento a uma temperatura, antes da distribuição aos pontos de vendas, mantidos a uma temperatura máxima de –18º C (dezoito graus celsius negativo), nos pontos de venda a temperatura deverá ser de no máximo, -5º C (cinco graus celsius negativo).

Art. 153º - É proibido nestes estabelecimentos manter as portas abertas dos refrigeradores, principalmente as portas do depósito de Leite.

SEÇÃO XI

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 154º - Todos os alimentos à venda nos estabelecimentos deste capítulo devem estar agrupados de acordo com a natureza e protegidos das ações dos raios solares, chuvas e outras intempéries, ficando terminantemente proibido coloca-los diretamente sobre o solo.

Art. 155º - Nestes estabelecimentos é permitida à venda a varejo de produtos hortifrutigranjeiros e subsidiariamente, de outros alimentos, observadas as seguintes exigências:

I – Devem ser mantidos refrigerados nas temperaturas exigidas, respectivamente, os alimentos obrigados a este tipo de conservação;

II – A comercialização de carnes, pescados e derivados e produtos de laticínios, passíveis de refrigeração, será permitida desde que em veículo frigorífico, que serão vistoriados e aprovados pela autoridade sanitária municipal, ou em balcões frigoríficos, devidamente instalados e em perfeito funcionamento e providos de portas apropriadas, que deverão ser mantidas fechadas;

III – Os veículos, barracas e balcões para a comercialização de carnes ou pescados devem dispor de depósito suficiente para o abastecimento de água corrente:

IV – É proibido o depósito e a comercialização de carnes e outros animais vivos;

V – Bancas impermeabilizadas com material adequado para conter produtos hortifrutigranjeiros;

VI – Fica proibido o fabrico de alimentos;

SEÇÃO XII

DOS PRODUTOS CASEIROS

Art. 156º - A autoridade sanitária municipal ficará responsável pelo processo de registro e controle de todos os produtos alimentícios de origem caseira.

I – Todos produtos caseiros estarão sujeitos a fiscalização sanitária e as normas especiais.

II – A venda de produto perecível de consumo imediato ou mediato em feiras, ambulantes, será autorizada pela vigilância sanitária, obedecidas as nações de higienização, as condições locais apropriadas, o perfeito estado de conservação do produto.

Art. 157º - A autorização sanitária é restrita a venda dentro do município, podendo ser cancelado à qualquer momento ao desrespeito esse código e as normas técnicas especiais.

SEÇÃO XIII

DOS SUPERMERCADOS E MERCADOS

Art. 158º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis desta regulamentação, principalmente as seções... (açougues)... (bares)... (padarias)... (quitandas) e... (casas de frios), os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

I – Pisos de cerâmica ou material liso, resistente, impermeáveis, laváveis, de fácil limpeza, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagens e em bom estado de conservação;

II – Paredes de cores claras, resistentes, lisas, de fácil limpeza, laváveis e impermeáveis até uma altura mínima de 2,00 metros (dois metros) e em boas condições de conservações;

III – Teto liso de material adequado, pintado na cor clara, que permita uma perfeita limpeza e higienização;

IV – Não ter ligação direta com nenhuma dependência do estabelecimento, devendo possuir ante-sala;

V – Vaso sanitário com tampa e/ou mictório, sendo em ambos os casos, obrigatória a água corrente para descarga;

VI – Portas providas de molas;

VII – Lavabo com água corrente, sabão líquido, toalha de mão descartável ou toalha de rolo;

VIII – Lixeira, com revestimento interno adequado para lixo e tampa com abertura de pedal.

§ 1º - Os estabelecimentos que possuírem mais de 15 (quinze) funcionários, deverão ter instalações sanitárias por sexo, podendo estas serem de uso comum ao público;

IX – Áreas suficientes para estocagem, acondicionamento, depósitos de alimentos e produtos. Suas embalagens vazias e utensílios de limpeza;

X – Câmara de congelamento ou frigorificação de alimentos de fácil deterioração na estocagem, conservação, exposição e comercialização.

SEÇÃO XIV

DOS TRAILERS, COMÉRCIO AMBULANTE E CONGÊNERES

Art. 159º - Os trailers, comércio ambulantes e congêneres estarão sujeitos às disposições desta regulamentação, no que couber, e especificamente ao disposto neste capítulo.

Art. 160º - No comércio ambulante somente é tolerada a comercialização de alimentos que não ofereçam risco ou inconvenientes de caráter sanitário, à critério do órgão competente não sendo tolerado.

Art. 161º - A preparação beneficiamento e confecção ambulante de alimentos para a venda imediata, bem como os serviços de lanches rápidos, são tolerados, desde que observadas, em especial, as seguintes condições:

I – Realizar-se em veículos, motorizados ou não, com espaço interno suficiente para a permanência do manipulador, providos de reservatório para adequado suprimento de água corrente, instalações de copa-cozinha e balcão para servir ao público;

II – O compartimento do condutor quando for o caso, ser isolado dos compartimentos do trabalho, sendo proibido a utilização do veículo como dormitório;

III – Serem os utensílios e recipientes para utilização pelo consumidor, descartáveis e descartados após uma única serventia;

IV – Os alimentos, substância ou insumos e outros serem depositados, manipulados e eventualmente aquecidos ou cozidos no interior do veículo;

V – Os alimentos perecíveis deverão ser guardados em depósitos frigoríficos providos de aparelhagem automática de produção de frio suficiente para mantê-los nas temperaturas exigidas, devendo no caso de ser servidos quentes, ser mantidos em temperaturas acima de 60º C (sessenta graus celsius) fazendo uso de estufas caso necessário;

VI – Serem os utensílios, recipientes e instrumentos de trabalho mantidos em perfeitas condições de higiene, mediante freqüentes lavagens e desinfecção com água fervente ou solução desinfetante aprovada;

Art. 162º - Os trailers, quando funcionarem com anexo tipo bar, restaurante, cozinha industrial, deverão obedecer aos respectivos capítulos;

CAPÍTULO V

DOS CLUBES RECREATIVOS, CENTROS ESPORTIVOS, CRECHES, PRAÇAS DE ESPORTE, CASA DE ESPETÁCULOS E SIMILARES

Art. 163º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis desta regulamentação, os estabelecimentos acima enumerados deverão obedecer ás exigências deste capítulo.

Art. 164º - As colônias de férias e os acampamentos de trabalho ou recreação poderão ser aprovados sem que possua:

I – Sistema adequado de captação e distribuição de água potável e afastamento de águas residuarias;

II – Instalações sanitárias independentes para cada sexo, em número suficiente;

III – Adequada coleta e adequado destino dos resíduos sólidos, de maneira que satisfaça as condições de higiene;

IV – Instalações adequadas para lavagem de roupas e utensílios;

Parágrafo Único – A qualidade da água de abastecimento deverá ser demonstrada pelos responsáveis nos locais de colônias de férias e acampamentos de trabalho ou recreação à autoridade sanitária mediante resultados de exames laboratorial.

Art. 165º - Só serão permitidos salas de espetáculos no pavimento térreo e no imediatamente superior ou inferior, devendo em qualquer caso assegurado rápida evacuação dos espectadores.

Art. 166º - As portas de saída das salas de espetáculos deverão obrigatoriamente abrir para o lado de fora na sua totalidade a largura correspondente a 0,01cm (um centímetro) por pessoa prevista para a lotação total, sendo o mínimo de 2,00m (dois metros) por vão. Os corredores de saída atenderão ao mesmo critério do artigo anterior.

Art. 167º - As salas de espetáculos serão dotadas de dispositivos mecânicos, que darão renovação constante de ar, com capacidade de 13,00 m^3 (treze metros cúbicos) de ar exterior, por pessoa a cada hora.

§ 1º - Quando instalado sistema de ar condicionado, este deverá obedecer às normas da associação brasileira de normas técnicas – ABNT;

§ 2º - Em qualquer caso, será obrigatória a instalação de equipamentos de reserva.

Art. 168º - As cabines de projeção de cinemas deverão satisfazer as seguintes condições:

I – Área mínima de 12m^2 (doze metros quadrados), pé direito de 3,00m (três metros);

II – Porta de abrir fora e construída de material incombustível;

III – Ventilação natural ou dispositivo mecânicos;

IV – Instalação sanitária;

Art. 169º - As instalações sanitárias destinadas ao público nos cinemas, teatros e auditórias serão separadas por sexo, com acessório para higienização das mãos.

Parágrafo Único – Deverá conter mínimo um vaso sanitário para cada 100 (cem) pessoas, um lavatório para cada 200 (duzentas) pessoas, admitindo-se igualmente entre homens e os de mulheres com paredes impermeabilizadas no mínimo de 2,0m (dois metros) de altura, com azulejos na cor clara ou material eficientes para o escoamento de água de lavagem, teto liso, pintado na cor clara.

Art. 170º - Nos cinemas, teatro e auditório deverão ser instalados bebedouros com jato inclinado, fora das instalações sanitárias para uso dos freqüentadores, na proporção de 01 (um) para cada 300 (trezentas) pessoas.

Art. 171º - As paredes dos cinemas, teatros, auditórios e locais similares na parte interna, deverá receber revestimento, pintura lisa, impermeável e resistente, até a altura mínima de 2,0 m (dois metros).

Art. 172º - Os circos, parques de diversão e estabelecimentos congêneres deverão possuir instalações sanitárias ligadas a uma fossa, ou outra instalação aprovada pela autoridade sanitária, independentes para cada sexo, na proporção mínima de um vaso sanitário e um mictório para cada 200 (duzentos) freqüentadores em compartimentos separados.

§ 1º - Na construção dessas instalações sanitárias, poderá ser permitido o emprego de madeira e de outros materiais em placas, devendo o pisos receber revestimento liso e impermeável.

§ 2º - Será obrigatórios a remoção e isolamento das instalações sanitárias construídas nos termos do parágrafo anterior e aterro das fossas, por ocasião da cessação das atividades a elas derem origem.

Art. 173º - Os estabelecimentos previstos no artigo anterior estão sujeitos a vistoria pela autoridade sanitária para efeito de funcionamento.

Art. 174º - Os locais de reunião, para fins religiosos, deverão atender além das normas e especificações geris, mais os seguintes requisitos:

I – Pé direito não inferior a 4,00m (quatro metro);

II – Área do recinto dimensionada Segunda a lotação máxima prevista;

III – Ventilação natural ou por dispositivos mecânicos capaz de proporcionar suficiente remoção de ar interior;

Parágrafo Único – Quando instalado sistema de condicionamento de ar deverá obedecer na integra ao disposto neste regulamento.

Art. 175º - Os locais destinados a reuniões para fins religiosos obedecerão na integra ao disposto neste regulamento.

Parágrafo Único – Quando obrigarem outras atividades anexas, como escolas, pensionatos ou residências, deverão satisfazer as exigências próprias para tais finalidades.

Art. 176º - As creches devem atender, no que couber, as disposições deste regulamento, e as seguintes:

a) Berçário com área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados) e no mínimo 3,00m² (três metros quadrados) por criança, devendo haver entre os berços e entre estes e as paredes a distância mínima de 0,50cm (cinqüenta centímetros);

b) Saleta para amamentação com área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados), providas de cadeiras ou banco – encosto, para que as mulheres possam amamentar seus filhos em condições de higiene e conforto;

c) Cozinha dietética para o preparo de mamadeira ou suplementos dietéticos para as crianças ou pra as mães, com área de 4,00m² (quatro metros quadrado), no mínimo;

d) Compartimento de banho e higiene das crianças com área de 3,00m² (três metros quadrados), no mínimo;

e) Instalações sanitárias para o uso das mães e do pessoal da creche;

Art. 177º - Os asilos, orfanatos, albergues e instituições congêneres, além das demais disposições deste regulamento que lhes são aplicáveis devem atender as seguintes condições:

a) Terem os dormitórios, área de 6,00 m² (seis metros quadrado) quando destinados a uma pessoa a 4,00m² (quatro metros) por leito, nos de uso coletivos, no mínimo;

b) Terem instalações sanitárias 01(um) vaso sanitário, 01(um) lavatório e 01(um) chuveiro para 10(dez) pessoas assistidas;

c) Terem cozinhas e anexos com área de 5,00m² (cinco metros quadrados) e na proporção de 0,50cm² (cinqüenta centímetros quadrados) por pessoas assistidas;

d) Terem refeitório com área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados) e na proporção de 0,50 cm² (cinqüenta decímetros quadrados) por pessoa assistida;

e) Terem, quando se destinarem a menores, área de recreação e salas de aula, quando for o caso, aplicando-se para tais dependências as condições exigidas para estabelecimentos de ensino;

f) Paredes revestidas até a altura mínima de 2,00m (dois metros) de material resistente, lavável, impermeável e liso e o restante das paredes pintado de cor clara;

CAPÍTULO VI

DOS INSTITUTOS E SALÕES DE BELEZA, CABELEIREIROS, BARBEARIAS, CASAS DE BANHO, CASAS DE MASSAGENS, SAUNAS, LAVANDERIAS E SIMILARES

Art. 178º - O funcionamento destes estabelecimentos deverá observar as normas definidas pela autoridade sanitária competente.

I – Pentes, navalhas e outros utensílios de uso coletivo desinfetados, após cada uso, através de processo químicos e/ou físicos, á critério da autoridade sanitária competente;

II – Toalhas e golas de uso individual, garantidos por envoltórios apropriados, devendo ser;

III – Insufladores para aplicação de pó-de-arroz ou talco;

IV – Cadeiras com encosto para a cabeça revestido de pano ou papel, renovado para cada pessoa;

V – Quando se tratar de manicure e pedicure, os recipientes e utensílios previamente esterilizados ou flambados;

VI – Localização: insalubridade, ou seja, área cuja circunvizinhança favoreça boas práticas sob aspecto sanitário;

VII – Distribuição das dependências de acordo com fluxo de clientes e atividades desenvolvidas pelo abastecimento;

VIII – Abastecimento de água: lavatório com água corrente, caixa d'água com limpeza e desinfecção periódica, água de consumo potável;

IX – Eliminação de águas servidas: ligadas à rede pública quando existir caso contrário, fossas sépticas com destinação adequada, caixas de gordura em bom estado de conservação e funcionamento, permitindo o destino final adequado;

X – Produtos químicos como cosméticos, produtos de higiene e substância desinfetantes e esterilizados, deverão possuir registro junto ao ministério da saúde.

XI – Acondicionar os resíduos de forma adequada, em material plástico, exceto os perfurocortantes, que deverão ser acondicionados em recipiente rígido, estanque e vedado.

XII – Registro e controle de cliente através de livro atam ou de ficha para aplicação de produtos químicos.

XIII – Profissional qualificado com Certificado de cursos.

XIV – Maca com lençol descartável para sala de depilação.

Parágrafo Único - Todos os estabelecimentos deverá ter banheiro exclusivo para clientes, paredes de cor clara, de material impermeabilizante, a altura mínima de 2,0 métros, separado por sexo, com os acessórios de higienização. aprovado pelo órgãos competente.

Art. 179º - As casas de banho ou saunas observarão as disposições deste capítulo e mais:

I – As banheiras serão de material impermeabilizante ou outro, aprovado pelo órgãos competente de saúde pública e serão lavadas e desinfetadas após cada banho;

II – O sabonete será fornecidas a cada banhista, devendo ser inutilizada a porção do mesmo que restar;

III – As roupas utilizadas nos quartos de banho deverão ser individuais, não podendo servir a mais de um banhista, antes de serem novamente lavadas e desinfetadas;

IV – É proibido atender pessoas que sofrem de dermatoses ou qualquer doenças parasitária infecto-contagiosa ou repugnante;

Art. 180º - As lavanderias deverão atender, no que lhes for aplicável, a todas as exigências deste regulamento.

Art. 181º - As lavanderias serão dotadas de reservatórios de água com serão dotadas de reservatórios de água com capacidade equivalente ao consumo diário, sendo permitido o uso de água de poço ou outras procedências desde que não seja poluídas ou contaminadas e o abastecimento público seja suficiente.

Parágrafo Único - As lavanderias devem possuir locais destinados a:

a) Depósito de roupas a serem lavadas;

b) Operações de lavagens;

c) Secagem e passagem de roupa, desde que não disponham de equipamento apropriado para este fim;

d) Depósito de roupas limpas

CAPÍTULO VII

ÓTICA

Art. 182º - É instrumento destinado a industrialização, manipulação e/ou comercialização de lentes Oftalmológicas.

Art. 183º - Estes estabelecimentos estão sujeitos a fiscalização da autoridades sanitária do município e devem obedecer Normas Técnicas Especiais (N.T. E).

CAPÍTULO VIII

DAS DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS, DEPÓSITOS DE BEBIDAS E SIMILARES

Art. 184º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis desta regulamentação, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir paredes revestidas até altura mínima de 2,00m (dois metros) com material liso, resistente e lavável na cor clara.

Art. 185º - É proibido nos estabelecimentos acima citado:

I – Expor à venda, ou ter em depósito, substâncias tóxicas ou corrosivas para qualquer uso, que se prestem à confusão com bebidas;

II – Venda de bebidas fracionadas;

III – Transporte, distribuição e armazenamento de bebidas e água engarrafada sem proteção contra os raios solares diretos.

CAPÍTULO IX

DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E SIMILARES

Art. 186º - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste regulamento, os estabelecimento de ensino e similares deverão obedecer as exigências mencionadas à seguir.

Art. 187º - As escolas deverão ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo, observando-se as exigências deste regulamento para tal finalidade.

§ 1º - Estes compartimentos, em cada pavimento, deverão ser dotados de vaso sanitário em número correspondente, no mínimo, a 01(um) para cada 25 (vinte e cinco) alunas; 01 (um) para cada 40 (quarenta) alunos; 01 (um) mictório para cada 40 (quarenta) alunos e 01 (um) lavatório para cada 60 (sessenta) alunos e alunas.

§ 2º - Deverão também ser previstas instalações sanitárias para professores, que deverão atender, para cada sexo, a proporção mínima de 01 (um) vaso sanitário para cada 10 (dez) salas de aulas, e os lavatórios serão em número não inferior a 01 (um) para cada 06 (seis) salas de aula e os pisos, paredes e teto obedecerão as normas constantes e aplicáveis deste regulamento.

Art. 188º - É obrigatório a existência de instalações sanitária nas áreas de recreação, na proporção mínima de 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) mictório para cada 200 (duzentos) alunos, e 01 (um) vaso sanitário para cada 100 (cem) alunas e 01 (um) lavatório para cada 200 (duzentos) alunos e alunas somados.

Parágrafo Único – Quando for prevista a prática de esportes ou educação física, deverá também haver chuveiros, na proporção de 01 (um) para cada 100 (cem) alunas e alunos e vestiários separados com 5,00m (cinco metros), para cada 100 (cem) alunos ou alunas no mínimo.

Art. 189º - Observar as condições geral do ambiente físico.

I – Estado de Conservação;
II – Condições das instalações elétricas e sanitária;
III – Iluminação e ventilação adequada;
IV – Instalação de proteção contra incêndio;
V – Localização: local de fácil drenagem e protegida de enchente;

Art. 190º - É obrigatório a instalação de bebedouro de jato inclinado e guarda protetora, na proporção mínima de 01 (um) para cada 200 (duzentos) alunos, vedada sua localização em instalações sanitárias, nos recreios, a proporção será de 01 (um) bebedouro para cada 100 (cem) alunos.

Parágrafo Único – Nos bebedouros, a extremidade do local de suprimento de água deverá estar acima do nível de transbordamento do receptáculo.

Art. 191º - Os compartimentos ou locais destinados a preparação, venda ou distribuição de alimentos ou bebidas, deverão satisfazer as exigências para estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, no que lhes for aplicável.

Art. 192º - Nos intervalos além das disposições referentes a estabelecimentos de ensino e similares serão observadas as referentes habitação dos dormitórios coletivos, quando houver, e aos locais de preparo, manipulação e consumo de alimentos, no que for aplicável.

Art. 193º - Nos estabelecimentos de ensino e similares de 1º grau é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima igual a 1/3 (um terço) da soma das áreas das salas de aulas.

Parágrafo Único – As áreas de recreação deverão ter comunicação com o logradouro público, que permite o escoamento rápido dos alunos, em caso de emergência.

Art. 194º - Os reservatórios de água dos estabelecimentos de ensino e similares terão capacidade adicional a que for exigida para combater a incêndio, não inferior a correspondente a 50 (cinqüenta) litros por aluno.

Parágrafo Único - Esse mínimo será de 100(cem) litros por alunos no semi – internato e de 150(cento e cinqüenta) litros por alunos nos internatos.

CAPÍTULO X

DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DA SEGURANÇA DO TRABALHO URBANO

Art. 195º - As autoridades da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de incumbe fiscalizar as condições sanitárias dos locais de trabalho, o grau de risco para a saúde do trabalhador, os equipamentos, maquinários e demais instrumentos de trabalho, bem como os dispositivos de proteção individual.

Art. 196º - As indústria a se instalarem no território municipal deverão submeter a Secretaria Municipal de Saúde, para exame prévio da autoridade sanitária competente. O plano completo da solução, líquidos ou esgotamento sanitário e do lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, visando evitar os prejuízos a saúde da população e do meio ambiente.

Art. 197º - Os órgãos competentes municipais, em matéria de proteção da saúde e defesa do meio ambiente, observarão as Normas Técnicas sobre proteção dos mananciais, dos serviços de abastecimento público de água destinada ao consumo humano e das instalações prediais, aprovadas pelo Ministério da Saúde, sem prejuízo da legislação estadual e municipal.

§ 1º - As indústrias já instaladas ficam obrigadas a promover as medidas necessárias para corrigir os inconvenientes da poluição e da contaminação das águas receptoras, de áreas territoriais e da atmosfera, dentro do prazo fixado pela autoridade sanitária e ambiental competente, conforme a gravidade da situação.

§ 2º - O não cumprimento das determinações dos órgãos competentes, dentro do prazo fixado, facultará as autoridades de Vigilância Sanitária e da Defesa do Meio Ambiente lavrarem auto de infração, podendo interditar o estabelecimento, sem prejuízo da penalidade pecuniária cabível, bem como de outras penalidades decorrentes das Legislações federal e estadual pertinentes.

SEÇÃO I

DA SEGURANÇA DO TRABALHADOR URBANO

Art. 198º - A Secretaria Municipal de Saúde promoverá campanhas e o estudo das causas de infortúnios e acidentes de trabalho, indicando os meios para sua prevenção.

Art. 199º - É dever do empregador urbano, fornecer o equipamento de proteção individual – E.P.I. devendo observar:

I – O tipo adequado a atividade a ser desempenhada;
II – Fornecer apenas o E.P.I. aprovado pelo Ministério do trabalho;
III – Dar treinamento ao trabalhador sobre o uso correto do E.P.I.;
IV – Tornar seu uso obrigatório;
V - Substituir o E.P.I. imediatamente, quando danificado ou extraviado;
VI – Responsabilizar-se por sua higienização e manutenção periódica.

SEÇÃO II

DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS GASOSOS

Art. 200º - Os resíduos gasosos deverão ser eliminados dos locais de trabalho através de métodos, medidas ou equipamentos de controle, submetidos tais métodos e dispositivos ao exame e aprovação dos órgãos competentes do Ministério do Trabalho, da Vigilância Sanitária e de Defesa do Meio Ambiente, caso haja lançamento dos contaminantes gasosos na atmosfera externa.

SEÇÃO III

DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, PINTURA PULVERIZADA OU VAPORIZADA E SIMILARES

Art. 201º - Os estabelecimentos de que trata esta seção estão sujeitos, no que couber, as prescrições referentes aos estabelecimentos comerciais em geral.

Art. 202º - É PROIBIDO lançar detritos, óleos e graxas nos logradouros e redes públicas.

Art. 203º - A desobediência às normas desta seção, sujeitará o infrator a multa pecuniária e interdição do estabelecimento, se for o caso.

SEÇÃO IV

DOS COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

Art. 204º - Os tanques de armazenagem de líquidos inflamáveis e combustíveis serão construídos de aço ou concreto, a menos que a característica do líquido requeira material especial, segundo as Normas Técnicas oficiais no país.

Parágrafo Único - Todos os tanques de superfície, usados para armazenamento de líquidos inflamáveis devem ser equipados com respiradouros de emergência.

Art. 205º - É obrigatório a colocação de letreiros em todas as vias de acesso aos locais de armazenagem dos combustíveis, com os dizeres: "NÃO FUME INFLAMÁVEL".

SEÇÃO V

DA PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES

Art. 206º - As empresas devem, obrigatoriamente, mandar realizar exames médicos nos operários que trabalham com combustíveis, de preferência a cada três meses, se legislação estadual ou federal não dispuser de forma diversa.

Art. 207º - Além das proteções exigidas pela legislação trabalhista, os operários deverão trabalhar com a proteção de:

I – Máscara contra gases;
II – Óculos de proteção visual;
III – Luvas especiais;
IV – Botas de canos longos;
V – Macacões de mangas longas.

SEÇÃO VI

DA SEGURANÇA DO TRABALHADOR RURAL

Art. 208º - O empregador rural é OBRIGADO a fornecer, gratuitamente ao seu empregado, equipamento de proteção individual – E.P.I., em perfeito estado de conservação e funcionamento nas seguintes circunstâncias:

a) Sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não fornecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e ou doenças profissionais;
b) Enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
c) Para o atendimento de situações de emergência.

Art. 209º - Atendidas as peculiaridades de cada atividade o empregador deverá fornecer aos trabalhadores E.P.I., para proteção da cabeça, dos olhos e da face, dos ouvidos, das vias respiratórias, dos membros superiores e inferiores, e do tronco.

Art. 210º - Os E.P.I., e as roupas utilizadas em tarefas onde se empregam substâncias tóxicas ou perigosas serão rigorosamente higienizados e mantidos em locais apropriados sem risco de contaminação da roupa de uso comum do trabalhador e seus familiares.

Art. 211º - Compete ao empregador pessoalmente ou a seus prepostos, gerentes ou sub contratantes de mão-de-obra, quanto aos E.P.I.:

I – Instruir e conscientizar o trabalho quanto à necessidade do uso adequado do mesmo para proteção de sua saúde;
II – Substituir, imediatamente, o E.P.I. danificado ou extraviado;

Art. 212º - Compete ao trabalhador rural:

I – Usar obrigatoriamente e adequadamente o E.P.I. danificado para a finalidade a que se destinar;
II – Responsabilizar-se pela danificação do E.P.I. ocasionada pelo uso inadequado ou fora das atividades a que se destina, bem como pelo extravio do E.P.I. sob a sua guarda.

SEÇÃO VII

DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 213º - Somente na zona rural permitir-se-á a criação de bovinos, suínos, ovinos, eqüinos, caprinos, aves e outros animais que, pelas suas características, possam ser prejudiciais a higiene e bem-estar da população urbana e ao meio ambiente.

Art. 214º - As clínicas veterinárias poderão localizar-se em zona urbana desde que funcionem em consonância com as normas higiênico-sanitárias estabelecidas pela autoridade sanitária competente.

Art. 215º - Todos os locais destinados ao recolhimento e confinamento de animais deverão revestir-se todas as medidas de higiene recomendáveis, com água corrente para a lavagem diária do piso, estando sujeitos a atuação da Vigilância Sanitária e passíveis de atuação, com apreensão dos animais que, por falta das condições de higiene e profilaxia necessárias, estiverem suspeitos de doenças ou contaminações.

SEÇÃO VIII

DA PREVENÇÃO E DO CONTROLE DE ZOONOSES

Art. 216º - A criação, o controle da população animal na zona urbana, bem como a prevenção e o controle de zoonoses no município obedecerão ao seguinte:

I – Os proprietários de animais domésticos deverão mantê-los trancados em suas propriedades;
II – A apreensão de animal errante será divulgada pelos veículos de comunicação, indicando-se a localização para a devolução para do mesmo ao seu dono, suas características físicas e outros dados que forem julgados importantes;
III – O sacrifício de animais que não forem procurados somente processar-se-á mediante diagnóstico sanitário que justifique a sua morte;
IV – O sacrifício de animais nos termos do inciso anterior será através de métodos indolores e instantâneos sendo vedado o uso de métodos que submetam os animais a crueldade.

Art. 217º - Os possuidores de animais domésticos ferozes deverão manter afixadas placas de advertência no alinhamento do lote.

CAPÍTULO XI

DAS NORMAS DE SEGURANÇA E HIGIENE

SEÇÃO I

DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Art. 218º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde através dos seus órgãos competentes, proceder as investigações e levantamentos necessários para manter absolutamente atualizadas as informações e dados estatísticos de doenças e óbitos, tendo em vista as medidas de controle dos mesmos, como proteção e prevenção à saúde da população.

Art. 219º - A Secretaria Municipal de Saúde deve fazer publicar e distribuir a todas as entidades de classe, às Associações de Moradores de Bairros, às Escolas, às Igrejas e Templos, uma relação das doenças transmissíveis, seus principais sintomas e medidas de prevenção e cautela que devem ser observadas.

Art. 220º - É dever de todo cidadão comunicar à autoridade sanitária local a ocorrência, ou a simples suspeita de ocorrência de doença transmissível constante da relação de que trata o artigo anterior.

Art. 221º - É obrigatória a notificação à autoridade sanitária local por parte das seguintes pessoas:

I – Médicos que forem chamados para prestar cuidados ao doente, mesmo que não assumam a direção do tratamento;
II – Responsáveis por farmácia, casas de produtos veterinário, clínicas odontológicas e de fisioterapia, hospitais ou outros estabelecimentos congêneres;
III – Farmacêuticos, Bioquímicos, Veterinários, Fisioterapeuta, Dentistas, Enfermeiros e pessoas que exerçam profissões afins;
IV – Responsáveis por laboratórios que executem exames microbiológicos, sorológicos, anatomopatológicos e radiológicos;
V – Responsáveis por estabelecimentos de ensino, locais de trabalho, hotéis, pensões e congêneres, ou habitações coletivas em que se encontre o doente;
VII - Responsáveis pelo serviço de verificação de óbito;
VIII - O cartório de Registro Civil que registrar o óbito proveniente de doenças transmissíveis.

Art. 222° - A notificação das doenças compulsória das doenças tem caráter sigiloso, a identidade da pessoa que realizou a notificação, salvo se a mesmo assim permitir.
Art. 223° - Para auxiliar a ação da Secretaria Municipal de Saúde tendo em vista resguardar e prevenir a saúde, o bem-estar e diminuir os riscos à população, o Cartório de Registro Civil, bem como os médicos e os hospitais, deverão comunicar os casos de óbitos decorrentes de uso excessivo de drogas, bem como de acidentes de trânsito causados por motoristas dopados ou alcoolizados.

Art. 224° - As pessoas que tratam o artigo 214 que descumprirem a notificação compulsória, estão sujeitas a fiscalização da Vigilância Sanitária, incorrendo em atuação de caráter fiscal, com aplicação de penalidade pecuniária além das pré estabelecidas em legislação pertinentes

Parágrafo Único - Os quintais também deverão ser limpos pelos proprietários, os proprietários que não realizarem a limpeza de seus terrenos poderão ser notificados.

SEÇÃO II

DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA

Art. 225° - Compete à Secretaria Municipal de Saúde, em apoio a Secretaria Estadual de Saúde, executar vacinação de caráter obrigatório, definidas em Programa Nacional de Imunização, ou decorrentes de necessidade locais.

Art. 226° - É dever de todo cidadão submeter-se à vacinação obrigatória, inclusive os menores sob sua responsabilidade.

Parágrafo Único - Somente poderá ser dispensada da vacinação obrigatória, quem apresentar atestado médico de contra-indicação explícita da aplicação da vacina.

Art. 227° - Os atestados de vacinação obrigatória serão gratuitos, devendo ser denunciado qualquer profissional da saúde que por eles cobrar.

Parágrafo Único - Não poderão ser retidos por qualquer pessoa física ou jurídica, para efeitos de comprovação trabalhista ou qualquer outro motivo, os atestados de vacinação.

SEÇÃO III

DAS CALAMIDADES PÚBLICAS

Art. 228° - Na ocorrência de casos de agravos à saúde decorrentes de calamidades públicas, tendo em vista o controle de epidemias, a Secretaria de Saúde devidamente articulada com os órgãos federais e estaduais competentes, promoverá a mobilização de todos os recursos médicos e hospitalares existentes nas áreas afetadas, considerados necessários.

Art. 229º - Para efeito do disposto no artigo anterior, deverão ser empregados, de imediato, todos os recursos sanitários disponíveis, com o objetivo de prevenir as doenças transmissíveis e interromper a eclosão de epidemias, acudindo os casos de agravos à saúde em geral.

Parágrafo Único – Dentre outras, consideram-se importantes, na ocorrência de casos de calamidade pública, as seguintes medidas:

I – Promover a provisão, o abastecimento, o armazenamento e a análise da água potável destinada ao consumo;
II – Propiciar meios adequados para o destino dos dejetos, a fim de evitar a contaminação de água e dos alimentos;
III – Manter adequada higiene dos alimentos, impedindo a distribuição daqueles suspeitos de contaminação;
IV – Empregar os meios adequados ao controle de vetores;
V – Assegurar a rápida remoção de feridos e a imediata retirada de cadáveres da área atingida.

SEÇÃO IV

DOS HOSPITAIS E SIMILARES

Art. 230º - É obrigatório nos hospitais, clínicas, casas de saúde, maternidades e similares:

I – Esterilização de roupas, louças, talheres e utensílios diversos;
II – Desinfecção de colchões, travesseiros, cobertores, móveis e assoalhos;
III – Manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente arejadas e em condições de completa higiene.

Art. 231º - Os hospitais devem possuir, OBRIGATORIAMENTE, quartos individuais ou enfermarias exclusivas para isolamento, segundo o tipo de infecção e de doentes portadores de doenças infecto-contagiosas.

Art. 232º - Os prédios onde se instalarem hospitais, maternidades e congêneres, devem seguir as orientações cantantes do Código de Obras e Edificações, além de outras Normas Técnicas pertinentes.

Art. 233º - Não será permitido o funcionamento de hospitais e congêneres que não satisfaçam todas as exigências das Normas Técnicas no tocante às dependências necessárias, equipamentos em perfeito estado de funcionamento e todas as condições de assepsia e limpeza para o perfeito atendimento de pacientes e diminuição de riscos de infecção hospitalar.

SEÇÃO V

DA PROTEÇÃO CONTRA A RADIOATIVIDADE

Art. 234º - Às pessoas que manipulam Rádio ou sais de Rádio, deverão ser asseguradas medidas de proteção regulamentadas por Normas Técnicas Especiais.

Art. 235º - As salas para manipulação de Rádio ou substâncias radioativas deverão seguir exigências contidas em Normas Técnicas, ser bem ventiladas, isoladas e sinalizadas com os dizeres: PERIGO – RADIOATIVIDADE.

Art. 236° - É proibido a presença de qualquer pessoa estranha ao trabalho, na sala de radiação.

Art. 237° - É aconselhável a adoção de sistema de rodízio ao pessoal que manipula substâncias radioativas, para que seja o mesmo afastado

periodicamente do contato direto com tais materiais, sendo absolutamente PROIBIDO o trabalho sem utilização de dosímetros pessoais de radioatividade, tais como câmara ou Radio-fotoluminescente.

Parágrafo Único - O transporte do Rádio para utilização terapêutica nos hospitais e nos centros urbanos deverá ser feito em recipientes que ofereçam proteção adequada, de acordo com normas técnicas Especiais.

SEÇÃO VI

DOS LABORATÓRIOS DE ANALÍSES E CONGÊNERES

Art. 238° - Os laboratórios de análises clínicas e congêneres, além das normas regulamentares que devem ser observadas, deverão Ter entrada independente, não podendo suas dependências serem usadas para fins que não os de suas atividades peculiares, e precisam dispor de, no mínimo, uma sala para atendimento de clientes, uma para coleta de material, outra para o laboratório propriamente dito e sanitários de uso público.

SEÇÃO VII

DOS BANCOS DE SANGUE E SIMILARES

Art. 239° - Os bancos de Sangue deverão seguir estritamente as Normas Técnicas Especiais que forem expedidas pelo Ministério da Saúde, além das normas regulamentares Municipais e Estaduais que lhe forem compatíveis.

Art. 240° - No que diz respeito as instalações e aos prédios onde se instalarão, devem seguir as orientações do Código de Obras e Edificações, Normas do Ministério da Saúde e Legislação pertinente.

Art. 241° - É proibido aceitar doações de sangue provenientes de estabelecimentos de recuperação de viciados e drogados.

Art. 242° - Toda doação de sangue, mesmo que o doador seja aparentemente saudável, inclusive quando se tratar de parente do paciente que receberá o sangue, deve ser analisada, passando por todos os testes a fim de se evitar contaminações.

Art. 243° - Devem ser implantados centros de atendimentos a pessoas que desejam realizar testes HIV e exames físicos de pessoas com lesões de pele, com sintomas de diarréia crônica grave, sudorese noturna, febre e perda de peso anormal de peso.

Art. 244° - Não se devem permitir a entrada de pessoas estranhas nos recintos de trabalho, nem se permitir que pessoas se alimentem ou fumem nos mesmos.

Art. 245° - O pessoal envolvido com a coleta e análise do sangue devem usar luva e aventais protetores, sendo todos os aparelhos, segundo as Normas Técnicas do Ministério da Saúde como recomendações aos hospitais, ambulatórios médico-odontológicos e laboratórios.

Parágrafo Único - Todo o material utilizado na triagem e coleta do sangue deve ser descartável, sendo VEDADA a sua reutilização.

Art. 246° - Os médicos devem encorajar, sempre que a situação o permitir, que se proceda a autotransfusão, ao invés de transfusão de sangue de doadores.

Art. 247° - A amostra do soro do doador deverá ser examinada INDIVIDUALMENTE, obedecendo a um fluxo específico determinado em função da positividade e negatividade das diversas reações.

Art. 248° - O sangue HIV positivo, identificado pelo teste ensaio imunoenzimático, deve ser recolhido imediatamente a instituição que realizou o exame, uma vez que o mesmo constitui precioso material de estudo e pesquisa.

§ 1° - O envio do sangue para centros de pesquisas deve revestir de todas as normas de segurança concernentes, e, caso não seja indicado pelo pesquisador que solicitou o sangue outras formas adicionais de segurança, devem o mesmo ser embalado em uma bolsa envolvida em sacos plástico duplos e resistentes, com um colchão de ar entre a bolsa e o envoltório.

§ 2° - A embalagem a ser procedida será colocada em um isopor com gelo, hermeticamente fechado, para envio imediato.

Art. 249° - É obrigatório para os estabelecimentos coletores de sangue e seus derivados sediados no município de Diamantino, a comunicação oficial e confidencial, prazo de 48 (Quarenta e oito) horas após a detectação do resultado positivo de doenças infecciosas, aos Departamentos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária das Secretaria Municipal Saúde.

Parágrafo Único - A comunicação deve ser feita principalmente, quando da detecção da doença de Chagas, Sífilis, Malária, Hepatite B e SIDA/AIDS.

Art. 250° - Torna-se obrigatório, ainda, o envio mensal de dados abaixo relacionados ao departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Números de doadores de sangue;
II - Volume de sangue coletado;
III - Volume de sangue processado;
IV - Volume de sangue desprezado;
V - Plasma processado;
VI - Hemoderivados processados, por unidade e volume;

Parágrafo Único - Os hemoderivados deverão ser descriminados quanto ai tipo de produção final.

SEÇÃO VIII

DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES, REVENDEDORES E MANIPULADORES DE MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FAMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÈTICOS, SANEANTES E SIMILARES

Art. 251° - Ficam sujeitos às normas de Vigilância Sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos, cosméticos, os produtos de higiene, os perfumes, os saneantes domissanitários e todos os demais produtos definidos em Legislação Federal.

Art. 252° - Somente poderão extrair produzir, fabricar, fracionar, ambalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir ou comercializar os produtos de que se trata o artigo anterior, as empresas autorizadas pelo Ministério da Saúde e pelo órgão sanitário da Secretaria Estadual de Saúde, sem prejuízo da Vigilância Sanitária exercida pelas autoridades municipais.

Art. 253° - Os estabelecimentos industriais de medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes domissanitários e correlatos, os estabelecimentos comerciais de medicamentos e produtos veterinários e os prestadores de serviço de saúde. Somente poderão funcionar sob responsabilidade técnica devidamente habilitado.

Art. 254° - As farmácias e drogarias deverão conter ainda, local absolutamente trancado para guarda de entorpecentes e de substâncias que produzam dependências ou psíquica, bem como livros ou fichas para escrituração do movimento de entrada e saída daqueles produtos, conforme determinação do Órgão competente.

Art. 255° - Às farmácias e drogarias permite-se a comercialização de produtos correlatos, tais como: produtos de higiene pessoal ou do ambiente: cosméticos e produtos de perfumaria, dietéticos e outros, desde que se observe a Legislação Federal específica e a estadual supletiva pertinente.

§ 1° - Os estabelecimentos que comercializem esses produtos conjuntamente deverão manter seções separadas, de acordo com a natureza dos produtos e orientação da autoridade sanitária competente.

§ 2° - Os estabelecimentos não estarão autorizados, entretanto, para a aplicação, no próprio local, de qualquer tipo de produto.

Art. 256° - As empresas aplicadoras de saneantes domissanitários, assim entendidos as substâncias destinada a higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, e ainda tratamento de água, somente poderão funcionar no Município de Diamantino, tendo em sua direção um responsável técnico legalmente habilitado com termo de responsabilidade assinado perante autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - A licença para funcionamento deverá ser revogada anualmente, nos prazos regulamentares, através do órgão Municipal competente, ouvida a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 257° - As empresas a que se refere o artigo anterior deverão possuir equipamentos e instalações adequadas e somente poderão utilizar produtos devidamente registrados pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único - Fica a empresa OBRIGADA a fornecer certificado assinado pelo responsável técnico, do qual conste a característica dos produtos que foi utilizado as contra-indicações e as medidas de primeiros socorros em caso acidentes, tais como: intoxicação ou envenenamento, após cada aplicação.

Art. 258° - As pessoas que trabalham com ervas e plantas medicinais somente poderão funcionar licenciadas pelo órgão Sanitário competente, sendo vedada a comercialização de plantas entorpecentes de qualquer espécie.

Parágrafo Único - As plantas vendidas sob classificação botânica falsa, bem como as desprovidas de ação terapêutica e entregues ao consumo com o mesmo com nome vulgar de outras terapeuticamente ativas, serão apreendidas e inutilizadas, sendo os infratores sujeitos a cassação da sua licença, em caráter provisório ou permanente, bem como a aplicação de penalidade pecuniária.

Art. 259° - Nas zonas suburbanas ou rurais, onde não existir farmácia ou drogaria num raio de 3 (três) quilômetros, poderá a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social Conceder, a título precário, licença para instalação de posto de medicamentos sob responsabilidade de pessoa idônea e atestada por farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso.

Parágrafo Único - A permissão para funcionamento não será revogada caso se instale no local farmácia ou drogaria em caráter definitivo.

SEÇÃO IX

DOS CEMITÉRIOS, NECROTÉRIOS, ESTABELECIMENTO FUNERAL, CAPELAS MORTUÁRIAS, CREMATÓRIOS E ATIVIDADES MORTUÁRIAS

Art. 260° - O sepultamento e a cremação de cadáveres só poderão realizar-se em cemitérios licenciados pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Nenhum sepultamento se dará sem o respectivo atestado de óbito.

Art. 261° - Nenhum cemitério aberto sem a prévia aprovação dos projetos pelas autoridades municipais competentes.

Art. 262° - As autoridades municipais competentes poderão ordenar a execução de obras ou trabalhos que sejam considerados necessários para o melhoramento sanitário dos cemitérios, assim como a interdição temporária ou definitiva dos mesmos.

Art. 263° - O sepultamento, cremação, embalsamento, exumação transporte e exposição de cadáveres deverão obedecer as exigências sanitárias previstas em Norma Técnica Especial.

Art. 264° - A secretaria Municipal de Saúde exercerá vigilância sanitária sobre as inspeções destinadas aos necrotérios e estabelecimentos funerais.

Art. 265º - Os necrotérios e funerárias deverão ser convenientemente ventilados e iluminados.

§ 1º – Os necrotérios deverão ter, pelo menos;

I - sala de necropsia, com área não inferior a dezesseis metros quadrados, paredes revestidas até a altura de dois metros, no mínimo, e piso de material liso, resistentes, impermeáveis, laváveis e dotados de ralo; devendo contar pelo menos, com:

a) mesa para necropsia, de formato que facilite o escoamento de líquido, feita ou revestida de material liso, resistente, impermeável e lavável;

b) lavatório ou pia com água corrente e dispositivo que permita a lavagem das mesas de necropsia e do piso;

II – câmara frigorífica para cadáveres com área de oito metros quadrados;

III – sala de recepção e espera;

IV - instalações sanitárias distintas para cada sexo, providos de acessórios para higiênização das mãos, lixeira com revestimento interno com saco plástico adequado para lixo e tampa com abertura de pedal.

§ 2º - Os estabelecimentos funerais deverão ter, pelo menos:

I - paredes de cor clara, laváveis e impermeáveis e pisos dematerialliso, resistente, impermeável e laváveis;

II – sala de vigília, com área não inferior a vinte metros quadrados;

III - sala de descanso e espera, proporcional ao número de sala de vigília;

IV – bebedouro, fora das instalações sanitárias e das salas de vigília, com utilização de copos descartáveis;

V – instalações sanitárias distintas para cada sexo, providas de acessórios para higiênização das mãos, lixeira com revestimento interno, com saco plástico adequado para lixo, com tampa e abertura com pedal;

§ 3º - São permitidas copas em locais adequadamente situadas, de acordo com as exigências da autoridade sanitária.

Art. 266° - As administrações dos cemitérios adotarão medidas necessárias a evitar que se empoce água nas escavações e sepultamentos.

§ 1° - Os mausoléus, catacumbas e urnas serão conservados em condições de coletarem água.

§ 2° - Os vasos, jarras, jardineiras e outros ornamentos também não poderão conter água, devendo os receptáculos serer permanentemente cheios de areia.

SEÇÃO X

DAS HABITAÇÕES E EDIFICAÇÕES EM GERAL

Art. 267° - A secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária poderá definir normas sanitárias que deverão ser seguidas pelo proprietário de edificações em geral, quando da aprovação de seu projeto pelo órgão municipal competente.

Art. 268° - Nenhum projeto será aprovado sem satisfazer as condições de higiene e segurança sanitária.

Parágrafo Único - A autoridade sanitária competente poderá solicitar o embargo de construções, correções ou retificações, sempre que comprovar a desobediência as Normas Técnicas, no interresse da saúde pública.

Art. 269° - Os proprietários ou possuidores a qualquer título são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, ou terrenos.

Art. 270º - Para preservação e manutenção da higiene das habitações é proibido:

I - Conservar água estagnada nos pátios, quintais, terrenos e áreas livres abertas ou muradas;

II - Manter terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, dentro dos limites urbanos do Município;

III - Construir instalações sanitárias sobre rios, riachos, córregos ou qualquer curso d'água.

Parágrafo Único - A infringência a este artigo sujeitará o proprietário a multa graduada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da incidência de Imposto Territorial, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

Art. 271º - Os proprietários desta seção aplicam-se, no que couber, a todas as edificações, qualquer que seja sua destinação.

CAPÍTULO XII

DAS TAXAS

Art. 272° - O contribuinte da taxa são todas as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem atividades que sejam objeto da ação de vigilância sanitária.

Art. 273º - A Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária será devida, anualmente, pelas fiscalizações realizadas de modo Sistemático, Periódico e Dirigido, valorada conforme as dimensões do que está sendo fiscalizado e sua complexidade.

I – Estabelecimentos, unidades ou atividades que produzem, comercializem ou manipulam produtos, embalagem, equipamentos e utensílios, que executam ações, de interesse da saúde pública, de baixa complexidade: açougues, cantinas, casas de frios (laticínio e embutidos), casas de sucos, caldo de cana e similares, depósitos de alimentos, confeitarias, comercio de pescados, petiscarias, churrascarias, rotisseries, lanchonetes, mercados, mini, super e hipermercados, padaria, panificadoras, pastelarias, pizzarias, comércio de produtos congelados, restaurantes, buffets, traillers, quiosques, sorveterias, atacadistas de produtos perecíveis, de agrotóxicos e de fertilizantes, distribuidores de drogas, de medicamentos, de produtos farmacêuticos, e insumos farmacêuticos, de produtos de uso laboratorial, de produtos biológicos, de produtos de uso odontológicos, de produto de uso médico – hospitalar e similares, e comércio de produtos veterinários, de ervanária, posto de medicamento, bares, boates, bombonieres, cafés, depósitos de bebidas, depósitos de hortifrutigranjeiros, comércio de embutidos e conservas, produtos de nutrição (parenteral e esportivos manipulados ou não), de produtos não perecíveis, envasadores de chá, de café, de condimentos e de especiarias, quitandas, atacadistas de produtos não perecíveis, de alimentos para animal (ração e suplementos), comércios de ovos, comércio ou distribuidores de cosméticos, de saneantes domissanitários, de perfumes, de produtos higiênicos, de embalagens, de instrumentos laboratoriais, de instrumentos ou equipamentos odontológicos e de fertilizantes, academias para práticas de esportes, escolas e saunas, dormitório, estação rodoviária, ópticas, laboratórios de ópticas, aviários, barbearias, salões de beleza, clínicas de estéticas, instrumentos de massagens, casas de espetáculos e similares, cemitérios, necrotérios, cinemas, teatros, hotéis, motéis, pousadas, pensões, igrejas, lavanderias, clubes recreativos e similares, serviços e veículos de transporte funeral, de atendimento médico, de transporte de doente, de óleo vegetal "degomado" e de alimentos para o consumo humano, e atividades similares acima não elencadas:

1.1 - até 100m² de área construída.....0,019 UPF- p/m²
1.2 - acima de 100m² até 300m² de área construída....0,021 UPF- p/m²
1.3 - acima de 300m² até 500m² de área construída.....0,023 UPF- p/m²
1.4 - acima de 500m² até 1000m² de área construída.....0,025 UPF- p/m²
1.5 - acima de 1000m² de área construída.....0,027 UPF- p/m²
1.6 - Vistoria para licenciamento anual de:
1.6.1 - Veículos para transporte de doentes, por unidade.....1,0 UPF
1.6.2 – Veículos de transporte de Óleo Vegetal "degomado", água potável e de alimentos, por unidade:
1.6.2.1 – Caminhão:
a) até 02 eixos.....1,5 UPF
b) acima de 02 eixos.....2,0 UPF
1.8.2.2 – Caminhonete ou furgão.....1,0 UPF

II – Estabelecimentos ou atividades comerciais e de prestação de serviços que realizam ações de baixa complexidade: marcenaria, estabelecimento bancário, borracharia, serralheria, envasadora e reforma de extintores de incêndio, vidraçaria, sapataria, oficinas, ferro velho, lava jato, posto revendedor de combustíveis, funilaria e pintura, indústria de móveis, desentupidora e limpa fossa, veículo de transporte coletivo inter – estadual com banheiro (ônibus), veículo de transporte de dejetos e outros, similares acima não elencadas:

2.1 – até 100m² de área construída e/ou utilizada.....0,017 UPF- p/m²
2.2 - acima de 100m² até 300m² de área construída.....0,019 UPF- p/m²
2.3 - acima de 300m² até 500m² de área construída .....0,021 UPF- p/m²
2.4 - acima de 500m² até 1000m² de área construída.....0,023 UPF- p/m²
2.5 - acima de 1000m² de área construída.....0,025 UPF- p/m²
2.6 - Vistoria periódica (inspeção) de transporte coletivo intermunicipal e estadual com banheiro (ônibus), por unidade.....0,5 UPF
2.7 – Vistoria de veículo de transporte de dejetos, por unidade anual:
a) até 02 eixos.....1,5 UPF
b) acima de 02 eixos.....2,0 UPF

III – Estabelecimento, unidades ou atividades que produzem, comercializam ou manipulam produtos, embalagens, equipamentos e utensílios que executam ações de média complexidade: clínicas ou consultórios veterinários, policlínicas, clínicas odontológicas, médicas, farmácias, drogarias, creches, com fracionamento de drogas e insumos farmacêuticos, com fracionamento de cosméticos, com fracionamento de produtos saneantes e domissanitários, lavanderia de roupa de uso hospitalar, cozinha industrial, industria de alimentos, presídio, carcerária, laboratório de análises clínicas, de bromatologia e de patologia clínica, laboratório de prótese, clínica de acupuntura, serviço hemoterapia, serviço de diálise, posto de coleta de materiais, dispensários, posto de medicamentos, asilos, casa de apoio, desinsetizadoras, desratizadoras, aplicadores de produtos saneantes domissanitários, clínicas de estética, de tatuagens, indústria de cosméticos, sistema de coleta, disposição e tratamento de esgoto, sistema de coleta, disposição:

2.1 – até 100m² de área construída e/ou utilizada..... 0,017 UPF- p/m²
2.2 - acima de 100m² até 300m² de área construída..... UPF- p/m²
2.3 - acima de 300m² até 500m² de área construída .....UPF- p/m²
2.4 - acima de 500m² até 1000m² de área construída .....UPF- p/m²
2.5 - acima de 1000m² de área construída..... UPF- p/m²

IV - Estabelecimentos, unidades ou atividades que produzem, comercializam ou manipulam produtos, embalagens, equipamentos e utensílios que executam ações de alta complexidade: clínicas de medicina nuclear (quimioterapia, radioterapia e congêneres), clínicas de radiologia, hospitais, pronto socorro, hospitais veterinários, de bromatologia e de patologia clínica, serviço de hemoterapia, serviço de diálise, clínicas de fisioterapia ou reabilitação, clínicas de psicoterapia ou desintoxicação, clínicas ou consultórios de psicanálise, institutos de beleza com responsabilidade médica, clínica geriátrica, farmácia que preparam nutrição parenteral, farmácia de manipulação, alimentos para lactantes, alimentos para atletas, empresa de irradiação de produtos, transporte de cargas perigosas, industria de alimentos para fins especiais, dietéticos, industria de medicamentos, de correlatos, laboratórios de análises clínicas, citopatologico e de anatomia patológica, serviços de urgência e emergência, serviço de hemoterapia, serviço de quimioterapia, clínica de cirurgia ambulatorial estética, endoscopia digestiva, centrais de esterização, banco de órgãos ou de medula ou de leite ou de tecidos:

4.1 – até 100m² de área construída.....0,100 UPF- p/m²
4.2 - acima de 100m² até 300m² de área construída.....0,105 UPF- p/m²
4.3 - acima de 300m² até 500m² de área construída .....0,110 UPF- p/m²
4.4 - acima de 500m² até 1000m² de área construída .....0,115 UPF- p/m²
4.5 - acima de 1000m² de área construída.....0,120 UPF- p/m²

§ 1º - Para efeito da Taxa cobrada de Fiscalização de Vigilância Sanitária a UPF (Unidade Padrão Fiscal) é do Município de Araguainha.

Art. 274° - A falta de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária acarretará aplicação de multa mensal de 2,0% (dois por cento), sobre o valor da taxa, acrescido de juro moratório de 0.333 por dia de atraso.

SUB - PASTA
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

TÍTULO I

DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS E PENALIDADES

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES

Art. 275º - Considera-se infração, para os fins desta Lei e de suas Normas Técnicas especiais, a desobediência ao disposto nas normas legais regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 276° - Respondendo pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa ou concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Art. 277° - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstânciais imprevisíveis, que venha determinar avaria, deterioração de produtos ou bens de interesse a saúde pública.

Art. 278° - As infrações de natureza sanitária serão punidas administrativamente com uma ou mais das penalidades seguintes, sem prejuízo das sanções penais de civis cabíveis:

I. Advertência por escrito;
II. Pena educativa;
III. Multa;
IV. Apreensão de produtos, equipamentos, utensílios e móveis;
V. Inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e móveis;
VI. Suspensão de vendas e/ou fabricação de produtos;
VII. Proposição de cancelamento de registro de produtos ou cancelamento de registro de produtos;
VIII. Interdição parcial ou total do estabelecimento;
IX. Cancelamento de autorização para funcionamento da empresa;
X. Cancelamento da Licença Sanitária do estabelecimento.

§ - 1. A pena educativa consiste em:

a) divulgar a infração, com o objetivo de estabelecer o público consumidor ou clientela do estabelecimento acerca das medidas adotadas em relação ao fato de natureza sanitária;
b) reciclagem de dirigentes, técnicos ou empregados do estabelecimento infrator;
c) veículação, para a clientela, de mensagens educativas expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2 - A graduação da multa será definida em resoluções, portarias ou normas técnicas especiais, baixadas pelo Secretário Municipal de Saúde, em consonância com a gravidade da infração.

§ 3 - No caso de reincidência de infração prevista nesta lei, as penalidades de caráter pecuniário serão aplicadas em dobro, e assim sucessivamente.

Art. 279° - As infrações classificam-se em:

I – Leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

A Multa será de 5 UFM- Unidade Fiscal Municipal atualmente R$ 10,33.

II - Graves: aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes, a multa será de 10 UFM- Unidade Fiscal Municipal atualmente R$ 10,33.

III – Gravíssimas: aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou reincidência.

Atualmente a multa será de 15 UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Art. 280° - Na aplicação das penalidades serão considerados os seguintes fatores:

I – Atenuantes

a) Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea recuperação do dano ou limitação significativa de degradação ambiental causada;
b) Observância de princípio relativos a utilização adequada dos recursos disponíveis nas áreas do que trata esta lei;
c) Comunicação prévia pelo infrator de perigo iminente de degradação ambiental, segurança das edificações e dos usuários da cidade;
d) Colaboração com os agentes encarregados da fiscalização;
e) Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve;

II – Agravantes

a) Ser infrator reincidente ao cometer a infração de forma continuada;
b) Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
c) O infrator coagir outrem para execução material da infração;
d) Ter a infração conseqüência danosa à saúde pública e/ou ao meio ambiente;
e) Se tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública e/ou ao maio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sal alçada para evita-lo;
f) Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;
g) A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;
h) A infração atingir áreas sobre proteção legas;
i) O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;
j) Utilizar-se o infrator, da condição de agente público para prática da infração;
k) Tentativa de se eximir da responsabilidade atribuindo-a a outrem;
l) Ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
m)A infração atentar contra o conforto e a segurança dos usuários da cidade;
n) Impedir ou dificultar a fiscalização;

Art. 281° - No caso de resistência a execução das penalidades previstas nesta lei será efetuada com requisição de força policial, ficando o infrator sob custodia policial, até sua liberação pelo órgão competente.

§ 1° - O infrator será o único responsável pelas conseqüências da aplicação das penalidades, não cabendo ao órgão Municipal qualquer pagamento ou indenização.

§ 2° - Todos custos e despesas decorrentes da aplicação das penalidades correrão por conta do infrator.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

Art. 282° - São penalidades sanitárias para os efeitos desta lei.

I- Construir instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do município laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização do órgão competente ou contraindo as normas legais pertinente.
PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento da Licença Sanitária e/ou multa.

II- Construir, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos de serviço de saúde ou organização afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.
PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento da Licença Sanitária e/ou multa.

III- Instalar estabelecimentos de saúde ou explorar atividades comerciais, industriais ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupação técnica e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamento pertinentes.

PENA: Advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária e/ou multa.

IV- Instalar ou fazer funcionar estabelecimento de serviço de interesse da saúde sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento da Licença Sanitária e/ou multa.

V- Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlato, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessam à saúde pública ou individual sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da Licença Sanitária.

VI- Fazer propaganda de produtos e serviços sob vigilância sanitária, contrariando a legislação sanitária.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento de registro e/ou multa e cancelamento de Licença Sanitária.

VII- Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença transmissível e agravos ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes.

PENA: Advertência, pena educativa e/ou multa e cancelamento de Licença Sanitária.

VIII- Impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados nocivos pelas autoridades sanitárias competentes.

PENA: Advertência, pena educativa e/ou multa e cancelamento de Licença Sanitária.

IX- Reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação à preservação e à manutenção da saúde.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

X- Opor-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias competentes.

PENA: Advertência, pena educativa e/ou multa.

XI- Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XII- Desobedecer, desrespeitar ou desacatar a autoridade sanitária competente no exercício de suas funções.

PENA: Multa

XIII- Prescrever receituário, prontuário e assemelhados de natureza médica, odontológica ou veterinária em desacordo com a legislação e as normas vigentes.

PENA: Advertência, pena educativa e/ou multa.

XIV- Aviar receita em desacordo com prescrições médicas veterinárias ou odontológicas ou com determinações expressas de Lei e normas regulamentares.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XV- Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependem de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XVI- Proceder a coleta, processamento e utilização de sangue e hemoderivados ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XVII- Comercializar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-lo contrariando as disposições legais e regulamentares.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XVIII- Rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão e inutilização, interdição e/ou multa e cancelamento da Licença Sanitária.

XIX- Alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nome e demais elementos objetos do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XX- Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de ser nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XXI- Expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse da saúde cujo prazo de validade tenha expirado, ou apor-lhe novas datas, após expirado o prazo, sem a autorização do órgão competente.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XXII- Industrializar produtos de interesses sanitários sem a assistência de responsável técnico, conforme determinação de normas específicas.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XXIII- Comercializar produtos que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XXIV- Aplicação por empresas de desratização, detetização. Desinfestação e imunização de ambientes, de produtos e/ou métodos contrariando as indicações e normas técnicas.

PENA: Advertência, pena educativa, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XXV- Fornecer produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança do indivíduo, meio ambiente ou da coletividade, sem informação adequada a respeito de sua nocividade ou periculosidade.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento de Licença Sanitária e/ou multa.

XXVI- Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, transportar ou utilizar produto ou resíduo perigoso, tóxico, explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiações ionizantes, entre outros contrariando a legislação em vigor.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão, inutilização e interdição do produto, suspensão de venda do produto, cancelamento da Licença Sanitária, interdição do estabelecimento e/ou multa.

XXVII- Manter condição de trabalho que ofereça risco para a saúde do trabalho.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição do estabelecimento, cancelamento da Licença Sanitária e/ou multa.

XXVIII- Fabricar, operar ou comercializar máquina ou equipamento em condições que ofereçam risco à saúde do trabalhador.

PENA: Advertência, pena educativa, suspensão de venda do produto, interdição do equipamento e/ou estabelecimento e/ou multa.

XXIX- Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transporte, seus agentes e consignatários.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição e/ou multa e cancelamento de Licença Sanitária.

XXX- Inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou quem detenha legalmente sua posse.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição e/ou multa e cancelamento da Licença Sanitária.

XXXI- Manter condições nos imóveis e estabelecimentos comerciais e industriais que contribuam para proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que ofereçam risco a saúde.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição e/ou multa e cancelamento da Licença Sanitária.

XXXII- Proceder ao transporte e à destinação final de resíduos de forma inadequada, que ofereça riscos a saúde e/ou meio ambiente.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição, cancelamento da Licença Sanitária e/ou multa.

XXXIII- Manter animal doméstico no estabelecimento colocando em risco a sanidade dos produtos de interesse da saúde ou comprometendo a higiene e limpeza do local.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão e/ou inutilização do produto, apreensão do animal, suspensão de venda do produto, interdição do produto, cancelamento da Licença Sanitária, interdição do estabelecimento e/ou multa.

XXXIV- Manter criação de suíno na zona urbana do município.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão do animal e/ou multa.

XXXV- Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessidade habilitação legal.

PENA: Interdição e/ou multa e cancelamento da Licença Sanitária.

XXXVI- Cometer o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal.

PENA: Interdição e/ou multa.

XXXVII- Proceder à destinação e à utilização de cadáveres contrariando as normas sanitárias pertinentes.

PENA: Advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

XXXVIII- Fabricar, transportar, armazenar expor ao consumo e comercializar produtos que contiverem germes patogênicos ou substâncias prejudiciais à saúde, que estiverem deteriorados ou alterados e/ou contiverem aditivos proibidos ou perigosos.

PENA: Pena educativa, apreensão, inutilização do produto, cancelamento da Licença Sanitária, interdição do estabelecimento.

XXXIX- Fraudar, falsificar, adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessam à saúde pública.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da Licença Sanitária e cancelamento de autorização para funcionamento da empresa.

XL- da legislação pertinente.

PENA: Advertência, pena educativa, apreensão, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da Licença Sanitária, proibição de propaganda.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO COMUM A TODA A FISCALIZAÇÃO

Art. 283º - Inicia-se o procedimento com a vista do fiscal ao local onde se desenvolve qualquer atividade de que se trata esta lei.

Art. 284º - Constatada qualquer irregularidade o fiscal lavrará Auto de Infração em 03(três) vias destinando a Segunda ao Atuado e as demais para a formalização do processo administrativo, devendo o auto conter:

I – O nome da pessoa física ou jurídica, o respectivo endereço e documento que a identifique (CPF, RG, C.C.C,…);

II – A infração cometida, com a identificação do dispositivo legal infringido, o local e a data da atuação;

III – Penalidade as que esta sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição e, quando for o caso, o prazo para a correção da irregularidade;

IV – A assinatura do autuado e, caso o mesmo se recuse, a de uma testemunha se houver;

V – A assinatura da autoridade atuante;

VI – O prazo para o recolhimento da multa ou apresentação da defesa administrativa, conforme disposto no art.373 desta lei.

§ 1º - No caso de aplicação das penalidades de Embargo, Apreensão e Suspensão de venda do produto no auto de infração deve constar ainda a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedimento, data de validade, estado de conservação que se encontra o produto, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário;

§ 2º - A assinatura do infrator no auto de infração não implica em confissão, bem como sua recusa não agrava a pena;

Art. 285º - O auto de Infração é o documento hábil para a formalização das infrações das penalidades cabíveis e, não deverá ser lavrado com rasuras, emendas, omissões ou outras imperfeições.

§ 1º - Quando a Infração for caráter leve, poderá o fiscal apenas advertir o infrator, lavrando o auto de notificação concedendo prazo para a regularização.

§ 2º - Decorrido o prazo de que se trata o parágrafo anterior, e verificando o não cumprimento da determinação de regularização perante o órgão competente, o agente lavrará o auto de Infração com as penalidades cabíveis para o caso.

§ 3º - O prazo concebido poderá ser dilatado, desde que requerido fundamentalmente pelo infrator, antes do vencimento.

§ 4º - Das decisões que concederem ou drenagem prorrogação de prazo, será dada ciência ao infrator.

Art. 286º - Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos Autos de Infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade, omissão dolosa ou preenchimento incorreto dos Autos de Infração e Notificação.

Art. 287º - O autuado tomará ciência do Auto de Infração por uma das seguintes formas:

I – Pessoalmente apondo sua ciência no momento da lavratura;

II – Por representante legal ou proposto, ou ainda considerar-se-á dada ciência com a assinatura de uma testemunha em caso de recusa do infrator;

III – Por carta registrada com aviso de recebimento (AR);

IV – Por edital publicado no órgão oficial, se estiver em lugar incerto e desconhecido.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a dar ciência, deverá essa circunstancia ser mencionada expressamente pelo fiscal que efetuou a notificação.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Art. 288º - A Secretaria Municipal de Saúde poderá impor condicionamento administrativos ao exercício dos direitos individuais e coletivos, sob as modalidades de limites, encargos e sujeições, observando:

I – Não se adotarão medidas obrigatórias que envolvam ou impliquem riscos à vida;
II – Os condicionantes administrativos, sob as modalidades de limites, encargos e sujeições, serão proporcionais aos fins que em cada situação se busquem;
III – Dar-se-á preferência, sempre à colaboração voluntária do cidadão e da comunidade às autoridades sanitárias competentes.

Art. 289º - As infrações de natureza sanitária aos dispositivos desta Lei serão apuradas em processo administrativo, iniciado com a Lavratura do Auto de Infração, e punidas com aplicação isolada ou cumulativa das penas previstas, observados o rito e prazos estabelecidos na presente Lei.

Art. 290º - Instaurando o Processo administrativo sanitário, fica assegurado ao infrator o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes.

Art. 291º - As impugnações só terão efeitos suspensivos quando se tratar de imposição de penalidade pecuniária.

Art. 292º - O infrator poderá apresentar impugnação contra todos os Autos descritos nesta Lei, no prazo de 20 (vinte) dias, estabelecimentos para o procedimento das análises.

Parágrafo Único – O Auto de Apreensão e Inutilização será examinado e julgado apenas quanto aos seus aspectos formais, não ensejando ao infrator qualquer direito à devolução dos produtos da respectiva apreensão.

Art. 293º - O prazo para impugnação do Termo de Interdição vencerá no término do prazo fixado pelo agente fiscalizador.

Art. 294º - A impugnação e a suspensão do Termo de Interdição serão examinadas e julgadas imediatamente após seu recebimento.

Art. 295º - As impugnações acima citadas serão julgadas, depois de ouvido o agente fiscalizador que fundamentará seu parcial ou total dos Autos e Termos ou pelo indeferimento parcial ou total dos referidos termos.

A) TERMO DE INTIMAÇÃO

Art. 296° - Poderá ser lavrado o Termo de Intimação, a critério da autoridade sanitária competente, seguindo-se a lavratura do Auto de Infração, após o vencimento do prazo concedido, caso as irregularidades não tenham sido sanadas.

Parágrafo Único – O prazo fixado no Termo de Intimação será de, no máximo 30(trinta) dias, podendo ser prorrogável mediante pedido fundamentado à junta de julgamento da Saúde, após informação do agente fiscalizador.

Art. 297º - O Termo de Intimação será lavradas em 03(três) vias, devidamente numeradas, destinando-se a primeira via ao processo de solicitação da Licença Sanitária (quando houver), a Segunda via ao intimado e a terceira via ao agente fiscalizador e conterá:

A) O nome da pessoa física ou denominação da entidade intimada, razão social, especificando o ramo de sua atividade e o endereço completo;
B) A disposição legal ou regulamento infringido;
C) A medida sanitária exigida, ou, no caso de obras, a indicação do serviço a ser realizado;
D) O prazo para o cumprimento da exigência;
E) Nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura com matrícula;
F) A assinatura do intimado ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de dar conhecimento diretamente ao intimado da Lavratura do Termo de Intimação, este deverá ser cientificado por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, ou publicação pela imprensa, considerando-se efetivada a notificação 10(dez) dias após a publicação.

B) DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 298º - O Auto de Infração será lavradas em 03(três) vias, devidamente numeradas, destinando-se a primeira via à instrução do processo, a Segunda via ao atuado e a terceira via ao agente fiscalizador, contendo:

a) O nome da pessoa física ou denominação da entidade atuada ou razão social, especificação de seu ramo de atividade e endereço completo;
b) O ato ou fato constituído da infração e o local, a hora e a data respectivos;
c) A disposição legal ou regulamentar transgredida;
d) Indicação do dispositivo legal ou regulamentar que culmina a penalidade a que fica sujeito o infrator;
e) O prazo de 20(vinte) dias para impugnação do auto de infração;
f) Nome e cargo legível da autoridade autuante a sua assinatura com matrícula;
g) A assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser cientificado do Auto de Infração por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por edital publicado pela Imprensa ou edital afixado em local indicado pela Prefeitura Municipal, considerando-se efetivamente a notificação 10(dez) dias após sua publicação, certificando no processo a página, a data e a denominação do jornal.

C) AUTO DE APREENSÃO E DEPÓSITO

Art. 299º - Na industrialização ou comercialização de produtos e utensílios de interesse da saúde, que não atendam ao disposto nesta Lei, deverá ser lavrado Auto de Apreensão e Depósito para as averiguações necessárias.

Art. 300º - O Termo de Apreensão será lavrado em 03 (três) vias devidamente numeradas, destinando-se a primeira via ao laboratório oficial ou credenciado, quando se tratar de apreensão para análise fiscal, a Segunda via ao responsável pelo produto e a terceira via ao agente fiscalizador, contendo:

a) Nome da pessoa física ou denominação da entidade responsável pelos produtos, razão social e o endereço completo;
b) O dispositivo legal utilizado;
c) A descrição da quantidade, nome e marca do produto;
d) Nomeação do depositário fiel dos produtos, sua identificação legal e endereço completo e sua assinatura;
e) Prazo para impugnação de 03(três) dias úteis, exceto para os produtos destinados à analise fiscal cujos prazos devem prevalecer no procedimento próprio;
f) Nome e cargo legíveis da autoridade autuante a sua assinatura com matrícula;

g) A assinatura do responsável pela empresa ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

D) TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRA

Art. 301° - O termo de colheita de amostra será lavrado em 03(Três) vias devidamente numeradas, destinando-se a primeira via ao laboratório oficial, a Segunda via ao responsável pelos produtos e a terceira via agente fiscalizador contendo:

a) o nome da pessoa física ou denominação da entidade responsável pelo produto, razão social e o endereço completo;
b) o dispositivo legal utilizado;
c) a descrição da quantidade, qualidade, nome e marca do produto;
d) nome do cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura com matrícula;

e) a assinatura do responsável pela empresa ou, na sua ausência, de seu representante legal ou proposto e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura duas testemunhas quando possível.

E) AUTO DE APREENSÃO E INUTILIZAÇÃO

Art. 302° - O Auto de Apreensão e Inutilização será lavrado em 03(Três) vias devidamente numeradas, destinando-se a primeira via à chefia imediata, a Segunda via ao autuado e a terceira via ao agente fiscalizador:

a) o nome da pessoa física ou denominação da entidade autuada, razão social e seu endereço completo;
b) dispositivo legal utilizado;
c) a descrição da quantidade, qualidade, nome e marca do produto;
d) o destino dado ao produto;
e) nome e cargo legível da autoridade autuante, sua assinatura e sua matrícula;
f) a assinatura do responsável pela empresa ou, na sua ausência de seu representante legal ou proposto e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 303 - Lavrar-se-á Termo de Apreensão, que poderá culminar em inutilização de produtos e envoltórios, utensílios, vasilhames, instrumentos, equipamentos diversos e outros, quando:

I- Os produtos comercializados não atenderem às especificações de registro e rotulagem.
II- Os produtos comercializados se encontrarem em desacordo com os padrões de identidade e qualidade, após os procedimentos laboratoriais legais, seguindo-se o disposto neste regulamento e disposições em regulamentos do Estado, da União ou, ainda, quando expedição de Laudo Técnico ficar constatado serem tais produtos impróprios para consumo.
III- O estado de conservação, de acondicionamento e de comercialização dos produtos não atenda as disposições desta Lei.
IV- O estado de conservação e a guarda dos envoltórios, utensílios, vasilhames, instrumentos,e equipamentos diversos estejam impróprios para fins a que se destinam, a critério da autoridade sanitária competente.
V- Em detrimento da saúde pública, o agente fiscalizador constatar infrigência às condições relativas aos produtos disposto nesta Lei.
VI- Em situações previstas por atos administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente publicados pela imprensa.

Art. 304° - Os produtos citados no artigo anterior, por ato administrativo da vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, poderão após a sua apreensão:

I- Ser encaminhados, para fins de inutilização, a local previamente estabelecido autoridade sanitária competente;
II- Ser inutilizados no próprio estabelecimento;
III- Ser devolvidos ao seu legítimo proprietário ou representante legal, impondo-lhe a multa.
IV- No caso de reincidência, fica expressamente proibida a devolução anterior dos produtos apreendidos e a multa a que se refere o inciso anterior será em dobro, sem prejuízo de outras penalidades contidas nesta Lei.
V- Se a autoridade sanitária comprovar que o estabelecimento esteja comercializando produtos em quantidade superior a sua capacidade técnica de conservação, perderá o referido estabelecimento o benefício da devolução contido no inciso III.
VI- Poderão ser doados a instituições públicas ou privadas, desde que beneficentes, de caridade ou filantrópicas,mediante Laudo Técnico a respeito das condições higiênico-sanitárias do produto.

F) TERMO DE INTERDIÇÃO

Art. 305° - O termo de interdição será lavrado em 03(Três) vias devidamente numeradas, destinando-se a primeira via à imediata, a Segunda via ao responsável pelo estabelecimento e a terceira via ao agente fiscalizador, contendo:

a) o nome da pessoa física ou denominação da entidade autuada, razão social, especificando o ramo de sua atividade e o seu endereço completo;
b) os dispositivos legais infringidos;
c) a medida sanitária ou, no caso de obras, a indicação do serviço a ser realizado;
d) nome e função ou cargo, legíveis, da autoridade e sua assinatura e matrícula;
e) nome e cargo legíveis da chefia, sua assinatura e matrícula;
f) a assinatura do responsável pelo estabelecimento ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

G) DO RECURSO E JULGAMENTO

Art. 306° - Transcorrido o prazo para impugnação do auto de infração sem interposição de defesa e em caso de decisão denegatória definitiva de recurso, os processos serão encaminhados para a devida cobrança, no órgão municipal competente.

Art. 307° - Cabe a junta de julgamento da Saúde examinar e decidir, em primeira instância administrativa, os processos relativos às infrações sanitárias, bem como os atos administrativos à matéria sanitária.

Parágrafo Único - A junta de julgamento da Saúde será composta e regida por ato do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 308° - Além dos prazos estabelecidos nesta Lei, serão observados os seguintes para o julgamento da primeira instância.

I- Até 15 dias (quinze) dias corridos, para o processo de reabertura dos estabelecimentos interditados.
II- Até 15 dias (quinze) corridos, para o julgamento de impugnações dos Autos de Infração.
III- Até 15 dias (quinze) corridos, para o julgamento dos processos de cancelamentos e pedidos de prorrogação de prazos dos termos de intimação, auto de apreensão e depósito.

Art. 309º - Quando a decisão de primeira instância for favorável ao infrator, a Junta de Julgamento da Saúde recorrerá, obrigatoriamente, de ofício, à Segunda instância, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único – Enquanto não houver a decisão da Segunda instância, a decisão de primeira instância não produzirá efeito.

Art. 310º - Caso seja indeferida a impugnação em primeira instância, o infrator poderá oferecer interposição de recursos à Segunda instância, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 311º - Incumbe à Junta de Recursos da Saúde examinar, julgar e decidir em Segunda instância os recursos relativos às decisões de

primeira instância, bem como os atos administrativos referentes à matéria sanitária.

Parágrafo Único – A Junta de Recursos da Saúde será composta e regimentada por ato do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 312º - Cabe à junta de Recursos da Saúde, sem prejuízo das sanções administrativas, encaminhar ao Ministério Público os fatos circunstanciados referentes às infrações sanitárias para as devidas providências.

Art. 313º - A Junta de Recursos da Saúde é competente para conceder, por decisão fundamentada, a remissão parcial ou total das sanções administrativas, referentes às infrações sanitárias por atos ilícitos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 314º - As infrações às disposições legais de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

Art. 315º - Os prazos fixados na presente Lei correm ininterruptamente, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento, considerando ainda dia de expediente normal da Prefeitura.

Art. 316º - As Multas por Infração ao Código Sanitário do município será em conformidade com seu enquadramento.

Artigo	UFM.
28	5
33	5
38 § 2	5
42	5
51	10
55	10
62	10
64	15
72	15
76	15
86	10
88 – I a VIII	15
89	10
92	10
93 – I a VI	15
94 – I a VIII	10
96 – I a VIII	10
97 – I a IV	10
106 - I	15
106 - V	15
112	15
115 - – V e IX	10
123	15
128 – I a XI	10
135 – I a IV	10
137 - V	10
138 – VIII e XIII	10
142 – Parágrafo Único - Letra (a) e (b)	10
145 - I a VIII	10
158 – I a VIII	10
178 – I a XIV	10
178 – Parágrafo Único	10
185 – III	10
199 – I a VI	10
213	10
269	10

Parágrafo Único - Qualquer infração a este código não detalhada nesta lei ou até sua regulamentação por decreto será de 5,0 UPF – Araguainha – MT.

Art. 316º - Todos os atos referentes à matéria fiscal sanitária serão praticados dentro dos prazos estabelecidos nesta Lei.

Art. 317º - As Portarias, Resoluções e Normas Técnicas que trata a presente Lei serão baixadas por ato do Secretario Municipal de Saúde, para mantê-las atualizadas a legislação federal e estadual pertinentes.

Art. 318º - Quando o atuado for analfabeto, fisicamente incapaz ou menor, poderá o auto ser assinado “a rogo” na presença de duas testemunhas ou, na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pelo agente fiscalizador.

Art. 319º - Ficam sujeitos a Licença Sanitária, para funcionamento junto à Secretaria Municipal de Saúde, todos os estabelecimentos que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e a preservação da saúde pública individual ou coletiva.

Art. 320º - A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia e hora, mediante as formalidades legais, das ações de vigilância sanitária e saúde coletiva;

IV – Os membros das equipes ou grupos técnicos de vigilância sanitária;

V – Os fiscais sanitários ou ocupantes de cargos equivalentes.

Art. 321º - A Secretaria Municipal de Saúde poderá se utilizar da participação de técnicos especialistas de entidades públicas ou privadas em procedimentos de saúde pública, sempre que se fizer necessário.

Art. 322º - Adquirido o estabelecimento por compra ou arrendamento dos imóveis respectivos, a nova empresa é obrigada a cumprir todas as exigências sanitárias formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.

Art. 323º - O poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá requisitar câmaras frigoríficas e refrigeradores de estabelecimentos situados no município, para acondicionar produtos perecíveis suspeitos de contaminação, até que seja liberado o laudo pericial.

Art. 324º - A Presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 325º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 621 DE 18 DE JUNHO DE 2010

Autoriza o Poder Executivo a Construção do Centro de Multiplouso, Altera o Anexo I, da Lei Municipal nº. 602, de 30 de dezembro de 2009 – Plano Plurianual, Inclui ação no Anexo I, da Lei Municipal nº. 601, de 30 de dezembro de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a Construção do Centro de Multiplouso, inclui ação na Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abre Crédito Adicional Especial:

I – A ação constante do Anexo I, da Lei Municipal nº. 602, de 30 de dezembro de 2009 – Plano Plurianual, passa a vigorar com redação constante do anexo I, dessa Lei.

II – O Anexo I, da Lei Municipal nº. 601, de 30 de dezembro de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo II, dessa Lei.

Art. 2º. Abre ao Orçamento Geral do Município Crédito Adicional Especial no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), discriminado por seu elemento de despesa:

07 - Secretaria Municipal do Bem Estar Social
07.001 - Secretaria Municipal do Bem Estar Social
07.001.08 - Assistência Social
07.001.08.244 - Assistência Comunitária
07.001.08.244.0103 - Gestão da Política de Ação Social
07.001.08.244.0103.1071 - Construção do Centro de Multiplouso
449051.00 - Obras e Instalações.....R$ 150.000,00

Art. 3º. O recurso necessário para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior serão nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº. 4320/64 e seus incisos.

Parágrafo Único – Para dar cobertura do recurso do Crédito Adicional Especial, será utilizado o excesso de arrecadação da seguinte receita abaixo:

200000000000 - Receita de Capital
240000000000 - Transferências de Capital
247000000000 - Transferências de Convênios
247100000000 - Transferências de Convênios da União e suas Entidades
247199000000 - Outras Transferências de Convênios da União
247199990000 - Demais Transferências de Convênios da União.....R$ 150.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguainha/MT, 18 de Junho de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

Identificação do Programa:
SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

01. Denominação:
0103 – GESTÃO DA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL

02. Objetivo:
Garantir a Manutenção das Políticas Sociais aos Munícipes

03. Público Alvo:
Munícipes em Geral

04. Unidade Responsável:
Secretaria Municipal do Bem Estar Social

05. Horizonte Temporal:
( ) Contínuo (x) Temporário Início: 2010 / Término: 2011

06. Quantidades de Ações: 01

07. Valor do Programa: R$ 150.000,00

IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES

Descrição da Ação: Construção do Centro de Multiplouso.....R$ 150.000,00
Tipo: P
Produto Bem ou Serviço: Centro de Multiplouso
Unidade de Medida: Un
Ano: 2010
Meta Física: 163,62 m²
Valor: R$ 150.000,00
Função: 08
Subfunção: 244
PPA TOTAL.....R$ 150.000,00

ANEXO – II
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL

FUNÇÃO: 08 – Assistência Social

SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0103 – Gestão da Política de Ação Social

TIPO: P

PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÕES ESPECIAIS: 1071 – Construção do Centro de Multiplouso

INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO

META: Melhorar condições sociais do município com a Construção do Centro de Multiplouso

VALOR: 150.000,00

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Número dos munícipes

LEI MUNICIPAL Nº. 622 DE 18 DE JUNHO DE 2010

Autoriza o Poder Executivo a Revitalização da Praça Central e Construção da Biblioteca, Altera o Anexo I, da Lei Municipal nº. 602, de 30 de dezembro de 2009 – Plano Plurianual, Inclui ação no Anexo I, da Lei Municipal nº. 601, de 30 de dezembro de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a Revitalização da Praça Central e Construção da Biblioteca, inclui ação na Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abre Crédito Adicional Especial:

I – A ação constante do Anexo I, da Lei Municipal nº. 602, de 30 de dezembro de 2009 – Plano Plurianual, passa a vigorar com redação constante do anexo I, dessa Lei.

II – O Anexo I, da Lei Municipal nº. 601, de 30 de dezembro de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo II, dessa Lei.

Art. 2º. Abre ao Orçamento Geral do Município Crédito Adicional Especial no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), discriminado por seu elemento de despesa:

08 - Secretaria Municipal de Obras
08.001 - Secretaria Municipal de Obras
08.001.15 - Urbanismo
08.001.15.451 – Infra-Estrutura Urbana
08.001.15.451.0051 – Construção e Manutenção das Praças e Jardins
08.001.15.451.0051.1072 – Revitalização da Praça Central e Construção da Biblioteca
449051.00 - Obras e Instalações.....R$ 150.000,00

Art. 3º. O recurso necessário para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior serão nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº. 4320/64 e seus incisos.

Parágrafo Único – Para dar cobertura do recurso do Crédito Adicional Especial, será utilizado o excesso de arrecadação da seguinte receita abaixo:

200000000000 - Receita de Capital
240000000000 - Transferências de Capital
247000000000 - Transferências de Convênios
247200000000 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal
247299000000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados
247299990000 - Demais Transferências de Convênios dos Estados.....R$ 150.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguainha/MT, 18 de Junho de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

Identificação do Programa:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

01. Denominação:
0051 – Construção e Manutenção das Praças e Jardins

02. Objetivo:
Urbanismo do Município

03. Público Alvo:
Munícipes em Geral

04. Unidade Responsável:
Secretaria Municipal de Obras

05. Horizonte Temporal:

( ) Contínuo (x) Temporário Início: 2010 / Término: 2011

06. Quantidades de Ações: 01

07. Valor do Programa: R$ 150.000,00

IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES

Descrição da Ação: Revitalização da Praça Central e Construção da Biblioteca.....R$ 150.000,00
Tipo: P
Produto Bem ou Serviço: Praça Central e Biblioteca
Unidade de Medida: Un
Ano: 2010
Meta Física: 3.750 m²
Valor: R$ 150.000,00
Função: 15 Urbanismo
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana
PPA TOTAL.....R$ 150.000,00

ANEXO – II
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 451 – Infra-Estrutura Urbana

PROGRAMA: 0051 – Construção e Manutenção de Praças e Jardins

TIPO: P

PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÕES ESPECIAIS: 1072 – Revitalização da Praça Central e Construção da Biblioteca

INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO

META: Melhorar condições do lazer e cultura do município com a Revitalização da Praça Central e Construção da Biblioteca
VALOR: 150.000,00

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Número dos munícipes

PORTARIA 063 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora, **LUIZA MARIA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, CPF: 496.077.311-15 e RG: 760026 SSP/MT,** atendendo a necessidade da interessada, de acordo que preceitua o Art. 97 Inciso XVII da Lei Orgânica do Município, sendo **90 (noventa) dias**, referente ao período de **01/06/2004** à **01/06/2009**, para ter início o gozo da licença em **07/06/2010** devendo seu retorno em **06/09/2010**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 07 de Junho de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 064 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a **PORTARIA 044 de 05 de Maio de 2010** que Nomeia Comissão para Apuração de Processo Administrativo Disciplinar para Apurar a Eficiência dos Serviços dos Auxiliares de controle Interno do Município de Araguainha/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 11 de Junho de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Araputanga

QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE OBRAS REFERENTE AO CONTRATO N.º 167/2009

Quarto Termo Aditivo de Contrato de Obras, que fazem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT.**, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob nº15,023,914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representante pelo **Sr. VANO JOSÉ BATISTA,** brasileiro, casado, portador do RG sob nº 98470-ZA SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob n.º 056.675.981-04, residente e domiciliado à Rua Limiro Rosa Pereira, n.º 1040, Centro, no Município de Araputanga/MT, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa **TEREX CONSTRUÇÕES E TRANSPORTE LTDA**, Pessoa jurídica de direito privado, com se na General Valle nº 321, Bairro Bandeirante, em Cuiabá – MT, inscrita no CNPJ 07.481.616/0001-70, neste ato representada pelo seu sócio Diretor, Sr. **CARLOS HUMBERTO BRANDOLIS**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG M-1 1.061.045 SSP/MG e CPF: 211.721.886-53, residente e domiciliado em Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e contratado, nos termos do **Processo Licitatório Tomada de Preços 004/2009,** conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - Conforme **Contrato de Obras n.º 167/2009,** as partes mencionadas resolvem em **"Quarto Termo Aditivo**" alterar a **Cláusula Quinta do contrato originário,** que trata do prazo pactuado para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO – Adita-se o prazo para a execução do serviços que era de 27/04/2010 a 12/06/2010, prorroga-se o prazo de vigência, ficando estabelecido novo prazo de vigência para 13/06/2010 a findar em 27/07/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica justificado o presente ato, pela ocorrência de fato alheio à vontade das partes, consubstanciado nas cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – Não sendo possível a execução do objeto pactuado nas datas aprazadas, mas, a escassez do prazo impossibilita a plena execução do objeto, não restando outra alternativa, se não a prorrogação de novo prazo

CLÁUSULA QUARTA - O fato que levou as partes Contratantes a concordar em assinar o Termo Aditivo, foi em virtude das Cláusulas e condições ora mencionadas, ficando ratificadas todas as demais cláusulas do contrato originário que não conflitem com o presente Termo Aditivo.

Estando assim, justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em, 03 (três) vias de igual teor valor, na presença de duas testemunhas que também assinam. Araputanga/MT, 11 de Junho de 2010.
VANO JOSÉ BATISTA - PREFEITO MUNICIPAL - **CONTRATANTE**

TERMO DE ADITIVO

Contrato de Servidor Temporário, nº 165/2009, de Acordo Lei Municipal nº 699/2006, de 18/10/2006,que fazem a Prefeitura Municipal de Araputanga e a Sr.ª. MARINELSA LIMA DA SILVA, portadora da cédula de identidade N.º 892610, SSP/MT e CPF N º. 650.951.971-20,exercendo o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, como vencimento mensal base a quantia de R$ 997,54 equivalente a 40 horas semanais, ou seja, 08(oito) horas diárias.Parágrafo Primeiro – Portanto onde se lê que o prazo é de 14/03/2010 à 14/06/2010, prorrogar se há de 14/06/2010 á 11/09/2010.

Cláusula Terceira – O fato que elevou as partes contratantes em concordarem em assinar o Termo Aditivo, ficando mantida todas as demais cláusulas de contrato original.

TERMO DE ADITIVO

Contrato de Servidor Temporário, nº 202/2009, de Acordo Lei Municipal nº 699/2006, de 18/10/2006,que fazem a Prefeitura Municipal de Araputanga e a Sr.ª. ROSIMEIRE SOARES TOLEDO, portadora da cédula de identidade N.º 0999495-0 SSP/MT e CPF: Nº. 002644061-09 exercendo o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, como vencimento mensal base a quantia de R$ 997,54 equivalente a 40 horas semanais, ou seja, 08(oito) horas diárias.Parágrafo Primeiro – Portanto onde se lê que o prazo é de 17/05/2010 à 21/06/2010, prorrogar se há de 21/06/2010 á 25/08/2010.

Cláusula Terceira – O fato que elevou as partes contratantes em concordarem em assinar o Termo Aditivo, ficando mantida todas as demais cláusulas de contrato original.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

TERCEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO, ALTERAÇÃO NOVA DATA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 024/2010 – PROCESSO 024/2010

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, constituído pela Portaria nº 07/2010-GAB/PM, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 24/2010, Edital Pregão nº 24/2010**,** com data de abertura prevista para o dia 08**/07/2010, às 08:00** horas, comunica aos interessados apenas altera as especificações e fica inalterado o horário e o dia ora marcado, tal alteração foi motivada pela necessidade de readequação do edital, segundo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade conforme segue:

ONDE – LE:

6.2. A empresa se obriga a fornecer todas as instalações necessárias para o cumprimento do contrato, em regime de COMODATO, durante a vigência do contrato do fornecer equipamento abaixo discriminado:

6.21 Equipamento analisador automático de hematologia;

1. PRODUTIVIDADE: MINIMO DE 60 HEMOGRAMA POR HORA.
2. FACIL OPERAÇÃO: SISTEMA OPERACIONAL EM PORTUGUES.
3. MEMORIA: CAPACIDADE DE NO MINIMO 10.000 PACIENTES.
4. HOMOGENEIZAÇÃO DE AMOSTRAS: PRESENÇA DE SISTEMA DE HOMOGENEIZAÇÃO E ASPIRAÇÃO CONTINUA DE AMOSTRAS.
5. IDENTIFICADOR DE PACIENTES: ALFA NUMERICO
6. CONTROLE DE QUALIDADE: DEVE APRESENTAR NO MINIMO GRAFICO DE LEVEY JENNINGS.
7. CONTROLES DE REAGENTES: AUTOMATICO COM ALERTAS.
8. URGENCIA: POSSIBILIDADE DE ANALISAR AMOSTRAS DE URGENCIA COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO DE AMOSTRAS DE ROTINA PREVIAMENTE PROGRAMADA.
9. PRESENÇA DE FUNÇÃO STAND-BY
10. TEMPERATURA AMBIENTE DO EQUIPAMENTO: DEVE OPERAR PELO MENOS NA FAIXA DE 18°C A 30° C.
11. ASPIRAÇÃO E DILUIÇÃO DA AMOSTRA: AUTOMATICA
12. PRESENÇA DE FLEGS PARA INDICAR AMOSTRAS FORA DOS INTERVALOS DE LINEARIEDADE DOS PARAMETROS DO HEMOGRAMA.

13.AUTONOMIA DE ENERGIA: O EQUIPAMENTO DEVERA CONTAR COM SISTEMA DE APOIO (NO BREAK, CAPAS DE SE MANTER EM FUNCIONAMENTO PELO MINIMO DE 30 MINUTOS APÓS A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA).

14.ESTATISTICA DE EXAMES REALIZADOS.

15.SANGUE CONTROLE EM 3 NIVEIS (BAIXO, NORMAL, ALTO).

16.LAUDO DE HEMOGRAMA: DEVE SER EMITIDO EM IMPRESSORA MATRICIAL, JATO DE TINTA OU LASER COM CAPACIDADE DE LIBERAR RESULTADOS COM VALORES DE REFERENCIA.

17.TODO MATERIAL, ACESSORIO, COMPONENTE OU COMPLEMENTO NÃO ESPECIFICADO, POREM CONVINIENTES E/OU NECESSARIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, OBJETO DO COMODATO, DEVERAO SER DISCRIMINADOS PELO PROPONENTE EM SUA PROPOSTA.

LEIA-SE

· 6.2.1 **Equipamento analisador automático de hematologia**; Característica adicionais: contendo no mínimo 22 (vinte e dois) parâmetros usuais incluindo 5 partes diferenciais, indicado para rotina de médio porte:

1. WBC
2. RBC
3. HCT
4. VCM
5. HCM
6. CHCM
7. HGB
8. RDW
9. NEUT%
10. LINF%
11. MON%
12. EOS%
13. BAS%
14. NEUTH
15. LINF
16. MON
17. EOS
18. BAS
19. PLQ
20. PDW
21. MPV
22. PCT

18.PRODUTIVIDADE: MINIMO DE 60 HEMOGRAMA POR HORA.

19.FACIL OPERAÇÃO: SISTEMA OPERACIONAL EM PORTUGUES.

20.MEMORIA: CAPACIDADE DE NO MINIMO 10.000 PACIENTES.

21.HOMOGENEIZAÇÃO DE AMOSTRAS: PRESENÇA DE SISTEMA DE HOMOGENEIZAÇÃO E ASPIRAÇÃO CONTINUA DE AMOSTRAS.

22.IDENTIFICADOR DE PACIENTES: ALFANUMERICO

23.CONTROLE DE QUALIDADE: DEVE APRESENTAR NO MINIMO GRAFICO DE LEVEY JENNINGS.

24.CONTROLES DE REAGENTES: AUTOMATICO COM ALERTAS.

25.URGENCIA: POSSIBILIDADE DE ANALISAR AMOSTRAS DE URGENCIA COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO DE AMOSTRAS DE ROTINA PREVIAMENTE PROGRAMADA.

26.PRESENÇA DE FUNÇÃO STAND-BY

27.TEMPERATURA AMBIENTE DO EQUIPAMENTO: DEVE OPERAR PELO MENOS NA FAIXA DE 18°C A 30° C.

28.ASPIRAÇÃO E DILUIÇÃO DA AMOSTRA: AUTOMATICA

29.PRESENÇA DE FLEGS PARA INDICAR AMOSTRAS FORA DOS INTERVALOS DE LINEARIEDADE DOS PARAMETROS DO HEMOGRAMA.

30.AUTONOMIA DE ENERGIA: O EQUIPAMENTO DEVERA CONTAR COM SISTEMA DE APOIO (NO BREAK, CAPAS DE SE MANTER EM FUNCIONAMENTO PELO MINIMO DE 30 MINUTOS APÓS A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA).

31.ESTATISTICA DE EXAMES REALIZADOS.

32.SANGUE CONTROLE EM 3 NIVEIS (BAIXO, NORMAL, ALTO).

33.LAUDO DE HEMOGRAMA: DEVE SER EMITIDO EM IMPRESSORA MATRICIAL, JATO DE TINTA OU LASER COM CAPACIDADE DE LIBERAR RESULTADOS COM VALORES DE REFERENCIA.

34.TODO MATERIAL, ACESSORIO, COMPONENTE OU COMPLEMENTO NÃO ESPECIFICADO, POREM CONVINIENTES E/OU NECESSARIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, OBJETO DO COMODATO, DEVERAO SER DISCRIMINADOS PELO PROPONENTE EM SUA PROPOSTA.

OBS: Os CONTROLES para uso diário com três níveis para a avaliação dos parâmetros da máquina deveram ser fornecidos pela a contrata sem custo

A cópia do novo edital e seus anexos poderão ser obtidos no site http://www.barradobugres.mt.gov.br ou na sala da CPL, no endereço acima, das 07h às 13h, de segunda a sexta, onde serão prestadas informações adicionais. Ficam inalteradas as demais condições do Edital.

Adm. Marilene da Silva Campos
Pregoeira oficial.
Port.007/2010 GP

Prefeitura Municipal de Cáceres

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 20/20010 **– Processo nº** 109/2010
Órgão: Prefeitura de Cáceres, Estado de Mato Grosso
Objeto: aquisição de material de consumo vital (oxigênio medicinal) de extrema necessidade para atender para atende os usuários críticos do pronto atendimento médico por período 09 (nove)meses, conforme especificações em anexo**.**
Hora e Data de Abertura: às **09h00,** horário local (MT), do dia **12 de Julho de 2010**
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, - nº 1815, CEP 78200-000, Cáceres-MT, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal www.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – ramal 233.
Local e data: Cáceres/MT., 22 de junho de 2010.

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Peço nº 06/2010 – Processo nº 115/2010
Órgão: Prefeitura de Cáceres, Estado de Mato Grosso
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e materiais de consumo, necessários para atender os serviços administrativos da Secretaria Municipal de Ação Social desta prefeitura.
Onde se lêàData de abertura: às 13:00 horas, horário local (MT), do dia 25 de junho de 2010
Leia-seà **Data de abertura:** às 13:00 horas, horário local (MT), do dia de junho de 2010
Observação: O edital e todos os demais documentos que o integram, encontram-se disponíveis para o conhecimento dos interessados, mediante o recolhimento à Tesouraria desta Prefeitura a importância de **R$ 50,00** (cinquenta reais), não reembolsável.
Local e data: Prefeitura de Cáceres – MT, 25 de junho de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL n.º22/2010
Órgão: Prefeitura Municipal de Cáceres:
Objeto: Aquisição de diversos materiais gráficos a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde em todas as suas atividades e Unidades de Saúde do Município de Cáceres-MT.
Data de Abertura: dia 09 de julho de 2010 às 09:00 horas (hora local).
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, - nº 1815, CEP 78200-000, Cáceres-MT, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal www.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – ramal 233.

Local e data: Cáceres/MT, 22 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇO n.º 08/2010

Órgão: Prefeitura Municipal de Cáceres:

Objeto: Obras de Implantação de Sinalização Turística em diversas ruas do Centro Urbano de Cáceres-MT

Data de Abertura: dia 05 de julho de 2010 às 09:00 horas (hora local).

Tipo: MENOR PREÇO, Regime de EMPREITADA GLOBAL

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, - nº 1815, CEP 78200-000, Cáceres-MT, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal www.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – ramal 233.

Local e data: Cáceres/MT., 17 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Resultado de Licitação – Modalidade: **CARTA CONVITE n.º 039/ 2010**

Processo: 0101/2010.

Objeto: Aquisição de Balança para pesagem de gêneros alimentícios e caixa térmica para conservação dos referidos gêneros no transporte de entrega de alimentação escolar às unidades escolares da rede Municipal de Ensino do Município de Cáceres/MT

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para os interessados, que atendendo aos preceitos da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, art. 23, II, alínea "a", sem prejuízo do art. 37, da Constituição Federal, pertinentes, de parecer da Procuradoria Geral do Município – PGM, pela Carta Convite n.º 039/ 2010, em sessão realizada sala da CPL, o Presidente desta, declarou as empresas FUTURO INFORMATICA LTDA, no valor de R$ 5.775,00 (cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais) e CAPITAL COM. REP. MOVEIS E INFORMATICA LTDA-EPP, no valor de R$ 1.062,60 (hum mil e sessenta e dois reais e sessenta centavos) vencedoras do certame, com as condições de cumprimento das obrigações previstas no Edital, e especificações no Anexo deste, assim é publicado.

LUIZ AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL.

DECRETO Nº. 307
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 5826, de 05 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, o senhor **JEFFERSON BLUN,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 308
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 5777, de 04 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, a senhora **EDITE MARIANO DA COSTA,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de março de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 309
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 5007, de 27 de fevereiro de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, o senhor **THIAGO SHIMIZU DA SILVA,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 310
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 4930, de 23 de fevereiro de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, a senhora **POLIANNA DE SOUZA CORREA,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 311
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 5307, de 01 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, a senhora **ELIANE SILVA DE OLIVEIRA,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado

DECRETO Nº. 312
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 5354, de 01 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, o senhor **WILSON DA SILVA,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 313
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 4929, de 23 de fevereiro de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, o senhor **ROGERIO LEITE MURJI,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Assistente Administrativo, 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 314
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 5477, de 02 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através da PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12.12.05, o senhor **LUIZ FERNANDO SEBA,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto Nº. 460 de 04 de julho de 2008, para exercer suas funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir 05 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres
Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 315
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 8873, de 20 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Desnuclear a Escola Municipal "Pedreira" da Escola Municipal "Santos Dumont".

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 316
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 8873, de 20 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Nuclear a Escola Municipal "Pedreira" anexa a Escola Municipal "Tancredo Neves".

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 317
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 9710, de 04 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Conceder a servidora **RITA STEPHANI ROCHA-**Periodentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 120 (cento e vinte) dias de Licença Gestante, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho-Previdência INSS, a partir de 14 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 318
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 9715 de 04 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Exonerar a pedido, o senhor **ALEXANDRE STEFFENS,** do cargo de Coordenador do Pronto Atendimento Médico, a partir de 27 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 319
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 9161, de 26 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Conceder a servidora **MARILAND DELGADO ROMAO–** Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Governo, 03 (três) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 101 da Lei Complementar nº. 48 de 05.09.03, a partir de 03 de maio de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 320
DE 12 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 9829, de 06 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Conceder a servidora **MIGUELINA DE SOUZA BENEVIDES,** Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 101 da Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e Artigos 41 e 54 da Lei Complementar nº. 47 de 29.09.03, a partir de 01 de junho de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 12.05.10

DECRETO Nº. 326
DE 18 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 10290, de 13 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Exonerar a pedido, o senhor **GLEDSON PINHEIRO DA SILVA,** Maqueiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de maio de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 328
DE 18 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 9689, de 04 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Rescindir a pedido, o Contrato de Trabalho de **EDNEIA DE ALMEIDA DUARTE,** Monitora do PETI, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, a partir de 03 de maio de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 329
DE 18 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 9623, de 03 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Exonerar a pedido, o senhor **LOURIVAL SANTANA DA SILVA,** Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de maio de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 330
DE 18 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 10279, de 13 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Rescindir a pedido, o Contrato de Trabalho de **ROSINEIA DE CARVALHO NEVES,** Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de maio de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 331
DE 18 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 9810, de 05 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

ART. 1º - Rescindir a pedido, o Contrato de Trabalho de **LEONEIDE DE ARAUJO BARBOSA,** Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de maio de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 333
DE 18 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de Técnicos de Nível Médio, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Ação Social, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 2.177 de 20 de maio de 2009, e

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 9886, de 06 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art.1º- Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27/11/97, a senhora **MARILENE CEBALHO DE SOUZA,** para compor o quadro da equipe técnica do Projeto Conviver e Projeto de Ações Sócioeducativas de Apoio à Família, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, período de 07.05.2010 a 31.12.2010.

Art.2º- As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.
TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 334
DE 18 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Ação Social, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 2.181 de 20 de maio de 2009, e

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 9885, de 06 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art.1º- Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27/11/97, a senhora **CLAUDINÉIA COELHO RODRIGUES,** para compor o quadro da equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, período de 03.05.2010 a 31.12.2010.

Art.2º- As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 18.05.2010

DECRETO Nº. 336
DE 21 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931 de 15.04.2005, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 7572, de 30 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, o Senhor **JAIME ALFREDO SALAZAR ABARCA-**Professor Licenciado em Letras, 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, período de 02.03.2010 à 31.12.2010.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.10

DECRETO Nº. 337
DE 21 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 8571, de 15 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Rescindir a pedido, o Contrato por Prazo Determinado da Senhora **KELLY CRISTINA DE ALMEIDA CAETANO-**Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.10

DECRETO Nº. 338
DE 21 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 8314, de 12 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Rescindir a pedido, o Contrato por Prazo Determinado do Senhor **CLEVERSON GONÇALVES PEREIRA-**Professor Licenciado em Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.10

DECRETO Nº. 339
DE 21 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 9035, de 22 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º-Reduzir a carga horária da senhora **ROSILENE SIMÕES MIRANDA-**Professora Licenciada em Pedagogia com Docência, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 25 para 20 horas semanais, a partir de 19 de abril de 2010.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.10

DECRETO Nº. 341
DE 21 DE MAIO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 10076, de 11 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder ao servidor **RUBENS PEREIRA DE OLIVEIRA –** Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, 03 (três) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 101 da Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e Artigo 40 Inciso I da Lei Complementar nº. 48 de 05.09.03, a partir de 07 de junho de 2010.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.10

DECRETO Nº. 342
DE 21 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 10135, de 11 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Conceder a servidora **OLINDA APARECIDA DE CAMARGO**, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 101 da Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e Artigos 41 e 54 da Lei Complementar nº. 47 de 29.09.03, a partir de 14 de junho de 2010.

Art.2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.10

DECRETO Nº. 344
DE 21 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de pessoal, por prazo determinado, para a Secretaria Municipal de Ação Social, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando ainda o disposto no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, Art. 96, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 2.181 de 20 de maio de 2009, e

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 10074, de 10 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art.1º- Contratar, por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei e com vínculo previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27/11/97, a senhora **PRICILLA ALVES DE MORAES-**Monitora**,** para compor o quadro da equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, período de 03.05.2010 a 31.12.2010.

Art.2º- As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 21.05.2010

EDITAL

Encontra-se à disposição dos interessados, no mural do Poder Executivo, o Balancete financeiro da Prefeitura Municipal de Cáceres, referente ao mês de **MAIO/2010.**

Este documento permanecerá ali exposto pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data desta publicação.

MARLENE DAS GRAÇAS FORNANCIARI TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Resolução nº 03/2010 de 28 de Maio de 2010

Dispõe acerca da demanda de cursos de qualificação profissional para o município de Cáceres.

O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO CMT
Usando das atribuições legais que lhes conferem a Resolução nº 80 CODEFAT, combinada com a lei municipal de nº 1315, de 12 de dezembro de 1995, em reunião ordinária realizada no dia 18 de Maio de 2010.

Considerando a solicitação da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social-SETECS acerca da demanda de cursos de qualificação profissional para o município de Cáceres-MT para a área rural Resolve:

Art 01º- aprovar por unanimidade a seguinte relação de cursos para a qualificação profissional para o município de Cáceres referente ao ano de 2010.

Cursos

Vaqueiro
Ordenha

Art 02º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrario.

Cáceres-MT 28 de Maio de 2010.

Elias Bortole
Presidente do CMT

Resolução nº 02/2010 de 28 de Maio de 2010

Dispõe acerca da demanda de cursos de qualificação profissional para o município de Cáceres.

O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO CMT
Usando das atribuições legais que lhes conferem a Resolução nº 80 CODEFAT, combinada com a lei municipal de nº 1315, de 12 de dezembro de 1995, em reunião ordinária realizada no dia 18 de Maio de 2010.

Considerando a solicitação da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social-SETECS acerca da demanda de cursos de qualificação profissional para o município de Cáceres-MT para a área rural Resolve:

Art 01º- aprovar por unanimidade a seguinte relação de cursos para a qualificação profissional para o município de Cáceres referente ao ano de 2010.

Cursos

Açougueiro
Balconista de Auto Peças
Informática Avançada
Vendedor Lojista
Repositor de Supermercado
Offic Boy
Mecânico de Motor de Popa
Caixa de Supermercado

Art 02º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrario.

Cáceres-MT 28 de Maio de 2010.

Elias Bortole
Presidente do CMT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Resultado de Licitação – Modalidade: Tomada de Preços n.º 003/2010
Processo: 069/2010.

Objeto: Construção de uma cozinha comunitária, cujo objetivo é ofertar à população local, refeições nutricionalmente balanceadas, representando inclusão social produtiva e fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária, no município de Cáceres/MT.

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para os interessados, que atendendo aos preceitos da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, art. 23, I a III, art. 37, da Constituição Federal, e a Lei n.º 9.648 de 1998, de parecer da Procuradoria Geral do Município – PGM, pela Tomada de Preços n.º 003/2010, em sessão realizada sala da CPL, o Presidente desta, declarou as empresas R.O. CONSTRUÇÕES LTDA, no valor de R$ 163.890,23 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos) vencedoras do certame, com as condições de cumprimento das obrigações previstas no Edital, e especificações no Anexo deste, assim são publicadas.

RECURSOS: Contrato 2628.0254034-532008/MDS/Caixa – Uniao Federal – Min. do Desenv. Social e Combate a Fome.

Data e Local: Cáceres/MT., 02 de junho de 2010.

LUIZ AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Canarana

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que no Pregão Presencial 12/2010, sagrou-se vencedora a Empresa Cads Celular e Informática Ltda Me. Em 13 de Maio de 2010.

Sandra Maria dos Santos
Pregoeira Oficial

DECRETO Nº.2054/2010
De 16 de junho de 2010

Nomeia os integrantes da Comissão Municipal do Transporte Escolar e dá providências.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº. 8.469 de 07 de abril de 2006 no seu Art. 9º, Parágrafo Único, e de acordo com o Art. 6º da Lei Municipal nº 782/2007 de 22 de fevereiro de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal de Transporte Escolar com a finalidade de auxiliar na fiscalização do transporte, representando os seguintes seguimentos:

I –Representante do Poder Executivo

Titular: Sonia Theresinha Eberhart
Suplente: Adirma Rosa Guimarães Koester;

II –Representante do Poder Legislativo

Titular: Francisco Cavalcante
Suplente: Orlando Dorado

III- Representante do Programa Nacional do Transporte Escolar/PNATE.

Titular: Andréia Cecatto;
Suplente: Cleuci Zacaria Pessato.

IV – Representantes da Assessoria Pedagógica

Titular: Marlene Fátima Arens
Suplente: Eduardo Ferreira da Silva.

V - Representantes dos Professores Estaduais

Titular: Giovani Jorge Hilbig;
Suplente: Marizia Teixeira dos Santos.

VI – Representantes dos Professores Municipais

Titular: Lourdes Dendena Batista;
Suplente: Marizia Teixeira dos Santos.

VII – Representantes dos Pais

Titular: Raimundo Barbosa dos Santos;
Suplente: Joaquim Valdevino Fábio.

VIII – Representante dos Alunos

Titular: Edivaldo Carvalho Noleto;
Suplente: Erica Cristina Jesus Rodrigues.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1878/2008 de 23 de abril de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2056/2010
De 21 de junho de 2010

Dispõe sobre a Convocação de Candidatos aprovados em Concurso Público.

Walter Lopes Faria Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital Complementar nº. 009/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado a candidata Haryetgyak Neves da Mota a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura de Canarana – MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou afixação deste Decreto, de acordo com o Art. 14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais para tratar de assuntos de seu interesse.

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na desclassificação, sendo considerada desistente da vaga.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no local de costume.

Art. 3 º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

DECRETO Nº2053/2010
De 16 de junho de 2010

Nomeia os integrantes da Comissão Municipal do programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e dá providências.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI), gerido Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que freqüentem a escola e atividades sócio-educativas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI) constituída por membros do governo e da sociedade com caráter consultivo e propositivo.

Art. 2º A Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI)terá como atribuições:

- Contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno da problemática do trabalho infantil;
- Sugerir procedimentos complementares às diretrizes e normas do Peti;

- Participar, juntamente com o órgão gestor municipal da Assistência Social, na definição das atividades laborais priorizadas e no número de crianças e adolescentes a ser atendidos no município;
- Participar da elaboração do Plano Municipal de Ações Integradas;
- Interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das famílias, das crianças e dos adolescentes, visando a otimizar os resultados do Peti;
- Articular-se com organizações governamentais e não governamentais, agências de fomento e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para apoio logístico, atendimento às demandas de justiça e assistência advocatícia e jurídica;
- Sugerir a realização de estudos, diagnósticos e pesquisas para análise da situação de vida e trabalho das famílias, crianças e adolescentes;
- Recomendar a adoção de meios e instrumentais que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do programa;
- Acompanhar o cadastramento das famílias, sugerindo critérios complementares para a sua seleção em conjunto com o órgão gestor municipal da Assistência Social;
- Acompanhar e supervisionar, de forma complementar, as atividades desenvolvidas pelo programa;
- Denunciar aos órgãos competentes a ocorrência do trabalho infantil;
- Receber e encaminhar aos setores competentes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e órgãos de controle – TCU e CGU) as denúncias e reclamações sobre a implementação e execução do Peti;
- Estimular e incentivar a capacitação e atualização de profissionais e representantes de instituições prestadoras de serviços junto ao público-alvo;
- Contribuir no levantamento e consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor municipal da Assistência Social na operacionalização e na avaliação das ações implantadas.
- Aprovar, em conjunto com o órgão gestor municipal da Assistência Social, os cadastros das famílias a ser beneficiadas pelo Peti.

Art. 3º - Integrarão a Comissão criada no Art. 1º os seguintes membros:

I – Representantes de Órgãos Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Claci da Silva
Suplente – Vera Lucia Rodrigues da Silva

b) Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social

Titular: Stefânia Maria Pires
Suplente: Liziana Wisch

c) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Mariana Zuim
Suplente: Aline Flavia Irber

II - Representantes de Órgãos não Governamentais:

a) Associação de Moradores do Bairro Nova Canarana

Titular: Edílson Francisco Dourado
Suplente: João Batista Soares

b) Pastoral da Criança

Titular: Rita Maria Spengler
Suplente: Domingas Roberti

c) Conselho Tutelar

Titular: Marli Inês Fronza
Suplente: Lenita Soares de Mota Paz

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº. 2048/2010
De 31 de maio de 2010

"Nomeia servidor para a função de leiloeiro para o Leilão 002/2010, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base, nos termos do art. 17, inciso II e art. 53 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações posteriores,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. SERGIO CAMPOS LEITE, para a função de leiloeiro no Leilão 002/2010 dos Bens Móveis declarados como inservíveis à Administração Municipal, através do Decreto 2046/2010 e avaliados pela Comissão designada para este fim através do Decreto nº 2047/2010.

Parágrafo Único – A função de leiloeiro será exercida sem ônus para a Administração Pública.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana/MT, em 31 de maio de 2010.

WALTER LOPES FARIA
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 885/2009
De 08 de julho de 2009.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2010 e dá outras providências.

MAURO DE SOUZA VIEIRA, **Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas em lei:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2010 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas Lei Complementar n.º101 de 04 de Maio de 2000.

Art. 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2010 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro III – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a" da LC 101/00);

IX – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);

X – Obras em Andamento (art. 45º da LC 101/00);

Art. 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2010, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2010.

Art. 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Art. 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2010 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;
b) Saúde e Saneamento;
c) Infra–Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente e Turismo.

Art. 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Art. 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art. 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Art. 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2010, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Art. 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível na ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Art. 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Art. 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a

tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Art. 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;
II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;
III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;
IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;
IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Art. 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Art. 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer
II – Policias Civil e Militar
III – Indea
IV – Fema
V – Tribunal Regional Eleitoral
VI – Exatoria Estadual
VII – IBAMA.

Art. 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Art. 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 02% (dois pontos percentuais) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

Art. 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2010 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2010, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 21 – Até o dia 21 de dezembro, o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de Melhorias;

e) Outras receitas de competência Municipal.

Art. 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 23 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2011, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Art. 24 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana em 8 de julho de 2009.

MAURO DE SOUZA VIEIRA
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 921/2010
De 12 de Fevereiro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial e dá Outras providências.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Canarana, no exercício financeiro de 2010, Credito Adicional Especial no valor total de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), destinados a atender a despesa com Convênios referente ao projeto "Aquisição de Câmara Fria" nas seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão - 08- Secretaria de Agricultura
Unidade 01- Secretaria de Agricultura
Função – 20 – Agricultura
Programa – 03 – Administração Geral
Sub-Função 122 – Administração Geral
Projeto – Aquisição de Câmara Fria
Elemento – 4.4.90.52.00.00.00.00 – Obras e Instalações
Valor – R$ 50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 12 de Fevereiro de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 942/2010
De 22 de junho de 2010.

Dispõe sobre a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e da outras providências."

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, no exercício de 2010, a fazer transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em mais 10% (dez por cento) que somara ao montante autorizado pelo art. 6º da Lei Municipal nº 916/2009.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana- MT, 22 de junho de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 090/2010
De 18 de maio de 2010.

Dispõe sobre a alteração da lei Complementar nº 082/2009 que dispõe sobre o Lotacionograma da Prefeitura Municipal de Canarana – MT e dá outras providências.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada mais 01 (uma) vaga para os cargos de Psicólogo e Biomédico ficando inserido no Lotacionograma da Prefeitura Municipal de Canarana – MT conforme consta no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º As vagas apontadas no Anexo I deverão ser preenchidas mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme se dispuser em regulamento, ressalvados os casos de contratação temporária autorizados por Lei específica.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação na forma de costume.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 18 de maio de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 090/2010 DE 18 DE MAIO DE 2010

Ordem	DENOMINAÇÃO DO CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	TOTAL DE VAGAS	GRAU DE ESCOLARIDADE	SALARIO INICIAL	OUTROS REQUISITOS	VAGAS OCUPADAS	VAGAS LIVRES
21-A	Biomédico	Grupo Ocupacional VII – Técnicos de Nível Superior	01	Nível Superior – 40 horas	2.286,84	Registro no Conselho De Classe	00	01
51-A	Psicólogo	Grupo Ocupacional VII – Técnicos de Nível Superior	01	Nível Superior- 40 horas	2.286,84	Registro no CRP	00	01

Lei Municipal nº. 929/2010
De 29 de Março de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Canarana, no exercício financeiro de 2010, Credito Adicional Especial Suplementar no valor total de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), destinados a atender a despesa com Sentenças Judiciais e Precatórios.

Órgão – 07 – Secretaria de Finanças
Unidade 01- Secretaria e Tesouraria
Função – 02 – Judiciária
Programa – 03 – Administração Geral
Sub-Função 061 – Ação Judiciária
Projeto – SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS
Elemento – 3.2.90.91.00.00.00.00 – Sentenças Judiciais
Valor – R$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial discriminadas no momento do ato da abertura de credito adicional definido no art. 46 da Lei 4.320/64, conforme especificado abaixo:

Órgão – 07 – Secretaria de Finanças
Unidade 01- Secretaria e Tesouraria
Função – 04 – Administração
Programa – 03 – Administração Geral
Sub-Função 122 – Administração Geral
Projeto – 2.083 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM POSTOS FISCAIS
Elemento – 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo
Valor – R$ 29.000,00

Órgão – 07 – Secretaria de Finanças
Unidade 01- Secretaria e Tesouraria
Função – 04 – Administração
Programa – 03 – Administração Geral
Sub-Função 122 – Administração Geral
Projeto – 2.075 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Elemento – 3.1.90.04.00.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado
Valor – R$ 21.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 29 de Março de 2010.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Claúdia

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N. º 001/2010 de 23 de Junho de 2010

Dispõe sobre abertura de inscrições para concurso público de provas e títulos para os cargos de nível superior, e de provas para os demais cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT. De ordem do Sr. Vilmar Giachini, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Examinadora do Concurso Público, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos I, II e VIII da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Emenda n.º 19 de 11 de Junho de 1998, e às disposições da Lei Orgânica Municipal, referentes ao assunto, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Concurso Público, destinado a selecionar candidatos para o ingresso e efetivação no Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT, com a execução técnico-administrativa da empresa Atame Assessoria Consultoria e Planejamento Ltda. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Cláudia a partir desta data, bem como nos seguintes endereços eletrônicos: www.grupoatame.com.br e www.claudia.mt.gov.br .

Dos Cargos oferecidos (Anexo I do Edital): **CARGOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA:**

Cód. Cargo	Cargo (Categoria)	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º De Vagas	N.º de Vagas PNE	Nº Vagas Class. Real. Prova Prát.	Carga Horária Semanal	Venc. Base R$	Valor (R$) Taxa de Inscrição	Local de Trabalho
001	Agente Administr. I	Nível Ens.Fund.Completo + Conh.Esp. Informática	6	1	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
002	Agente Administr. II	Nível Ens.Médio Completo + Conh.Esp. Informática	7	1	-	40H	510,00	60,00	Mun. Cláudia
003	Agente Administrativo III	Nív.Sup.Compl.Cienc.Contábeis, Administração ou Economia + Reg.Resp.Cons.+ Conh.Espec. Inform.	1	0	-	40H	1.300,00	100,00	Mun. Cláudia
004	Assist.de Controle Adm.	Nível Ens.Médio Completo + Conh. Esp. Inform.	3	0	-	40H	580,00	60,00	Mun. Cláudia
005	Assistente Social	Nível Superior Completo + Reg. Resp. Conselho	2	0	-	40H	1.680,00	100,00	Mun. Cláudia
006	Assist.Técnico Adm.	Nível Ens.Médio Completo + Conhec. Esp.Inform.	5	1	-	40H	1.200,00	60,00	Mun. Cláudia
007	Aux.Cons. Dentário	Nível Ensino Médio Incompleto	1	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
008	Auxiliar de Enfermagem	Nível Ens. Fundam. Completo + Curso Esp. de Aux.de Enfermagem + Reg. Resp. Cons. COREN	5	1	-	40H	580,00	40,00	Mun. Cláudia
009	Aux. de Jardineiro	Alfabetizado	4	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
010	Aux.de Serv. Gerais	Alfabetizado	5	1	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
011	Biólogo	Nível Superior Completo + Reg. Resp Cons. CRB	1	0	-	40 H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
012	Bioquímico	Nível Sup.Compl.Bioquímico+ Reg. Resp.Conselho	2	0	-	20 H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
013	Borracheiro	Alfabetizado + Exper. mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
014	Carpinteiro	Alfabetizado + Exper. mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
015	Coletor de Lixo	Alfabetizado	4	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
016	Educador Físico	Nível Superior Completo + Reg.Resp. Cons. CREF	1	0	-	40H	1.600,00	100,00	Mun. Cláudia
017	Educador Social	Nível Ensino Médio Completo	6	1	-	40H	510,00	60,00	Mun. Cláudia
018	Eletricista Inst. Elétrica	Alfabetizado + Exper. mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
019	Eletricista Veíc. Autom.	Alfabetizado + Exp. mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
020	Enfermeiro (20 H)	Nível Superior Completo + Reg.Resp. Cons.COREN	2	0	-	20H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
021	Enfermeiro (40 H)	Nível Superior Completo + Reg.Resp. Cons.COREN	2	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
022	Eng.Agrônomo (20H)	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Cons. CREA	1	0	-	20H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
023	Eng.Agrônomo(40 H)	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Cons. CREA	1	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
024	Engenheiro Civil	Nível Superior Completo + Reg. Resp. Cons. CREA	1	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
025	Fiscal de Obra	Nível Ensino Médio Completo	1	0	-	40H	510,00	60,00	Mun. Cláudia
026	Fiscal Tributário	Nível Ens.Médio Completo + Conhec. Específicos	2	0	-	40H	510,00	60,00	Mun. Cláudia
027	Fisioterapeuta- 20H	Nível Super. Completo + Reg.Resp.Cons.CREFITO	2	0	-	20H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
028	Fisioterapeuta- 40H	Nível Super. Completo + Reg.Resp.Cons.CREFITO	1	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
029	Fonoaudiólogo	Nível Superior Completo + Reg.Resp. Cons. CRFa	1	0	-	20H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
030	Gari	Alfabetizado	10	1	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
031	Jardineiro	Alfabetizado + Exp.mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	680,00	40,00	Mun. Cláudia
032	Lubrif. de Máquinas	Alfabetizado + Exp. mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
033	Mecânico	Alfabetizado + Exp. mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40h	750,00	40,00	Mun. Cláudia
034	Médico C.Geral-20H	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Cons. CRM	2	0	-	20H	4.000,00	100,00	Mun. Cláudia
035	Médico C.Geral-40H	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Cons. CRM	5	1	-	40H	8.000,00	100,00	Mun. Cláudia
036	Médico Veterinário	Nível Superior Completo + Reg.Resp. Cons. CRMV	1	0	-	20H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
037	Merendeira	Alfabetizado + Exp.mínima de 6 (seis) meses	2	0	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
038	Motorista	Alfabetizado + Hab.CNH Cat. "D" + Prova Prática	5	1	30	40H	650,00	40,00	Mun. Cláudia
039	Nutricionista	Nível Superior Completo + Reg.Resp. Cons. CRN	1	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
040	Odontólogo	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Cons. CRO	4	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
041	Oper.de Máquina (Pá Carregadeira)	Alfabetizado + Hab. CNH Categoria "C" ou superior + Exp.mínima de 6 (seis) meses + Prova Prática	2	0	15	40H	680,00	40,00	Mun. Cláudia
042	Operador de Motoniveladora	Alfabetizado + Habilit. CNH Cat. "C" ou superior + Exp. mínima de 6 (seis) meses + Prova Prática	2	0	15	40H	750,00	40,00	Mun. Cláudia
043	Pedreiro	Alfabetizado + Exper.mínima de 6 (seis) meses	1	0	-	40H	580,00	40,00	Mun. Cláudia
044	Psicólogo (20 H)	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Cons. CRP	1	0	-	20H	1.000,00	100,00	Mun. Cláudia
045	Psicólogo (40 H)	Nível Superior Completo + Reg.Resp.Conselho CRP	2	0	-	40H	2.000,00	100,00	Mun. Cláudia
046	Téc.em Agropecuária	Nív.Ens.Médio Compl.+Cert.CursoTécnico na Área	1	0	-	40H	800,00	60,00	Mun. Cláudia
047	Téc. em Enfermagem	Nív.Ens.Médio Compl.+ Cert.Curso Téc..na Área + Reg. Resp. Conselho - COREN	3	0	-	40H	800,00	60,00	Mun. Cláudia
048	Téc.Vigilância Sanitária	Nível Ens.Médio Compl.+Cert.Curso Téc.na Área	1	0	-	40H	800,00	60,00	Mun. Cláudia
049	Tecnólogo Radiologia	Nível Sup. Completo + Reg. Respectivo Conselho	1	0	-	20H	840,00	100,00	Mun. Cláudia
050	Vigia	Alfabetizado	10	1	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia
051	Zeladora	Alfabetizado	10	1	-	40H	510,00	40,00	Mun. Cláudia

- DO CRONOGRAMA DO CONCURSO: Data da Realização das Inscrições: As inscrições poderão ser realizadas por meio da ***Internet***, de acordo com o subitem 5.1 deste Edital, no período de 00h00 do dia **05/07/2010** até as 20h59 do dia **16/07/2010**. **Data da Publicação do LOCAL E HORÁRIO de Realização das Provas Escritas:** até o dia **06 DE AGOSTO DE 2010**. **Data da Realização das Provas Escritas e da Entrega de Títulos:** dia **08 DE AGOSTO DE 2010**. **Data da Realização das provas práticas:** Dependendo do número de Candidatos Inscritos, as provas práticas poderão ser realizadas no mesmo dia das provas escritas (**08 DE AGOSTO DE 2010**) ou em data e horário a ser publicado posteriormente. **Publicação do Gabarito das Provas Escritas:** 1º dia útil após aplicação das provas escritas. **Previsão de Publicação da Lista com os Nomes e a Pontuação dos Candidatos Classificados para a Realização das Provas Práticas**, e do **Local e Horário de Realização das Provas Práticas**: até o dia **27 DE AGOSTO DE 2010**. **Previsão de Publicação do Resultado do Concurso Público:** até o dia **15 DE SETEMBRO DE 2010.** Informações sobre o concurso público poderão ser obtidas das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal de Cláudia/MT e por meio do telefone **0XX(66) 3546-1250. Vilmar Giachini- Prefeito Municipal / Geordano Mattei - Presidente Comissão Examinadora de Concurso**

Prefeitura Municipal de Colíder

RESULTADO DE JULGAMENTO – CONVITE Nº 012/2010

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento referente ao **Convite nº 012/2010**, cujo objeto é Contratação de Empresa para Execução da Obra de Construção de Um Centro de Múltiplo Uso no Município de Colíder/MT. Sagrou-se vencedora do Certame Licitatório a Empresa **A. L. GALADINOVIC CONSTRUTORA - ME**.

Colíder/MT, em 22 de Junho de 2010.

EDUARDO DA SILVA GUILHERME
Presidente

Publique-se

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2010

O Prefeito Municipal de Colider Estado de Mato Grosso por meio da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas, nomeada pela Portaria nº 091/2010 de 26 de fevereiro de 2010 e alterada pela Portaria nº 215/2010 de 01 de Junho de 2010, bem como pela Portaria nº 216/2010 de 01 de Junho de 2010, que nomeia membros do Distrito Sanitário Indígena (Kayapó/MT) resolve,

Tornar público o presente Edital que após a verificação da regularidade vem apresentar os candidatos com inscrições deferidas, que será afixado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Ficam convocados a comparecerem os candidatos abaixo relacionados, com trinta minutos de antecedência munidos de comprovante de inscrição, cédula de identidade e caneta esferográfica azul e/ou preta para a realização da prova escrita na data de **26 de Junho de 2010, no horário das 8:00 às 12:00h** nas dependências da Escola Municipal Fábio Ribeiro da Cruz, sito à Avenida Costa e Silva, s/nº, esquina com a Travessa dos Bandeirantes, centro em Colider-MT;

I-CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2010

Nº de Inscrição	RG	Nome do Candidato	Cargo
001	362654 MT	Marili Silva Aquino	Téc de Enfermagem- Aldeia Mayrowy
002	654620 MT	Fátima Costa de Oliveira	Técnico de Enfermagem- CASAI
003	1995994-0 MT	Claudineia Alves da Silveira	Técnico de Enfermagem-CASAI
004	750368 AL	Maria Dionísio da Silva	Técnico de Enfermagem-CASAI
005	1063299-9 MT	Ivan Teixeira Borret	Técnico de Enfermagem- CASAI
006	18911751 SP	Alexandrina Aparecida de Oliveira Silva	Técnico de Enfermagem- Aldeia Nasepotiti
007	1022417-3 MT	Ismena Oliveira dos Santos Caon	Técnico de Enfermagem- CASAI
008	1191579-0 MT	Francisca Oliveira Silva	Técnico de Enfermagem- CASAI
009	1476491-1 MT	Alisson Vinicius Aldaves dos Santos	Técnico de Enfermagem-Aldeia São Benedito
010	533151 MT	Isabel Tarifa Felix	Técnico de Enfermagem- CASAI
011	1558248-5 MT	Francielly Thayse Aldaves Rocha	Técnico de Enfermagem- CASAI
012	13782982 MG	Rogério Nunes da Silva	Enfermeiro- ALDEIA
013	1847884-0 MT	Maria das Graças Vieira	Técnico de Enfermagem-CASAI
014	6189254-0 PR	Edmilson José Mocci Gaiardoni	Enfermeiro-CASAI
015	1029273-0 MT	Marta Valéria Batista de Moura	Técnico de Enfermagem-CASAI
016	6857823-0 PR	João Paulo Ferreira	Enfermeiro-CASAI
017	10019605 MG	Tábata Oliveira Duarte	Enfermeiro- ALDEIA
018	1400992 MT	Rafaele Cristina Leite	Técnico de Enfermagem – CASAI
019	479 181 MS	Maria Jose da Silva	Técnico de Enfermagem – CASAI
020	1307604-3MT	Neide Rodrigues	Técnico de Enfermagem – CASAI
021	1150330-0	Silvia Machado dos Santos	Técnico de Enfermagem – Aldeia Kururuzinho
022	27940652-6 SP	Geusa Luzia da Silva Ferreira	Técnico de Enfermagem – Aldeia Nasepotiti
023	1344512-0 MT	Delma Aparecida Plácido	Técnico de Enfermagem – CASAI
024	1671109-2 MT	Ilton Luis Ferreira Sanches	Técnico de Enfermagem – CASAI
025	08661633-10 BA	Alexandro Ribeiro da Silva	Técnico de Enfermagem – CASAI
026	52241707 PR	Wilma Aparecida de Moura Alves	Técnico de Enfermagem – CASAI
027	1924070-8MT	Marcos Cezar da Silva	Técnico de Enfermagem – CASAI
028	21371050-X SP	Marlene de Oliveira Santos	Técnico de Enfermagem – Aldeia Nasepotite
029	1359793-0 MT	Maria Marta Caciano da Silva	Técnico de Enfermagem – CASAI
030	115022-0 MT	Gisele Cristina de Oliveira	Enfermeiro -CASAI
031	1603659-0 MT	Jocélia Pereira Lima	Técnico de Enfermagem – CASAI
032	2948231 PA	Rozileide Correa da Silva	Técnico de Enfermagem –Aldeia Kakankubem
033	0616261-4 MT	Maria de Lourdes de Jesus	Técnico de Enfermagem – CASAI
034	1603740-5MT	Claudiane Pinto Pena	Técnico de Enfermagem – CASAI
035	1774034-7 MT	Vandielida da Silva Camargo	Técnico de Enfermagem – CASAI
036	1420865-2 MT	Robinson Camargo	Téc de Enfermagem–Aldeia Mayrowy
037	964 220 MT	Rosilei Adriane Rech dos Santos	Técnico de Enfermagem – CASAI
038	315984-8 PR	Ivone Alves de Souza	Técnico de Enfermagem – CASAI
039	26531534-7 SP	Ângela Maria da Paixão	Enfermeira– CASAI
040	18660142 MT	Mayara Petrenko Nogueira de Pinho	Enfermeira –CASAI
041	5977255-4 PR	Luiz Carlos Colonelli	Enfermeiro- ALDEIA
042	15321339 MT	Simone Andreotto Cavequia	Enfermeira-CASAI
043	1593110-2 MT	Rute Correa Souza dos Santos	Técnico de Enfermagem – CASAI
044	1226155-6MT	Célia Regina Inácio Ferraz	Técnico de Enfermagem-CASAI
045	919 042 MT	Sonia Alves da Silva	Técnico de Enfermagem-CASAI
046	001410828 MS	Diessica de Barros	Enfermeira-ALDEIA
047	852917 MT	Elza Moroti	Técnico de Enfermagem-CASAI
048	680987 MT	Maria Aparecida Jardim	Técnico de Enfermagem-CASAI
049	1533360-4 MT	Adriana de Jesus da Silva Angelo	Agente Indígena de Saúde CASAI
050	1705840-6 MT	Andréia Dias Jacinto	Técnico de Enfermagem-CASAI
051	8393257-0 PR	Clarissa Aparecida Lopes de Souza	Enfermeira-CASAI
052	43547070-X SP	Bruno Daniel Marcolino Silva	Técnico de Enfermagem-Aldeia Nasepotiti
053	1191514-5 MT	Milena Carreira	Enfermeira- ALDEIA
054	1824698-2 MT	Mara Lemos	Enfermeira- ALDEIA
055	2179805-2 MT	Liliane Araujo Santos Borges	Enfermeira- ALDEIA
056	1138855-2 MT	Mariza Refosco	Enfermeira- ALDEIA
057	1245167-3 MT	Marcelo Fassbinder	Enfermeiro-CASAI
058	28435122-0 SP	Vera Lucia Avelino Lopes	Técnico de Enfermagem-CASAI
059	1192479-9 MT	Lenilza Martins	Agente Indígena de Saúde CASAI
060	576 629 MT	Janete Fátima Block	Agente Indígena de Saúde CASAI
061	2100827-2 MT	Doralice Camassori da Silva	Ag Indígena de Saúde-Aldeia Mayrowy
062	4500569 MT	Maria Ilda Panhun Munduruku	Agente Indígena de Saúde-Aldeia Pontal
063	1495117-7 MT	Iracildo Wuaru Munduruku	Agente Indígena de Saúde-Aldeia Kururuzinho
064	1425088-8	Roberto Hakay	Ag. Indígena de Saneamento-Aldeia Kururuzinho
065	34192890-2 SP	Ana Lucia Campanholo	Enfermeira-CASAI
066	060423-2 MT	João Mairawi	Agente Indígena de Saúde –Aldeia Kururuzinho
067	2220538 PB	Edilainy Farias de Araujo Marques de Sá	Enfermeiro-CASAI
068	2319002-7 MT	Josiane kayabi	Agente Indígena de Saúde-Aldeia São Benedito
069	43349539 X SP	Rafael Bosco de Oliveira	Enfermeiro- ALDEIA
070	12055136 MG	Ricardo Cardoso Soares	Enfermeiro-CASAI
071	1008590 MS	Frank Zampieron	Odontólogo –CASAI
072	1525118-7 MT	Oiti Metuktire	Agente Indígena de Saúde-CASAI
073	1107472-8 MT	Noeli Adriana de Oliveira Simão	Enfermeira- ALDEIA
074	25647645-7 SP	Tatiana Luchetta	Enfermeiro- ALDEIA
075	1469228-7 MT	Neive Aparecido Dias Jacinto	Agente Indígena de Saúde- CASAI
076	1536397-0 MT	Maria Aparecida da Silva	Técnico de Enfermagem-Aldeia Pontal
077	830362-2 PR	Luciane de Almeida	Enfermeira- ALDEIA
078	18234967 SP	Lilian Terezinha Custódio Guerino	Enfermeira- ALDEIA
079	1323089-1MT	Bepdjore Metuktire	Agente Indígena de Saúde- CASAI
080	V369566-7	Raquel Alanoca de Mattos	Enfermeira- CASAI

081	1855490-3 MT	Cristiane Leite da Silva Santos	Técnico de Enfermagem-CASAI
082	117895-73 MT	Jaime Pereira Lima	Técnico de Enfermagem- CASAI
083	4033639 PA	Alex de Almeida de Paula	Técnico de Enfermagem- CASAI
084	10166183 MG	Wagner Coli Bueno	Enfermeiro- CASAI
085	4721115 PA	Noemi Terezinha Frota	Técnico de Enfermagem- Aldeia Mayrowy
086	97040630 PR	Sueli Porfiro Ramos	Técnico de Enfermagem- CASAI
087	1416755-7 MT	Ronicleiton Caso Fernandes	Enfermeiro- ALDEIA
088	1606702-9 MT	Kelly Cristina de Araujo Santos	Técnico de Enfermagem- Aldeia Nasepotiti
089	227.627 MS	Dilva da Silva dos Santos	Técnico de Enfermagem- Aldeia Kururuzinho

Colíder/MT, 22 de Junho de 2010

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal de Colider

Paulo Sergio Lopes de Souza
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico
Presidente da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010.

O Prefeito Municipal de Colider Estado de Mato Grosso por meio da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas, nomeada pela Portaria nº 091/2010, de 26 de fevereiro de 2010, resolve,

Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2010 que será afixado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	102	911464 MT	Maria Santina de Souza	86	APROVADO
2º	171	1461315-8 MT	Marilza Aparecida Nunes	82	APROVADO
3º	251	1891739-9 MT	Jeferson Antonio Pichiteli	73	APROVADO
4º	239	1419715-4 MT	Elisangela dos Santos Apolinário	73	APROVADO
5º	274	5604663 PA	Alan Diego Frota	72	APROVADO
6º	069	2164342-3 MT	Fernanda Granzoti Moreira	72	APROVADO
7º	068	1075326-5MT	Débora dos S. Mangolin da Silva	72	APROVADO
8º	113	612088 MT	Ivone Ferreira Brilhante	71	APROVADO
9º	080	13/R-712445 SC	Clara Royer Moreira	70	APROVADO
10º	259	841332 MT	Cleide Pereira da Silva	70	APROVADO
11º	071	1734493-0 MT	Alessandra Aparecida Damasceno	68	APROVADO
12º	255	1760004-9 MT	Leandro Lelis de Araújo	66	APROVADO
13º	155	1698853-1 MT	Aldecy Lopes da Silva	67	APROVADO
14º	099	1252361 RN	Miriângela da Silva Cruz	67	APROVADO
15º	067	1713581-8 MT	Vanessa Aparecida Menossi	67	APROVADO
16º	196	1901726-0 MT	Daiane Neves da Silva	67	CLASSIFICADO
17º	291	1930024-7 MT	Ivone Rocha Dourado	66	CLASSIFICADO
18º	131	1316179-2 MT	Adriana Aparecida de Freitas Costa	66	CLASSIFICADO
19º	184	11388161 MT	Elizangela Gonçalves Machado	66	CLASSIFICADO
20º	070	5635798-0 PR	Elenice Aparecida Borro Menossi	65	CLASSIFICADO
21º	122	1734618-5 MT	Catia Cavalcante Gama	65	CLASSIFICADO
22º	150	1424583-3 MT	Zenilde dos Santos	65	CLASSIFICADO
23º	173	1292980-8	Luciana Gomes de Oliveira	64	CLASSIFICADO
24º	073	3918543-1 PR	Maria Sueli da Conceição Silva	64	CLASSIFICADO
25º	061	0631918-1 MT	Loides Medeiros Donassan	64	CLASSIFICADO
26º	137	1329691-4 MT	Anderson Alves de Souza Rosa	63	CLASSIFICADO
27º	218	14464470 MT	José de Ascis da Silva	63	CLASSIFICADO
28º	195	1096460-6 MT	Rodrigo Ernani Garcia	63	CLASSIFICADO
29º	298	1603632-8 MT	Elizabete Rizo dos Santos	62	CLASSIFICADO
30º	054	2114034-0 MT	Fábio Junior Batista de Oliveira	62	CLASSIFICADO
31º	250	2067156-3 MT	Johann Ferreira de Lima	62	CLASSIFICADO
32º	119	1623074-4 MT	Ariana Rodrigues da Silva	61	CLASSIFICADO
33º	158	4341621 GO	Solimar Cândida Ferreira	60	CLASSIFICADO
34º	221	1249984-6 MT	Rosania dos Santos Lima	60	CLASSIFICADO
35º	034	1592993-0 MT	Márcia André de Abreu	60	CLASSIFICADO
36º	270	1964803-0 MT	Orli Monteiro dos Santos	60	CLASSIFICADO
37º	160	1998795-1 MT	Ocelina Teodoro Rosa Rocha	60	CLASSIFICADO
38º	186	1417452-9 MT	Cleonice de Lima Alves	59	CLASSIFICADO
39º	170	964229 MT	Eunice dos Santos Andrade	59	CLASSIFICADO
40º	182	1616795-3 MT	David Maria de Oliveira Junior	58	CLASSIFICADO
41º	075	19706049 MT	Robson Alexandre de Melo	56	CLASSIFICADO
42º	001	1046788-2 MT	Luciana Cardoso do Nascimento	58	CLASSIFICADO
43º	277	1393850-9 MT	Katheen Leonel Lopes	58	CLASSIFICADO
44º	116	1880351-2 MT	Crislaine Aparecida da Silva	58	CLASSIFICADO
45º	180	2105404-5MT	Luciana de Souza	58	CLASSIFICADO
46º	146	1416340-3 MT	Lindimária Dionísio Silva	57	CLASSIFICADO
47º	306	1732072-0 MT	Claudinéia dos Reis	57	CLASSIFICADO
48º	003	1043217-5 MT	Kátia Regina de Oliveira	57	CLASSIFICADO
49º	284	1491941-9 MT	Kelly Cristina Bento	57	CLASSIFICADO
50º	036	1735465-0 MT	Valéria da Costa Peixoto	57	CLASSIFICADO
51º	039	17488274 SP	Ana Maria Carrara	56	CLASSIFICADO
52º	103	40819632-4 SP	Rosangela Gubani Bonato	56	CLASSIFICADO
53º	222	1323812-4 MT	Osnita Butzke de Souza	56	CLASSIFICADO
54º	081	1796609-4 MT	Vanessa da Silva	56	CLASSIFICADO
55º	234	000823039 RO	Viviane Aparecida da Silva	56	CLASSIFICADO
56º	194	2063189-8 MT	Neila Maria do Nascimento Vieira	56	CLASSIFICADO
57º	050	576 629 MT	Janete Fátima Block	55	CLASSIFICADO
58º	302	1419719-7 MT	Ana Paula de Souza Nicoleti	55	CLASSIFICADO
59º	230	5961445-2 PR	Derli Gonçalves Machado	55	CLASSIFICADO
60º	066	1547419-5 MT	Sandra Lúcia de Oliveira	54	CLASSIFICADO
61º	110	1367436-6 MT	Vilma Ferreira de Souza Silva	54	CLASSIFICADO
62º	308	1165921-1 MT	Rozenil Pereira de Carvalho	54	CLASSIFICADO
63º	263	1455300 MT	Rosangela de Almeida Couto	51	CLASSIFICADO
64º	060	2420157-0 MT	Lucimar do Nascimento	50	CLASSIFICADO
65º	111	1280269-7MT	Maria Aparecida da Silva	50	CLASSIFICADO
66º	273	1056795-1 MT	Nilcéia Pereira Rocha	49	DESCLASSIFICADO
67º	168	1429967-4 MT	Eliza Batista Novais	48	DESCLASSIFICADO
68º	190	1970576-0 MT	Tatiane Aparecida Simioni	48	DESCLASSIFICADO
69º	219	1168822-0 MT	Ana Rita Antunes Cardoso	46	DESCLASSIFICADO
70º	093	1394411-8 MT	Regiane Aparecida de Souza	46	DESCLASSIFICADO
71º	254	1880197-8 MT	Eliane Braz Tavares	44	DESCLASSIFICADO
72º	226	5688458 PA	Eliane Pinto Pena	44	DESCLASSIFICADO
73º	198	1476533-0 MT	Maria Clarice da Silva Pietroski	44	DESCLASSIFICADO
74º	183	6826794-3 PR	Aparecida Prado	42	DESCLASSIFICADO
75º	052	1349515-1 MT	Claudiana Caldeira Cerqueira	42	DESCLASSIFICADO
76º	033	2098609-2 MT	Vanessa de Oliveira	40	DESCLASSIFICADO
77º	149	001656705 MS	Alan Ramão Martins Lopes Carrara	38	DESCLASSIFICADO
78º	156	46860761-4 SP	Aline Rosilva Borges Alves	38	DESCLASSIFICADO
79º	030	1847732-1 MT	Eliane Felix	38	DESCLASSIFICADO
80º	132	3324348-4 AL	Graciele Vieira Silva	38	DESCLASSIFICADO
81º	187	1852695-0 MT	Josilene Gomes Militão de Souza	38	DESCLASSIFICADO
82º	088	1177523-8 MT	Larriça Rocha Oliveira	38	DESCLASSIFICADO
83º	209	1669605-0 MT	Olavo Aparecido Nunes Figueiredo	38	DESCLASSIFICADO
84º	295	1751611-0 MT	Sandra Aparecida Ramos	38	DESCLASSIFICADO
85º	082	2180214-9 MT	Seris Nayara Fagundes	38	DESCLASSIFICADO
86º	143	1476544-6 MT	Silvia Paula Peratelli	38	DESCLASSIFICADO
87º	192	1507646-6 MT	Wildo Braz Tavares	38	DESCLASSIFICADO
88º	174	1419718-9 MT	Alexandra Marques da Silva	36	DESCLASSIFICADO
89º	292	1538974-0 MT	Arlene das Dores de Arruda Silva	36	DESCLASSIFICADO
90º	301	1964644-5 MT	Camilla Carolina Campos Passarelli	36	DESCLASSIFICADO
91º	127	1395289-7 MT	Clarice Dias Jacinto	36	DESCLASSIFICADO
92º	121	1771638-1 MT	Gleicy Fernandes Ramos	36	DESCLASSIFICADO
93º	013	1887909-8 MT	Jean Weliton Matias Figueiredo	36	DESCLASSIFICADO
94º	297	2209864-0 MT	Jessika Krause de Souza	36	DESCLASSIFICADO
95º	229	1970011-3 MT	Keila Ferreira Costa	36	DESCLASSIFICADO
96º	077	1969922-0MT	Marceana Barbara dos Santos	36	DESCLASSIFICADO
97º	078	1536378-3 MT	Marlene Prates da Silva Tarifa	36	DESCLASSIFICADO
98º	225	1417749-8 MT	Michele Oliveira de Godói	36	DESCLASSIFICADO
99º	105	1293939-0 MT	Olivia Benicio Betarelli	36	DESCLASSIFICADO
100º	152	1936228-5 MT	Rosangela da Silva Neves	36	DESCLASSIFICADO
101º	086	555535 RO	Silvana de Fonseca Guarido	36	DESCLASSIFICADO
102º	164	1970028-8 MT	Silvia Cristina de Abreu	36	DESCLASSIFICADO
103º	307	1448225-8 MT	Solange Bergamin da Silva	36	DESCLASSIFICADO
104º	206	1656806-0 MT	Tatiane de Carvalho	36	DESCLASSIFICADO
105º	087	002179620 MT	Valdete de Souza Santos Rocha	36	DESCLASSIFICADO
106º	199	1657911-9 MT	Valdilene Vicente de Lima	36	DESCLASSIFICADO
107º	228	1948046-6 MT	Valdirene R. de Queiroz Carvalho	36	DESCLASSIFICADO
108º	212	1141208-9 MT	Vanda Luz dos Santos	36	DESCLASSIFICADO
109º	012	1857162-0 MT	Danieli Granzoto Cruz Equidone	34	DESCLASSIFICADO
110º	058	1419699-9 MT	Josiane Aparecida de Oliveira	34	DESCLASSIFICADO
111º	144	2076076-8 MT	Katiane Ap. Moreira Furlam da Silva	34	DESCLASSIFICADO
112º	004	1515508-0 MT	Maria Aparecida de Lima	34	DESCLASSIFICADO
113º	244	1466284-1 MT	Maria Magali Pereira da Fonseca	34	DESCLASSIFICADO
114º	072	1932458-8 MT	Sinvaldo Machado dos Santos	34	DESCLASSIFICADO
115º	048	1941542-7 MT	Aline Cruz Santos	32	DESCLASSIFICADO
116º	248	1802822-5 MT	Jaine Magiolo Campos	32	DESCLASSIFICADO
117º	167	36444116-1 SP	Luciana Maria dos Santos	32	DESCLASSIFICADO
118º	224	1546602-7 MT	Márcia Silvério	32	DESCLASSIFICADO
119º	154	1222925-3 MT	Roseli de Souza Reverse	32	DESCLASSIFICADO
120º	101	1054947-1 MT	Silvio Aparecido de Farias	32	DESCLASSIFICADO
121º	283	1866495-4 MT	Ana Chaves	30	DESCLASSIFICADO
122º	159	2089982-3 MT	Aparecido Fernando Balieiro	30	DESCLASSIFICADO
123º	008	1751632-3 MT	Ederson Rodrigues dos Santos	30	DESCLASSIFICADO
124º	213	1362332-0 MT	Irene Mendes dos Santos	30	DESCLASSIFICADO
125º	126	1153583-0 MT	Luciana Aparecida de Oliveira	30	DESCLASSIFICADO
126º	287	1395373-7 MT	Solange Regina dos Santos	30	DESCLASSIFICADO
127º	305	1248685-0 MT	Lourdes Pereira dos Santos	28	DESCLASSIFICADO
128º	261	1474420-1 MT	Marlene Aparecida da Silva	28	DESCLASSIFICADO
129º	084	1400988-9 MT	Simone Jacinto da Silva	28	DESCLASSIFICADO
130º	257	17527422001-3 MT	Antonia de Sousa da Silva	26	DESCLASSIFICADO
131º	145	2105531-9 MT	Jéssica Mayara Eloi da Silva	26	DESCLASSIFICADO
132º	063	1136455-6 MT	Lucinéia Nunes dos Santos	26	DESCLASSIFICADO
133º	179	99029015579 MT	Maria Catia de Souza	26	DESCLASSIFICADO
134º	040	1533360-4 MT	Adriana de Jesus da Silva Angelo	24	DESCLASSIFICADO
135º	220	1593103-0 MT	Jociane Ferreira Teixeira	24	DESCLASSIFICADO
136º	029	8992874 SP	Antonio Moreira	24	DESCLASSIFICADO
137º	201	1469205-8 MT	Janislei Cristina Pires	22	DESCLASSIFICADO
138º	275	2138153-4 MT	Ketila Soares de Meira	22	DESCLASSIFICADO
139º	252	925834 MT	Maria Elena de Souza	22	DESCLASSIFICADO
140º	109	868830 MT	Rosimar Pereira dos Santos	22	DESCLASSIFICADO
141º	115	1536158-6 MT	Valdirene Lopes Ferreira	22	DESCLASSIFICADO
142º	128	2100946-5 MT	Adriana Angelo Ferreira	20	DESCLASSIFICADO
143º	172	1199928-4 MT	Aldei Mendes dos Santos	20	DESCLASSIFICADO
144º	264	1722023-8 MT	Alesandra Vieira do Prado	18	DESCLASSIFICADO
145º	258	1790406-4 MT	Sidnei Aparecido Soares	18	DESCLASSIFICADO
146º	123	1448206-1 MT	Ângela da Silva Lima	Ausente	AUSENTE
147º	057	2037259-0 MT	Beatriz Honorato Fagundes	Ausente	AUSENTE
148º	285	1987272-0 MT	Creide Francisca Ramos	Ausente	AUSENTE
149º	035	2277251-0 MT	Denise dos Santos Gonçalves	Ausente	AUSENTE
150º	112	1512400-2 MT	Evania Cordeiro Ribeiro	Ausente	AUSENTE
151º	236	1134187-2 MT	Ivanilda Aparecida da Silva	Ausente	AUSENTE
152º	246	2064685-2 MT	Jaqueline Dias Betorello	Ausente	AUSENTE
153º	247	1948054-7 MT	Luciene Cristina Ferreira	Ausente	AUSENTE
154º	124	2266871-3 MT	Luiz Fernando Muniz	Ausente	AUSENTE
155º	197	809506 MT	Maria Silene da Silva	Ausente	AUSENTE
156º	282	1593101-3 MT	Mariane Marques de Souza	Ausente	AUSENTE
157º	296	1849903-1 MT	Rosivaldo Luiz da Silva	Ausente	AUSENTE
158º	260	1378311-4 MT	Sonia Regina da Silva	Ausente	AUSENTE
159º	269	1759998-5 MT	Wagner Monteiro da Silva	Ausente	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (POR MICRO ÁREA)

Micro área 15

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	175	579209 MT	Dolores Suniga	59	APROVADO
2º	027	150094804 MT	Aparecida de Fátima Coelho	36	DESCLASSIFICADO
3º	094	164881 MS	Neide Correia Lira Rodrigues	30	DESCLASSIFICADO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

Micro Área 16

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	189	219300 MT	Maria Aparecida de Oliveira	54	APROVADO
2º	043	3335808-9 PR	Dirce Terezinha Herms Deitos	38	DESCLASSIFICADO
3º	017	166157-6 MT	Poncilia Monteiro Gonçalves	34	DESCLASSIFICADO

Micro Área 24

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	023	1672277-9 MT	Tatiane de Oliveira Gomes	66	APROVADO
2º	214	2035434-7 MT	Jaqueline Coelho de Oliveira	63	CLASSIFICADO
3º	032	2017274-5 MT	Devani Luzia da Silva	62	CLASSIFICADO
4º	271	1901390-6 MT	Sandra Junqueira da Silva	61	CLASSIFICADO
5º	079	39561485-5MT	Ana Claudia Dalmolin	60	CLASSIFICADO
6º	053	1148106-4 MT	Catia Martins Dias da Silva	54	CLASSIFICADO
7º	130	001441194 MS	Quitéria de Araújo Santos	55	CLASSIFICADO
8º	083	1913395-2 MT	Leila Peteler Lemos	36	DESCLASSIFICADO
9º	140	1793641-1 MT	Denise Lima Moreira Santos	22	DESCLASSIFICADO
10º	100	1036369-6 MT	Maria Alves dos Santos	20	DESCLASSIFICADO
11º	142	0796565-6 MT	Jacira José Lombardi	20	DESCLASSIFICADO
12º	141	1226290-0 MT	Marines Martins Rodrigues	06	DESCLASSIFICADO

Micro Área 36

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	290	1964821-9 MT	Andreia Renata Godoy de Oliveira	57	APROVADO
2º	136	1593507-8MT	Gina de Souza Gonçalves	56	CLASSIFICADO
3º	056	1651562-5MT	Aparecida Miranda da S. Domingos	38	DESCLASSIFICADO
4º	009	706082 MT	Aparecida da Cruz	36	DESCLASSIFICADO
5º	010	1359184 MT	Cristiana Rodrigues de Oliveira	32	DESCLASSIFICADO
6º	028	712232 MT	Erli Benicio de Souza	32	DESCLASSIFICADO
7º	240	2215147-8 MT	Mônica Malice	30	DESCLASSIFICADO
8º	233	2071023-2 MT	Josiane Fernandes dos Santos	28	DESCLASSIFICADO

Micro Área 37 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	065	1448178-2 MT	Lidiane Pinto Pena	34	DESCLASSIFICADO

Micro Área 38 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	098	2089892-4 MT	Débora Cristina Alves	57	APROVADO
2º	203	2268950-8	Adenilza dos Santos Silva	38	DESCLASSIFICADO
3º	232	1948060-1 MT	Franciele de Souza Leandro	Ausente	AUSENTE

Micro Área 40

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	092	2076961-0	Graciele Cristina Betarelli	59	APROVADO
2º	238	1419707 MT	Angela Maria de S. Floriano	57	CLASSIFICADO
3º	276	21054223-1MT	Flavia Fernanda Silva Ribeiro	48	DESCLASSIFICADO
4º	281	1624604-7 MT	Dalila Cirico Fernandes	34	DESCLASSIFICADO
5º	166	14716810 MT	Paula Luana Batista	34	DESCLASSIFICADO
6º	125	1170575-2 MT	Claudinéia Barizon Perim	28	DESCLASSIFICADO

Micro Área 43 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO

1º	104	499752 MS	Marceli Gorlach de Almeida	63	APROVADO
2º	300	1592870-5 MT	Gainete de Souza Martini	30	DESCLASSIFICADO

Micro Área 51

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	042	2478501-6MT	Valdirene Xavier da S. Felix	71	APROVADO
2º	064	1170577-9 MT	Sirlene Bento da Silva	66	CLASSIFICADO
3º	157	1400739-MT	Michelle Alves de Souza Rosa	64	CLASSIFICADO
4º	272	6348656-6 PR	Itamara de Oliveira Pulcinelli	64	CLASSIFICADO
5º	120	1878815-7 MT	Keila Maria do Nascimento	63	CLASSIFICADO
6º	303	2241237-9MT	Josileide Luzia da Silva	55	CLASSIFICADO
7º	062	1798166-2 MT	Ana Laura Frageli Oliveira	54	CLASSIFICADO
8º	242	1293619-7 MT	Nailza de Oliveira	28	DESCLASSIFICADO
9º	015	2020585-6 MT	Gesy Fortunato dos S. Madruga	24	DESCLASSIFICADO
10º	303	2241237-9 MT	Amanda Vieira de Campos	Ausente	AUSENTE

Micro Área 52

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	309	1658732-4 MT	Maria Izabel de Freitas Faria	72	APROVADO
2º	108	2071030-5 MT	Suzana Nagadori Mizoti	56	CLASSIFICADO
3º	245	1592970-1 MT	Vagno Monteiro de Almeida Lisboa	36	DESCLASSIFICADO

Micro Área 56

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	076	1509457-0 MT	Adriana Mendes Sá	69	APROVADO

Micro Área 57

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	090	1261508-0 MT	Marinalva Viana da S. Souza	38	DESCLASSIFICADO
2º	107	2182834-2 MT	Fernando Damião de Arruda	28	DESCLASSIFICADO

Micro Área 58 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	016	2182832-6MT	Elder Martins Santana	64	APROVADO
2º	249	2284626-3 MT	Ivando René Pivoto	30	DESCLASSIFICADO

Micro Área 61 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	161	1533215-2 MT	Francieli dos Santos Fagundes	22	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL (CEREST)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	207	34780457-3 SP	Silvana da Fonseca Rosas	64	APROVADO
2º	310	1685352-0 MT	Angelita Lopes Corbalan	62	CLASSIFICADO
3º	044	23872849-3 SP	Laudecir Martins de A. Camassuti	30	DESCLASSIFICADO
4º	216	6783716-9 PR	Elizangela Lopes de Oliveira	28	DESCLASSIFICADO
5º	106	903322 MT	Adriana Cavéquia	Ausente	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (CEREST)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	045	25198573-8 SP	Alexandre Peovão de Oliveira	59	APROVADO

2º	002	1067757251 RS	Angelo Alessandro Fantin	36	DESCLASSIFICADO
3º	147	25280771-6 SP	Claudiney Fialho TIM	30	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	011	1106603-2 MT	Éric André Mangolim	26	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO DE PATOLOGIA/LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	007	929.874 MT	Eliana Barboza da Silva	26	DESCLASSIFICADO
2º	074	1127896-0 MT	Maria Ap Rocha S. G. Garcia	26	DESCLASSIFICADO
3º	051	1192479-9 MT	Lenilza Martins	22	DESCLASSIFICADO
4º	019	1112863-1	Elenilda Figueira Barbosa	20	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SMS)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	018	1178957-3 MT	Jaime Pereira Lima	38	DESCLASSIFICADO
2º	021	1745516-2 MT	Julio Cesar de Oliveira	32	DESCLASSIFICADO
3º	014	0361020-9 MT	Renita Limberger dos Santos	28	DESCLASSIFICADO
4º	095	1293891-2 MT	Lucimar Maria da Silva	26	DESCLASSIFICADO
5º	022	1443294-3 MT	Silvana Aparecida Rodrigues	20	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: ADVOGADO

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	268	698724 MT	Rogério Lavezzo	90	APROVADO
2º	304	10508854-0 PR	Verônica Brunkhrost Bortolassi	65	CLASSIFICADO
3º	210	10414878 MT	Luiz André Bezerra M. de Sá	62	CLASSIFICADO

Colíder-MT., 21 de Junho de 2010

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Colniza

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48 da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca toda a População, as Associações de Bairro, Entidades Representativas da Sociedade e demais interessados do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, para participarem do planejamento municipal na elaboração e discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias – L.D.O., para o exercício de 2011, a ser realizada no próximo dia 24 de Junho de 2010, com inicio às 19:00 horas nas dependências da Câmara Municipal, situado a Av. Tarumã nº 293, Centro, Colniza – MT.

Colniza - MT, 22 de Junho de 2010.

NELCI CAPITANI
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48 da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca toda a População, as Associações de Bairro, Entidades Representativas da Sociedade e demais interessados do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, para participarem do planejamento municipal na elaboração e discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias – L.D.O., para o exercício de 2011, a ser realizada no próximo dia 24 de Junho de 2010, com inicio às 19:00 horas nas dependências da Câmara Municipal, situado a Av. Tarumã nº 293, Centro, Colniza – MT.

Colniza - MT, 22 de Junho de 2010.

NELCI CAPITANI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 062/2010 – PMC
PROCESSO: 6906/2010

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO (PRESENCIAL), O Objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE VEICULO 0 km,** para suprir necessidades do Gabinete da Prefeita, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 **de Julho de 2010, às 08:00 (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, a partir das **08:00 horas** do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em meio magnético, mediante entrega de um disquete vazio, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas, via SITE www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via fax – (066) 3571-1000** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT, 23 de junho de 2010.

Antonio Apolinário
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 6701/2010
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 057/2010

VALIDADE: 06 (seis) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser prorrogada na forma da lei.

OBJETO: Registro de Preços cujo objeto é selecionar empresa para Prestação de Serviços na Locação de Ônibus, visando futuras contratações pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Desporto e Lazer e Secretaria Municipal de Ação Social.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Colniza Transporte e Turismo LTDA-EPP

Item	Quant.	Descrição	Valor	Valor/total
01	6.560 km	Locação de ônibus por KM – Educação	4,00	26.240,00
02	30.400 km	Locação de ônibus por KM – Educação	4,00	121.600,00
03	700 km	Locação de ônibus por KM – Ação Social	4,00	2.800,00
04	7.360 km	Locação de ônibus por KM – Desporto e lazer	4,00	29.440,00
Total				**R$ 180.080,00**

Colniza – MT, 23 de Junho de 2010.

Antonio Apolinário
Pregoeiro

PORTARIA Nº 002 DE 22 DE JUNHO DE 2010.

Srª NELCI CAPITANI, Prefeita Municipal de Colniza /MT, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art.184 da Lei nº de 110 de 09 de abril, de 2003-Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES;

1. ROGERIO ALEXANDRE DA SILVA
2. SILVIA RENATA MARTINOVSKI DA CONCEIÇÃO
3. ELIZEU VAZ DA SILVA,

Para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Inquérito, com sede em Colniza- Mato Grosso, incumbida de apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que caracterizam responsabilidade civil decorrente de ato doloso que resulta em prejuízo ao erário público previstos no Artigos 148, 149, 158 inciso X, todos da lei 110/2003, configurando infração disciplinar e ilícito penal, contra o servidor, **Edir Mares Santana** com a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

NELCI CAPITANI
PREFEITA MUNICIPAL

AVENIDA TARUMÃ Nº 116 –CENTRO COLNIZA MT- TEL. 35871 1000

Prefeitura Municipal de Confresa

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2010

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Confresa torna público que, em despacho proferido pelo Prefeito Municipal Sr. Gaspar Domingos Lazari, reconheceu ser inexigível a licitação para contratar, o Dr, **Clovis Kapeny Soares**, pessoa física, residente e domiciliado nesta cidade de Confresa-MT. Objeto da contratação é a Prestação de Serviços Médicos à Prefeitura Municipal de Confresa.. Fundamento: Lei nº 8666/93 Artigo 25, II § 1º. Confresa 22 de Junho de 2.010.

Gaspar Domingos Lazari — Prefeito Municipal
José Carneiro da Silva — Presidente CPL

Torna-se sem efeito a publicação do dia 14 de junho publicado no Jornal Oficial dos Municípios e Diário Oficial do Estado, em 15/06/2010 referente a Dispensa de licitação.

Confresa – MT, em 22 de Junho de 2010.

Jose Carneiro da Silva
Presidente da comissão permanente de licitações

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

DECRETO Nº 573 DE 23 DE JUNHO DE 2010

Dispõe sobre Homologação do Resultado do Processo Seletivo Público Municipal, Edital nº 002/2010, e dá outras providências.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA, PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;**

CONSIDERANDO **o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal;**

CONSIDERANDO **a realização das provas objetivas de múltipla escolha, com base nas exigências estabelecidas, no Edital do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2010;**

D E C R E T A:

Art. 1º. **Fica Homologado o Resultado do Processo Seletivo Público Municipal, Edital nº 002/2010, para os cargos anexos, conforme relatório com as respectivas notas finais de classificação que faz parte do anexo deste Edital e encontra-se afixado no Painel de Publicações da Prefeitura Municipal.**

Art. 2º. **Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Cotriguaçu – MT., em 23 de junho de 2010.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA - KIKO
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Diamantino

AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 029/2010

O Município de Diamantino, através de seu Pregoeiro Oficial, torna publico aos interessados, o resultado do Pregão Presencial Nº. 029/2010, cujo objeto trata-se da Aquisição de 01(um) Grupo Diesel Gerador 15 KVA, trifásico, 220/127 v, 60 Hz, com Quadro de comando e controle USCA, com sistema de partida, parada, proteção, supervisão e transferência de carga totalmente automática, tanque de combustível, bateria com cabos e terminais, carregador automático de baterias, sistema de pré-aquecimento do motor.

Data da realização: 17/06/2010.

CASA DA LAVOURA LTDA - EPP, com valor total para o Lote 01 de R$ 17.480,00 (dezessete mil quatrocentos e oitenta reais);

Diamantino-MT, 22 de junho de 2010.

FABIO TOMEKITI FUKUSHIMA
PREGOEIRO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2010

A comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria Nº. 001 de 04/01/2010, através do seu Presidente, torna publico e para o conhecimento dos licitantes que, em sessão publica da mesma, datada de 22/06/2010, as 09h00min, após o exame das propostas apresentadas no pleito e adotado o critério de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado classificatório:

1º lugar: **PREDIAL CONSTRUTORA LTDA – EPP**, com proposta no valor total de R$ 352.834,48 (trezentos e cinqüenta e dois mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Diamantino-MT, 22 de junho de 2010.

Sandra Berenice Wagner da Silva
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Dom Aquino

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

Órgão: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
Identificação: Pregão Presencial nº 007/2010
OBJETO: Pregão Presencial para aquisição de produto químico, para atender no tratamento de água do Departamento de água e esgoto – DAE conforme anexo I do Edital.

Tipo da Licitação: Pregão Presencial nº 007/2010
Data: 06/07/2010
Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT
Horário: às 09:00 horas (horário de Mato Grosso)
Pregoeira Oficial: SIRLENE VIEIRA DE JESUS

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), site do município www.domaquino.mt.gov.br**.**

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: pmdomaquino@terra.com.br

Dom Aquino-MT., 18 de junho de 2010.

SIRLENE VIEIRA DE JESUS
Pregoeira Oficial

Visto

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

Órgão: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
Identificação: Pregão Presencial nº 008/2010
OBJETO: Pregão Presencial para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de construção, para atender a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Água e Esgoto – DAE e Secretaria de Ação Social.

Tipo da Licitação: Pregão Presencial nº 008/2010
Data: 07/07/2010
Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT
Horário: às 09:00 horas (horário de Mato Grosso)
Pregoeira Oficial: SIRLENE VIEIRA DE JESUS

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), site do município www.domaquino.mt.gov.br**.**

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: pmdomaquino@terra.com.br

Dom Aquino-MT., 18 de junho de 2010.

SIRLENE VIEIRA DE JESUS
Pregoeira Oficial

Visto

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENEAL CARNEIRO
CONCURSO PÚBLICO-PM GENERAL CARNEIRO

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
422	ABRAO WAHOIWERE	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
140	ADAILSON DUARTE SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
632	ADÃO ANTONIO DE LIMA	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
483	ADEILSON MOREIRA VIANA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1078	ADELI ARLETE LENZ	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1163	ADELINA IKUIETAGA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1030	ADELITA LETÍCIA MORENO	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
274	ADEMAR GONÇALO TSEREOWE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
935	ADEMILSON PEREIRA DE SOUSA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
259	ADEMIR APARECIDO PRESTES	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
182	ADILMAR DIAS LIMA DA COSTA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1138	ADNA ROSANNY DOS REIS VIEIRA	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
649	ADRIANA ARCANJO DIAS	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
88	ADRIANA RIBEIRO DA SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1018	AFANNAZIO JAZADJI FERREIRA BERTO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
324	AGUINALDO FERLETE JUNIOR	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
596	ALAN CARDEC BARBOSA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1072	ALAN DE KLEBER AGUIAR FERREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
719	ALAN LAID GOMES DE OLIVEIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1111	ALAYTCHUVER GOMES E SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
660	ALCINEIA PEREIRA DE ARAUJO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
256	ALCIONE FERREIRA DE LIMA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
537	ALDECIDES DE AQUINO SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
310	ALDINEZIA COÊLHO RIOS	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
63	ALEAMES LEANDRO FERNANDES	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
230	ALESSANDRA MAZZARDO	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
336	ALESSANDRA RIBEIRO DE MELO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1305	ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
762	ALEX LEITE CRVALHO	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
461	ALEX SANDRO LEANDRO FERNANDES	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
371	ALEXANDRA ALVES DOS SANTOS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
749	ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1287	ALEXANDRO SILVA COELHO	CONTADOR - PERIODO MATUTINO	50,00
662	ALEXSANDRA OLIVEIRA RODRIGUES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1331	ALIANE PEREIRA AQUINO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1054	ALICE ANTONIA DONDONI NETA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
85	ALICE MARIA DA CUNHA GONÇALVES	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
686	ALINE CRISTINA DA SILVA COSTA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 1 Qtde 38 Total 1.380,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
75	ALINE FABIAN	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
457	ALINE LACERDA PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
984	ALISSÉIA GUIMARÃES LEMES	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
415	ALMERY DE SOUSA COSTA DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
800	ALMIR SANDRE RONDON	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
469	ALTAIR LOPES TOROGUIA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1343	ALUIZIO GABRIEL DE MORAIS	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
361	ALYCE MEDRADO VIEIRA	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
917	ALZIRA DE SOUSA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
773	AMANDA GUIMARAES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
633	AMAURI BUTSE TSERERUREME	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1207	AMELIA ALVES DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
697	ANA CARLA ANTUNES FAGUNDES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
920	ANA CAROLINA SIMONATO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
129	ANA DA SILVA SANTOS	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
162	ANA FÁBIA LEANDRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
499	ANA FLAVIA FARIAS BEZERRA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1071	ANA KAREN MOZER	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
186	ANA LUIZA FAUSTINO	AUXILIAR DE LAVANDERIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
146	ANA PAULA FONTANA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1231	ANA SELMA CAMPOS DE JESUS	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
644	ANALIZA REWA'U	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
33	ANDREIA FERREIRA DE ALMEIDA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
547	ANDREIA SILVA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
365	ANGELA CRISTINA BUSANELO CAETANO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-P.VESPERTINO	25,00
41	ANGELO MOREIRA DOS SANTOS	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
696	ANITA PE'AIWE	PREF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-P.GRANDE-P.MATUTINO	50,00
664	ANNA PAULA DE MATOS	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
328	ANNY CAROLINE DE FREITAS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
180	ANTONIO LUCIO DA SILVA NETO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1146	ANTÔNIO MORAES DA SILVA.	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
369	ANTONIO PADUA UTEBREWE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
727	ARIELE MENDES DE ARAUJO	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
367	BARTIMEU DZEREMEIRE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
362	BEATRIZ BLESSA SANT'ANA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
56	BEATRIZ CARNEIRO DE SOUZA CIPPOLLINE	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
156	BEATRIZ TSINHOTSE'E'AMO MAHORO'E'O	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
554	BERNADETE PETSEDE TSERERO'ORI	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00

Pág.: 2 Qtde 76 Total 2.855,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1025	BRENDA RENATA TABORELLI DA SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
855	BRUNA JACKELINE DE SOUSA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
671	CALQUIOLE TOTTI	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
135	CARDECK CARVALHO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1151	CARLA FERREIRA REMPEL SANTOS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
973	CARLA LETICIA MAZZARDO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1309	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
730	CARLOS AUGUSTO COSTA TALON	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
518	CARMEN MARIA TSINHOTSE'HOTSU	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
617	CAROLINA BATISTA FRANCO	TECNICO EM SAÚDE BUCAL-PERIODO MATUTINO	30,00
1087	CAROLINE BUSANELLO	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
270	CASIMIRO WÉTÉ	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1293	CELIA CRISTINA VIANA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
484	CELSO BORAIKARE	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
187	CENIR CAROLINA DUTRA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
784	CIRLENE DE SOUZA NEVES	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
467	CLARA KARIELY SOUZA LEMES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
368	CLARENCIA WA'UTOMORAIWE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
788	CLARICE APARECIDA DE SOUZA ORTIZ	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
999	CLAUDEIR OLIVEIRA DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-P.VESPERTINO	25,00
377	CLAUDELENE WA'UTOMODZA'É BUTA'AWE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1039	CLAUDETE MENDES TEIXEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1061	CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1108	CLAUDIANA OLIVEIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1314	CLAUDINEY DOS SANTOS PINHEIRO	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
1255	CLAUDIO LUZ MARQUES	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
169	CLEIDE ABREU DE ARRUDA FONSECA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
92	CLEIDE MARIA TAVARES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1193	CLEIDIANA DUQUES DA SILVA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
821	CLEIDIANE DA SILVA NEVES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
168	CLEUDES ETERNO DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
745	CLEUNICE GUIMARÃES DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
123	CRISMARCIO MONTEIRO PEREIRA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1046	CRISTIANA PATRICIA MARQUES ARARUREUDO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1005	CRISTIANE LANZARIN	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1143	CRISTIANE MALTA DOS SANTOS MENDES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
581	CRISTIANE MARQUES MULINARI	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1288	CRISTIANE SOUZA DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 3 Qtde 114 Total 4.230,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
577	CRISTIANO PAES ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
21	CRISTINA BUSANELLO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
398	CRISTINA NEVES DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
946	CRISTOVÃO TSERENHIMIRU	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
771	DAIANNE DA SILVA RODRIGUES	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1344	DALVA TOMAS PIAU	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
285	DANIELA BUENO VILELA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1065	DANIELA DE ARRUDA ABREU	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
366	DANIELE RODRIGUES DE AZEVEDO SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1148	DANIELLI ALA DE MENEZES PARAGUASSÚ	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
536	DANIELY MARIA OLIVEIRA BARBOZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
159	DANNY LAURA GOMES FAGUNDES	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1296	DARLEY VIEIRA RAMOS	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
42	DAYAN CAVALCANTE PEREIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
143	DAYANE OLIVEIRA DE ALMEIDA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1178	DAYANNE PIMENTEL SOARES	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
93	DEBORA CRISTINA GOMES SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
430	DEBORA TSINHOTSE'E'NOMRI'O TSEREMORTE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
34	DELIENE MOREIRA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
723	DENIS NAZARINO MARQUES DE SOUSA	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
819	DENIZE LOPES OCEREUDO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1029	DENIZE PATRICIA DA SILVA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1008	DESIRE NUNES MIRANDA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
251	DEUZELIA SOUZA SANTOS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
196	DEVONE NERES SANTANA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
331	DEYVSON DA CONCEIÇÃO AGUIAR	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1252	DIEGO EMANUEL CARALHO LEITE	ALMOXARIFE -PERIODO VESPERTINO	25,00
1070	DILEI LIMA CAMPOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
989	DILSON SILVA PEREIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
345	DIOCLECIANO TSEREDZARÃWARI TSERE'ÔMOI	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
177	DIRCE MOREIRA LARA	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1282	DIVINA ETERNA SILVA FREITAS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
504	DIVINA GONÇALVES LACERDA MENDES	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
456	DIVINA MARIA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
392	DIVINO MOREIRA SANTOS	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
1260	DIVINO PEREIRA DE JESUS	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
86	DOMINGOS SAVIO RODRIGUES CARVALHO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
507	DORVALINA DE OLIVEIRA NERES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00

Pág.: 4 Qtde 152 Total 5.610,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
227	DURCELINA GOMES DE SOUSA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1011	EBER DA COSTA AMARAL	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1297	EDEJALMA LUIZ BATISTA DA SILVA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
873	EDEZIA GOMES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
824	EDIÁLIDA COSTA SANTOS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
586	EDILSON FLAVIO GOMES DA SILVA	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
951	EDMAR TSUPTO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
820	EDRIANO BARBOSA DE MORAES	GUARDA -PAREDAO GRANDE -PERIODO VESPERTINO	25,00
1270	EDSON NEVES DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
145	EDSON SOUSA CRUZ	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
975	EDUARDO KRUEGEL DE SOUZA	GUARDA -PAREDAO GRANDE -PERIODO VESPERTINO	25,00
67	EDUARDO RIBEIRO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
861	EDVANDO SILVA DE SOUSA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
744	ED-WILSON JUNIOR RAMOS LEITE	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
716	ELAINE CRISTINA SACRAMENTO BELEM	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
443	ELCIO BURUE EKUREU	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
364	ELENICE SIRIQUEIRA DOS SANTOS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
315	ELIANE BATISTA DA SILVA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1033	ELIANE DA SILVA BARROS	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1092	ELIAS FRANCO NEVES FARIAS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1182	ELIELSON GARCIA SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
32	ELIETE FERREIRA DA CRUZ	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
836	ELIONAI DOS SANTOS SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
402	ELISAMA GOETZ	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
351	ELISEU HOIWAWA'OTOWARI TSERENHOWAMR	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
30	ELISMAR FERREIRA DA CRUZ	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
775	ELITANIA LEANDRO ARARU EKUREUDO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
746	ELIZANGELA PEREIRA DE OLIVEIRA	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
463	ELIZANGELA QUEIROZ TEIXEIRA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1322	ELIZANGELA REZENDE DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-P.VESPERTINO	25,00
980	ELIZETE RODRIGUES BAKARAE CEBADO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
295	ELKE FERNANDA DO NASCIMENTO OLIVEIRA	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
1285	ELLEN APARECIDA BENTO DA CRUZ	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
17	ELVIUZA GOMES DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
656	ELZEÁRIO OKOGE CEREU	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
205	EMILIO JOSE DE OLIVEIRA REZENDE	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
869	ENILDIS CARDOSO LAURIANO	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
585	ERICKA KALIZE ROSAL LOPES DALLA-NORA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 5 **Qtde** 190 **Total** **6.895,00**

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1052	ÉRICO GUSTAVO TOMAZ DA SILVA	CONTADOR - PERIODO MATUTINO	50,00
204	ESTEFANIA DA CONCEIÇÃO CARMO SOUSA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
960	ESTENIA GARCIA NOGUEIRA RODRIGUES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
133	ETERNO JACOB DO NASCIMENTO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
72	EULLER JAMISON LOPES SACRAMENTO	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
505	EVA CRISTINA LAURENTINO DA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
695	EVA MARIA DE SALES ARRUDA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
808	EVANDRO ARRAIS DE CARVALHO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
830	EVARISTO PARIRI KIAREU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
76	FABIANA AMANCIO DA COSTA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
202	FABIANA GOMES FERREIRA	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
1205	FABIANNA KEDMA FERREIRA VALADAO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1086	FABIO JUNIOR IMECEBA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
678	FABIO JUNIOR MORAES	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
1274	FABRICIA FRANCISCA VIEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
160	FABRICIO ALVES PEREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
264	FABRICIO GOMES NUNES MORAIS	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
14	FABRÍCIO MOREIRA COSTA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
155	FELICINA REWARA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
419	FELIPE PARAPTSE BURUWE	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
785	FERNANDA FONSECA VIGATO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
183	FERNANDA JAQUELINE DE MELO	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1320	FERNANDA MAGDA SILVA MATOS	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
559	FERNANDA MORAES DE ABREU	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1319	FERNANDA RODRIGUES LIMA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
668	FERNANDA SANCHES PERES	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
789	FERNANDA WA´UTOMO´A´O TSERETSU	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
103	FERNANDO ALMEIDA LIMA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1268	FERNANDO AUGUSTO MAUERVERCK	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
567	FERNANDO CAVALCANTE FARIAS	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
971	FLAVIANE SOUZA DUARTE	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
1217	FLEURY KIEGEWA EKUREU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1199	FRANCILENE RODRIGUES FONSECA CORBARI	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
290	FRANCISCA COSTA DE SOUZA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1107	FRANCISCA WA'UTOMOTSITSA'O	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
587	FRANCISCO CLOVES VIEIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1190	FREDERICO ARAÚJO DE PAULA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1257	GEANE PEREIRA DOS SANTOS	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 6 **Qtde** 228 **Total** **8.280,00**

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1006	GEISA ASSIS DA SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
817	GERCINO LOPES DE MOARES JUNIOR	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1068	GERLAN CANDIDO MORAES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
509	GHIANY APARECIDA GUEDES	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
906	GILDA MARIA RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1195	GILDA MARIA TIAGO AKIGURODO	AUXILIAR DE LAVANDERIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
191	GILTONIO DEIVIDY RODRIGUES DOS SANTOS	PREF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-P.GRANDE-P.MATUTINO	50,00
1273	GILZIANE PAULO DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
783	GISAMAR SOBRINHO CASTANON	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
1057	GISELE MOSCHEN ORTIGARA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
888	GISELLE TAUIL ADOLFO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
167	GLARISTONE DE SOUSA MORAIS	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
626	GLAUCIA ROCHA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
777	GLEINER PINHEIRO YAMAL	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
1043	GONÇALO MARQUES KOETARO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
848	GRACIELA MATSUURA RONDON	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
608	GRAZZIELLE MARQUES LUIZ	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
553	GREGORIO TSAHOBO HITSE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1334	GUSTAVO BAIPORO	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
916	HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
672	HEDINO PEREIRA DA SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
393	HELEN CAROLINE HENNING	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
978	HELIO TSEREMRAMIDZA'O WADZAPARIWE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
726	HELTHIENY SUZI DIAS MENEZES	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
139	HELVIA HAYNNOAN DOS SANTOS DE ALMEIDA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
65	HERICA CAMILA PEREIRA CAMILO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
713	HERIKA BORGES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
1187	HERIKA NAYLLON PEREIRA DOS SANTOS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
815	HERNANDES AQUINO CUSTODIO	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
956	HERONDINA MORI'RARE OMORE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
117	HUMBERTO RODRIGUES NETO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1313	IDALINA IKUIE EIMEJERAGO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1059	IDENIZ MARIA RODRIGUES DOS SANTOS RAGG	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
625	IGOR THAMPSON DE MATOS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1258	ILLEZIA DAVI DE ARAUJO	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
711	ILMA SILVA NEVES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
35	INEIS GOMES DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
811	IRACEMA PEREIRA LONGUINHO	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00

Pág.: 7 Qtde 266 Total 9.750,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
501	IRAMAR CABRAL DE FREITAS	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
445	ISAAC DOS SANTOS TABO EKUREU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
252	ISMAY ABREU DE ARRUDA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
342	ISOLETA RENHI'RITI'Õ TSIRE'EDI	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
635	IVA PEREIRA DUARTE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1160	IVANA BORGES PEREIRA REIS	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
15	IVANIR PEREIRA LIMA	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00
806	IVANY PEREIRA DOS SANTOS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
689	IVETE LUZ DAVID PEREIRA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
614	IZA KAROLYNE SILVA DE ASSIS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
857	IZAIA BORGES DA SILVA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
1121	IZELMAN OLIVEIRA SOUZA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1290	JACKLINE MOREIRA DOURADO	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1208	JACKSON LENNON RONDON KOEKUDU	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
453	JAMAL MAHMUD LUCAS WADI	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1265	JANAINA SUZE FAUSTINO DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
73	JANETE SOUZA QUEIROZ	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1016	JARBAS GUIDAO FILHO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
381	JEANE BRAZ MOREIRA DA SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
988	JOAO BATISTA DA SILVA FILHO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1244	JOÃO FERREIRA DA SILVA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
544	JOÃO VAZ	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1294	JOAQUIM ANDRÉ MORAES ROCHA	TECNICO DE INFORMATICA-PERIODO MATUTINO	30,00
812	JOELMA DA SILVA GOULART	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
234	JONES XAVIER DE CAMPOS	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
1109	JORGE TEMRITE DZAMRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
488	JOSE AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1302	JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA NEVES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
972	JOSÉ FERREIRA NATAL	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
485	JOSÉ MÁRIO KUGARUBO BORORO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1201	JOSE THIAGO MORAIS LIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
220	JOSÉ TSÕRERO TSERE'RO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1326	JOSÉ WILHA DE SALES	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
413	JOSETH PEREIRA COSTA	PREF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-P.GRANDE-P.MATUTINO	50,00
884	JOSUE AIWEDEWA	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
1024	JOYCE JAPIASSÚ SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1317	JUCÉLIA NUNES FERREIRA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
885	JUCIENY PEREIRA DE ALMEIDA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00

Pág.: 8 Qtde 304 Total 11.120,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
580	JUDITE GOMES DE SOUZA CAMPOS	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
968	JUDITE RO'OBAHIWE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
39	JULIA RODRIGUES DE PAULA ARRUDA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1079	JULIAN RAFAEL FAORO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
880	JULIANA APARECIDA VAZ	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1259	JULIANA CASTILHO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
44	JULIANA SAMARTINO DE BARROS	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
1035	JULIO CEZAR DIONEZIO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
426	JUNIOR TSEREDZABDI TSERENHOWAMRE	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
29	JUSCELMA FERREIRA GOIS	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
455	JUSSARA CARLOS DA SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1053	JUSSILENE MATOSO PANIAGO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
144	JUSSIMARY ANTUNES DA SILVA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
964	JUVENIL LEANDRO DA COSTA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
810	KACIANY VIEIRA ARRAIS MARQUES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
181	KAISE VITORINO BERTUCCI HASSEM	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
497	KAROLINE ARAUJO DE MIRANDA	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
101	KATE MEIRE CAMARGO INACIO	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
583	KEILA LARISSA FAVARO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
842	KELBY PEREIRA MOREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1134	KELEMOGANE PERES PAIVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
148	KELLEM SUZANY DUARTE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
60	KELLEN CRISTINA CUNHA VARJÃO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
38	KELLEN CRISTINA VILELA RODRIGUES	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
446	KELLY SIQUEIRA FERRAZ	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1119	KENIA CARDOSO SANTANA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1115	KERLY DE SOUZA NEVES	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
150	KETHYLYNN ZEFERINO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
62	LARISSA CRISTINA RABAIOLI RAMOS	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
50	LAURA DENISE ARRUDA DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
1239	LAURA FABIENE DE DEUS PROENÇA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
602	LAURA FERNANDES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
872	LAURA REZENDE DE LIMA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
312	LAURA SILVA DE ALMEIDA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
53	LAURA VANESSA DUTRA SANCHEZ	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
969	LAURA WA'UTOMOTSIDI TSERE'UTÉ	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
486	LAURO LOPES LEANDRO PARIKO EKUREU	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
387	LAURO REZENDE DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00

Pág.: 9 **Qtde** 342 **Total** 12.610,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
676	LAYZA GRACYELLY FRANÇA AMORIM	CONTADOR - PERIODO MATUTINO	50,00
1164	LAZARO ALVES DOS SANTOS	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
833	LEIDE LAURA XAVIER DOS ANJOS KIDURE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1253	LEIDIANE DOS SANTOS RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1139	LEIDIANE GOMES DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
734	LEILA LONGHINI VASCONCELOS	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
862	LEILA VIEIRA DE SOUSA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
1022	LEODIANA DA SILVA MEDEIROS CORONEL	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
756	LEOMAR ARRUDA DAVID	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
375	LEOMAR CASTRO DE SOUZA SANTOS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
637	LEOMARCIO NHIHORIDARUWE TOMOTSUDZAR	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
255	LEONARA RADDAI GUNTHER DE CAMPOS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
996	LEONARDO DE SOUZA ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1335	LEONARDO DE SOUZA NERES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
115	LEONICE BIANCO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
733	LEONIDE MOREIRA BELO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
623	LEONIDIO BORGES LEAL	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
724	LETICIA DAMAS LEAO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
796	LIAMARCIA MOREIRA DE ARAUJO	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1315	LIEGY DIVINA ONOFRE DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
938	LILIANE ALVES RODRIGUES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
534	LINDOMAR DE ARRUDA DAVID	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
631	LISLENY CRISTINA DE ARAUJO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
451	LORECI GRUTZMANN	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
441	LOURDES RENHIWAEI'O ETEROWE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
687	LOURENÇO FILHO PIROJIBO BORORO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
506	LUANA BITTES SANTOS SILVA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1251	LUANA LEÃO SANTOS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1233	LUANA MORES	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1066	LUANA PALHARES FERREIRA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
113	LUANA SANTANA RODRIGUES	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
741	LUBIA RIBEIRO DE BARROS	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
1292	LUCÉIA RODRIGUES DA SILVA	TECNICO EM SAÚDE BUCAL-PERIODO MATUTINO	30,00
412	LUCIA ANA DE SOUSA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
923	LUCIANA ALVES DE MELO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1304	LUCIANA CANDIDA GONÇALVES	AG.COMUNITARIO DE SAUDE-P.GRANDE-P.VESPERTINO	25,00
1050	LUCIANA SAGICA MARTINS DO NASCIMENTO	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
710	LUCIANO ALMEIDA E SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00

Pág.: 10 **Qtde** 380 **Total** 13.980,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1166	LUCIENE MOREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
748	LUCIENY GOMES DA SILVA	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
747	LUCILENE FRANCISCA LEITE RAMOS REZENDE	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
254	LUCIMA JOVINA LEITE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1327	LUDIMILA PINHEIRO REZENDE	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1243	LUIS FERNANDO OLIVEIRA ARRAIS SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
376	LUIZ DUARTE NETO	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
1010	LUIZ EDUARDO DA MOTTA RECKTENWALD	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
781	LUIZ FERNANDO MAZZARDO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
425	LUIZ FERNANDO TSEREDZUBDZA ABDZU	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00
954	LUIZ FIDELIS DAAMAROIRE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
417	LUIZ HENRIQUE FLOREZI	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
754	LUIZ OTAVIO GOMES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
677	LUIZMAR VIEIRA DE CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
224	LUSIA PAULA DE OLIVEIRA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
955	LUZIA DE FÁTIMA DA SILVA	TECNICO EM SAÚDE BUCAL-PERIODO MATUTINO	30,00
548	LUZIA GOMES FERREIRA	PREF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-P.GRANDE-P.MATUTINO	50,00
28	LUZIA PEREIRA LIMA	TECNICO EM SAÚDE BUCAL-PERIODO MATUTINO	30,00
937	MAIARA GANDOLFI	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
158	MAIRA GABE AMÉRICO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
354	MANOEL JUNIOR SOUSA SANTOS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
807	MARA NELMA VIEIRA ARRAIS	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
618	MARCEL CARLOS LOPES FÉLIX	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
774	MARCEL GUIMARAES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
630	MARCIA A S FORTES	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
732	MARCIA BENTO DAVID	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
80	MARCIA CONCEICAO DA COSTA	AUXILIAR DE LAVANDERIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1120	MÁRCIA DA COSTA SOUZA E SOUZA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
69	MARCIA DE FATIMA MALAQUIAS DE BRITO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
18	MARCIA HELENA DIAS DA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
468	MARCIA REJANE LIONIS GONZAGA TEIXEIRA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
720	MARCIA RODRIGUES DA COSTA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
1306	MARCILEIDE GOMES DA SILVA OLIVEIRA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
731	MARCILENE MENDES DE LIMA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
657	MARCILIO TSAME TSERENHI OMO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
409	MARCIO CRISTIAN DIAS LIMA	ELETRICISTA-PERIODO MATUTINO	30,00
208	MARCOS ANTONIO JOIA JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1102	MARCOS GLEYB OLIVEIRA DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-P.VESPERTINO	25,00

Pág.: 11 **Qtde** 418 **Total** **15.360,00**

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1003	MARCUS VINICIUS PEREIRA AQUINO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
500	MARGARETH TACHER OLIVEIRA DE ABREU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
130	MARIA APARECIDA DA SILVA MATOS	PREF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-P.GRANDE-P.MATUTINO	50,00
1339	MARIA APARECIDA DE MORAIS	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1323	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1286	MARIA APARECIDA FERNANDES FERREIRA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
643	MARIA ASSUNÇÃO DA SILVA	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
257	MARIA AUXILIADORA TAVEIRA LOPES	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
225	MARIA BENEDITA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
663	MARIA DA GLORIA RO'ONHITSU'UPE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
22	MARIA DE FATIMA CAMPOS DE MORAES SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
843	MARIA DE FÁTIMA MARQUES PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
761	MARIA DE LURDES CARDOSO CAMPOS	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
59	MARIA DIVINA PAZ GOUVEIA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
874	MARIA FERREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE LAVANDERIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
261	MARIA GORETH LEITE	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
517	MARIA GUARDA LUPE RENHO'U TSEREOMODZI	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
871	MARIA JOSÉ DUARTE COSTA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
170	MARIA LÚCIA MONTEIRO LADEIRA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
850	MARIA NEIDE LEANDRO LIMA E SILVA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
882	MARIA NEUSA DE SANTANA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1325	MARIA PEREIRA DIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
640	MARIA SALETE MERI KUADAGA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1000	MARIANE SILVA SOUZA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
997	MARIANNY FERREIRA SIMON BARBOSA LOPES	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
707	MARILENY PEREIRA DE ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
429	MARINA BATISTA DA SILVA	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
90	MARINA SOUZA RESENDE	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
502	MARINALVA DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
816	MARISA GABE AMÉRICO	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
683	MARISTELA PEREIRA RIOS DE JESUS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
54	MARIVALDO DE SOUSA RIOS	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
385	MARIZETE HELENA PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
942	MARIZETH MARTINS DOS REIS	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1142	MARLA DUARTE DOS REIS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
267	MARLENE ANTONIA DA SILVA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
718	MARLENE MARIA DE ARAUJO	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
1250	MARLENE PEREIRA DE SOUZA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 12 **Qtde** 456 **Total** **16.665,00**

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1171	MARLENE ROSELY KOGE PADO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
454	MARLI ALVES BRITO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
551	MARLITO TSERE'UBUNI	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
43	MARLY CONCEIÇÃO DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
967	MARLY FERREIRADE SOUZA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
690	MARLY FRANCISCA MORENO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
11	MARLY SEVERINO DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
685	MAURA RODRIGUES DA COSTA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1281	MAURY FERREIRA RODRIGUES JUNIOR	TECNICO DE INFORMATICA-PERIODO MATUTINO	30,00
919	MAYARA DOS SANTOS MIRANDA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
228	MAYARA SOUSA NASCIMENTO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1183	MELCIDES PEREIRA BELÉM FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
776	MELISSA CORREA NETO RABELO CRUZ	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
52	MICHELLE DIAS VIEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1254	MICHELLY DE SOUZA ORTIZ	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
738	MIGUEL BENTO DAVID	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1083	MILENA ALVES DOS SANTOS	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
66	MILENA ALVES MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
780	MODESTO ORTIZ FERREIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
609	MOIZEIS ALVES DO NASCIMENTO MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
311	MONICA ROSA DA CRUZ	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1299	NAJLA ARIANE DA SILVA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
26	NALVA RIBEIRO VIANA	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
188	NAPOLEÃO OLIVEIRA BORGES	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1266	NATÁLIA GENTIL LIMA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1034	NATALINA PEREIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
941	NATALINA RO'ODZA'IDI TSERENHO'RA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
759	NATANAEL SANTOS FREITA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1332	NAYANA MAYARA MAGRY OLIVEIRA ARRAIS SIL	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
1247	NAYARA DE CARVALHO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-P.VESPERTINO	25,00
576	NEIRY SILVA FREITAS	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
70	NELIO PEREIRA DA SILVA	GARI -PERIODO VESPERTINO	25,00
786	NELY MARIA DA SILVA RÊGO	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
1167	NEUZA RODRIGUES MERIRI KIAGO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
209	NIELSON PEREIR DE ALMEIDA	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00
870	NILCÉIA DE SOUZA ORTIZ	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
452	NILTON AUGUSTO MAUERVERCK NETO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
276	NIVALDO DZUTSURUWE	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00

Pág.: 13 **Qtde** 494 **Total** **18.040,00**

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
661	NOELE AMORIM VILELA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
516	NOEMI PERU'UÕ TSEREOMDZE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
176	NOHANA MORAES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
77	NÚBIA ANDRADE SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
273	NÙBIA SANTOS DA CUNHA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
859	ODENIR SOUSA RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
423	OLGA MARIA RETSIMADO DZAMRA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
45	OLINDA FRANCISCA DE NOVAES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
58	ORACINO VICENTE SANTANA	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1132	ORESTES SANTINO RONDON UWOROREU	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
763	OSMAR RODRIGUES AROENOGUAIJIWU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
645	OZEUDO PEREIRA DA SILVA	ALMOXARIFE -PERIODO VESPERTINO	25,00
1135	PAMELLA CRISTINA SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
794	PATRICIA BUSANELLO MACHADO	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
74	PATRICIA DA SILVA SANTOS	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
737	PATRICIA DAVID DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
363	PATRÍCIA FERNANDES MASSMANN	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
958	PATRICIA SOUSA DA SILVA	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1310	PAULA ANDRÉA MELO DA SILVA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
372	PAULA ANDREIA COSTA DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
322	PAULA REGINA DE SOUZA FERREIRA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
492	PAULLINEIA VIEIRA DA CRUZ	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
525	PAULO DE MORAES FARIAS	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
679	PAULO EDUARDO AQUINO DOURADO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1144	PAULO ENRIQUE MOUTINHO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
386	PAULO HENRIQUE GOMES ARAUJO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
233	PAULO RICARDO INDIO SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1137	PAULO ROBERTO FIGUEIREDO	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
198	PEDRO HENRIQUE PEREIRA PROCÓPIO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
940	PEDRO MOREIRA DE SOUZA	GUARDA -PAREDAO GRANDE -PERIODO VESPERTINO	25,00
787	PIER RODOLFO MARARAIHO	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
253	POLLYANE DE ALCANTARA CAMPOS SOUSA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
418	PRISCILLA IOLANDA PORTELLA FONTES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
792	RAFAEL FRANCISCO DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
272	RAFAEL JOSÉ TRICHES NUNES	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
853	RAIMUNDA ELITE RODRIGUES ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
427	RAIMUNDO TSARANATE ABDUZU	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
728	RAQUEL DUARTE DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 14 **Qtde** 532 **Total** **19.500,00**

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
1330	RAQUEL SANTANA TEIXEIRA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-PERIODO VESPERTINO	30,00
538	RAQUELINNE ALVES MACEDO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
193	RAYANNE ALVES SIQUEIRA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
681	REJANE CAMPOS DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1089	RENATA CHAGAS RODRIGUES SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1333	RENATA CRISTINA DO CARMO PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-PERIODO VESPERTINO	25,00
96	RENATA KELE DE AMORIM MONGE	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
797	RENATA LAZARA DE ARAUJO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
477	RENATO CARVALHO LEITE	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1088	RENATO COSTA DA SILVA	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1329	RENATO DOS REIS VERON	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1032	RENATO GOMES NUNES	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
834	RENATO RIBEIRO MORAES DOS SANTOS	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1026	RENATO SILVA VILELA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
1056	RENNAD BRENO MONTEMEZZO	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
444	RICARDO CIBAE EIMEJERA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
725	RICARDO DALCIN	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
1067	RICARDO DALLA -NORA	TECNICO DE INFORMATICA-PERIODO MATUTINO	30,00
992	RINALDO TAVEIRA RIBEIRO	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
535	RIVAILDA ROSA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
292	RIVAIR JOSE SOARES DE OLIVEIRA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1264	ROBSON ALMEIDA DOS SANTOS	AG.COMUNITARIO DE SAUDE-P.GRANDE-P.VESPERTINO	25,00
207	RODRIGO APARECIDO DE SOUZA MATOS	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
876	RODRIGO COSTA LIMA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1013	RODRIGO GARIBOTTI	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
712	RODRIGO ROSA AGUIAR	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
137	ROGERIA CABRAL GOULART	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
23	ROGÉRIO DOMINGOS DOS SANTOS FACHINI	TECNICO DE INFORMATICA-PERIODO MATUTINO	30,00
346	ROGERIO TSIMANAWE TSERE'OMODZÉ	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
977	RONDINEI DOS SANTOS LEITE	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
867	RONEY GOMES DA SILVA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
268	ROSA ELIANE GOMES DE SOUZA	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
432	ROSA SCHNEIDER	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
703	ROSAMARIA VALOES METELLO	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
132	ROSANGELA CAMPOS DOS SANTOS CARDOSO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
243	ROSANGELA GLORIA PAIVA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1261	ROSÂNGELA NUNES FERREIRA DIAS LIMA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-P.VESPERTINO	25,00
48	ROSANGELA PEREIRA DAS NEVES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00

Pág.: 15 Qtde 570 Total 20.830,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
491	ROSANGELA VICENTE DOS SANTOS	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1284	ROSANY RODRIGUES CARNEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
670	ROSELAINE VOIGT	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
1114	ROSENY CAMPOS DA LUZ	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
760	ROSICLEIA MOREIRA SANTOS SILVA	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
131	ROSIDETH MOREIRA BELO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
232	ROSIENE APARECIDA RIBEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
1275	ROSILDA DE SOUSA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
1337	ROSILDA GOMES VIANA	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
235	ROSILEI MOREIRA DE SOUZA	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
119	ROSIMEIRE DA COSTA ROSSIGALI	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
308	ROZANGELA ALVES PEREIRA	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
571	ROZILENE RODRIGUES RIBEIRO	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
1073	ROZIVALDO PEREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
818	RUBIA BETANIA GOMES DE OLIVEIRA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
854	RÚBIA MARCELA RODRIGUES MORAES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
384	RUBIAN TRINDADE DA SILVA	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
40	RUTH RODRIGUES DE PAULA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
229	SAMARA LIONES GONZAGA	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
650	SANDRA PACHECO DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1303	SANDRO MARETH PEREIRA DE ALMEIDA	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
636	SERGIO NATALINO OMAKUDA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1216	SHUMAKER FARESIM ADÓ EKUREU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
379	SILMARA PEDZAHUTU'O TSERE'UTE	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
466	SILVANA MARIA CALAÇA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
600	SILVANE SOUSA LOPES	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
173	SILVANY MARIA DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
729	SILVIA AGUIRRE	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
1096	SILVIA MALVINA WOICIECHOWSKI	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
714	SILVIA RAQUEL BRANDÃO CAVALCANTE	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1301	SILVONE APARECIDA DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00
424	SIMONE ALMEIDA DOS SANTOS DE MORAES	AG.COMUNITARIO DE SAUDE-P.GRANDE-P.VESPERTINO	25,00
1175	SIMONE CAMILA DA SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1125	SIMONE DA COSTA SOUSA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
827	SIMONE JOWARE ETOGIWUDO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
211	SINDRA LUCIA SOBRINHO FERREIRA	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
990	SOLANGE BORGES PIMENTEL	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
986	SOLANGE CAMPOS DA SILVA FERNANDES	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00

Pág.: 16 Qtde 608 Total 22.245,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
459	SONILDA SOARES DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
431	STAEL BENTO CARNEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
153	SUELEM AMORIM ROCHA	PSICOLOGA - PERIODO MATUTINO	50,00
865	SUENIO LELIS DOS SANTOS	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
1311	SUIANI PRISCILA ROEWER	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1064	SULANY BEZERRA SAMPAIO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
16	SUMAYA CAMPOS DE AZEVEDO	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
326	SUSANA MORAES ROCHA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
370	TACIANO WA'IRI TSERE'U'URA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
768	TAIZE MARIZA KOGUETARO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
1295	TALES GOMES AIRES	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
184	TAMIRES ARAUJO LIMA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
994	TÁSSIA CASSIMIRO VIGATO	NUTRICIONISTA-PERIODO MATUTINO	50,00
118	TELDIMA ALVES CORDEIRO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
175	TELMA MORAES LIMA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
692	TEOBALDO FERREIRA DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00
1192	TEODORO CLEMENTINO MAREGE KADOJEBA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
179	TEREZINHA CAMARGO DA SILVA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1181	THABATHA MELISSA PERREIRA DA SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
1186	THAIS DE PAULA DIAS BELÉM	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
832	THAIZ AUGUSTA NERY	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
107	THAMIRIS CRISTINA RAMALHO DO PRADO	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
985	THIAGO ARAUJO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1280	THIAGO CESAR DE ARAUJO PASSOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
343	THIAGO FERREIRA DE MORAIS OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
931	THIAGO SANTANA MAGALHÃES	AUXILIAR DE FARMACIA-PERIODO VESPERTINO	25,00
19	THIAGO VINICIUS PEREIRA CAMILO	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00
1283	TIAGO MARTINS DE OLIVEIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
396	TOMAZ BENEDITO PORTELLA FONTES	GUARDA -PAREDAO GRANDE -PERIODO VESPERTINO	25,00
47	UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
269	ULISSES DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
433	VALDEIR TSEREDZAPUUWE	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
1342	VALDEVINO BOENO NERES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
410	VALDIRENE DE SOUZA NETO	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
829	VALDIRENE SANTOS MARIANO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
111	VALÉRIA AMANDA LOPES ESTEVES	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
51	VALERIA CRISTINA DE SOUZA CASTANÕN	TECNICO DE ENFERMAGEM-PERIODO MATUTINO	30,00
421	VALMERCIO TSERETE TSEREDZABDI	FISCAL DE TRIBUTOS-PERIODO MATUTINO	30,00

Pág.: 17 Qtde 646 Total 23.570,00

Candidatos Com Pagamento Confirmado

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Valor
64	VALTEY TEIXEIRA DE ARAUJO	OPERADOR DE ETA-PERIODO VESPERTINO	25,00
1168	VANESSA MENDONÇA E SILVA	ENFERMEIRO-PERIODO MATUTINO	50,00
891	VERA LUCIA GONÇALVES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
929	VERACY SANTOS SOUZA NOVAIS.	ASSISTENTE SOCIAL-PERIODO MATUTINO	50,00
890	VERAMAR SANTANA PINTO MAGALHÃES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
887	VERENA PINHEIRO DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
440	VICTOR HUGO BARBOSA DE MORAIS	BIOQUIMICO - PERIODO MATUTINO	50,00
1234	VITALINA TORI IEDO	MERENDEIRA -PERIODO VESPERTINO	25,00
533	VITOR BESOLD	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
674	VIVIANE SILVA COELHO NEVES	PREF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-P.GRANDE-P.MATUTINO	50,00
13	WALDINETH PAULA GOMES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
736	WEDER DA SILVA SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
639	WELINGTON CARLOS DE ALARCÃO	ENFERMEIRO-PSF PAREDÃO GRANDE-PERIODO MATUTINO	50,00
178	WELLINGTON PEREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II -PERIODO MATUTINO	50,00
961	WELMA ALEIXO DA SILVA	CONTROLADOR INTERNO-PERIODO MATUTINO	50,00
1300	WESLEY FERNANDO BARBOSA DE MORAES	AG.COMUNITARIO DE SAUDE-P.GRANDE-P.VESPERTINO	25,00
1176	WESLEY SILVA MAUERVERCK	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
750	WESLIZANGELA FARIAS BELO DE SOUSA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
237	WICKYTOR WINNICIOS DE SOUSA VILELA	FISCAL SANITARIO-PERIODO MATUTINO	30,00
134	WILIA CAMARGO ALVES	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
105	WILKERSON LUÍZ BRANDÃO BRITO	AGENTE ADMINISTRATIVO I-PERIODO MATUTINO	30,00
1169	WILLIAN CARLOS ADUGOENAU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00
753	WILSON JUNIOR DE OLIVEIRA	GUARDA - PERIODO VESPERTINO	25,00
190	ZENEIDA QUIRINO DE LIMA TAVARES	PROF.III-LIC.PLENA PEDAGOGIA-PERIODO MATUTINO	50,00
698	ZENÓBIO TSERENHAMARI Õ TSERERU	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS-PERIODO VESPERTINO	25,00

Pág.: 18 Qtde 671 Total 24.530,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2010

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de General Carneiro – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2010, visando atender ao princípio da publicidade;

Considerando fatos supervenientes ocorridos na consolidação financeira bancaria dos respectivos pagamentos das taxas de inscrições.

RESOLVE:

I. Divulgar a listagem dos candidatos que efetuaram o pagamento da taxa de inscrição até a data estabelecida, conforme Edital Complementar nº. 004/2010;

II. Divulgar a listagem de concorrência por cargo;

III Comunicar aos candidatos que fizeram sua inscrição, cujos nomes não constam da referida listagem, que se dirijam até à sede desta prefeitura municipal, munidos dos documentos comprobatórios, para que sejam tomadas as providencias necessárias.

General Carneiro – MT, em 17 de junho de 2010.

CHIRLEY VIEIRA ARRAIS TALON
Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso n° 001/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2010
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2010

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de General Carneiro – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2010, visando atender ao princípio da publicidade;

RESOLVE:

I – Fica estabelecida a data de 27 de junho 2010 para aplicação das provas objetivas e práticas;

II – A prova prática de digitação para os cargos de Agente Administrativo, Fiscal de Tributos e Técnico de Informática será realizada na Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua João Eduardo s/n° Centro, General Carneiro – MT, horário das 13h30min às 17h00min (horário de Brasília – DF), observando-se o seguinte:

a) O candidato deverá apresentar-se pelo menos 30 (trinta) minutos antes do início da prova para receber a senha;
b) Após o início da prova (13h30min) não será mais distribuído a senha, ficando o candidato impedido de realizá-la;

III – A prova de conhecimento prático para o cargo de Agente de Combate às Endemias será aplicada juntamente com a prova objetiva;

IV – A prova de conhecimento prático para o cargo de Agente de Combate às Endemias constará de cinco questões objetivas, valendo dois pontos cada uma das questões;

V – A prova de conhecimento prático de que trata o item anterior versará sobre o uso de equipamentos utilizados no controle vetorial, EPI – Equipamento de Proteção Individual, Ações de Controle Vetorial, Ciclo da Cadeia de Transmissão de Doenças e Manifestação de Doenças;

a) Não será permitida nenhuma forma de consulta no momento da prova;

VI – As fontes e materiais de pesquisas bibliográficas são as seguintes:

a) Ministério de Saúde – Manual para Agentes de Comunitário de Saúde e Agente de Controle de Endemias – Série A Normas e Manuais Técnicos - home Page www.funasa.gov.br;
b) Diretrizes Nacionais para prevenção e controle de epidemias de Dengue – Portarias e instruções normativas atinentes ao assunto.

VII – Os demais itens do Edital 001/2010 permanecem inalterados.

General Carneiro – MT, em 22 de junho de 2010.

CHIRLEY VIEIRA ARRAIS TALON
Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso n° 001/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2010
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2010

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de General Carneiro – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2010, visando atender ao princípio da publicidade;

RESOLVE:

I. Divulgar a relação dos candidatos regularmente inscritos no Concurso Público nº 001/2010 por local de provas para conhecimento dos interessados;

II. Comunicar aos candidatos que fizeram sua inscrição, cujo nome não consta da referida listagem, que se dirijam ao colégio onde se encontra o cargo para o qual se inscreveu munidos de documento de identidade original e o comprovante de pagamento, para realização da prova.

General Carneiro – MT, em 22 de junho de 2010.

CHIRLEY VIEIRA ARRAIS TALON
Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso n° 001/2010

Prefeitura Municipal de Juína

PORTARIA Nº 1.811/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **PALMIRA MARCELINO TEIXEIRA**, mat. **317**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Recepção Hospitalar**, lotado (a) na Secretaria de Saúde – Depto de Saúde FMS, referente ao período aquisitivo de **04/01/2007 A 03/01/2008** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.812/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **PAULO JOSE SANTANA**, mat. **437**, ocupante do cargo de **Microscopista**, lotado (a) na Secretaria de Saúde – Ações Epidemiologia e Controle de Doenças, referente ao período aquisitivo de

14/11/2001 A 13/11/2002 e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.813/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **PLINIO COSTA DE SOUZA**, mat. **715**, ocupante do cargo de **Vigia**, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social/Depto de Promoção Social/Centro de Apoio Boa Esperança, referente ao período aquisitivo de **08/01/2008 a 07/01/2009** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.814/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **REINALDO VALVERDE SOUZA**, mat. **646**, ocupante do cargo de **Odontólogo 20 horas**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Saúde Bucal, referente ao período aquisitivo de **09/10/2003 a 08/10/2004** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.815/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **SEBASTIANA ALVES AMARAL**, mat. **340**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Saúde – Depto de Saúde FMS, referente ao período aquisitivo de **04/01/2006 A 03/01/2007** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.816/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **WILLMA SAMPAIO SILVA**, mat. **721**, ocupante do cargo de **Técnico de Manutenção e Infra-Estrutura**, lotado (a) na Secretaria de Educação/CEI Palmiteira Vasco Papa, referente ao período aquisitivo de **15/01/2009 a 14/01/2010** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.817/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **LELICE CARNEIRO FRANCO**, mat. **1090**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Comunitário de Saúde PACS, referente ao período aquisitivo de **02/07/2008 A 01/07/2009** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.818/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **LUCIMAR MOREIRA AGUIAR**, mat. **1168**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Agente Comunitário de Saúde PACS – Convenio, referente ao período aquisitivo de **02/07/2007 A 01/07/2008** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.819/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **MARLI TEODORA VILAR**, mat. **1187**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Agente Comunitário de Saúde PACS – Convenio, referente ao período aquisitivo de **02/07/2007 A 01/07/2008** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.820/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **ROSANA VIEIRA DOS SANTOS CERVINI**, mat. **1184**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Agente Comunitário de Rural PASCAR, referente ao período aquisitivo de **02/07/2007 A 01/07/2008** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.821/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **RUTHY DA SILVA PIVANTE**, mat. **1082**, ocupante do cargo de **Agente de Combate as Endemias**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Ações Epidemiologia e Controle de Doenças, referente ao período aquisitivo de **02/07/2007 A 01/07/2008** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.822/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **TERESA DOS SANTOS DE SOUZA BATISTA**, mat. **1237**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Agente Comunitário de Saúde PACS, referente ao período aquisitivo de **05/07/2007 A 04/07/2008** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.823/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **TIAGO DOS SANTOS MAGANHA**, mat. **1092**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Agente Comunitário de Saúde Rural PASCAR, referente ao período aquisitivo de **01/07/2006 a 30/06/2007** e período de gozo de **01/04/2010 a 30/04/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.824/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **AILTON SANTANA ALVARENGA**, mat. **638**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Infra-Estrutura/Depto de Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de **03/07/2007 a 02/07/2008** e período de gozo de **02/04/2010 a 01/05/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **02** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.825/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **APARECIDA IONICE PEREIRA**, mat. **766**, ocupante do cargo de **Professor Classe B 30 horas**, lotado (a) na Secretaria de Educação/Escola Osvaldo Cruz, referente ao período aquisitivo de **18/02/2009 a 17/02/2010** e período de gozo de **02/04/2010 a 01/05/2010**.
Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **02** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.826/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **LENIRA LUCINA DA SILVA**, mat. **548**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Depto de Saúde FMS, referente ao período aquisitivo de **01/04/2008 A 31/03/2009** e período de gozo de **02/04/2010 a 01/05/2010**.
Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **02** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.827/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **MARIA SANTOS DA SILVA**, mat. **93**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Depto de Saúde FMS, referente ao período aquisitivo de **02/01/1998 A 01/01/1999** e período de gozo de **02/04/2010 a 01/05/2010**.
Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **02** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.828/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **PAULO SVET**, mat. **523**, ocupante do cargo de **Operador de Motoniveladora**, lotado (a) na Secretaria de Infra-Estrutura/Depto de Estradas e Rodagem, referente ao período aquisitivo de **12/03/2008 a 11/03/2009** e período de gozo de **02/04/2010 a 01/05/2010**.
Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **02** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.829/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **GREICE KELLY ALVES MARTINS**, mat. **1071**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Programa Agente Comunitário de Saúde PACS, referente ao período aquisitivo de **02/07/2008 A 01/07/2009** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.
Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.830/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **CLAUDECI HENRIQUE**, mat. **549**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Infra-Estrutura/Depto de Limpeza Urbana, referente ao período aquisitivo de **01/04/2007 a 31/03/2008** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.
Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.831/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **DORVALINO JOARES CAVASSANI**, mat. **383**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Infra-Estrutura/Depto de Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de **18/02/2007 a 17/02/2008** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.832/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **EDINA DE OLIVEIRA BARALDI**, mat. **885**, ocupante do cargo de **Professora Classe A 30 horas**, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura/CEI Arco Iris, referente ao período aquisitivo de **11/02/2009 a 10/02/2010** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.833/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **EDINA SOUZA DE OLIVEIRA NETO**, mat. **29**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Saúde/Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo de **01/06/2007 a 31/05/2008** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.834/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares ao servidor **EDIS ROCHA PINTO**, mat. **270**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente/Depto de Agricultura, referente ao período aquisitivo de **15/08/2007 a 14/08/2008** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.835/2010

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta)** dias consecutivos de **FÉRIAS** regulamentares a servidora **MARIA CRISTINA SANTOS SOUZA SANTOS**, mat. **840**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social/Centro de Conveniência Vo Paixão, referente ao período aquisitivo de **21/09/2007 a 20/09/2008** e período de gozo de **05/04/2010 a 04/05/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Abril** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Juscimeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida "N" nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº 002/2010, TORNA PÚBLICO que realizará às **09:00 HORAS DO DIA 05 DE JULHO DE 2010** no Gabinete do Prefeito Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ÓRGÃOS DESTA PREFEITURA** conforme lotes constantes no Termo de Referência anexo do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **09:00 HORAS DO DIA 05 DE JULHO DE 2010.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na

Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 07:00 às 13:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1062 ou pelo e-mail: pmjuscimeira.licitacao@hotmail.com.

Juscimeira/MT, 22 de Junho de 2010.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIM
PREGOEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, localizada a Avenida "N" nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira/MT através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº 002/2010, TORNA PÚBLICO que realizará às **09:00 HORAS DO DIA 06 DE JULHO DE 2010** no Gabinete do Prefeito Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** conforme itens constantes no Termo de Referência anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **09:00 HORAS DO DIA 06 JULHO DE 2010.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 07:00 às 13:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1062 ou pelo e-mail: pmjuscimeira.licitacao@hotmail.com.

Juscimeira/MT, 23 de Junho de 2010.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIM
PREGOEIRA

Prefeitura Municipal de Matupá

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI

PORTARIA Nº. 018/2010.

DATA: 11 DE JUNHO DE 2010
SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO SALÁRIO MATERNIDADE EM FAVOR DA Sra POLIANA KESSLER DA SILVA"

O DIRETOR DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício de Salário Maternidade em favor da servidora POLIANA KESSLER DA SILVA, efetiva no cargo de Agente de Auxiliar de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, em decorrência de seu estado de gestação, no período de 27/05/2010 à 23/09/2010, conforme Atestado Médico, com remuneração igual ao último vencimento de contribuição, e de acordo com processo Salário Maternidade nº. 003/2010.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Omar Antônio Chisté
- Diretor Executivo -

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI

PORTARIA Nº. 019/2010.

DATA: 17 DE JUNHO DE 2010
SUMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO TEMPORÁRIA DO BENEFÍCIO AUXÍLIO DOENÇA EM FAVOR DA Sra. MARIA LUIZA MARQUES DA SILVA"

O DIRETOR DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

RESOLVE:

Art. 1° - Prorrogar o benefício temporário Auxílio Doença em favor da servidora Sra. MARIA LUIZA MARQUES DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Ambiental, Ref."10" Classe "SNM-I" Nível "C", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência de sua incapacidade para o trabalho no período de 04/06/2010 à 07/09/2010, com remuneração igual ao último vencimento de contribuição, e de acordo com processo nº 002/2010.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Omar Antônio Chisté
Diretor Executivo

Portaria nº. 1113/2010, de 23 de JUNHO de 2010.

"Dispões sobre anulação da Licitação veiculada pelo Edital n.º 025/2010 – Pregão Presencial n.º 006/2010 com o seguinte Objeto: Pregão Presencial Sistema Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Matupá/MT".

Prefeitura Municipal de Nortelândia

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 188/2010

O Sr. Neurilan Fraga, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,
Considerando o pedido de Licença de que trata a seção III da Lei nº 021/2005 e suas alterações,
Considerando o artigo 110, alínea b e o parágrafo único,
Considerando o que estabelece a seção IV, art. 72, XXIV, da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Conceder ao Servidor **Rubilan Nunes de Oliveira, Licença para Exercício de Mandato Eletivo,** Portador da Cédula de Identidade RG nº 12061514 SJ/MT e CPF nº 18045291848, Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT**,** à partir de 03/05/2010 a 31/12/2010.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A - S E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE MAIO DE 2010.

RETIFICAÇÃO:

Na Portaria nº 188/2010, de 03 de Março de 2010, de Licença para Exercício de Mandato Eletivo, do Servidor Rubilan Nunes de Oliveira, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, de 09 de Junho de 2010, pág.61,

onde se lê "...**Conceder ao Servidor Rubilan Nunes de Oliveira, Licença para Exercício de Mandato Eletivo, Portador da Cédula de Identidade RG nº 12061514 SJ/MT e CPF nº 18045291848, Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, à partir de 03/05/2010 a 31/12/2010, ...",**

leia-se **"... Conceder ao Servidor Rubilan Nunes de Oliveira, Licença para Exercício de Mandato Eletivo, Portador da Cédula de Identidade RG nº 12061514 SJ/MT e CPF nº 18045291848, Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, à partir de 08/05/2010 a 31/12/2010,**

e onde se lê **"...GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE MAIO DE 2010...",**

leia-se **"...GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 08 DE MAIO DE 2010...".**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE JUNHO DE 2010

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES
Secretário de Administração

CTBS4510 SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Data: 23/06/2010
Hora: 10:40:13
Pag.: 001

B A L A N C E T E F I N A N C E I R O (MOD. ANEXO Nº 13) - EXERCICIO DE 2010

(Ate Maio /2010)

RECEITA				DESPESA			
TITULOS	R$	R$	R$	TITULOS	R$	R$	R$
*** ORCAMENTARIA ***				*** ORCAMENTARIA ***			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES -->				LEGISLATIVA	172.491,62		
				TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA -->		172.491,62	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL ->							
				** INTERFERENCIAS FINANCEIRAS **			
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS ->				Egressos Realizados			
				TOTAL DE INTERF. FINANCEIRAS -->			
** INTERFERENCIAS FINANCEIRAS **							
Ingressos Realizados	172.226,55			*** EXTRA-ORCAMENTARIA ***			
TOTAL DE INTERF. FINANCEIRAS -->		172.226,55		Depositos - I.N.S.S.	5.287,20		
				Depositos - I.R.R.F.	379,71		
*** EXTRA-ORCAMENTARIA ***				Depositos - PREVINORTE	4.057,40		
DESPESA ORCAM.DO EXERCICIO A PAGAR	1.250,00			Depositos - I.S.S.Q.N.	694,58		
Depositos - I.N.S.S.	5.287,20			DESCONTO EMPRESTIMO FOLHA PAGTO	18.372,59		
Depositos - I.R.R.F.	379,71			TOTAL DA DESPESA EXTRA-ORCAM.-->		28.791,48	
Depositos - PREVINORTE	4.057,40						
Depositos - I.S.S.Q.N.	694,58			*** SALDO P/O EXERCICIO SEGUINTE ***			
DESCONTO EMPRESTIMO FOLHA PAGTO	18.372,59			CAIXA			
TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO---->		30.041,48		BANCOS - CONTAS MOVIMENTO	984,93		
				BANCOS - CONTAS VINCULADAS			
*** SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR ***				APLICACOES FINANCEIRAS			
CAIXA				TOTAL DISPONIVEL -->		984,93	
BANCOS - CONTAS MOVIMENTO							
BANCOS - CONTAS VINCULADAS							
APLICACOES FINANCEIRAS							
TOTAL DISPONIVEL -->							
TOTAL			202.268,03	TOTAL			202.268,03

RUBILAN NUNES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

ANIBAL FERREIRA DE OLIVEIRA
1 SECRETARIO

WILCEMARA SOARES DA SILVA
CRC-MT 009453/O-0

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 22/06/10

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 31 Dez 2009 (b)	Em 28Fev 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	722.806,35	722.806,35	625.828,50
DEDUÇÕES (II)	2.932.510,02	2.720.127,50	3.274.643,28
Ativo Disponivel	2.990.039,10	2.990.039,10	3.421.635,36
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	57.529,08	269.911,60	146.992,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.209.703,67	-1.997.321,15	-2.648.814,78
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-2.209.703,67**	**-1.997.321,15**	**-2.648.814,78**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Fev 2010 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-651.493,63	-439.111,11

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 31 Dez 2009 (b)	Em 28Fev 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	2.426.819,08	2.426.819,08	2.456.580,17
Ativo Disponivel	2.426.819,08	2.426.819,08	2.456.580,17
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO. LRF-Cidadão - 9.10 - 22/06/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Fev 2010	Jan a Fev 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.112.878,40	1.090.046,32	1.090.046,32	1.233.775,14
Receita Tributária	161.404,84	34.440,09	34.440,09	17.411,56
IPTU	16.045,80	58,14	58,14	87,49
ISS	41.971,60	21.759,31	21.759,31	11.272,05
ITBI	39.248,32	405,72	405,72	1.881,91
IRRF	46.274,80	3.369,39	3.369,39	3.174,00
Taxas	17.864,32	8.847,53	8.847,53	996,11
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	571.472,00	18.416,28	18.416,28	95.801,02
Receita Previdenciária	464.500,00	0,00	0,00	64.622,86
Outras Contribuições	106.972,00	18.416,28	18.416,28	31.178,16
Receita Patrimonial Líquida	220.000,00	0,00	0,00	20.178,94
Receita Patrimonial	236.045,80	3.511,79	3.511,79	22.161,03
(-) Aplicações Financeiras	16.045,80	3.511,79	3.511,79	1.982,09
Transferências Correntes	7.371.893,89	995.877,67	995.877,67	1.061.613,62
FPM	3.231.064,00	506.468,10	506.468,10	494.295,37
ICMS	1.376.000,00	205.379,52	205.379,52	189.609,21
Outras Transferências Correntes	2.764.829,89	284.030,05	284.030,05	377.709,04
Demais Receitas Correntes	788.107,67	41.312,28	41.312,28	38.770,00
Dívida Ativa	88.130,96	672,46	672,46	726,20
Receitas Correntes Diversas	699.976,71	40.639,82	40.639,82	38.043,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.493.071,20	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.493.071,20	0,00	0,00	0,00
Convênios	2.493.071,20	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.493.071,20	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**11.605.949,60**	**1.090.046,32**	**1.090.046,32**	**1.233.775,14**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Fev 2010	Jan a Fev 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.024.189,84	966.150,35	966.150,35	729.287,78
Pessoal e Encargos Sociais	4.775.560,05	624.565,35	624.565,35	502.039,19
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.248.629,79	341.585,00	341.585,00	227.248,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.024.189,84	966.150,35	966.150,35	729.287,78
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.848.575,56	25.785,97	25.785,97	9.414,73
Investimentos	2.661.705,00	7.990,00	7.990,00	2.100,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	186.870,56	17.795,97	17.795,97	7.314,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	2.661.705,00	7.990,00	7.990,00	2.100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	4.100,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	422.630,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**12.112.624,84**	**974.140,35**	**974.140,35**	**731.387,78**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-506.675,24**	**115.905,97**	**115.905,97**	**502.387,36**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**0,00**	**-**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 22/06/10

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Fev 2010 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	5.753.103,60	5.904.173,32	917.654,78	917.654,78	15,54
Receitas de Impostos	117.590,40	118.660,12	22.911,09	22.911,09	19,31
Impostos	97.265,72	97.265,72	22.223,17	22.223,17	22,85
Dívida Ativa dos Impostos	19.254,96	19.254,96	456,62	456,62	2,37
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	1.069,72	2.139,44	231,30	231,30	10,81
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	5.635.513,20	5.785.513,20	894.743,69	894.743,69	15,47
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.081.064,00	3.231.064,00	506.468,10	506.468,10	15,67
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-4.278,88	-4.278,88	-473,18	-473,18	11,06
Cota-Parte ICMS	1.376.000,00	1.376.000,00	205.379,52	205.379,52	14,93
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	8.557,76	8.557,76	2.674,40	2.674,40	31,25
Cota-Parte IPVA	42.788,80	42.788,80	5.975,52	5.975,52	13,97
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	1.131.381,52	1.131.381,52	174.719,33	174.719,33	15,44
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	815.126,64	815.126,64	120.855,45	120.855,45	14,83
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	748.804,00	748.804,00	112.404,05	112.404,05	15,01
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	748.804,00	748.804,00	112.404,05	112.404,05	15,01
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	66.322,64	66.322,64	8.451,40	8.451,40	12,74
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**5.436.848,72**	**5.587.918,44**	**863.790,90**	**863.790,90**	**15,46**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Fev 2010 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.245.000,00	1.149.000,00	124.316,36	124.316,36	10,82
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	740.000,00	1.099.000,00	124.316,36	124.316,36	11,31
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	455.000,00	0,00	0,00	0,00	0
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	787.000,00	787.000,00	67.237,30	67.237,30	8,54
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	610.000,00	610.000,00	65.477,30	65.477,30	10,73
Outras Despesas no Ensino Básico	177.000,00	177.000,00	1.760,00	1.760,00	0,99
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**2.057.000,00**	**1.961.000,00**	**191.553,66**	**191.553,66**	**9,77**
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					62.315,28
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					-

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**253.868,94**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25%> DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ([XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	27,66
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	58,25

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2009	Jan a Fev 2010
	0.00	57.269,02

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 22/06/10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Fev 2010 (f)	% (f/e)
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	57.000,00	57.000,00	1.760,00	1.760,00	3,09
ENSINO FUNDAMENTAL	1.875.000,00	1.854.000,00	189.793,66	189.793,66	10,24
EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	**1.982.000,00**	**1.961.000,00**	**191.553,66**	**191.553,66**	**9,77**

FONTE:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2010

O Sr. Jamar da Silva Lima, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** toda a população brasilandense a participar da Audiência Pública que tratará de assuntos referente ao 1º (primeiro) Quadrimestre do ano de 2010, no dia 23/06/2010 quarta-feira ás 08:00 hs, nas dependências do Auditório Alan Kardec.

Certo em podermos contar com a presença de todos, desde já antecipamos votos de elevada e estima consideração.

Nova Brasilândia – MT. 22 de Junho de 2010.

JAMAR DA SILVA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **CONVITE Nº. 011//2010**
TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o Convite N° 011/2010, Objeto: Prestação de Serviços na limpeza urbana deste Município conforme a descriminação abaixo:

- Coleta Diárias de Entulhos
- Varrição Manual de Vias Públicas Diárias
- Limpeza urbana geral, especialmente Praças, Ruas e Avenidas
- Coleta do lixo urbano
- O Veículo que será utilizado para fazer os serviços acima relacionados é de responsabilidade do contratado, desde a manutenção, abastecimento e outros serviços relacionados ao Veículo, bem como pagamento e demais encargos referentes aos funcionários que prestaram serviços a empresa Contratada, cuja abertura ocorreu no dia 22 de junho de 2010, as 09: 00 sagrou – se vencedora a empresa; **LUCIANO SAAD ROCHA – ME,** com uma proposta no valor de R$: **59.400,00** (Cinqüenta e Nove Mil e Quatrocentos Reais).

Nova Brasilândia – Mt, 22 de junho de 2010.

Jean Carlos Pereira de Souza
Presidente da Comissão

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2010
PROCESSO 074/EPP/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, através da EPP (Equipe permanente de pregão) faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 051/2010**, que tem como objeto a ***"AQUISIÇÃO DE DISCOS PARA GRADE ARADORA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL"*****,** Data de abertura das Propostas: **08/07/2010** Horário: **09h:00min**; Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – MT, Sito a Av. São Paulo nº. 89, Centro, na cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante prévio recolhimento da importância **NÃO REEMBOLSÁVEL** no valor referente aos custos de R$ 100,00 (cem reais), através de guia emitida pelo Setor de Tributação que poderão ser recolhidos nas Agências do Banco do Brasil, Banco Sicredi, ou Casas Lotéricas.

Nova Canaã do Norte – MT, 23 de Junho de 2010

Evandro Dias Godoi
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

CONCURSO PUBLICO 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2010

O Sr. **OSCAR JOSÉ DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Publico 01/2010, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 931, no prazo de 10 (dez) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: 028 – NUTRICIONISTA

Clas.	NOME
1º	FRANCIELE DE LIMA MAESTÁ

Nova Maringá - MT, 23 de junho de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028/2010/GAPRE Nova Maringá, 18 de junho de 2010.

Súmula: "Dispõe sobre a Instituição da Comissão Permanente de Medição e Fiscalização de Obras."

Oscar José de Carvalho, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - **Instituir** a Comissão Permanente de Medição e Fiscalização de Obras executadas no Município de Nova Maringá, para o exercício de 2010, composta dos seguintes membros:

Presidente: Reginaldo da Silva
Membro: Jean Fabrício Cerconvic
Membro: ***Denerval Lacerda Trizotte***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Dr. Miguel Vieira Ferreira."
Nova Maringá-MT, 18 de Junho de 2010.

Oscar José de Carvalho
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

Portaria nº 027/2010/GAPRE Nova Maringá, 18 de junho de 2010.

Súmula: "Dispõe sobre a Instituição da Comissão Permanente de Recebimento de Obras.

Oscar José de Carvalho, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,conferidas pela Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir a **Comissão Permanente de Recebimento Provisório e, em tempo, o Definitivo, de Obras** executadas no Município de Nova Maringá, para o exercício de 2010, composta dos seguintes membros:

Presidente: **Reginaldo Barbosa da Silva**
Membro: Sebastião César Pinto
Membro: ***Pachoal Luiz Neto***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, "Dr. Miguel Vieira Ferreira".
Nova Maringá-MT, 18 de junho de 2010.

Oscar José de Carvalho
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

Portaria nº 026/2010/GAPRE
Nova Maringá, 18 de junho de 2010.

Súmula: "Dispõe sobre a instituição e nomeação da Comissão Permanente de Acompanhamento de Execução de Contratos".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir o **COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS** da Prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT, para a qual ficam nomeados os seguintes membros:

Presidente: Diego Liesch Dala Riva
Membro: Cleber Kochhann
Membro: Oscar Lobo dos Santos Júnior

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira".

Nova Maringá-MT, 18 de junho de 2010.

Oscar José de Carvalho
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra.

PORTARIA Nº 029/2010/GAPRE
Nova Maringá, 23 de Junho de 2010.

Súmula: "Nomeia Membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Obras e Viação para o Processo Seletivo Simplificado 004 /2010 e dá outras providências".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Designar membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Obras e Viação para o Processo Seletivo Simplificado nº.004/10, que será composta pelos seguintes nomes, acompanhados de seus respectivos cargos:

REGINALDO BARBOSA DA SILVA- PRESIDENTE

SEBASTIÃO CESAR PINTO — MEMBRO

SUELI DE MATOS CORRÊA DA LUZ – MEMBRO

ADÃO MACEDO DOS SANTOS - SUPLENTE

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira"

Nova Maringá-MT, 23 de Junho de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

PORTARIA Nº 030/2010/GAPRE
Nova Maringá, 23 de Junho de 2010.

Súmula: "Nomeia Membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para o Processo Seletivo Simplificado 004 /2010 e dá outras providências".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Designar membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para o Processo Seletivo Simplificado nº.004/10, que será composta pelos seguintes nomes, acompanhados de seus respectivos cargos:

MARIA RAIMUNDA ARAUJO DA SILVA- PRESIDENTE

ED CARLOS RODRIGUES JULIO — MEMBRO

SILMARA APARECIDA CORREIA – MEMBRO

SANDRA STEFANES - SUPLENTE

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira"

Nova Maringá-MT, 23 de Junho de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

PORTARIA Nº 031/2010/GAPRE
Nova Maringá, 23 de Junho de 2010.

Súmula: "Nomeia Membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para o Processo Seletivo Simplificado 004 /2010 e dá outras providências".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Designar membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para o Processo Seletivo Simplificado nº.004/10, que será composta pelos seguintes nomes, acompanhados de seus respectivos cargos:

LEOSANDRA APARECIDA PAZ DALLA COSTA- PRESIDENTE

REGINALDO FELÍCIO DE OLIVEIRA- MEMBRO

BERNARDETE DE LOURDES DO LIVRAMENTO DE OLIVEIRA – MEMBRO

MILTON ESPÍNDOLA ANGELO - SUPLENTE

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira"
Nova Maringá-MT, 23 de Junho de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

Lei N.º 444/2010

SÚMULA: Altera o número de vagas do cargo de Técnico de Enfermagem do quadro do Grupo Funcional dos cargos da Área Estratégica - AEST, anexo III e do Quadro Funcional dos cargos de SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO – SNM, anexo V da Lei 334, de 17 de dezembro de 2007 e dá outras providências.

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica respectivamente alterado no Quadro do Grupo Funcional dos cargos da ÁREA ESTRATÉGICA – AEST – cargos de provimento em comissão, ANEXO III e no Quadro do Grupo Funcional dos cargos de SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO – SNM, ANEXO V, da Lei 334 de 17 de dezembro de 2007, para 06 (seis) o número de vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem e para 08 (oito) o número de vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 07 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

ANEXO – III

Quadro do Grupo Funcional dos cargos da
ÁREA ESTRATÉGICA - AEST
- cargos de provimento em comissão –

Símbolo	Base de Comissionamento		Cargo 40 Horas Semanais	Vagas
	Pessoal de Carreira	Pessoal Externo		
AEST-14	VB	6.200,00	Médico do Programa de Saúde na Família	04
AEST-11	VB	2.100,00	Enfermeiro do Programa de Saúde Família	04
AEST-13	VB	3.000,00	Odontólogo do Programa de Saúde na Família	04
AEST-07	**VB**	**900,00**	**Técnico de Enfermagem**	**06**
AEST-06	VB	600,00	Agente Operacional de Serviços Diversos	02
AEST-05	VB	500,00	Auxiliar de Enfermagem	08
AEST-04	VB	450,00	Auxiliar de Consultório Odontológico	04
AEST-04	VB	450,00	Auxiliar Administrativo	04
AEST-02	VB	400,00	Zeladora	04
AEST-03	VB	412,00	Agente Comunitário de Saúde	30
SUBTOTAL – AEST				**72**

ANEXO – V

Quadro do Grupo Funcional dos cargos de
SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO – SNM

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Hs/ Sem.	Vagas
SNM	12	900,00	Técnico em Vigilância Sanitária	40	02
SNM	12	900,00	Técnico Laboratório e Análises Clínicas	40	03
SNM	12	900,00	Técnico em Higiene Dental – THD	40	02
SNM	**12**	**900,00**	**Técnico em Enfermagem**	**40**	**08**
SNM	12	900,00	Técnico em Radiologia	40	02
SNM	12	900,00	Técnico Agrícola	40	02
SNM	12	900,00	Técnico em Controle Administrativo	40	03
SNM	11	800,00	Padeiro confeiteiro	40	01
SNM	11	800,00	Conselheiro Tutelar	40	05
SNM	07	600,00	Assistente de Controle Administrativo	40	25
SNM	07	600,00	Fiscal de Tributos	40	03
SNM	07	600,00	Fiscal de Obras e Posturas	40	02
SNM	07	600,00	Fiscal de Vigilância Sanitária	40	03
SUBTOTAL – SNM					**61**

Lei Nº 445/2010.
Data: 07 de Junho de 2010

SÚMULA: "Define obrigação de pequeno valor atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e dá outras providências".

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam definidas como obrigações de pequeno valor as fixadas nesta lei para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao maior benefício do regime geral de previdência social.

§ 2º Os valores serão corrigidos a cada ano em data e proporcionalidade ao maior benefício do regime geral de previdência social.

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 4° É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 2º. Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 3º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 5º. Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 07 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI Nº. 452/2010

Súmula: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), destinado a Secretaria Municipal abaixo descrita:

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2010, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

Função: 26 – Transporte.
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário.
Programa: 0020 – Estradas Municipais.
Projeto: 1.031 – Abertura, Reabertura e Conservação de Estradas.
Natureza da Despesa:
4490.51.00.00 – Obras e Instalações. R$ 800.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 800.000,00

Artigo 3º - O presente crédito adicional ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº. 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º - Os recursos utilizados para atender o presente credito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários dos repasses do Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de N° 724951/2009, no valor de R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais).

Artigo 5º - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais).

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº. 412/2009 - LDO 2010 e Lei Municipal nº. 406/2009 - PPA 2010/2013, as alterações descritas nos artigos anteriores desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, 15 de Junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI Nº. 451/2010

Súmula: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a Secretaria Municipal abaixo descrita:

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2010, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.
Função: 26 – Transporte.
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário.
Programa: 0018 – Execução e ou Manutenção de Obras em Vias Publicas.
Projeto: 1.034 – Construção , Recuperação e Reforma de Pontes Bueiros.
Natureza da Despesa:
4490.51.00.00 – Obras e Instalações. R$ 300.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 300.000,00

Artigo 3º - O presente crédito adicional ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº. 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º - Os recursos utilizados para atender o presente crédito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários dos repasses do Convênio com a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura SINFRA, de N° 0026/2010, no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais).

Artigo 5º - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais).

Artigo 6º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº. 412/2009 - LDO 2010 e Lei Municipal nº. 406/2009 - PPA 2010/2013, as alterações descritas nos artigos anteriores desta lei.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, 15 de Junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº.01/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 26/2010** no dia **07/07/2010** às **09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Antônio Joaquim de Azevedo, s/nº., Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE. Este pregão será regido pelo

Decreto Municipal nº. 059/2009 de 14 de fevereiro de 2009, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br , no campo **PUBLICAÇÕES E EDITAIS - 2010**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-1100.

Nova Monte Verde-MT, 23 de junho de 2010.

Karla Beatriz Bernatzky
Pregoeira Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Convite nº. 005/2010.
OBJETO: contratação de pessoa física para serviços de analise e controle da qualidade da água, nos termos da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

REALIZAÇÃO: 01/07/2010.
HORAS: 10h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT, no horário das 07h00min às 13h00min com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Nova Nazaré - MT, 23 de junho de 2010.

Enoque de Sousa Lima
Presidente da Comissão de Licitação.

EDITAL Nº. 003 /2010

1ºAUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA AO 1° QUADRIMESTRE DE 2010.

A Prefeita Municipal de Nova Nazaré - MT, Srª. Railda de Fátima Alves**,** visando aplicar o disposto no artigo 9 inciso 4° da lei Complementar n° 101/ 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz: "**Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais**", vêm, convidar a todos os membros da sociedade organizada ou quem este interessar, que no dia **30 de junho de 2010,** com inicio às **9:00 horas** nas dependências da Câmara Municipal de Nova Nazaré –MT.

Nova Nazaré – MT, 18 de junho de 2010.

Railda de Fátima Alves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

DECRETO 22/2010
Data 19 de Maio de 2010.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Dorival Lorca, Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal **391/2010,** em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2010 no Valor de R$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais) nas Seguintes Dotações Orçamentárias:

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.01.26.782.0019.1022.3.3.9.0.30.00.00. Material de Consumo	38.236,85
11.01.26.782.0019.1022.3.3.9.0.39.00.00. Outros Serviços de Terceiros – PJ.	11.763,15
TOTAL GERAL	50.000,00

Artigo 2º - O presente crédito adicional ampara-se nos artigos 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 3º - Os recursos utilizados para atender o presente credito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários da celebração do convenio com a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura SINFRA de N° 039/2010, no valor de R$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais).

Artigo 4º - Este Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena – MT. em 19 de Maio de 2010.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

DECRETO 21/2010
Data 19 de Maio de 2010.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Dorival Lorca, Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal **390/2010,** em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Credito Adicional Especial na Estrutura do Orçamento Programa do Exercício de 2010 no Valor de R$ 296.095,69 (duzentos e noventa e seis mil, noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos) na Seguinte Dotação Orçamentária:

Artigo 2º - O Crédito de que trata o artigo anterior será consignado na dotação orçamentária com a codificação abaixo descrita:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer		
Unidade: 004 – Cultura, Desporto e Lazer		
Função: 13 – Cultura		
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural		
Programa: 0020 – Promoção e Difusão Cultural		
Projeto: 1.025– Construção, Ampliação e Estruturação de Centro de Múltiplo Uso		
4490.51.00.00 – Obras e Instalações	R$	296.095,69
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**296.095,69**

Artigo 3º - O presente crédito adicional ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º - Os recursos utilizados para atender o presente credito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários da celebração do convenio com a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura SINFRA de N° 040/2010, no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinqüenta Mil Reais), e o valor da contrapartida de R$ 46.095,69 (Quarenta e seis mil noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos), serão originados através de anulação de dotações dentro do atual orçamento as quais serão informadas no competente decreto de suplementação que proceder a abertura do presente credito adicional.

Artigo 5º - Este Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena – MT. em 19 de Maio de 2010.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2010

GABARITO OFICAL PRELIMINAR REFERENTE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2010

CARGO/FUNÇÃO: PSICÓLOGO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	D	C	C	A	D	B	D	C	D	D	A	D	A	C	D	D	A	D

DILMA APARECIDA GONÇALVES VOINAROSKI
Presidente da Comissão do Concurso 001/2010

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA- MT

RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE EDITAL 001/2010:

PRIMEIRA LISTA CLASSIFICAÇÃO GERAL

CARGO/FUNÇÃO: ATENDENTE

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	365	Ana Lucia Inocencio de Oliveira	25,0	25,0	22,5	12,5	85,0	85,0	APROV
2°	060	Adeliria de Souza Monteiro	25,0	25,0	17,5	12,5	80,0	80,0	APROV
3°	031	Valdelice Pereira Barros	25,0	20,0	17,5	15,0	77,5	77,5	APROV
4°	032	Bruna Graciella de Oliveira Nunes	25,0	25,0	17,5	10,0	77,5	77,5	APROV
5°	133	Lucinete da Silva Farias	22,5	25,0	25,0	5,0	77,5	77,5	APROV
6°	382	Marta de Jesus Gonçalves da Silva	25,0	25,0	22,5	5,0	77,5	77,5	APROV
7°	318	Elisvânia Fernandes Galdino	20,0	25,0	25,0	5,0	75,0	75,0	APROV
8°	128	Marcilene Leite de Queiroz	25,0	22,5	22,5	5,0	75,0	75,0	APROV
9°	292	Kimberly Daianne Borges dos S. Toledo	25,0	25,0	15,0	10,0	75,0	75,0	APROV
10°	127	Adelina Bueno Assis	20,0	20,0	22,5	10,0	72,5	72,5	APROV
11°	387	Maria Deusdete Rodrigues Batista	22,5	20,0	22,5	7,5	72,5	72,5	APROV
12°	201	Dezenilta Lopes da Silva	25,0	22,5	17,5	7,5	72,5	72,5	APROV
13°	011	Marta Rezende Gomes	22,5	22,5	20,0	7,5	72,5	72,5	APROV
14°	252	Juliana Vieira Rodrigues	25,0	22,5	17,5	7,5	72,5	72,5	APROV
15°	038	Cledina Silva de Lacerda Bairros	22,5	25,0	20,0	5,0	72,5	72,5	APROV
16°	021	Vera Lucia Alves Teixeira	25,0	17,5	25,0	5,0	72,5	72,5	APROV
17°	037	Silvani Francisco da Silva Maia	22,5	25,0	20,0	5,0	72,5	72,5	APROV
18th	100	Laura Cavalcante dos Santos	25,0	22,5	20,0	5,0	72,5	72,5	APROV
19°	466	Rosiclei Pio Guimarães	25,0	20,0	17,5	7,5	70,0	70,0	APROV
20°	373	Etelvina Pinto Ribeiro	25,0	20,0	20,0	5,0	70,0	70,0	APROV
21°	419	Helia Maria Araujo Nascimento	25,0	22,5	17,5	5,0	70,0	70,0	APROV
22°	232	Waldivan Ribeiro dos Santos	25,0	20,0	20,0	5,0	70,0	70,0	APROV
23°	509	Cássia Paz Lira	22,5	22,5	20,0	5,0	70,0	70,0	APROV
24°	231	Sirlene Cordeiro Bueno	22,5	20,0	22,5	5,0	70,0	70,0	APROV
25°	350	Elizangela Paula da Silva	25,0	17,5	22,5	5,0	70,0	70,0	APROV
26°	239	Euzete Caetano de Araujo	22,5	20,0	17,5	7,5	67,5	67,5	APROV
27°	420	Tania Aparecida Ferreira Basto Oliveira	22,5	22,5	15,0	7,5	67,5	67,5	APROV
28°	366	Joseneia Naves de Souza Lopes	22,5	17,5	20,0	7,5	67,5	67,5	APROV
29°	055	Damyane Macari	22,5	25,0	12,5	7,5	67,5	67,5	APROV
30°	149	Cristiane Von Rondow	25,0	25,0	10,0	7,5	67,5	67,5	APROV
31°	464	Nathalia Sousa Barbosa	25,0	22,5	12,5	7,5	67,5	67,5	APROV
32°	335	Raimundo Costa Xavier	17,5	25,0	20,0	5,0	67,5	67,5	APROV
33°	198	Leonir Salete Marca	22,5	25,0	15,0	5,0	67,5	67,5	APROV
34°	245	Edna Souza da Silva	25,0	22,5	15,0	5,0	67,5	67,5	APROV
35°	006	Maria das Graças de Moraes	25,0	20,0	17,5	5,0	67,5	67,5	APROV
36°	130	Rita Maria Gonçalves	20,0	22,5	20,0	5,0	67,5	67,5	APROV
37°	199	Rosangela França Costa	22,5	22,5	17,5	5,0	67,5	67,5	APROV
38°	200	Sonia França Costa	22,5	22,5	17,5	5,0	67,5	67,5	APROV
39°	377	Fabiana Aparecida Santos de Araujo	22,5	25,0	15,0	5,0	67,5	67,5	APROV
40°	353	Lucia Martins Porto	22,5	25,0	17,5	2,5	67,5	67,5	APROV
41°	007	Marina Henrique Oliveira da Silva	17,5	17,5	17,5	12,5	65,0	65,0	APROV
42°	129	Simone da Silva Pena	22,5	20,0	12,5	10,0	65,0	65,0	APROV
43°	311	Joyce Delatore Candido	22,5	20,0	12,5	10,0	65,0	65,0	APROV
44°	417	Rosilene Barreira Americo	20,0	17,5	20,0	7,5	65,0	65,0	APROV
45°	102	Ana Klébia Pereira da Silva Borges	22,5	15,0	20,0	7,5	65,0	65,0	APROV
46°	009	Adriana da Silva Freitas	20,0	22,5	15,0	7,5	65,0	65,0	APROV
47°	148	Luana Mirella Scapini	22,5	22,5	12,5	7,5	65,0	65,0	APROV
48°	028	Ina da Costa e Silva	20,0	20,0	20,0	5,0	65,0	65,0	APROV
49°	300	Marizete Araujo da Silva	22,5	22,5	15,0	5,0	65,0	65,0	APROV
50°	221	Elzina Bezerra de Castro	20,0	22,5	17,5	5,0	65,0	65,0	APROV
51°	289	Joelma da Mota Ribeiro	25,0	17,5	17,5	5,0	65,0	65,0	APROV
52°	405	Roice Meire Silva da Costa	22,5	15,00	22,5	5,0	65,0	65,0	APROV
53°	046	Fátima Barbosa de Jesus	20,0	22,5	20,0	2,5	65,0	65,0	APROV
54°	145	Maisa Pereira Costa Sokoloski	20,0	17,5	12,5	12,5	62,5	62,5	APROV
55°	059	Marinez Mendes de Abreu	22,5	12,5	17,5	10,0	62,5	62,5	APROV
56°	261	Lucineide Pires de Oliveira Freitas	25,0	17,5	10,0	10,0	62,5	62,5	APROV
57°	139	Lazara de Fatima Corandim Sousa	20,0	15,0	20,0	7,5	62,5	62,5	APROV
58°	315	Clarice Pereira Costa	17,5	20,0	17,5	7,5	62,5	62,5	APROV
59°	050	Valdivina Clara da Silva	17,5	17,5	20,0	7,5	62,5	62,5	APROV
60°	205	Deuzenira Aparecida Sousa Martins	22,5	20,0	12,5	7,5	62,5	62,5	APROV
61°	296	Daiany Laurinda da Silva	17,5	22,5	15,0	7,5	62,5	62,5	APROV
62°	490	Marli Rodrigues Bastos	20,0	22,5	12,5	7,5	62,5	62,5	APROV
63°	051	Claudia Rosa Aires Portugal	20,0	22,5	15,0	5,0	62,5	62,5	APROV
64°	036	Elismarcia Ferreira Maia	20,0	25,0	12,5	5,0	62,5	62,5	APROV
65°	496	Ldinalva da Silva Castro	22,5	20,0	15,0	5,0	62,5	62,5	APROV
66°	442	Antonio Sérgio da Silva	20,0	22,5	17,5	2,5	62,5	62,5	APROV
67°	224	Rosalina Beserra de Castro	22,5	25,0	12,5	2,5	62,5	62,5	APROV
68°	010	Ceci Maria Neves Messias	20,0	15,0	15,0	10,0	60,0	60,0	APROV
69°	291	Leidiane Marques dos Santos	15,0	17,5	17,5	10,0	60,0	60,0	APROV
70°	217	Elizabete Arden Mendes da Silva	20,0	17,5	15,0	7,5	60,0	60,0	APROV
71°	461	Creunice Teixeira Lima	22,5	17,5	12,5	7,5	60,0	60,0	APROV
72°	412	Ana Carolina de Oliveira	22,5	17,5	12,5	7,5	60,0	60,0	APROV
73°	209	Andreia Rodrigues da Silva	22,5	15,0	20,0	2,5	60,0	60,0	APROV
74°	433	Georges Pereira dos Santos	22,5	22,5	12,5	2,5	60,0	60,0	APROV
75°	003	Rosa Ferreira da Silva Martins	12,5	10,0	17,5	17,5	57,5	57,5	APROV
76°	443	Deuzenir Rodrigues da Silva	15,0	17,5	15,0	10,0	57,5	57,5	APROV
77°	453	Cleide Gonçalves Pimentel Martins	17,5	20,0	10,0	10,0	57,5	57,5	APROV

78°	212	Maria Aquino de Lavôr	17,5	15,0	17,5	7,5	57,5	57,5	APROV
79°	441	Sueli Aparecida Anastacio	22,5	17,5	12,5	5,0	57,5	57,5	APROV
80°	208	Marcia Martins Porto Ferreira	22,5	12,5	17,5	5,0	57,5	57,5	APROV
81°	174	Maria de Fátima Vieira de Souza	20,0	17,5	15,0	5,0	57,5	57,5	APROV
82°	243	Jessica Maia Araujo da Silva	17,5	20,0	15,0	5,0	57,5	57,5	APROV
83°	262	Maria Elena Vieira Ribeiro Silva	17,5	10,0	15,0	12,5	55,0	55,0	APROV
84°	463	Márcia Regina de Melo	15,0	20,0	12,5	7,5	55,0	55,0	APROV
85°	326	Maria dos Anjos Barbosa da Silva	17,5	17,5	15,0	5,0	55,0	55,0	APROV
86°	195	Ozelina Afonso de Souza	22,5	12,5	15,0	5,0	55,0	55,0	APROV
87°	120	Juliana Correia da Silva	10,0	17,5	20,0	5,0	52,5	52,5	APROV
88°	334	Sirlei Bezerra de Castro	20,0	17,5	10,0	5,0	52,5	52,5	APROV
89°	181	Carmem Célia da Silva Costa	20,0	15,0	15,0	2,5	52,5	52,5	APROV
90°	281	Cleide Pereira da Silva	12,5	17,5	12,5	7,5	50,0	50,0	APROV
91°	388	João Mendes de Abreu	10,0	20,0	15,0	5,0	50,0	50,0	APROV
92°	308	Marta Clara da Silva	20,0	12,5	15,0	2,5	50,0	50,0	APROV
93°	317	Graciene de Jesus Magalhães	12,5	7,5	17,5	10,0	47,5	47,5	REPROV
94°	423	Luzia Oliveira de Araujo	15,0	10,0	12,5	10,0	47,5	47,5	REPROV
95°	395	Silvone Rodrigues dos Santos	12,5	12,5	15,0	7,5	47,5	47,5	REPROV
96°	246	Elivina França da Sila	22,5	10,0	12,5	2,5	47,5	47,5	REPROV
97°	210	Katiele Mendanha da Silva	20,0	15,0	10,0	2,5	47,5	47,5	REPROV
98°	414	Andreia Maria Carpanini	15,0	7,5	15,0	5,0	42,5	42,5	REPROV
99°	332	Cristiane de Paula Barbosa	17,5	12,5	7,5	2,5	40,0	40,0	REPROV
100°	429	Abadia Pereira Campos	5,0	7,5	12,5	10,0	35,0	35,0	REPROV
101°	454	Cleidiane Rezende do Nascimento	12,5	7,5	15,0	0,0	35,0	35,0	REPROV
102°	112	Selma Maria Caetano Pimentel	7,5	10,0	12,5	2,5	32,5	32,5	REPROV
103°	083	Chislaine Taise Sousa Chaves	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
104°	363	Elaine Amelia Pereira	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
105°	475	Narcizo Rodrigues Batista	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
106°	369	Nayara Xavier Batista	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
107°	293	Sueide Gonçalves da Silva	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. PROVA PRÁTICA	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	063	Adilson Erpen	25,0	25,0	20,0	20,0	90,0	7,0	97,0	APROV
2°	076	Aluizio Barros	25,0	25,0	22,5	17,5	90,0	7,0	97,0	APROV
3°	057	Alberto Barros	25,0	25,0	20,0	17,5	87,5	7,0	94,5	APROV
4°	372	Daniel Fernandes Boechat	22,5	22,5	20,0	20,0	85,0	5,0	90,0	APROV
5°	183	Wilson Pedrosa Mendanha	22,5	20,0	17,5	17,5	77,5	5,0	82,5	APROV
6°	248	Marcelo Soares de Oliveira	20,0	20,0	12,5	15,0	67,5	4,0	71,5	REPROV
7°	316	Durval Assunção de Souza	25,0	25,0	22,5	15,0	87,5	4,0	91,5	REPROV
8°	088	Wênio Marcio Nogueira da Silva	25,0	25,0	15,0	12,5	77,5	4,0	81,5	REPROV
9°	254	Teldison Pereira Ramos	22,5	20,0	20,0	12,5	75,0	4,0	79,0	REPROV
10°	342	Josue Campos da Silva	17,5	20,0	17,5	10,0	65,0	2,0	67,0	REPROV
11°	110	Cleyton Fernando da Silva Souza	12,5	20,0	20,0	10,0	62,5	2,0	64,5	REPROV
12°	321	Sebastião Tavares Pimentel	22,5	22,5	22,5	15,0	82,5	0,0	41,25	REPROV
13°	165	Reginaldo Mendes Dias	17,5	20,0	22,5	20,0	80,0	0,0	40,0	REPROV
14°	052	Enrico Souza de Godoi	*	*	*	*	*	AUSENTE	*	AUSENTE
15°	499	Felipe Dezzotti de Godoy	*	*	*	*	*	AUSENTE	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	213	Roberzan M. Pereira Tusset	17,5	17,5	17,5	17,5	70,0	70,0	APROV
2°	228	Tatiana Alves Moura Santos	17,5	17,5	17,5	17,5	70,0	70,0	APROV
3°	119	Arlene Barbosa Ferreira	17,5	17,5	22,5	12,5	70,0	70,0	APROV
4°	019	Michael Charles da Silva Martins	17,5	15,0	20,0	12,5	65,0	65,0	APROV
5°	156	Suéide Pereira de Aragão	12,5	17,5	22,5	10,0	62,5	62,5	APROV
6°	159	Adriana Maria Luiza Barbosa	10,0	15,0	22,5	12,5	60,0	60,0	APROV
7°	436	Juscelino da Rocha Reis	15,0	15,0	20,0	10,0	60,0	60,0	APROV
8°	356	Sanzia Silvestre Marques Balestrin	10,0	15,0	15,0	17,5	57,5	57,5	APROV
9°	152	Kátia Regina Batista	12,5	17,5	12,5	15,0	57,5	57,5	APROV
10°	449	Marcilia Martins Mendonça	15,0	12,5	12,5	15,0	55,0	55,0	APROV
11°	241	Suzete Madair Rosa Miranda	20,0	12,5	15,0	7,5	55,0	55,0	APROV
12°	236	Juliana Zigrossi Garcia	12,5	10,0	15,0	15,0	52,5	52,5	APROV
13°	346	Kattlen Oliveira Fernandes	12,5	15,0	10,0	15,0	52,5	52,5	APROV
14°	508	Rejane Mendes Dias Barroso	12,5	12,5	15,0	12,5	52,5	52,5	APROV
15°	327	Daniele Cristine Ferraz Souza	15,0	12,5	10,0	12,5	50,0	50,0	APROV
16°	114	Nelson Barbosa de Morais	7,5	15,0	17,5	10,0	50,0	50,0	APROV
17°	027	Franciele Noetzold	12,5	12,5	15,0	10,0	50,0	50,0	APROV
18°	398	Paulo Henrique Oliveira Barbosa	7,5	17,5	15,0	10,0	50,0	50,0	APROV
19°	180	Kissylla de Oliveira Almeida	12,5	10,0	10,0	15,0	47,5	47,5	REPROV
20°	192	Elida Cristina Gomes	10,0	10,0	15,0	12,5	47,5	47,5	REPROV
21°	160	Flaviane França da Silva	12,5	7,5	17,5	10,0	47,5	47,5	REPROV
22°	075	Carla Beatriz P. C. Duques	15,0	15,0	10,0	7,5	47,5	47,5	REPROV
23°	282	Ana Paula Alves da Silva	10,0	5,0	15,0	15,0	45,0	45,0	REPROV
24°	473	Lucelena Pedrosa M. Ferreira	10,0	10,0	15,0	10,0	45,0	45,0	REPROV
25°	154	Rosimeire M. da Cruz Mendanha	10,0	12,5	12,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
26°	223	Suelem Pacheco Corassini	7,5	5,0	10,0	20,0	42,5	42,5	REPROV
27°	360	Danieli Fernanda de Araujo	12,5	2,5	15,0	12,5	42,5	42,5	REPROV
28°	087	Midian Ferreira Pimentel	7,5	7,5	15,0	12,5	42,5	42,5	REPROV
29°	333	Paula Beatriz Pimentel Lima	5,0	12,5	15,0	10,0	42,5	42,5	REPROV
30°	500	Bruna Rocha Sousa	5,0	5,0	12,5	17,5	40,0	40,0	REPROV
31°	277	Neide Martins de Freitas	5,0	7,5	15,0	12,5	40,0	40,0	REPROV
32°	330	Dayane Caroline Ferraz Souza	20,0	7,5	5,0	7,5	40,0	40,0	REPROV

33°	146	Glaziany Souza Pinheiro	10,0	12,5	10,0	7,5	40,0	40,0	REPROV
34°	138	Patricia Alves do Carmo	12,5	10,0	10,0	7,5	40,0	40,0	REPROV
35°	510	Patrícia Ferreira da Silva	12,5	7,5	12,5	7,5	40,0	40,0	REPROV
36°	179	Cleber Alves Correia	5,0	10,0	10,0	12,5	37,5	37,5	REPROV
37°	492	Elisma Pereira de Melo	2,5	7,5	15,0	12,5	37,5	37,5	REPROV
38°	344	Adriana Rosa Franz	7,5	12,5	7,5	10,0	37,5	37,5	REPROV
39°	410	Dayanna Vieira Lima	7,5	5,0	10,0	12,5	35,0	35,0	REPROV
40°	271	Alessandra Alves de Oliveira	7,5	7,5	10,0	10,0	35,0	35,0	REPROV
41°	432	Maria Aparecida Fernandes	5,0	15,0	7,5	7,5	35,0	35,0	REPROV
42°	118	Alexandra Ferreira de Jesus	7,5	7,5	10,0	7,5	32,5	32,5	REPROV
43°	450	Ângela Maria Aguiar Belém Brito	2,5	10,0	7,5	10,0	30,0	30,0	REPROV
44°	343	Edinalva Firmina Farias	7,5	7,5	5,0	10,0	30,0	30,0	REPROV
45°	503	Thiago Araujo Silva	12,5	7,5	5,0	5,0	30,0	30,0	REPROV
46°	178	Cligean Alves Ferreira	5,0	10,0	5,0	5,0	25,0	25,0	REPROV
47°	014	Rosilene Pereira de Moura	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. PROVA PRÁTICA	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	240	Ana Caroline Mocelin	15,0	15,0	15,0	17,5	62,5	10,0	72,5	APROV
2°	131	Valéria Magna Gonzaga Ferreira	20,0	10,0	22,5	7,5	60,0	7,5	67,5	APROV
3°	249	Daniella Sehnem	10,0	12,5	17,5	17,5	57,5	7,3	64,8	APROV
4°	211	Arinos Oliveira Serpa	10,0	20,0	17,5	10,0	57,5	7,0	64,5	APROV
5°	371	Sheila Pereira Costa	10,0	17,5	22,5	10,0	57,5	7,0	64,5	APROV
6°	124	Vanessa Karine Balestrin	7,5	17,5	12,5	17,5	55,0	7,4	62,4	APROV
7°	497	Eliane Silveira Dias	10,0	17,5	17,5	5,0	50,0	7,3	57,3	APROV
8°	172	Maria Cecilia Lo Monaco	17,5	20,0	20,0	12,5	70,0	0,0	70,0	REPROV
9°	427	Lucilene G. de Souza Cruz	10,0	15,0	17,5	12,5	65,0	0,0	65,0	REPROV
10°	478	Elivania Ferreira Jaime Oliveira	15,0	15,0	15,0	17,5	62,5	0,0	62,5	REPROV
11°	108	Cirineu Alves Pereira	10,0	10,0	15,0	12,5	57,5	0,0	57,5	REPROV
12°	348	Maria Josilene Ferreira dos Santos	12,5	15,0	17,5	12,5	57,5	0,0	57,5	REPROV
13°	251	Izabella Cristina M. Ferreira	5,0	15,0	15,0	12,5	47,5	7,9	55,4	REPROV
14°	485	Clara Lucia Ferreira Miranda	10,0	17,5	12,5	12,5	52,5	0,0	52,5	REPROV
15°	424	Keila Aparecida Rosa de Araujo	7,5	17,5	12,5	15,0	52,5	0,0	52,5	REPROV
16°	416	Marcos Pereira de Jesus	7,5	17,5	12,5	15,0	52,5	0,0	52,5	REPROV
17°	397	João da Silva Neto	7,5	12,5	12,5	12,5	45,0	6,9	51,9	REPROV
18°	105	Adriana Cristina Ferreira de Jesus	12,5	12,5	12,5	12,5	50,0	0,0	50,0	REPROV
19°	468	Ana Carolina Maia Barbosa	5,0	10,0	12,5	12,5	40,0	7,8	47,8	REPROV
20°	493	Camila Alves da Cruz Franco	5,0	15,0	10,0	10,0	40,0	7,7	47,7	REPROV
21°	283	Fernanda Pereira de M. Nunes	7,5	12,5	15,0	12,5	47,5	0,0	47,5	REPROV
22°	175	Vanderléia Prass Guntzel	10,0	12,5	15,0	10,0	47,5	0,0	47,5	REPROV

23°	482	Maria Cristina Nascimento	7,5	12,5	12,5	7,5	40,0	7,4	47,4	REPROV
24°	367	Rotiani Almeida	5,0	12,5	10,0	12,5	40,0	6,9	46,9	REPROV
25°	470	Carlito Assis de Andrade Neto	10,0	12,5	12,5	10,0	45,0	0,0	45,0	REPROV
26°	026	Cristina Antonio Sokolowski	7,5	7,5	15,0	15,0	45,0	0,0	45,0	REPROV
27°	194	Edirene Alves de Lima	10,0	10,0	15,0	10,0	45,0	0,0	45,0	REPROV
28°	402	Elizabete Sousa da Conceição	7,5	12,5	15,0	10,0	45,0	0,0	45,0	REPROV
29°	196	Evandra Pereira Borges	10,0	12,5	15,0	7,5	45,0	0,0	45,0	REPROV
30°	324	Leidiane Alves de Almeida	5,0	12,5	17,5	10,0	45,0	0,0	45,0	REPROV
31°	297	Thamara Thayanna R. Martins	10,0	10,0	5,0	12,5	37,5	7,3	44,8	REPROV
32°	379	Angela Patricia Lopes de Souza	10,0	15,0	10,0	7,5	42,5	0,0	42,5	REPROV
33°	197	Denise Forsthofer	5,0	12,5	15,0	10,0	42,5	0,0	42,5	REPROV
34°	140	Eder Tiago Jacinto de Moraes	5,0	15,0	17,5	7,5	42,5	0,0	42,5	REPROV
35°	455	Jobe Junior Klein Falcão	7,5	12,5	12,5	10,0	42,5	0,0	42,5	REPROV
36°	444	Wellika Cristina Silva Gomes	10,0	12,5	15,0	5,0	42,5	0,0	42,5	REPROV
37°	359	Paulo Vinicius Tavares Feitosa	5,0	10,0	10,0	10,0	35,0	7,1	42,1	REPROV
38°	459	Clesio Fernandes dos Santos	10,0	10,0	10,0	10,0	40,0	0,0	40,0	REPROV
39°	446	Dario Teodoro dos Santos	0,0	10,0	17,5	12,5	40,0	0,0	40,0	REPROV
40°	162	Keline França Costa	5,0	15,0	12,5	7,5	40,0	0,0	40,0	REPROV
41°	506	Maurileth Moraes de Alencar	7,5	15,0	7,5	10,0	40,0	0,0	40,0	REPROV
42°	391	Paula Andreia Vicentini	2,5	10,0	15,0	12,5	40,0	0,0	40,0	REPROV
43°	122	Lucimar Rezende de Oliveira	10,0	10,0	7,5	10,0	37,5	0,0	37,5	REPROV
44°	415	Maria Carmem L. Leite S. Barros	2,5	12,5	15,0	7,5	37,5	0,0	37,5	REPROV
45°	502	Zilda Carlos de Souza	7,5	12,5	2,5	15,0	37,5	0,0	37,5	REPROV
46°	341	Adriana Gomes Menezes	5,0	15,0	7,5	7,5	35,0	0,0	35,0	REPROV
47°	280	Luiza Barros Pereira	5,0	10,0	12,5	7,5	35,0	0,0	35,0	REPROV
48°	504	Maristela Antunes Fernandes	5,0	17,5	7,5	5,0	35,0	0,0	35,0	REPROV
49°	434	Vanessa Sabrina Martins Gomes	12,5	10,0	5,0	7,5	35,0	0,0	35,0	REPROV
50°	020	Eliete Adão Ribeiro	5,0	7,5	15,0	5,0	32,5	0,0	32,5	REPROV
51°	150	Karen Camila Barzotto Leão	2,5	15,0	5,0	5,0	27,5	0,0	27,5	REPROV
52°	077	Juliana Mendes Magalhães	*	*	*	*	*	*	*	Ausente
53°	354	Rivair Fernandes da Silva Ribeiro	*	*	*	*	*	*	*	Ausente
54°	310	Tatiana Gonçalves dos Santos	*	*	*	*	*	*	*	Ausente

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE LABORATÓRIO E ANÁLISE

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	337	Alinne Andressa Tolotti	10,0	12,5	10,0	12,5	45,0	45,0	REPROV
2°	322	Marilanda Viccari Danielli	2,5	10,0	10,0	12,5	35,0	35,0	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	093	Elaina Ribeiro de Souza	5,0	20,0	17,5	15,0	57,5	57,5	APROV
2°	170	Antônio Marcos Neto	2,5	10,0	25,0	10,0	47,5	47,5	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: FISCAL SANITÁRIO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	480	Marta Aparecida de Melo	7,5	22,5	15,0	22,5	67,5	67,5	APROV
2°	477	Bruna Ferreira da Silva	12,5	20,0	12,5	22,5	67,5	67,5	APROV
3°	396	Thais Fernanda Schossler de Souza	5,0	15,0	20,0	22,5	62,5	62,5	APROV
4°	389	Thiago Jocelio Moreira Sales	15,0	12,5	15,0	20,0	62,5	62,5	APROV
5°	168	José Aparecido Pereira Pimentel	7,5	15,0	15,0	22,5	60,0	60,0	APROV
6°	096	Claiton Juvêncio de Souza	7,5	15,0	15,0	20,0	57,5	57,5	APROV
7°	465	Lorena Gonçalves da Silva Leite	10,0	15,0	12,5	20,0	57,5	57,5	APROV
8°	203	Gelson Sousa Martins	7,5	12,5	17,5	20,0	57,5	57,5	APROV
9°	278	Mariana Galassi Pavan	7,5	15,0	15,0	20,0	57,5	57,5	APROV
10°	403	Patricia Ferreira Gomes	5,0	15,0	17,5	20,0	57,5	57,5	APROV
11°	411	Bruno Tolotti	2,5	17,5	20,0	17,5	57,5	57,5	APROV
12°	392	Juscimaire Pereira Brito	10,0	12,5	15,0	17,5	55,0	55,0	APROV
13°	437	Kariny Nara Medeiros	7,5	7,5	20,0	20,0	55,0	55,0	APROV
14°	408	Albertina Eloy Cardoso	5,0	15,0	12,5	20,0	52,5	52,5	APROV
15°	234	Eder Deiwy Woiciechovski	5,0	12,5	15,0	20,0	52,5	52,5	APROV
16°	134	Ana Barbara Silva Prachedes	7,5	12,5	15,0	17,5	52,5	52,5	APROV
17°	121	Graciela Alves de Moura	5,0	12,5	20,0	15,0	52,5	52,5	APROV
18°	428	Venilson Moura Araujo	5,0	12,5	12,5	20,0	50,0	50,0	APROV
19°	117	Suelen Cristina Gomes	2,5	10,0	20,0	17,5	50,0	50,0	APROV
20°	303	Lenice Maria de Oliveira	10,0	12,5	7,5	15,0	45,0	45,0	REPROV
21°	481	Werica Alves da Silva	7,5	7,5	10,0	17,5	42,5	42,5	REPROV
22°	384	Ronaldo de Souza Abreu	7,5	12,5	10,0	10,0	40,0	40,0	REPROV
23°	136	Renata Souza de Assunção	7,5	10,0	10,0	10,0	37,5	37,5	REPROV
24°	401	Jocasta Mara Moraes de Alencar	7,5	10,0	10,0	7,5	35,0	35,0	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	204	Ricardo Ribeiro de Oliveira	12,5	20,0	20,0	20,0	72,5	72,5	APROV
2°	323	Celso Esvandir Guero Filho	12,5	17,5	20,0	15,0	65,0	65,0	APROV
3°	101	Lucilio Soares da Silva	10,0	22,5	20,0	10,0	62,5	62,5	APROV
4°	505	Sávio Luis Farias Rodrigues	10,0	17,5	15,0	17,5	60,0	60,0	APROV
5°	054	Hudsomar Edson Adolfo H. Wehren de Moraes R.Borges	15,0	15,0	15,0	15,0	60,0	60,0	APROV
6°	058	Carlos Silvério Ribeiro	12,5	20,0	15,0	12,5	60,0	60,0	APROV
7°	313	Adriano Roberto Kohler	12,5	17,5	17,5	12,5	60,0	60,0	APROV
8°	116	Erivelton Diego Borges Reis	12,5	15,0	15,0	15,0	57,5	57,5	APROV
9°	331	Warley Alves Teixeira Lima	5,0	17,5	20,0	15,0	57,5	57,5	APROV
10°	049	Ronivaldo Marques Pinto	12,5	20,0	12,5	12,5	57,5	57,5	APROV
11°	374	Marciria da Silva	15,0	7,5	22,5	12,5	57,5	57,5	APROV
12°	089	Mônica Macedo Sobrinho	17,5	12,5	17,5	10,0	57,5	57,5	APROV
13°	487	Meggy Batista dos Santos	15,0	22,5	10,0	10,0	57,5	57,5	APROV
14°	383	Anacleia Ferreira da Silva	7,5	15,0	15,0	17,5	55,0	55,0	APROV
15°	230	José Roberto de Oliveira Silva	10,0	17,5	12,5	15,0	55,0	55,0	APROV
16°	034	Ney Ramos Bispo de Souza	7,5	20,0	15,0	12,5	55,0	55,0	APROV
17°	229	Valdivino Martins Souza	5,0	15,0	17,5	15,0	52,5	52,5	APROV
18°	111	Sebastião Vilela da Silva	5,0	17,5	15,0	15,0	52,5	52,5	APROV
19°	044	Cartejane Costa da Silva	7,5	15,0	15,0	15,0	52,5	52,5	APROV
20°	376	Wagner da Silva Passos	12,5	10,0	15,0	15,0	52,5	52,5	APROV
21°	247	Paulo Pedrosa Mendanha	10,0	12,5	15,0	15,0	52,5	52,5	APROV
22°	320	Laurte Leandro Lessa	12,5	12,5	15,0	12,5	52,5	52,5	APROV
23°	364	Leandro Couto R. da Costa	5,0	15,0	20,0	12,5	52,5	52,5	APROV
24°	078	Monica Barbosa Honório	10,0	17,5	12,5	12,5	52,5	52,5	APROV
25°	135	Eliane Castro de Avelar	12,5	12,5	17,5	10,0	52,5	52,5	APROV
26°	070	Darlei Zotti Salamoni	12,5	17,5	12,5	10,0	52,5	52,5	APROV
27°	358	Roberto Marca Junior	10,0	15,0	17,5	10,0	52,5	52,5	APROV
28°	349	Vanessa Patricia Miranda Ribeiro	15,0	12,5	15,0	10,0	52,5	52,5	APROV
29°	319	Sandra Cesaria dos Santos	17,5	12,5	15,0	7,5	52,5	52,5	APROV
30°	042	Luismar Bernardes da Silva	10,0	17,5	17,5	7,5	52,5	52,5	APROV
31°	163	Carlos Aparecido de Lima	7,5	12,5	12,5	17,5	50,0	50,0	APROV
32°	460	Alessandro Bispo de Souza	12,5	15,0	10,0	12,5	50,0	50,0	APROV
33°	439	Cassio Antonio Leite de Arruda	10,0	15,0	12,5	12,5	50,0	50,0	APROV
34°	325	Carmelita Vieira Martins	12,5	12,5	12,5	12,5	50,0	50,0	APROV
35°	479	Claudinea Padilho dos Santos	12,5	10,0	15,0	12,5	50,0	50,0	APROV
36°	207	Stela Aldebaram	10,0	15,0	12,5	12,5	50,0	50,0	APROV
37°	507	Ney Geraldo Mauricio Barroso	7,5	17,5	15,0	10,0	50,0	50,0	APROV
38°	016	Beatriz Gomes Aschidamini	12,5	12,5	17,5	7,5	50,0	50,0	APROV
39°	157	Lenilson da Silva Cordeiro	5,0	10,0	17,5	15,0	47,5	47,5	REPROV
40°	362	Josilene Alves da Silva	10,0	12,5	12,5	12,5	47,5	47,5	REPROV
41°	386	Ezio Calanca Garcia	12,5	12,5	12,5	10,0	47,5	47,5	REPROV
42°	425	Everaldo Gonzaga de Oliveira	10,0	12,5	15,0	10,0	47,5	47,5	REPROV
43°	494	Osmar Spanhol	10,0	12,5	15,0	10,0	47,5	47,5	REPROV
44°	274	Wanderson Pires Salomão	5,0	17,5	15,0	10,0	47,5	47,5	REPROV
45°	284	Willians Arruda Costa	10,0	17,5	10,0	10,0	47,5	47,5	REPROV
46°	295	Edson Francisco Farias	10,0	10,0	20,0	7,5	47,5	47,5	REPROV
47°	390	Adolfo Leite Ramos	7,5	10,0	12,5	15,0	45,0	45,0	REPROV

48th	399	Itamar da Silva Faria	5,0	15,0	10,0	15,0	45,0	45,0	REPROV
49º	288	Maria Rosa Barbosa da Silva	5,0	7,5	17,5	15,0	45,0	45,0	REPROV
50º	264	Fernando Alves de Souza	5,0	10,0	17,5	12,5	45,0	45,0	REPROV
51º	347	Belmiro Barbosa dos Santos	7,5	15,0	10,0	12,5	45,0	45,0	REPROV
52º	448	Gessina Monteiro Lourenço Santos	12,5	5,0	17,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
53º	329	Marcelo Bastos Brito	5,0	17,5	12,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
54º	273	Marcia Helena Diel Bobrzyk	7,5	15,0	12,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
55º	440	Marcos Vinicius Gomes Rezende	7,5	15,0	12,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
56º	171	Waltenir Ferreira Borges	5,0	12,5	17,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
57º	086	Zilsimar Batista Rodrigues	5,0	15,0	15,0	10,0	45,0	45,0	REPROV
58º	430	Deuzimar Leite Soares	12,5	12,5	12,5	7,5	45,0	45,0	REPROV
59º	065	Elizângela da Silva Freitas	12,5	15,0	10,0	7,5	45,0	45,0	REPROV
60º	375	Ivair Rodrigues Ursino Junior	10,0	12,5	15,0	7,5	45,0	45,0	REPROV
61º	259	Lindomar Izidro da Silva	7,5	12,5	17,5	7,5	45,0	45,0	REPROV
62º	227	Uilma Silva Borges Oliveira	17,5	12,5	10,0	5,0	45,0	45,0	REPROV
63º	244	Gilsimar Gabriel de Oliveira	7,5	7,5	12,5	15,0	42,5	42,5	REPROV
64º	008	Jonathan Oliveira de Souza	5,0	10,0	15,0	12,5	42,5	42,5	REPROV
65º	079	Vanessa Oliveira Santana	7,5	10,0	12,5	12,5	42,5	42,5	REPROV
66º	336	Eromir Lira Alves	7,5	12,5	12,5	10,0	42,5	42,5	REPROV
67º	085	Eunice Aparecida Silva Nogueira	2,5	15,0	15,0	10,0	42,5	42,5	REPROV
68º	352	Ezequiel Romario F. Silva Fonseca	5,0	15,0	12,5	10,0	42,5	42,5	REPROV
69º	381	Priscilla R. de Toledo Ribeiro	10,0	10,0	15,0	7,5	42,5	42,5	REPROV
70º	218	Rosa Maria Mendes da Silva	7,5	10,0	17,5	7,5	42,5	42,5	REPROV
71º	345	Klenia Pereira de Souza	10,0	12,5	15,0	5,0	42,5	42,5	REPROV
72º	407	Alaytchuver Gomes e Silva	7,5	12,5	7,5	12,5	40,0	40,0	REPROV
73º	456	Clesiane Justino de Souza	10,0	10,0	7,5	12,5	40,0	40,0	REPROV
74º	287	Samara Lydia Caetano Thome	5,0	10,0	12,5	12,5	40,0	40,0	REPROV
75º	339	Bruno Herculano Araujo	10,0	12,5	7,5	10,0	40,0	40,0	REPROV
76º	097	Barbara Streisand Sales de Abreu	7,5	15,0	10,0	7,5	40,0	40,0	REPROV
77º	142	Divino Carlos da Silva Pena	5,0	12,5	15,0	7,5	40,0	40,0	REPROV
78º	158	Elionaldo José dos Santos	5,0	15,0	12,5	7,5	40,0	40,0	REPROV
79º	351	Sinandra Gomes e Silva	10,0	10,0	12,5	7,5	40,0	40,0	REPROV
80º	486	Renata Carvalho Silva	10,0	17,5	7,5	5,0	40,0	40,0	REPROV
81º	206	Deuselira Rodrigues de Souza	12,5	10,0	15,0	2,5	40,0	40,0	REPROV
82º	431	Caroline Bairros	5,0	12,5	10,0	10,0	37,5	37,5	REPROV
83º	361	Anayara Pereira da Silva	15,0	10,0	5,0	7,5	37,5	37,5	REPROV
84º	467	Joelma Barbosa de Souza	7,5	7,5	15,0	7,5	37,5	37,5	REPROV
85º	176	José Carlos Nunes	7,5	12,5	10,0	7,5	37,5	37,5	REPROV
86º	161	Maiana Zilli	10,0	12,5	10,0	5,0	37,5	37,5	REPROV
87º	235	Renata Paula Alves de Assunção	15,0	12,5	7,5	2,5	37,5	37,5	REPROV
88º	064	Maria Alice Zilli	2,5	12,5	7,5	12,5	35,0	35,0	REPROV
89º	082	Naiara Souza Maciel	12,5	17,5	7,5	7,5	35,0	35,0	REPROV
90º	256	Lusmaia Martins Negreiros	5,0	12,5	12,5	5,0	35,0	35,0	REPROV
91º	226	Odomiro Lotário Spohr	5,0	10,0	5,0	5,0	25,0	25,0	REPROV
92º	103	Laura Andreany Nunes Neotzold	5,0	12,5	5,0	2,5	25,0	25,0	REPROV
93º	451	Vandira Martins da Cruz	7,5	7,5	2,5	5,0	22,5	22,5	REPROV
94º	258	Alessandra Reichert Souza	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
95º	511	Christopher Amuy de Mello	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
96º	495	Cintia José de Sousa Ferreira	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
97º	491	Luiz Carlos Batista de C. Silva	*	*	*	*	*	*	AUSENTE
98º	250	Maria Luiza Araújo	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	452	Divina Nascimento das Neves	15,0	15,0	17,5	22,5	70,0	70,0	APROV
2º	080	Daniela F. da Silva Socolowski	12,5	20,0	15,0	20,0	67,5	67,5	APROV
3º	098	Márcia Eckert	15,0	12,5	17,5	20,0	65,0	65,0	APROV
4º	406	Alexandre Pias Romero	10,0	15,0	15,0	22,5	62,5	62,5	APROV
5º	053	Nayara Pauliani de Oliveira	7,5	22,5	10,0	22,5	62,5	62,5	APROV
6º	219	Débora Botelho de Paula	12,5	20,0	12,5	17,5	62,5	62,5	APROV
7º	298	Maria Lázara de Souza Silva	7,5	20,0	15,0	17,5	60,0	60,0	APROV
8º	091	Taiza Pereira dos Santos	12,5	12,5	17,5	17,5	60,0	60,0	APROV
9º	068	Caroline de Sousa Machado	10,0	17,5	15,0	17,5	60,0	60,0	APROV
10º	017	Maradelia Gomes da Silva	12,5	15,0	20,0	12,5	60,0	60,0	APROV
11º	030	Roseny Campos da Luz	7,5	17,5	15,0	17,5	57,5	57,5	APROV
12º	233	Renata Paniago dos Reis	10,0	17,5	12,5	17,5	57,5	57,5	APROV
13º	099	Aline França da Silva Oliveira	12,5	15,0	15,0	15,0	57,5	57,5	APROV
14º	013	Maria das Graças Santana Feitosa	7,5	17,5	10,0	20,0	55,0	55,0	APROV
15º	328	Antonia Sueli Nobre Ximenes	10,0	17,5	10,0	17,5	55,0	55,0	APROV
16º	084	Lucimeire David Rezende	10,0	12,5	15,0	17,5	55,0	55,0	APROV
17º	002	Eliene Rodrigues Pereira	7,5	15,0	15,0	17,5	55,0	55,0	APROV
18º	447	Idima Francisca Pereira	5,0	15,0	20,0	15,0	55,0	55,0	APROV
19º	242	Leandra Lima Coelho	10,0	12,5	17,5	15,0	55,0	55,0	APROV
20º	472	José Amilton de Moraes	15,0	12,5	15,0	12,5	55,0	55,0	APROV
21º	023	Natalina Pereira da Silva	10,0	22,5	10,0	12,5	55,0	55,0	APROV
22º	462	Eliany Varanda de Carvalho	10,0	12,5	12,5	17,5	52,5	52,5	APROV
23º	299	Vanuza Freitas Fernandes	10,0	12,5	12,5	17,5	52,5	52,5	APROV
24º	268	Alciana Luiza Barbosa	10,0	12,5	15,0	15,0	52,5	52,5	APROV
25º	191	Maria das Dores dos Santos	7,5	12,5	20,0	12,5	52,5	52,5	APROV
26º	095	Luiza Fassini Mantelli	10,0	20,0	12,5	10,0	52,5	52,5	APROV
27º	357	Noeli Jacinta Baumgratz Thome	2,5	10,0	17,5	20,0	50,0	50,0	APROV
28º	025	Maria Creuza Alves dos Santos	10,0	10,0	12,5	17,5	50,0	50,0	APROV
29º	123	Andréia Ferreira da Silva	7,5	12,5	12,5	17,5	50,0	50,0	APROV
30º	263	Cinthia Almeida de Souza	15,0	7,5	10,0	17,5	50,0	50,0	APROV

31º	115	Emidia Custódio Rodrigues	7,5	12,5	15,0	15,0	50,0	50,0	APROV
32º	312	Wanderley Almeida da Paixão	10,0	15,0	10,0	15,0	50,0	50,0	APROV
33º	144	Luciene Pedro da Silva Santos	12,5	12,5	12,5	12,5	50,0	50,0	APROV
34º	061	Beatriz da Silva	7,5	22,5	7,5	12,5	50,0	50,0	APROV
35º	257	Irene Souza Silva	15,0	10,0	7,5	15,0	47,5	47,5	REPROV
36º	266	Rosilene Alves de Oliveira	7,5	12,5	12,5	15,0	47,5	47,5	REPROV
37º	285	Thalia Becker Seibert	5,0	12,5	15,0	15,0	47,5	47,5	REPROV
38º	483	Katiuscia da Rosa	5,0	15,0	12,5	15,0	47,5	47,5	REPROV
39º	220	Delma Maria Zampieri	7,5	17,5	10,0	12,5	47,5	47,5	REPROV
40º	306	Edilza Rodrigues Borges Araujo	7,5	15,0	12,5	12,5	47,5	47,5	REPROV
41º	090	Eloane Luisa Borges	10,0	15,0	10,0	12,5	47,5	47,5	REPROV
42º	169	Rosimar Santana do N. Silva	12,5	10,0	12,5	12,5	47,5	47,5	REPROV
43º	147	Wender Gonçalves Coelho	12,5	10,0	12,5	12,5	47,5	47,5	REPROV
44º	094	Viviane da Silva	12,5	10,0	15,0	10,0	47,5	47,5	REPROV
45º	413	Rosenildes Barreira Americo	7,5	12,5	10,0	15,0	45,0	45,0	REPROV
46º	074	Idelcina Moura de Morais Zillmer	5,0	10,0	15,0	15,0	45,0	45,0	REPROV
47º	001	Janete Nunes Leal	5,0	15,0	12,5	12,5	45,0	45,0	REPROV
48º	225	Iranete Guimarães Abreu da Silva	10,0	12,5	10,0	12,5	45,0	45,0	REPROV
49º	378	Maria de Lourdes Pereira Lima	10,0	15,0	7,5	12,5	45,0	45,0	REPROV
50º	393	Andreia Ambrozio da Silva Dias	7,5	12,5	15,0	10,0	45,0	45,0	REPROV
51º	216	Cristiane Rodrigues Marinho	5,0	12,5	17,5	10,0	45,0	45,0	REPROV
52º	275	Laura Castro Avelar	7,5	15,0	15,0	7,5	45,0	45,0	REPROV
53º	045	Sônia Maria Freitas Fernandes	10,0	12,5	5,0	15,0	42,5	42,5	REPROV
54º	513	Naureni Ramos da Silva	7,5	15,0	7,5	12,5	42,5	42,5	REPROV
55º	113	Karla Daniele Ferreira da Silva	7,5	15,0	10,0	10,0	42,5	42,5	REPROV
56º	067	Wesley Gomes Ferreira	7,5	15,0	10,0	10,0	42,5	42,5	REPROV
57º	193	Ana Elisa Duarte e Silva	5,0	17,5	10,0	10,0	42,5	42,5	REPROV
58º	015	Vera Lúcia Maria de Jesus	5,0	7,5	12,5	15,0	40,0	40,0	REPROV
59º	445	Lenir Maria da Rosa	7,5	12,5	10,0	10,0	40,0	40,0	REPROV
60º	072	Sandra Gomes	5,0	15,0	12,5	7,5	40,0	40,0	REPROV
61º	222	Maria Joaquina de Araújo Silva	10,0	7,5	7,5	12,5	37,5	37,5	REPROV
62º	279	Zilvany Aparecida de Jesus	2,5	10,0	12,5	12,5	37,5	37,5	REPROV
63º	047	Maria Batista de Freitas	12,5	10,0	5,0	10,0	37,5	37,5	REPROV
64º	071	Marina Soares de Oliveira Rotta	12,5	10,0	5,0	10,0	37,5	37,5	REPROV
65º	005	Marta Matias Pereira	5,0	15,0	7,5	10,0	37,5	37,5	REPROV
66º	033	Elyane dos Santos Rodrigues	7,5	12,5	10,0	7,5	37,5	37,5	REPROV
67º	018	Rosangela Cavalcante Barros	5,0	10,0	10,0	10,0	35,0	35,0	REPROV
68º	137	Maria Aparecida Alves Sousa	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	MAT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ.	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	022	Antonio Aparecido dos Santos	10,0	17,5	12,5	5,0	45,0	45,0	REPROV
2º	024	Ana Lucia Leite Soares	5,0	17,5	10,0	10,0	42,5	42,5	REPROV
3º	056	Devair Cezario da Silva	5,0	7,5	17,5	7,5	37,5	37,5	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	107	Adeli Arlete Lenz	12,5	12,5	50,0	75,0	-	75,0	APROV
2º	355	Katyucia de Souza Ferreira Reis	12,5	5,0	42,5	60,0	2,0	62,0	APROV
3º	185	Ariane Marcia Candido de Oliveira	17,5	7,5	35,0	60,0	-	60,0	APROV
4º	104	Cádia Angela Berti	12,5	5,0	35,0	52,5	-	52,5	APROV
5º	187	Ivani Auxiliadora Vieira Carvalho	15,0	5,0	30,0	50,0	-	50,0	APROV
6º	438	Adelaine Pires do Nascimento	12,5	7,5	22,5	42,5	-	42,5	REPROV
7º	338	Rita de Kassia Gonçalves	10,0	7,5	22,5	40,0	-	40,0	REPROV
8º	186	Stefânia Maria Pires	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: AUDITOR PÚBLICO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	422	Andre Mobiglia Mesquita	12,5	5,0	40,0	57,5	-	57,5	APROV
2º	166	Welton Magnone O. dos Santos	12,5	7,5	32,5	52,5	-	52,5	APROV
3º	238	Gilson Tadeu Alves	10,0	7,5	30,0	47,5	-	47,5	REPROV
4º	458	Paulo Parreira da Silva	15,0	2,5	27,5	45,0	-	45,0	REPROV
5º	474	Elaine Cristina Palácio Tenório	15,0	0,0	20,0	35,0	-	35,0	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: BIÓLOGO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	202	Danielle Cristine de F. Barbosa	15,0	5,0	30,0	50,0	3,0	53,0	APROV
2º	421	Perillo José Sabino Nunes	17,5	5,0	27,5	50,0	3,0	53,0	APROV
3º	155	Murilo Passarelli	10,0	10,0	30,0	50,0	-	50,0	APROV
4º	153	Paula Fernanda Farias Katsuyama	15,0	10,0	25,0	50,0	-	50,0	APROV
5º	237	Zenia Gonçalves Xavier	17,5	7,5	22,5	47,5	-	47,5	REPROV
6º	471	Lisiara da Costa	17,5	7,5	20,0	45,0	-	45,0	REPROV
7º	143	Meire Rejeane Ribeiro de Oliveira	12,5	2,5	27,5	42,5	-	42,5	REPROV
8º	040	Lucas Francisco da Silva	7,5	10,0	25,0	42,5	-	42,5	REPROV
9º	488	Ednaldo Fragas da Silva	15,0	0,0	25,0	40,0	-	40,0	REPROV
10º	214	Gabriela Andrade Martins	17,5	5,0	17,5	40,0	-	40,0	REPROV
11º	132	Jaqueline Ribeiro Tavares	5,0	5,0	27,5	37,5	-	37,5	REPROV
12º	286	José Antonio Pereira Leite	12,5	2,5	22,5	37,5	-	37,5	REPROV

13º	380	Alexandre Curcino	17,5	5,0	15,0	37,5	-	37,5	REPROV
14º	190	Ronivon Mendes Duarte	12,5	10,0	15,0	37,5	-	37,5	REPROV
15º	498	Ana Rubia Mendes da Silva	12,5	7,5	12,5	32,5	-	32,5	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: BIOMÉDICO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	126	Diego Viana de Andrade	20,0	10,0	35,0	65,0	-	65,0	APROV
2º	073	Danuza Prisyla de Sousa	12,5	5,0	37,5	55,0	-	55,0	APROV
3º	069	Marlene Alves de Souza	7,5	7,5	32,5	47,5	-	47,5	REPROV
4º	141	Laurene Nunes de Oliveira	15,0	7,5	22,5	45,0	-	45,0	REPROV
5º	501	Eliziane Azambuja Gomes	3,0	5,0	15,0	27,5	-	27,5	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: FARMACÊUTICO/ BIOQUIMICO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	253	José Ironaldo Araújo Pinto	12,5	5,0	47,5	65,0	-	65,0	APROV
2º	276	Elenice Francisco da Silva	17,5	5,0	40,0	62,5	2,0	64,5	APROV
3º	267	Dayanne Batista de Castro	20,0	5,0	35,0	60,0	-	60,0	APROV
4º	062	Leticia Damas Leão	20,0	2,5	35,0	57,5	-	57,5	APROV
5º	188	Anita Juliana Machado Coelho	15,0	5,0	35,0	55,0	2,0	57,0	APROV
6º	484	Michelli Pereira Lukaszeski	10,0	5,0	35,0	50,0	-	50,0	APROV
7º	272	Ricardo Hisoshi da C. Kanacilo	12,5	7,5	27,5	47,5	-	47,5	REPROV
8º	269	Priscilla Diel Bobrzyk	15,0	7,5	22,5	45,0	-	45,0	REPROV
9º	476	Angélica de Jesus Silva	15,0	7,5	22,5	45,0	-	45,0	REPROV
10º	489	Mildri Wquezia da Silva	10,0	5,0	27,5	42,5	-	42,5	REPROV
11º	385	Cassio de Moura Rocha	10,0	7,5	20,0	37,5	-	37,5	REPROV
12º	418	Ilza Fabiola Zuffo	12,5	5,0	17,5	35,0	-	35,0	REPROV
13º	081	Lilia Veronica Silva Camargo	10,0	2,5	17,5	30,0	-	30,0	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: FISIOTERAPÊUTA

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	106	Lisia Gonzaga Dutra	17,5	10,0	40,0	67,5	2,0	69,5	APROV
2º	215	Olivia Oliveira Serpa	20,0	2,5	35,0	57,5	-	57,5	APROV
3º	035	Thamyrys Nakayra C. Barzotto	10,0	5,0	40,0	55,0	-	55,0	APROV
4º	294	Jaqueline Balbino Fumagali	15,0	5,0	32,5	52,5	2,0	54,5	APROV
5º	302	Luciana Antunes Fernandes	15,0	7,5	30,0	52,5	2,0	54,5	APROV
6º	368	Antonia Lucilene Pereira Pinto	12,5	5,0	35,0	52,5	-	52,5	APROV
7º	260	Eduardo Ribeiro da Silva	10,0	7,5	32,5	50,0	2,0	52,0	APROV
8º	314	Ludmila Martins de Oliveira	10,0	5,0	35,0	50,0	-	50,0	APROV
9º	307	Aline Christino de Castro Santos	10,0	5,0	32,5	47,5	-	47,5	REPROV
10º	301	Farley Esteves de Souza	12,5	5,0	30,0	47,5	-	47,5	REPROV
11º	182	George Souza Marca	7,5	7,5	30,0	45,0	-	45,0	REPROV
12º	304	Pollyanne Aparecida R. de Paula	12,5	0,0	30,0	42,5	-	42,5	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: FONOAUDIÓLOGO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	469	Juliana Ferraz Creado	10,0	2,5	52,5	65,0	-	65,0	APROV
2º	048	Sabrina Garcia Toledo	15,0	2,5	42,5	60,0	-	60,0	APROV
3º	309	Anna Paula Arruda Ambrozio	12,5	7,5	35,0	55,0	-	55,0	APROV
4º	370	Angela Feldkircher	7,5	5,0	32,5	45,0	-	45,0	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	004	Beatriz de Moura Guimarães	17,5	7,5	32,5	57,5	-	57,5	APROV

CARGO/FUNÇÃO: MÉDICO ORTOPEDISTA

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	029	Marcus Vinicius Faria Nunes	22,5	5,0	50,0	77,5	-	77,5	APROV
2º	270	Maximiliano Lopes França	20,0	12,5	42,5	75,0	2,0	77,5	APROV
3º	092	Virgilio Bueno Vilela de Moraes	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: NUTRICIONISTA

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	512	Tassia Cassimiro Vigato	20,0	7,5	30,0	57,5	-	57,5	APROV
2º	151	Tatiane Penteado Rosa	15,0	5,0	27,5	47,5	-	47,5	REPROV
3º	066	Rennad Breno Montemezzo	10,0	2,5	25,0	37,5	-	37,5	REPROV
4º	255	Rubia de Sousa Lima	10,0	7,5	20,0	37,5	-	37,5	REPROV
5º	041	Débora Tizzo Ribeiro	*	*	*	*	*	*	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: ODONTÓLOGO

CLASS	Nº. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1º	043	Juline Danielli	12,5	7,5	52,5	72,5	-	72,5	APROV
2º	404	Diliege Vieira de Rezende	20,0	7,5	45,0	72,5	--	72,5	APROV
3º	409	Eloysa Mendes Neves dos Santos	25,0	10,0	37,5	72,5	-	72,5	APROV

4°	426	Marcella de Paiva Rocha	15,0	5,0	50,0	70,0	-	70,0	APROV
5°	177	Ludmila Ohana Neves Ferreira Barros	15,0	7,5	42,5	65,0	-	65,0	APROV
6°	400	Carlos Ferreira Dias Junior	10,0	5,0	45,0	60,0	-	60,0	APROV
7°	164	Rosangela Pereira Zitske	15,0	7,5	37,5	60,0	-	60,0	APROV
8°	189	Monique Dalcin	15,0	5,0	37,5	57,5	2,0	59,5	APROV
9°	039	Francisco Mantovani Ribeiro de Mendonça	12,5	7,5	35,0	55,0	-	55,0	APROV
10°	457	Rosana de Oliveira Konzen	10,0	10,0	30,0	50,0	-	50,0	APROV
11°	265	Josiane Angela de Oliveira	10,0	5,0	32,5	47,5	-	47,5	REPROV
12°	167	Karen Midori Toyama	10,0	5,0	32,5	47,5	-	47,5	REPROV
13°	173	Emiliana Imaculada Volpe	15,0	0,0	30,0	45,0	-	45,0	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: PSICÓLOGO

CLASS	N°. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	109	Cicera Rejane Ferreira da Silva	17,5	7,5	52,5	77,5	-	77,5	APROV
2°	340	Geane Pereira dos Santos	12,5	7,5	47,5	67,5	-	67,5	APROV
3°	290	Mariana Kirsten Fernandes	22,5	10,0	35,0	67,5	-	67,5	APROV
4°	435	Rafael José Triches Nunes	15,0	5,0	35,0	55,0	-	55,0	APROV
5°	184	Eucilane Aparecida Fernandes	12,5	5,0	30,0	47,5	-	47,5	REPROV
6°	305	Luana Spegiorin Zamperline	15,0	5,0	27,5	47,5	-	47,5	REPROV
7°	012	Fabrícia Pinto Galindo	10,0	5,0	22,5	37,5	-	37,5	REPROV

CARGO/FUNÇÃO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

CLASS	N°. INSC	NOME	PORT	CONH GERAIS	CONH ESPEC	RESULT. PROVA OBJ	PROVA DE TÍTULOS	RES. FINAL	CLAS. FINAL
1°	394	Jessica Passerini	17,5	10,0	42,5	70,0	-	70,0	APROV
2°	125	Liliane Caetano da Silva	15,0	7,5	42,5	65,0	-	65,0	APROV

Nova Xavantina - MT, 23 de junho de 2010

Edivaldo Celestino Barbosa
Presidente da Comissão do Concurso Público

Gercino Caetano Rosa
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 10/06/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2009							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	313.300,63	495.446,30	0,00	411.620,62	397.126,31	423.735,86	0,00	347.034,65	76.701,21
EXECUTIVO	313.300,63	495.446,30	0,00	411.620,62	397.126,31	423.735,86	0,00	347.034,65	76.701,21
Administração Direta	313.300,63	495.446,30	0,00	411.620,62	397.126,31	423.735,86	0,00	347.034,65	76.701,21
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	457.074,89	0,00	380.130,21	76.944,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.784,33	27.589,41	0,00	23.370,41	38.003,33	423.735,86	0,00	347.034,65	76.701,21
Investimentos	279.516,30	10.782,00	0,00	8.120,00	282.178,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	313.300,63	495.446,30	0,00	411.620,62	397.126,31	423.735,86	0,00	347.034,65	76.701,21

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 10/06/10

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 28Fev 2010 (b)	Em 30 Abr 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	9.146,17
Ativo Disponivel	287.437,99	336.116,73	406.272,48
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	495.446,30	407.519,51	397.126,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	-9.146,17
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**-9.146,17**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Abr 2010 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-9.146,17	-9.146,17

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 28Fev 2010 (b)	Em 30 Abr 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 10/06/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.354.673,00	1.903.621,75	3.475.722,34	3.540.580,02
Receita Tributária	373.482,57	86.818,52	152.971,67	91.624,26
IPTU	56.429,57	1.786,55	2.159,62	0,00
ISS	68.970,00	18.611,44	39.339,09	26.805,23
ITBI	40.232,50	2.516,11	4.535,01	1.150,95
IRRF	119.757,00	47.374,92	69.681,71	34.947,94
Taxas	76.598,50	16.529,50	37.256,24	28.720,14
Contribuição de Melhoria	11.495,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	596.695,00	0,00	0,00	0,00
Receita Previdenciária	596.695,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	22.990,00	1.231,07	2.135,10	2.137,07
Receita Patrimonial	179.740,00	1.231,07	2.135,10	2.137,07
(-) Aplicações Financeiras	156.750,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	11.230.357,93	1.772.299,57	3.269.718,93	3.424.889,46
FPM	2.675.200,00	435.565,26	920.781,84	912.521,18
ICMS	2.283.799,43	521.194,84	947.704,98	740.879,49
Outras Transferências Correntes	6.271.358,50	815.539,47	1.401.232,11	1.771.488,79
Demais Receitas Correntes	131.147,50	43.272,59	50.896,64	21.929,23
Dívida Ativa	49.115,00	471,13	2.280,87	6.739,46
Receitas Correntes Diversas	82.032,50	42.801,46	48.615,77	15.189,77
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.537.390,00	585,00	585,00	623.775,91
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	22.990,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.493.500,00	585,00	585,00	623.775,91
Convênios	4.493.500,00	585,00	585,00	623.775,91
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	20.900,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.514.400,00	585,00	585,00	623.775,91
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**16.869.073,00**	**1.904.206,75**	**3.476.307,34**	**4.164.355,93**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.092.626,22	1.830.470,22	3.179.323,85	3.019.070,49
Pessoal e Encargos Sociais	6.835.064,25	927.632,32	1.816.230,35	1.731.304,30
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.257.561,97	902.837,90	1.363.093,50	1.287.766,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.092.626,22	1.830.470,22	3.179.323,85	3.019.070,49
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.067.165,78	18.416,15	37.129,39	45.697,88
Investimentos	4.052.165,78	16.354,00	32.214,00	40.662,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	15.000,00	2.062,15	4.915,39	5.035,88
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	4.052.165,78	16.354,00	32.214,00	40.662,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	454.575,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**17.599.367,00**	**1.846.824,22**	**3.211.537,85**	**3.059.732,49**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-730.294,00**	**57.382,53**	**264.769,49**	**1.104.623,44**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	**0,00**	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Prefeitura Municipal de Paranaíta

LEI MUNICIPAL Nº. 568/2010

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE DE PARANAÍTA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, A FIM DE CUSTEAR DESPESAS DA MESMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado ao Município de Paranaíta, a repassar a importância, R$ 450.00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais até o fim do ano de 2010, para a **"ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE DE PARANAÍTA"** entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 11.025.788/0001-07, com sede na Avenida Álvaro Volpe, nº. 85, Centro, Paranaíta – MT., com a finalidade de custear as despesas da associação.

Parágrafo primeiro – A primeira parcela será paga até o dia 31 de junho de 2010 e ultima até o dia 31 de dezembro de 2010.

Parágrafo segundo - Na realização da etapa do MotoCross em nosso município que realizar-se-á em 27 de junho do ano corrente, a Prefeitura Municipal repassará a importância de R$ 5.000,00 para o apoio e realização do evento.

Art. 2º - O Apoio Financeiro de que trata o artigo anterior, correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0004 – GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção Atividades Secretaria de Administração
CÓDIGO ELEMENTO DE DESPESA
339039000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, em 11 de junho de 2010.

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 017/2010

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL REALIZADA EM MARÇO DE 2010, ALTERAÇÃO DA ALÍQUOTA PATRONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O inciso IV do Art. 44, da Lei Complementar Municipal n.º 002, de 01 de junho de 2005, já modificado pelas Leis Complementares Municipais nº. 04/2006 e 005/2007, 008/2008, 009/2009 e reeditada pela Lei Complementar Municipal nº. 010/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"....

ART. 44

§ IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo art. 2º da Lei Federal n.° 9.717/98, com redação dada pela Lei Federal n.° 10.887/2004, igual a 12,49 % (doze inteiros e quarenta e nove décimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

...."

Art. 2º. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2010, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, em 11 de junho de 2010.

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 569/2010

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM REGIME DE EMERGENCIA, A PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS EM PROPRIEDADE PARTICULAR, VISANDO O APOIO E EXPANSÃO DA AQUICULTURA FAMILIAR BEM COMO O INCENTIVO A ATIVIDADE DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA – MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em regime de emergência, a prestar serviços de horas máquinas na propriedade do Sr. **ITAMAR APARECIDO MOREIRA**, visando o apoio e expansão da aqüicultura familiar bem como o incentivo a atividade da piscicultura no município de Paranaíta – MT, em conformidade com a Lei municipal nº. 533/2009.

§ Único – A vigência desta Lei se exaurirá após o término da execução dos serviços que serão realizados nos dias 12 e 13 de junho do ano corrente.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em lugares de costume revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, em 11 de junho de 2010.

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PARANATINGA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 27/05/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.301.722,24	27.418.663,74	18.684.013,08	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota:

MUNICÍPIO DE PARANATINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 27/05/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Mai/ 09	Jun/ 09	Jul/ 09	Ago/ 09	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	Jan/ 10	Fev/ 10	Mar/ 10	Abr/ 10		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.545.263,85	3.118.930,77	2.184.808,16	2.156.879,80	2.450.588,08	3.146.375,06	2.489.643,33	3.229.137,37	2.391.282,24	2.036.864,66	2.634.479,95	3.105.222,51	31.489.475,78	34.672.380,92
Receitas Tributária	152.581,33	146.786,48	128.581,38	128.097,57	82.874,71	206.266,53	136.009,09	154.530,67	72.932,43	88.311,19	136.059,52	418.084,73	1.851.115,63	2.680.495,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	68.226,41	26.590,39	12.126,22	9.575,53	3.930,27	85.588,97	4.034,32	1.198,62	0,00	630,37	12.406,83	12.842,92	237.150,85	435.066,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	14.474,13	25.656,94	25.691,47	19.087,41	9.456,48	8.878,67	39.074,10	9.034,73	4.840,00	1.473,51	19.997,98	302.978,37	480.643,79	523.692,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	45.584,06	43.104,67	41.782,19	52.317,95	30.774,41	68.167,17	53.536,24	65.930,55	45.636,94	31.064,44	59.572,80	60.627,34	598.098,76	875.795,00
Outras Receitas Tributárias	24.296,73	51.434,48	48.981,50	47.116,68	38.713,55	43.631,72	39.364,43	78.366,77	22.455,49	55.142,87	44.081,91	41.636,10	535.222,23	845.942,00
Receitas de Contribuições	141.226,84	56.604,78	57.773,63	60.073,21	23.057,74	33.356,12	55.199,75	58.796,96	124.744,30	81.507,70	79.369,24	96.630,39	868.340,66	984.526,92
Receita Patrimonial	21.845,79	23.118,92	24.999,01	22.048,33	21.108,89	10.479,91	32.671,86	23.946,52	28.666,47	26.750,35	33.331,68	14.393,99	283.361,72	409.402,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.740,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	90.589,95	98.604,64	85.632,04	97.489,14	98.005,80	101.849,53	97.671,38	108.335,50	115.024,90	85.317,33	123.293,48	125.390,12	1.227.203,81	1.143.582,00
Transferências Correntes	2.125.678,62	2.769.501,18	1.849.958,79	1.812.504,05	2.192.310,51	2.750.144,10	2.137.872,12	2.861.467,03	1.993.455,47	1.715.807,38	2.226.219,77	2.439.158,54	26.874.077,56	27.854.816,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	675.827,66	583.145,92	447.445,47	520.526,56	460.778,33	530.047,89	661.638,85	1.018.149,95	546.186,70	666.854,62	495.377,03	593.536,02	7.199.515,00	7.819.398,00
Cota Parte do ICMS	601.488,50	789.613,46	709.641,91	665.465,73	984.526,74	802.250,12	634.316,01	978.764,54	720.633,81	561.043,31	821.464,81	711.257,89	8.980.466,83	8.862.919,00
Cota Parte do IPVA	73.297,51	69.889,25	43.966,19	32.108,56	19.093,83	23.645,68	13.943,89	13.418,42	24.988,42	38.353,12	55.004,27	77.305,39	485.014,53	447.076,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	285.526,71	325.356,67	277.628,82	268.928,79	344.348,33	315.211,45	278.263,07	384.999,91	306.673,37	293.565,05	350.097,40	335.185,27	3.765.784,84	3.556.778,00
Outras Transferências Correntes	489.538,24	1.001.495,88	371.276,40	325.474,41	383.563,28	1.078.988,96	549.710,30	466.134,21	394.973,17	155.991,28	504.276,26	721.873,97	6.443.296,36	7.168.645,00
Outras Receitas Correntes	13.341,32	24.314,77	37.863,31	36.667,50	33.230,43	44.278,87	30.219,13	22.060,69	56.458,67	39.170,71	36.206,26	11.564,74	385.376,40	1.592.819,00
DEDUÇÕES (II)	324.909,47	347.406,58	296.866,79	302.049,08	324.282,31	408.740,64	338.556,96	403.172,32	354.753,14	285.990,65	300.100,88	383.983,22	4.070.812,04	3.916.378,60
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	52.765,76	56.604,78	54.136,10	56.266,03	23.057,74	33.356,12	52.941,70	55.774,77	92.856,16	29.478,72	23.757,78	71.561,43	602.557,09	564.341,00
Servidor	52.765,76	56.604,78	54.136,10	56.266,03	23.057,74	33.356,12	52.941,70	55.774,77	92.856,16	29.478,72	23.757,78	71.561,43	602.557,09	564.341,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	272.143,71	290.801,80	242.730,69	245.783,05	301.224,57	375.384,52	285.615,26	347.397,55	261.896,98	256.511,93	276.343,10	312.421,79	3.468.254,95	3.352.037,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.220.354,38	2.771.524,19	1.887.941,37	1.854.830,72	2.126.305,77	2.737.634,42	2.151.086,37	2.825.965,05	2.036.529,10	1.750.874,01	2.334.379,07	2.721.239,29	27.418.663,74	30.756.002,32

FONTE:

MUNICÍPIO DE PARANATINGA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 27/05/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.684.013,08
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE PARANATINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 27/05/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2009							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	8.975.426,34	1.283.617,83	1.497,11	1.317.198,65	8.940.348,41	2.459.475,17	0,00	1.457.938,09	1.001.537,08
EXECUTIVO	8.975.426,34	1.274.215,98	1.497,11	1.308.150,21	8.939.995,00	2.459.475,17	0,00	1.457.938,09	1.001.537,08
Administração Direta	8.617.932,90	1.264.743,95	0,00	1.234.833,49	8.647.843,36	2.459.475,17	0,00	1.457.938,09	1.001.537,08
Pessoal e Encargos Sociais	134.053,13	136.934,82	0,00	119.154,20	151.833,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.915.343,64	483.157,29	0,00	628.744,49	1.769.756,44	1.034.384,96	0,00	230.864,15	803.520,81
Investimentos	6.553.536,03	644.651,84	0,00	486.934,80	6.711.253,07	1.425.090,21	0,00	1.227.073,94	198.016,27
Inversões Financeiras	15.000,10	0,00	0,00	0,00	15.000,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	357.493,44	9.472,03	1.497,11	73.316,72	292.151,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	79.077,85	4.414,47	0,00	4.414,47	79.077,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	278.415,59	5.057,56	1.497,11	68.902,25	213.073,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	9.401,85	0,00	9.048,44	353,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	353,41	0,00	0,00	353,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	9.048,44	0,00	9.048,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.975.426,34	1.283.617,83	1.497,11	1.317.198,65	8.940.348,41	2.459.475,17	0,00	1.457.938,09	1.001.537,08

FONTE:

MUNICÍPIO DE PARANATINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 27/05/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	758.042,00	758.042,00	134.474,88	302.176,69	243.644,79
RECEITAS CORRENTES	758.042,00	758.042,00	134.474,88	302.176,69	243.644,79
Receita de Contribuições	564.341,00	564.341,00	95.319,21	217.654,09	141.174,59
Pessoal Civil	564.341,00	564.341,00	95.319,21	217.654,09	141.174,59
Contribuição de Servidor Ativo Civil	561.895,00	561.895,00	95.319,21	217.654,09	141.174,59
Contribuição de Servidor Inativo Civil	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	2.374,00	2.374,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	191.223,00	191.223,00	39.155,67	84.522,60	102.470,20
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	191.223,00	191.223,00	39.155,67	84.522,60	102.470,20
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.478,00	2.478,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	555.964,00	555.964,00	94.765,94	217.387,56	219.256,76
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	1.314.006,00	1.314.006,00	229.240,82	519.564,25	462.901,55

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	357.933,00	395.933,00	63.681,65	113.516,68	99.679,67
ADMINISTRAÇÃO	252.933,00	260.933,00	35.171,94	56.117,20	20.545,74
Despesas Correntes	201.861,00	209.861,00	35.171,94	56.117,20	20.545,74
Despesas de Capital	51.072,00	51.072,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	105.000,00	135.000,00	28.509,71	57.399,48	79.133,93
Pessoal Civil	105.000,00	135.000,00	28.509,71	57.399,48	79.133,93
Aposentadorias	23.000,00	53.000,00	11.599,14	23.198,28	14.967,34
Pensões	47.000,00	47.000,00	11.557,64	23.155,19	18.042,97
Outros Benefícios Previdenciários	35.000,00	35.000,00	5.352,93	11.046,01	46.123,62
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	956.073,00	918.073,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	1.314.006,00	1.314.006,00	63.681,65	113.516,68	99.679,67
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	165.559,17	406.047,57	363.221,88

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	1º BIM/2010	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2009	2010
Caixa	0,00	0,00	66.269,64
Bancos Conta Movimento	94.286,62	27.375,28	0,00
Investimentos	1.795.131,74	2.717.108,82	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
RECEITAS CORRENTES	555.964,00	555.964,00	94.765,94	217.387,56	219.256,76
Receita de Contribuições	555.964,00	555.964,00	94.765,94	217.387,56	219.256,76
Pessoal Civil	555.964,00	555.964,00	94.765,94	217.387,56	219.256,76
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	554.825,64	554.825,64	94.765,94	217.387,56	219.256,76
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	36,03	36,03	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	1.102,33	1.102,33	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE PARANATINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL. LRF-Cidadão - 9.10 - 27/05/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	555.964,00	555.964,00	94.765,94	217.387,56	219.256,76
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010	Jan a Abr 2009
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Prefeitura Municipal de Poconé

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 04/2010

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONE, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 0012/2010, de 12/01/2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 22/07/2010, às 08:00, Praça da Matriz, s/n, Centro, Poconé-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação nº 2/2010, na Modalidade TOMADA DE PREÇO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIO, MANUTENÇÃO,CONVERSÃO,MIGRAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS.

Poconé – Mt, 21 de Junho de 2010.

LUCINEY NATIVIDADES ALVES DOS SANTOS
Presidente Comissão Licitação

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 019/2010

O Município de Poconé-Mt por intermédio da Secretaria Municipal de Administração mediante Pregoeira designado pela Portaria nº 023/2010 de 01/02/2010, torna Publico que a Realização de Licitação na Modalidade de Pregão Presencial para **COMPRA DE MATERIAIS DE CONSUMO PNEUS, CAMARAS, BICO E PROTETOR** no dia 25/06/2010, às 08:00 horas **FOI PRORROGADA PARA O DIA 28/06/2010 às 08:00**, na forma da Lei Federal N° 10.520/02 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 Lei de Licitação e Contratos Administrativos e Alterações posteriores.

O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Poconé-Mt, no endereço, Praça da Matriz S/N, Poconé –Mt de Segunda a Sexta-feira das 07:00 ás 13:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente. Informações pelo telefone 0**65 3345 1952

Objeto da Licitação: COMPRA DE MATERIAIS DE CONSUMO PNEUS, CAMARAS, BICO E PROTETOR.

Poconé – Mt, 21 de Junho de 2010.

LUCINEY NATIVIDADES ALVES DOS SANTOS
PREGOEIRA

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia

AVISO DE CANCELAMENTO LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 014/2010

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que foi cancelado o Processo Administrativo Licitatório Modalidade: **Pregão Presencial** nº. **014/2010**. Objeto: medicamento e insumos para atender a Secretaria Municipal de Saude**,** através do Decreto nº 786/2010. Pontal do Araguaia/MT, 23 de junho de 2010. **Carlos Silva Sousa** - Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS ABRIL/2010

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº. 252/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA F CÉSAR DE CARVALHO & CIA LTDA-EPP
DISPOSIÇÕES LEGAIS: TOMADA DE PREÇOS N.º. 004/2009
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO ESTENDER O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, TENDO POR ENCERRAMENTO A DATA DE 11 DE JULHO DE 2010
VALOR: VALOR DO CONTRATO ORIGINAL
DATA: 01/04/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E DE SERVIÇOS Nº. 246/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
DISPOSIÇÕES LEGAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2009
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL, POR MAIS 242 (DUZENTOS E QUARENTA E DOIS) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 12/12/2010
VALOR: VALOR DO CONTRATO ORIGINAL
DATA: 01/04/2010

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS MAIO/2010

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 018/2008
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: SRª. ONILDA APARECIDA LEAL
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 003/2008
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 07 (SETE) MESES, O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 018, DATADO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2008, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31/12/2010, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO NA RUA CEARÁ, Nº. 151, CENTRO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
VALOR: VALOR DO CONTRATO ORIGINAL
DATA: 21/05/2010.

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

LEI Nº. 410/2010 **Em, 21 de Junho de 2010.**

"INSTITUTUI O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DE DEFICIT ATUARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Aparecido Marques Moreira, Prefeito do Município de Ribeirãozinho/MT, sanciono a seguinte Lei.

Art.1º Esta Lei dispõe sobre a forma de amortização do passivo atuarial do Município de Ribeirãozinho/MT, no valor de R$ 730.976,77 (setecentos e trinta mil e novecentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos), indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2010.

Art. 2º Fica instituído, a partir de 10 de julho de 2010, o plano de amortização para equacionamento de déficit atuarial de que trata o artigo anterior, cuja planilha de amortização consta do Anexo Único desta Lei.

§ 1º O passivo atuarial será amortizado no curso de 33 anos a uma taxa suplementar inicial de 1,33%,(um virgula trinta e três por cento) no ano de 2010 que, para os próximos 10 anos, sofrerá um acréscimo de 0,22% (zero virgula vinte e dois por cento), conforme tabela abaixo:

Plano de Amortização	
Ano	Alíquota Suplementar
2010	1,330%
2011	1,550%
2012	1,770%
2013	1,990%
2014	2,210%
2015	2,430%
2016	2,650%
2017	2,870%
2018	3,090%
2019 em Diante	3,310%

§ 2º O Plano de amortização será revisto nas avaliações atuariais anuais, sendo a sua revisão estabelecida por ato do chefe do Poder Executivo, que conterá a nova planilha de amortização.

§ 3º A planilha de amortização estabelecida em um exercício permanecerá em vigência até que seja procedida, mediante ato, a revisão anual de que trata § 2º.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

Aparecido Marques Moreira
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

Mês	Fl. Salarial com var. mensal de: 0,08295381%	Contribuição Amortizante Fl.Sal. x Taxa Contrib.	Vr. Atual Contrib. Amort. desc. a 0,486755%	N	Saldo Devedor do Deficit Atuarial
dez-09					730.976,77
jan-10	121.098,79	1.610,61	1.602,81	1	732.916,38
fev/10	121.199,25	1.611,95	1.596,37	2	734.864,09
mar/10	121.299,79	1.613,29	1.589,96	3	736.819,94
abr/10	121.400,41	1.614,63	1.583,57	4	738.783,96
mai/10	121.501,12	1.615,96	1.577,20	5	740.756,20
jun/10	121.601,91	1.617,31	1.570,87	6	742.736,69
jul/10	121.702,78	1.618,65	1.564,55	7	744.725,47
ago/10	121.803,74	1.619,99	1.558,27	8	746.722,59
set/10	121.904,78	1.621,33	1.552,00	9	748.728,07
out/10	122.005,90	1.622,68	1.545,77	10	750.741,96
nov/10	122.107,11	1.624,02	1.539,56	11	752.764,31
dez/10	122.208,40	3.250,74	3.066,74	12	753.161,86
jan/11	122.309,78	1.895,80	1.779,83	13	754.922,88
fev/11	122.411,24	1.897,37	1.772,68	14	756.690,90
mar/11	122.512,79	1.898,95	1.765,55	15	758.465,94
abr/11	122.614,42	1.900,52	1.758,46	16	760.248,03
mai/11	122.716,13	1.902,10	1.751,39	17	762.037,22
jun/11	122.817,93	1.903,68	1.744,35	18	763.833,53
jul/11	122.919,81	1.905,26	1.737,34	19	765.637,00
ago/11	123.021,78	1.906,84	1.730,36	20	767.447,66
set/11	123.123,83	1.908,42	1.723,41	21	769.265,54
out/11	123.225,96	1.910,00	1.716,48	22	771.090,68
nov/11	123.328,18	1.911,59	1.709,58	23	772.923,11
dez/11	123.430,49	3.826,35	3.405,43	24	772.840,38
jan/12	123.532,88	2.186,53	1.936,58	25	774.405,04
fev/12	123.635,35	2.188,35	1.928,80	26	775.975,50
mar/12	123.737,91	2.190,16	1.921,05	27	777.551,78
abr/12	123.840,56	2.191,98	1.913,33	28	779.133,90
mai/12	123.943,29	2.193,80	1.905,64	29	780.721,90
jun/12	124.046,11	2.195,62	1.897,98	30	782.315,80
jul/12	124.149,01	2.197,44	1.890,35	31	783.915,63
ago/12	124.251,99	2.199,26	1.882,76	32	785.521,41
set/12	124.355,06	2.201,08	1.875,19	33	787.133,18
out/12	124.458,22	2.202,91	1.867,66	34	788.750,95
nov/12	124.561,46	2.204,74	1.860,15	35	790.374,77
dez/12	124.664,79	4.413,13	3.705,35	36	789.787,34
jan/13	124.768,21	2.482,89	2.074,58	37	791.136,70
fev/13	124.871,71	2.484,95	2.066,25	38	792.490,55
mar/13	124.975,29	2.487,01	2.057,94	39	793.848,93
abr/13	125.078,96	2.489,07	2.049,67	40	795.211,84
mai/13	125.182,72	2.491,14	2.041,44	41	796.579,31
jun/13	125.286,57	2.493,20	2.033,23	42	797.951,36
jul/13	125.390,50	2.495,27	2.025,06	43	799.328,01
ago/13	125.494,51	2.497,34	2.016,92	44	800.709,29
set/13	125.598,62	2.499,41	2.008,82	45	802.095,20
out/13	125.702,80	2.501,49	2.000,75	46	803.485,78

Mês	Fl. Salarial com var. mensal de: 0,08295381%	Contribuição Amortizante Fl.Sal. x Taxa Contrib.	Vr. Atual Contrib. Amort. desc. a 0,486755%	N	Saldo Devedor do Deficit Atuarial
nov/13	125.807,08	2.503,56	1.992,71	47	804.881,04
dez/13	125.911,44	5.011,28	3.969,40	48	803.763,17
jan/14	126.015,89	2.784,95	2.195,26	49	804.877,02
fev/14	126.120,42	2.787,26	2.186,44	50	805.993,97
mar/14	126.225,05	2.789,57	2.177,65	51	807.114,03
abr/14	126.329,75	2.791,89	2.168,90	52	808.237,22
mai/14	126.434,55	2.794,20	2.160,18	53	809.363,55
jun/14	126.539,43	2.796,52	2.151,50	54	810.493,04
jul/14	126.644,40	2.798,84	2.142,86	55	811.625,69
ago/14	126.749,46	2.801,16	2.134,25	56	812.761,52
set/14	126.854,60	2.803,49	2.125,67	57	813.900,54
out/14	126.959,83	2.805,81	2.117,13	58	815.042,78
nov/14	127.065,15	2.808,14	2.108,62	59	816.188,23
dez/14	127.170,56	5.620,94	4.200,29	60	814.512,77
jan/15	127.276,05	3.092,81	2.299,93	61	815.369,59
fev/15	127.381,63	3.095,37	2.290,69	62	816.228,00
mar/15	127.487,30	3.097,94	2.281,48	63	817.088,01
abr/15	127.593,05	3.100,51	2.272,32	64	817.949,62
mai/15	127.698,90	3.103,08	2.263,18	65	818.812,85
jun/15	127.804,83	3.105,66	2.254,09	66	819.677,68
jul/15	127.910,85	3.108,23	2.245,03	67	820.544,14
ago/15	128.016,95	3.110,81	2.236,01	68	821.412,23
set/15	128.123,15	3.113,39	2.227,03	69	822.281,95
out/15	128.229,43	3.115,98	2.218,08	70	823.153,30
nov/15	128.335,80	3.118,56	2.209,16	71	824.026,30
dez/15	128.442,26	6.242,29	4.400,57	72	821.764,61
jan/16	128.548,81	3.406,54	2.389,85	73	822.341,47
fev/16	128.655,44	3.409,37	2.380,24	74	822.918,29
mar/16	128.762,17	3.412,20	2.370,68	75	823.495,08
abr/16	128.868,98	3.415,03	2.361,15	76	824.071,83
mai/16	128.975,88	3.417,86	2.351,66	77	824.648,55
jun/16	129.082,87	3.420,70	2.342,21	78	825.225,22
jul/16	129.189,95	3.423,53	2.332,80	79	825.801,85
ago/16	129.297,12	3.426,37	2.323,43	80	826.378,43
set/16	129.404,38	3.429,22	2.314,09	81	826.954,96
out/16	129.511,72	3.432,06	2.304,79	82	827.531,43
nov/16	129.619,16	3.434,91	2.295,53	83	828.107,86
dez/16	129.726,68	6.875,51	4.572,61	84	825.229,73
jan/17	129.834,30	3.726,24	2.466,16	85	825.502,20
fev/17	129.942,00	3.729,34	2.456,25	86	825.772,88
mar/17	130.049,79	3.732,43	2.446,38	87	826.041,78
abr/17	130.157,67	3.735,53	2.436,55	88	826.308,87
mai/17	130.265,64	3.738,62	2.426,76	89	826.574,15
jun/17	130.373,70	3.741,73	2.417,01	90	826.837,60
jul/17	130.481,85	3.744,83	2.407,29	91	827.099,22
ago/17	130.590,09	3.747,94	2.397,62	92	827.358,98
set/17	130.698,42	3.751,04	2.387,99	93	827.616,89
out/17	130.806,84	3.754,16	2.378,39	94	827.872,93
nov/17	130.915,35	3.757,27	2.368,83	95	828.127,08
dez/17	131.023,95	7.520,77	4.718,63	96	824.600,65
jan/18	131.132,64	4.052,00	2.529,96	97	824.542,71
fev/18	131.241,42	4.055,36	2.519,79	98	824.481,12
mar/18	131.350,29	4.058,72	2.509,67	99	824.415,84
abr/18	131.459,25	4.062,09	2.499,58	100	824.346,86
mai/18	131.568,30	4.065,46	2.489,54	101	824.274,16
jun/18	131.677,44	4.068,83	2.479,53	102	824.197,72
jul/18	131.786,67	4.072,21	2.469,57	103	824.117,51
ago/18	131.895,99	4.075,59	2.459,65	104	824.033,52
set/18	132.005,41	4.078,97	2.449,76	105	823.945,72
out/18	132.114,91	4.082,35	2.439,92	106	823.854,10
nov/18	132.224,50	4.085,74	2.430,11	107	823.758,63
dez/18	132.334,19	8.178,25	4.840,70	108	819.550,25
jan/19	132.443,97	4.383,90	2.582,25	109	819.134,22
fev/19	132.553,83	4.387,53	2.571,87	110	818.712,51
mar/19	132.663,79	4.391,17	2.561,54	111	818.285,08
abr/19	132.773,84	4.394,81	2.551,25	112	817.851,92
mai/19	132.883,98	4.398,46	2.540,99	113	817.412,99
jun/19	132.994,21	4.402,11	2.530,78	114	816.968,25
jul/19	133.104,54	4.405,76	2.520,61	115	816.517,68
ago/19	133.214,95	4.409,41	2.510,48	116	816.061,24
set/19	133.325,46	4.413,07	2.500,40	117	815.598,91
out/19	133.436,06	4.416,73	2.490,35	118	815.130,64
nov/19	133.546,75	4.420,40	2.480,34	119	814.656,42
dez/19	133.657,53	8.848,13	4.940,75	120	809.730,60
jan/20	133.768,41	4.427,73	2.460,45	121	809.222,72
fev/20	133.879,37	4.431,41	2.450,56	122	808.708,67
mar/20	133.990,43	4.435,08	2.440,71	123	808.188,43
abr/20	134.101,58	4.438,76	2.430,90	124	807.661,96
mai/20	134.212,82	4.442,44	2.421,14	125	807.129,23
jun/20	134.324,16	4.446,13	2.411,41	126	806.590,20
jul/20	134.435,58	4.449,82	2.401,72	127	806.044,84
ago/20	134.547,10	4.453,51	2.392,07	128	805.493,12
set/20	134.658,72	4.457,20	2.382,45	129	804.935,00
out/20	134.770,42	4.460,90	2.372,88	130	804.370,44
nov/20	134.882,22	4.464,60	2.363,34	131	803.799,42
dez/20	134.994,11	8.936,61	4.707,69	132	798.731,85
jan/21	135.106,09	4.472,01	2.344,39	133	798.125,94
fev/21	135.218,17	4.475,72	2.334,97	134	797.513,35
mar/21	135.330,33	4.479,43	2.325,58	135	796.894,04
abr/21	135.442,60	4.483,15	2.316,24	136	796.267,99
mai/21	135.554,95	4.486,87	2.306,93	137	795.635,16
jun/21	135.667,40	4.490,59	2.297,66	138	794.995,50
jul/21	135.779,94	4.494,32	2.288,43	139	794.348,99
ago/21	135.892,57	4.498,04	2.279,23	140	793.695,59
set/21	136.005,30	4.501,78	2.270,07	141	793.035,25
out/21	136.118,12	4.505,51	2.260,95	142	792.367,95
nov/21	136.231,04	4.509,25	2.251,87	143	791.693,64
dez/21	136.344,05	9.025,98	4.485,63	144	786.477,34

Mês	Fl. Salarial com var. mensal de: 0,08295381%	Contribuição Amortizante Fl.Sal. x Taxa Contrib.	Vr. Atual Contrib. Amort. desc. a 0,486755%	N	Saldo Devedor do Deficit Atuarial
jan/22	136.457,15	4.516,73	2.233,80	145	785.766,84
fev/22	136.570,35	4.520,48	2.224,83	146	785.049,12
mar/22	136.683,64	4.524,23	2.215,89	147	784.324,14
abr/22	136.797,02	4.527,98	2.206,98	148	783.591,85
mai/22	136.910,50	4.531,74	2.198,11	149	782.852,23
jun/22	137.024,07	4.535,50	2.189,28	150	782.105,23
jul/22	137.137,74	4.539,26	2.180,48	151	781.350,81
ago/22	137.251,50	4.543,02	2.171,72	152	780.588,93
set/22	137.365,36	4.546,79	2.162,99	153	779.819,56
out/22	137.479,31	4.550,57	2.154,30	154	779.042,66
nov/22	137.593,35	4.554,34	2.145,65	155	778.258,18
dez/22	137.707,49	9.116,24	4.274,05	156	772.885,78
jan/23	137.821,72	4.561,90	2.128,44	157	772.063,74
fev/23	137.936,05	4.565,68	2.119,88	158	771.233,89
mar/23	138.050,47	4.569,47	2.111,36	159	770.396,20
abr/23	138.164,99	4.573,26	2.102,88	160	769.550,62
mai/23	138.279,61	4.577,05	2.094,43	161	768.697,11
jun/23	138.394,31	4.580,85	2.086,01	162	767.835,63
jul/23	138.509,12	4.584,65	2.077,63	163	766.966,14
ago/23	138.624,02	4.588,45	2.069,28	164	766.088,60
set/23	138.739,01	4.592,26	2.060,97	165	765.202,96
out/23	138.854,10	4.596,07	2.052,68	166	764.309,18
nov/23	138.969,28	4.599,88	2.044,44	167	763.407,22
dez/23	139.084,56	9.207,40	4.072,44	168	757.870,93
jan/24	139.199,94	4.607,52	2.028,04	169	756.929,96
fev/24	139.315,41	4.611,34	2.019,89	170	755.980,57
mar/24	139.430,98	4.615,17	2.011,77	171	755.022,71
abr/24	139.546,64	4.618,99	2.003,69	172	754.056,34
mai/24	139.662,40	4.622,83	1.995,64	173	753.081,42
jun/24	139.778,26	4.626,66	1.987,62	174	752.097,90
jul/24	139.894,21	4.630,50	1.979,63	175	751.105,74
ago/24	140.010,26	4.634,34	1.971,67	176	750.104,89
set/24	140.126,40	4.638,18	1.963,75	177	749.095,30
out/24	140.242,64	4.642,03	1.955,86	178	748.076,93
nov/24	140.358,98	4.645,88	1.948,00	179	747.049,74
dez/24	140.475,41	9.299,47	3.880,34	180	741.341,30
jan/25	140.591,94	4.653,59	1.932,38	181	740.273,57
fev/25	140.708,57	4.657,45	1.924,61	182	739.196,77
mar/25	140.825,29	4.661,32	1.916,88	183	738.110,84
abr/25	140.942,11	4.665,18	1.909,17	184	737.015,74
mai/25	141.059,03	4.669,05	1.901,50	185	735.911,42
jun/25	141.176,04	4.672,93	1.893,86	186	734.797,83
jul/25	141.293,15	4.676,80	1.886,25	187	733.674,93
ago/25	141.410,36	4.680,68	1.878,67	188	732.542,66
set/25	141.527,66	4.684,57	1.871,12	189	731.400,98
out/25	141.645,07	4.688,45	1.863,60	190	730.249,84
nov/25	141.762,57	4.692,34	1.856,11	191	729.089,19
dez/25	141.880,16	9.392,47	3.697,31	192	723.199,88
jan/26	141.997,86	4.700,13	1.841,23	193	721.997,08
fev/26	142.115,65	4.704,03	1.833,83	194	720.784,51
mar/26	142.233,54	4.707,93	1.826,46	195	719.562,12
abr/26	142.351,53	4.711,84	1.819,12	196	718.329,86
mai/26	142.469,62	4.715,74	1.811,81	197	717.087,67
jun/26	142.587,80	4.719,66	1.804,53	198	715.835,50
jul/26	142.706,08	4.723,57	1.797,28	199	714.573,30
ago/26	142.824,46	4.727,49	1.790,05	200	713.301,02
set/26	142.942,94	4.731,41	1.782,86	201	712.018,60
out/26	143.061,52	4.735,34	1.775,70	202	710.726,00
nov/26	143.180,19	4.739,26	1.768,56	203	709.423,17
dez/26	143.298,96	9.486,39	3.522,91	204	703.343,75
jan/27	143.417,84	4.747,13	1.754,38	205	701.997,08
fev/27	143.536,81	4.751,07	1.747,33	206	700.639,89
mar/27	143.655,88	4.755,01	1.740,30	207	699.272,13
abr/27	143.775,04	4.758,95	1.733,31	208	697.893,76
mai/27	143.894,31	4.762,90	1.726,35	209	696.504,70
jun/27	144.013,68	4.766,85	1.719,41	210	695.104,92
jul/27	144.133,14	4.770,81	1.712,50	211	693.694,35
ago/27	144.252,71	4.774,76	1.705,62	212	692.272,93
set/27	144.372,37	4.778,73	1.698,76	213	690.840,62
out/27	144.492,13	4.782,69	1.691,94	214	689.397,35
nov/27	144.611,99	4.786,66	1.685,14	215	687.943,07
dez/27	144.731,95	9.581,26	3.356,73	216	681.663,78
jan/28	144.852,02	4.794,60	1.671,62	217	680.163,87
fev/28	144.972,18	4.798,58	1.664,90	218	678.652,66
mar/28	145.092,44	4.802,56	1.658,21	219	677.130,10
abr/28	145.212,80	4.806,54	1.651,55	220	675.596,13
mai/28	145.333,25	4.810,53	1.644,91	221	674.050,68
jun/28	145.453,81	4.814,52	1.638,30	222	672.493,70
jul/28	145.574,47	4.818,52	1.631,72	223	670.925,13
ago/28	145.695,23	4.822,51	1.625,16	224	669.344,90
set/28	145.816,09	4.826,51	1.618,63	225	667.752,97
out/28	145.937,05	4.830,52	1.612,13	226	666.149,26
nov/28	146.058,11	4.834,52	1.605,65	227	664.533,72
dez/28	146.179,27	9.677,07	3.198,40	228	658.044,20
jan/29	146.300,54	4.842,55	1.592,77	229	656.381,14
fev/29	146.421,90	4.846,56	1.586,37	230	654.705,95
mar/29	146.543,36	4.850,59	1.580,00	231	653.018,57
abr/29	146.664,92	4.854,61	1.573,65	232	651.318,93
mai/29	146.786,59	4.858,64	1.567,32	233	649.606,98
jun/29	146.908,35	4.862,67	1.561,03	234	647.882,63
jul/29	147.030,22	4.866,70	1.554,75	235	646.145,85
ago/29	147.152,19	4.870,74	1.548,51	236	644.396,55
set/29	147.274,25	4.874,78	1.542,28	237	642.634,67
out/29	147.396,42	4.878,82	1.536,09	238	640.860,16
nov/29	147.518,69	4.882,87	1.529,91	239	639.072,94
dez/29	147.641,07	9.773,84	3.047,53	240	632.362,25
jan/30	147.763,54	4.890,97	1.517,64	241	630.525,52
fev/30	147.886,12	4.895,03	1.511,54	242	628.675,78
mar/30	148.008,79	4.899,09	1.505,47	243	626.812,95
abr/30	148.131,57	4.903,16	1.499,42	244	624.936,98
mai/30	148.254,45	4.907,22	1.493,39	245	623.047,78

Mês	Fl. Salarial com var. mensal de: 0,08295381%	Contribuição Amortizante Fl.Sal. x Taxa Contrib.	Vr. Atual Contrib. Amort. desc. a 0,486755%	N	Saldo Devedor do Deficit Atuarial
jun/30	148.377,44	4.911,29	1.487,39	246	621.145,30
jul/30	148.500,52	4.915,37	1.481,42	247	619.229,46
ago/30	148.623,71	4.919,44	1.475,46	248	617.300,20
set/30	148.747,00	4.923,53	1.469,53	249	615.357,45
out/30	148.870,39	4.927,61	1.463,63	250	613.401,14
nov/30	148.993,88	4.931,70	1.457,75	251	611.431,19
dez/30	149.117,48	9.871,58	2.903,78	252	604.487,74
jan/31	149.241,18	4.939,88	1.446,05	253	602.466,18
fev/31	149.364,98	4.943,98	1.440,24	254	600.430,67
mar/31	149.488,88	4.948,08	1.434,46	255	598.381,13
abr/31	149.612,89	4.952,19	1.428,69	256	596.317,49
mai/31	149.737,00	4.956,29	1.422,95	257	594.239,68
jun/31	149.861,21	4.960,41	1.417,23	258	592.147,62
jul/31	149.985,53	4.964,52	1.411,54	259	590.041,24
ago/31	150.109,94	4.968,64	1.405,87	260	587.920,47
set/31	150.234,47	4.972,76	1.400,22	261	585.785,24
out/31	150.359,09	4.976,89	1.394,59	262	583.635,46
nov/31	150.483,82	4.981,01	1.388,99	263	581.471,08
dez/31	150.608,65	9.970,29	2.766,81	264	574.282,59
jan/32	150.733,59	4.989,28	1.377,84	265	572.064,38
fev/32	150.858,63	4.993,42	1.372,31	266	569.831,20
mar/32	150.983,77	4.997,56	1.366,79	267	567.583,00
abr/32	151.109,02	5.001,71	1.361,30	268	565.319,68
mai/32	151.234,37	5.005,86	1.355,83	269	563.041,18
jun/32	151.359,82	5.010,01	1.350,38	270	560.747,41
jul/32	151.485,38	5.014,17	1.344,96	271	558.438,31
ago/32	151.611,04	5.018,33	1.339,55	272	556.113,78
set/32	151.736,81	5.022,49	1.334,17	273	553.773,75
out/32	151.862,68	5.026,65	1.328,81	274	551.418,15
nov/32	151.988,66	5.030,82	1.323,47	275	549.046,90
dez/32	152.114,74	10.070,00	2.636,30	276	541.600,40
jan/33	152.240,92	5.039,17	1.312,85	277	539.172,96
fev/33	152.367,21	5.043,35	1.307,58	278	536.729,51
mar/33	152.493,61	5.047,54	1.302,32	279	534.269,96
abr/33	152.620,11	5.051,73	1.297,09	280	531.794,23
mai/33	152.746,71	5.055,92	1.291,88	281	529.302,24
jun/33	152.873,42	5.060,11	1.286,68	282	526.793,90
jul/33	153.000,23	5.064,31	1.281,51	283	524.269,14
ago/33	153.127,15	5.068,51	1.276,36	284	521.727,87
set/33	153.254,18	5.072,71	1.271,24	285	519.170,00
out/33	153.381,31	5.076,92	1.266,13	286	516.595,45
nov/33	153.508,55	5.081,13	1.261,04	287	514.004,14
dez/33	153.635,89	10.170,70	2.511,94	288	506.285,88
jan/34	153.763,33	5.089,57	1.250,92	289	503.635,91
fev/34	153.890,89	5.093,79	1.245,90	290	500.968,80
mar/34	154.018,54	5.098,01	1.240,89	291	498.284,46
abr/34	154.146,31	5.102,24	1.235,90	292	495.582,81
mai/34	154.274,18	5.106,48	1.230,94	293	492.863,75
jun/34	154.402,15	5.110,71	1.225,99	294	490.127,20
jul/34	154.530,24	5.114,95	1.221,07	295	487.373,07
ago/34	154.658,43	5.119,19	1.216,16	296	484.601,28
set/34	154.786,72	5.123,44	1.211,27	297	481.811,72
out/34	154.915,12	5.127,69	1.206,40	298	479.004,31

Mês	Fl. Salarial com var. mensal de: 0,08295381%	Contribuição Amortizante Fl.Sal. x Taxa Contrib.	Vr. Atual Contrib. Amort. desc. a 0,486755%	N	Saldo Devedor do Deficit Atuarial
nov/34	155.043,63	5.131,94	1.201,56	299	476.178,96
dez/34	155.172,25	10.272,40	2.393,46	300	468.174,38
jan/35	155.300,97	5.140,46	1.191,92	301	465.287,76
fev/35	155.429,79	5.144,73	1.187,13	302	462.382,81
mar/35	155.558,73	5.148,99	1.182,36	303	459.459,42
abr/35	155.687,77	5.153,27	1.177,61	304	456.517,51
mai/35	155.816,92	5.157,54	1.172,88	305	453.556,99
jun/35	155.946,18	5.161,82	1.168,16	306	450.577,76
jul/35	156.075,54	5.166,10	1.163,47	307	447.579,72
ago/35	156.205,01	5.170,39	1.158,79	308	444.562,78
set/35	156.334,59	5.174,67	1.154,14	309	441.526,85
out/35	156.464,27	5.178,97	1.149,50	310	438.471,83
nov/35	156.594,07	5.183,26	1.144,88	311	435.397,62
dez/35	156.723,97	10.375,13	2.280,56	312	427.091,31
jan/36	156.853,98	5.191,87	1.135,70	313	423.953,06
fev/36	156.984,09	5.196,17	1.131,13	314	420.795,21
mar/36	157.114,32	5.200,48	1.126,59	315	417.617,65
abr/36	157.244,65	5.204,80	1.122,06	316	414.420,30
mai/36	157.375,09	5.209,12	1.117,55	317	411.203,04
jun/36	157.505,64	5.213,44	1.113,06	318	407.965,77
jul/36	157.636,30	5.217,76	1.108,59	319	404.708,41
ago/36	157.767,06	5.222,09	1.104,13	320	401.430,84
set/36	157.897,93	5.226,42	1.099,70	321	398.132,96
out/36	158.028,92	5.230,76	1.095,28	322	394.814,68
nov/36	158.160,01	5.235,10	1.090,88	323	391.475,88
dez/36	158.291,21	10.478,88	2.172,98	324	382.851,52
jan/37	158.422,52	5.243,79	1.082,13	325	379.445,76
fev/37	158.553,93	5.248,14	1.077,78	326	376.019,05
mar/37	158.685,46	5.252,49	1.073,45	327	372.571,29
abr/37	158.817,10	5.256,85	1.069,13	328	369.102,36
mai/37	158.948,84	5.261,21	1.064,84	329	365.612,17
jun/37	159.080,69	5.265,57	1.060,56	330	362.100,61
jul/37	159.212,66	5.269,94	1.056,30	331	358.567,56
ago/37	159.344,73	5.274,31	1.052,05	332	355.012,92
set/37	159.476,91	5.278,69	1.047,82	333	351.436,58
out/37	159.609,21	5.283,06	1.043,61	334	347.838,44
nov/37	159.741,61	5.287,45	1.039,42	335	344.218,37
dez/37	159.874,12	10.583,67	2.070,48	336	335.258,69
jan/38	160.006,74	5.296,22	1.031,08	337	331.568,58
fev/38	160.139,47	5.300,62	1.026,94	338	327.856,09
mar/38	160.272,31	5.305,01	1.022,81	339	324.121,11
abr/38	160.405,27	5.309,41	1.018,70	340	320.363,52
mai/38	160.538,33	5.313,82	1.014,61	341	316.583,23
jun/38	160.671,50	5.318,23	1.010,53	342	312.780,10
jul/38	160.804,78	5.322,64	1.006,47	343	308.954,02
ago/38	160.938,18	5.327,05	1.002,43	344	305.104,89
set/38	161.071,68	5.331,47	998,40	345	301.232,58
out/38	161.205,30	5.335,90	994,39	346	297.336,97
nov/38	161.339,02	5.340,32	990,39	347	293.417,96
dez/38	161.472,86	10.689,50	1.972,82	348	284.104,65
jan/39	161.606,81	5.349,19	982,45	349	280.112,32
fev/39	161.740,87	5.353,62	978,50	350	276.096,10
mar/39	161.875,04	5.358,06	974,57	351	272.055,87
abr/39	162.009,32	5.362,51	970,65	352	267.991,50

Mês	Fl. Salarial com var. mensal de: 0,08295381%	Contribuição Amortizante Fl.Sal. x Taxa Contrib.	Vr. Atual Contrib. Amort. desc. a 0,486755%	N	Saldo Devedor do Deficit Atuarial
mai/39	162.143,71	5.366,96	966,75	353	263.902,89
jun/39	162.278,22	5.371,41	962,86	354	259.789,89
jul/39	162.412,83	5.375,86	959,00	355	255.652,40
ago/39	162.547,56	5.380,32	955,14	356	251.490,29
set/39	162.682,40	5.384,79	951,30	357	247.303,43
out/39	162.817,35	5.389,25	947,48	358	243.091,71
nov/39	162.952,41	5.393,72	943,67	359	238.854,99
dez/39	163.087,59	10.796,40	1.879,76	360	229.168,68
jan/40	163.222,88	5.402,68	936,10	361	224.855,19
fev/40	163.358,28	5.407,16	932,34	362	220.516,21
mar/40	163.493,79	5.411,64	928,60	363	216.151,59
abr/40	163.629,41	5.416,13	924,86	364	211.761,23
mai/40	163.765,15	5.420,63	921,15	365	207.344,97
jun/40	163.901,00	5.425,12	917,45	366	202.902,70
jul/40	164.036,96	5.429,62	913,76	367	198.434,29
ago/40	164.173,04	5.434,13	910,09	368	193.939,60
set/40	164.309,22	5.438,64	906,43	369	189.418,50
out/40	164.445,52	5.443,15	902,79	370	184.870,87
nov/40	164.581,94	5.447,66	899,16	371	180.296,56
dez/40	164.718,47	10.904,36	1.791,09	372	170.216,72
jan/41	164.855,11	5.456,70	891,95	373	165.561,99
fev/41	164.991,86	5.461,23	888,36	374	160.880,06
mar/41	165.128,73	5.465,76	884,79	375	156.170,79
abr/41	165.265,71	5.470,29	881,24	376	151.434,03
mai/41	165.402,80	5.474,83	877,70	377	146.669,66
jun/41	165.540,01	5.479,37	874,17	378	141.877,54
jul/41	165.677,33	5.483,92	870,66	379	137.057,52
ago/41	165.814,77	5.488,47	867,16	380	132.209,47
set/41	165.952,32	5.493,02	863,67	381	127.333,25
out/41	166.089,98	5.497,58	860,20	382	122.428,71
nov/41	166.227,76	5.502,14	856,75	383	117.495,72
dez/41	166.365,65	11.013,41	1.706,61	384	107.000,62
jan/42	166.503,66	5.511,27	849,88	385	101.983,36
fev/42	166.641,78	5.515,84	846,46	386	96.937,07
mar/42	166.780,01	5.520,42	843,06	387	91.861,63
abr/42	166.918,36	5.525,00	839,67	388	86.756,88
mai/42	167.056,83	5.529,58	836,30	389	81.622,68
jun/42	167.195,41	5.534,17	832,94	390	76.458,87
jul/42	167.334,10	5.538,76	829,59	391	71.265,32
ago/42	167.472,91	5.543,35	826,26	392	66.041,87
set/42	167.611,84	5.547,95	822,94	393	60.788,38
out/42	167.750,88	5.552,55	819,63	394	55.504,69
nov/42	167.890,04	5.557,16	816,33	395	50.190,65
dez/42	168.029,31	11.123,54	1.626,11	396	39.257,27
jan/43	168.168,69	5.566,38	809,79	397	33.854,88
fev/43	168.308,20	5.571,00	806,53	398	28.421,55
mar/43	168.447,81	5.575,62	803,29	399	22.957,13
abr/43	168.587,55	5.580,25	800,06	400	17.461,47
mai/43	168.727,40	5.584,88	796,85	401	11.934,40
jun/43	168.867,36	5.589,51	793,65	402	6.375,78
jul/43	169.007,44	5.594,15	790,46	403	785,43
ago/43	169.147,64	5.598,79	787,28	404	-4.836,78
set/43	169.287,96	5.603,43	784,12	405	-10.491,03
out/43	169.428,39	5.608,08	780,97	406	-16.177,47
nov/43	169.568,94	5.612,73	777,83	407	-21.896,27
dez/43	169.709,60	11.234,78	1.549,41	408	-33.292,31
jan/44	169.850,38	5.622,05	771,59	409	-39.103,78
fev/44	169.991,28	5.626,71	768,49	410	-44.948,22
mar/44	170.132,29	5.631,38	765,40	411	-50.825,80
abr/44	170.273,42	5.636,05	762,32	412	-56.736,68
mai/44	170.414,67	5.640,73	759,26	413	-62.681,03
jun/44	170.556,04	5.645,40	756,21	414	-68.659,02
jul/44	170.697,52	5.650,09	753,17	415	-74.670,81
ago/44	170.839,12	5.654,77	750,15	416	-80.716,57
set/44	170.980,84	5.659,47	747,13	417	-86.796,48
out/44	171.122,67	5.664,16	744,13	418	-92.910,69
nov/44	171.264,62	5.668,86	741,14	419	-99.059,39
dez/44	171.406,70	11.347,12	1.476,32	420	-110.943,92
		3.923,38	444.129,94		

Aparecido Marques Moreira
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE
CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2010

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que realizará Chamada Pública, no dia 01/07/2010, as 09h00min, nos termos da Lei nº. 11.947/2009, Lei 8.666/93 e 8.883/94 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e demais legislações pertinentes à matéria, visando a aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ribeirãozinho/MT. Os interessados poderão obter o edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Setor de Licitações, Fone: (66) 3415-1207/1129, no horário das 08h00min as 12h00min.

Ribeirãozinho – MT, 22 de junho de 2010.

Kênia Soares Simões - C.P. L.

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

PORTARIA Nº049/2010

DATA: 23 DE JUNHO DE 2010.
SÚMULA: Nomeia o SR. Ronaldo de Abreu Gonzales **fiscal** do Contrato Nº027/2010.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º- Nomeia o **SR. RONALDO DE ABREU GONZALES,** Engenheiro Civil sob matricula Nº1204823731 como **FISCAL** do Contrato Nº027/2010, conforme determina a cláusula quinta referente a Execução Das Obras De Pavimentação Asfáltica, na AV. Getúlio Vargas, Santos Dumont, Rua Tiradentes e Padre Anchieta no município de Santa Carmem com a Construtora E Incorporadora Berna LTDA.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SANTA CARMEM-MT, 23 DE JUNHO DE 2010

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº050/2010

DATA: 23 DE JUNHO DE 2010.
SÚMULA: Nomeia o SR. Ronaldo de Abreu Gonzales **fiscal** do Contrato Nº028/2010.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º- Nomeia o **SR. RONALDO DE ABREU GONZALES,** Engenheiro Civil sob matricula Nº1204823731 como **FISCAL** do Contrato Nº028/2010, conforme determina a cláusula quinta referente a Execução Das Obras De Pavimentação Asfáltica, na AV. Duque de Caxias, Floriano Peixoto e Manuel de Nobrega no município de Santa Carmem com a Construtora E Incorporadora Berna LTDA.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SANTA CARMEM-MT, 23 DE JUNHO DE 2010

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu

EXTRATO DO CONTRATO N°021/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT e **CONTRATADA:** SACOLÃO SANTA CRUZ LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.889.414/0001-01, estabelecida à Rua Marcelino Simão da Silva, s/n°, Bairro Centro, no Município de Santa Cruz do Xingu - MT. **CONTRATO** Nº.: 021/2010. **OBJETO:** Aquisição de 930 kg de carne bovina de 1ª e 420 kg de carne bovina de 2ª, destinadas à Escola Municipal Ricieri Berté, Escola Municipal Maria Conceição Pereira e Creche Municipal "Ivo da Silva Carvalho", para complementação da Merenda Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

a) ESCOLA MUNICIAL RICIERE BERTE:
182 - 06.002.12.364.1011.2034.339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO – Valor R$ 9.210,00
b) ESCOLA MUNICIPAL MARIA CONCEIÇAO PEREIRA:
183 - 06.002.12.364.1011.2035.339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO – Valor R$ 3.030,00
c) CRECHE MUNICIPAL IVO DA SILVA CARVALHO:
184 - 06.002.12.364.1011.2036.339030.000000 - MATERIAL DE CONSUMO – Valor R$ 1.635,00

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: R$ 10.137,00 (dez mil cento e trinta e sete reais), referente ao item 01 e R$ 3.738,00 (três mil setecentos e trinta e oito reais) referente ao item 02, proposto pela CONTRATADA, sendo pagas em parcelas mensais de acordo com a quantidade fornecida no mês correspondente.

DA VIGÊNCIA: 21/06/2010 a 31/12/2010. **DA LICITAÇÃO:** Pregão Presencial n° 007/2010. Santa Cruz do Xingu – MT, 21 de Junho de 2010. Prefeito Municipal – Eurípedes Neri Vieira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°022/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT e **CONTRATADO:** Doutor Silvio César Coelho Rogowski, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade n° 901.462 SSP/MT e do CPF n° 581.587.231-87, CRM /GO n° 13969 de 17/04/2009, residente e domiciliado à Rua Oito, nº. 180, Bairro Centro, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT. **CONTRATO** Nº.: 022/2010. **OBJETO:** prestação de serviços profissionais de médico clínico geral e serviços de ultra-sonografia em geral, para realizar plantões e atendimentos no Pronto Atendimento e Programa de Saúde da Família - PSF do município de Santa Cruz do Xingu, junto Secretaria Municipal de Saúde.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

04.002.10.301.1014.2052.33.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
04.003.10.301.1014.2043.33.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R$ 170.022,60, sendo que deste valor total, R$ 85.011,30, são despesas do Pronto Atendimento e R$ 85.011,30 despesas do Programa de Saúde da Família, sendo que o pagamento será feito em 07 parcelas, sendo a 1ª parcela no valor de R$ 7.235,04, referente a 8 dias compreendido entre os dias 23 de Junho a 30 de Junho, a ser pago até o dia 12 de Julho de 2010, as demais parcelas serão pagas no valor de R$ 27.131,26, até o 15º dia útil do mês subseqüente, pela Tesouraria Municipal, conforme disponibilidade financeira.

DO PRAZO E VIGÊNCIA/VIGÊNCIA: 23 de junho de 2010, e o término em 31 de Dezembro de 2010.

DA LICITAÇÃO: Processo Licitatório n° 019/2010, nos termos da TOMADA DE PREÇOS 008/2010.

Santa Cruz do Xingu – MT, 23 de Junho de 2010. Prefeito Municipal – Eurípedes Neri Vieira.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2010
DE 11 DE JUNHO DE 2010

"REESTRUTURA O PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal Complementar:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O serviço público centralizado no Executivo Municipal é integrado pelos seguintes quadros:
I - quadro dos cargos de provimento efetivo;
II - quadro dos cargos em comissão; e
III – funções gratificadas.
Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – cargo, o conjunto de atribuições e responsabilidades conferidas a um servidor público, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada;

II – Categoria funcional, o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de padrões e classes;

III – Carreira, o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção;

IV – Padrão, a identificação numérica do valor do vencimento da categoria funcional;

V – Classe, a graduação de retribuição pecuniária dentro da categoria funcional, constituindo a linha de promoção;

VI – Promoção, a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

CAPÍTULO II
DO QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
Seção I
Das Categorias Funcionais

Art. 3º - O quadro de cargos de provimento efetivo após a reclassificação fica integrado pelas seguintes categorias funcionais, com o respectivo número de cargos e padrões de vencimento:

DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL	Nº DE CARGOS	PADRÃO	COEFICIENTE	INICIAL
- Agente Administrativo	15	6,0	5,40	
- Agente Comunitário de Saúde	06	3,0	4,00	
- Agente de Combate às Endemias	03	3,0	4,00	
- Agente de Saúde Ambiental	02	3,0	4,00	
- Agente Sanitário	02	3,0	4,00	
- Almoxarife	03	3,0	4,00	
- Assistente Social	02	8,0	11,00	
- Assistente Odontológico	02	3,0	4,00	
- Auxiliar Administrativo	06	3,0	4,00	
- Auxiliar de Biblioteca – 20 horas	02	0,5	2,20	
- Auxiliar de Biblioteca	01	3,5	4,25	
- Auxiliar de Enfermagem	02	7,0	6,00	
- Auxiliar de Laboratório	01	3,0	4,00	
- Auxiliar de Manutenção	01	3,0	4,00	
- Auxiliar de Mecânico	01	3,0	4,00	
- Auxiliar de Saneamento	02	3,0	4,00	
- Auxiliar de Serviços Gerais	15	2,5	3,50	
- Bioquímico	01	10,0	22,50	
- Controlador Interno	01	10,0	22,50	
- Eletricista	01	7,5	8,49	
- Enfermeiro	06	9,5	17,24	
- Engenheiro Civil	01	11,0	27,74	
- Escriturário	02	6,0	5,40	
- Farmacêutico	01	9,25	13,50	
- Fiscal Tributário	02	6,0	5,40	
- Fisioterapeuta	01	9,25	13,50	
- Fonoaudiólogo	01	9,25	13,50	
- Gari	04	2,5	3,50	
- Inspetor Escolar	01	3,0	4,00	
- Mecânico	02	7,0	6,00	
- Médico Clínico Geral – 20 horas	01	11,0	25,00	
- Médico Clínico Geral	02	12,00	44,00	
- Médico Especialista* * Especialização em Obstetrícia, Ginecologia ou Pediatria	01	12,50	50,00	
- Merendeira	08	2,5	3,50	
- Monitor de Creche	08	-	Lei Específica	
- Monitor de Ônibus Escolar	06	2,5	3,50	
- Motorista Habilitação Carteira B	01	4,0	4,50	
- Motorista Habilitação Carteira C	06	5,0	5,00	
- Motorista Habilitação Carteira D	12	6,0	5,40	
- Nutricionista	01	9,25	13,50	
- Odontológo – 20 horas	01	9,0	12,00	
- Odontológo – 40 horas	01	9,5	17,24	
- Operador de Máquinas Pesadas	05	7,0	6,00	
- Operador de Motoniveladora	02	7,4	7,20	
- Operador de Escavadeira Hidráulica	01	7,5	8,49	
- Professor	40	-	Lei Específica	
- Promotor de Eventos	01	7,4	7,20	
- Psicólogo	02	9,25	13,50	
- Recepcionista	04	2,50	3,50	
- Secretário Escolar	02	-	Lei Específica	
- Secretário Executivo dos Conselhos Municipais	01	6,0	5,40	
- Técnico em Enfermagem	04	7,3	7,00	
- Técnico em Informática	02	4,0	4,50	
- Técnico em Radiologia	02	7,4	7,20	
- Treinador de Esportes	01	7,4	7,20	
- Zelador de Limpeza	15	2,5	3,50	
- Zelador de Patrimônio	15	2,5	3,50	

TABELA 01 – QUADRO DE CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

Seção II
Das Especificações Das Categorias Funcionais

Art. 4º - Especificações das categorias funcionais, para os efeitos desta Lei, é a diferenciação de cada uma relativamente às atribuições, responsabilidades e dificuldades de trabalho, bem como às qualificações exigíveis para o provimento dos cargos que a integram.

Art. 5º - A especificação de cada categoria funcional deverá conter:

I – denominação da categoria funcional;

II – padrão de vencimento;

III – descrição sintética e analítica das atribuições;

IV – condições de trabalho, incluindo o horário semanal e outras específicas;

V – requisitos para provimento, abrangendo o nível de instrução, a idade e outros especiais de acordo com as atribuições do cargo.

Art. 6º - As especificações e as atribuições das categorias funcionais reestruturadas previstas nesta Lei Complementar e as suas respectivas lotações e requisitos estão dispostas no ANEXO I, que é parte integrante da presente Lei.

Seção III
Do Recrutamento De Servidores

Art. 7º - O recrutamento para os cargos efetivos far-se-á para a classe inicial de cada categoria funcional, mediante concurso público, nos termos disciplinados no Regime Jurídico dos Servidores do Município.

Art. 8º - O servidor que por força de concurso público for provido em cargo de outra categoria funcional será enquadrado na classe A da respectiva categoria, iniciando nova contagem de tempo de exercício para fins de promoção.

Seção IV
Do Treinamento

Art. 9º - A Administração Municipal promoverá cursos, treinamentos e reciclagens para os servidores públicos municipais sempre que verificada a necessidade de melhor capacitá-los para o desempenho de suas funções e atribuições, com a finalidade de dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos e garantir a celeridade e a eficiência dos serviços públicos.

Art. 10 – O treinamento será denominado interno quando for desenvolvido pelo próprio Poder Executivo Municipal e, será denominado externo, quando o treinamento for executado por órgão ou entidade especializada.

Seção V
Da Promoção

Art. 11 – A promoção será realizada dentro da mesma categoria funcional mediante a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior.

Art. 12 – Cada categoria funcional terá cinco classes, designadas pelas letras A, B, C, D, E e F sendo esta última a final de carreira.

Art. 13 – Cada cargo se situa dentro da categoria funcional, inicialmente na classe A e a ela retorna quando vago.

Art. 14 – As promoções obedecerão ao critério de tempo de exercício em cada classe e ao de merecimento.

Art. 15 – O tempo de exercício na classe para fins de promoção para a classe seguinte será de:

I – Na classe “A” com até 10 (dez) anos;

II – Na classe “B” com mais de 10 (dez) anos até 16 (dezesseis) anos;
III – Na classe “C” com mais de 16 (dezesseis) anos até 21 (vinte e um) anos;
IV – Na classe “D” com mais de 21 (vinte e um) ano até 27 (vinte e sete) anos;
V – Na classe “E” com mais de 27 (vinte e sete) anos até 35 (trinta e cinco) anos;
VI – Na classe “F” com mais de 35 (trinta e cinco) anos

Art. 16 – Merecimento é a demonstração positiva do servidor no exercício do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuições que lhe são conferidas, bem como pela sua assiduidade, pontualidade e disciplina.

§ 1º - Em princípio, todo servidor tem merecimento para ser promovido de classe.

§ 2º - Fica prejudicado o merecimento, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção, sempre que o servidor:
I – somar duas penalidades de advertência;
II – sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;
III – completar três faltas injustificadas ao serviço;
IV- somar dez atrasos de comparecimento ao serviço e/ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada.

§ 3º - Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior iniciar-se-á nova contagem para fins do exigido para promoção.

Art. 17 – Suspendem a contagem do tempo para fins de promoção:
I – as licenças e afastamentos sem direito a remuneração;
II – os auxílios-doença no que excederem de noventa dias, mesmo quando em prorrogação, exceto os decorrentes de acidente em serviço;
III – as licenças para tratamento de saúde em pessoa da família.

Art. 18 – A promoção terá vigência a partir do mês seguinte àquele em que o servidor completar o tempo de exercício exigido para o ingresso na classe imediatamente superior.

CAPITULO III
DO QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO
Seção I
Das Categorias Funcionais dos Cargos em Comissão

Art. 19 – É o seguinte o Quadro dos Cargos em Comissão (CC) da Administração Centralizada do Executivo Municipal com o número de vagas, função e padrão de referência salarial:

Número de Cargos Denominação da Categoria Funcional (CC) Padrão
07 - *Secretários Municipais* Lei Específica
01 - Oficial de Gabinete 1,0
01 - Chefe de Gabinete 2,5
01 - Assessor de Engenharia Arquitetura e Urbanismo 4,0
01 - Assessor Cultural 2,5
01 - Assessor de Departamento de Esportes 2,5
01 - Assessor Jurídico 5,5
01 - Assessor de Imprensa 2,5
01 - Chefe do Departamento de Administração da Saúde 2,7
01 - Chefe do Departamento de Administração Escolar 2,7
01 - Chefe do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente 2,7
01 - Chefe do Departamento de Assessoria Pedagógica 2,7
01 - Coordenador do CRAS – Centro de Referencia da Assistência Social 3,8
01 - Chefe do Departamento de Água e Esgoto 2,7
01 - Chefe do Departamento de Comércio, Indústria e Turismo 2,7
01 - Chefe do Departamento de Compras e Licitações 2,7
01 - Chefe do Departamento de Contabilidade 2,7
01 - Chefe do Departamento de Engenharia e Arquitetura2,7
01 - Chefe do Departamento de Tributação e Fiscalização 2,7
01 - *Chefe do Departamento de Desenvolvimento Social*2,7
01 - *Chefe do Departamento de Esportes, Cultura e Lazer* 2,7
01 - *Chefe de Departamento de Informática* 2,7
01 - Chefe do Departamento de Planejamento 2,7
01 - Chefe do Departamento da Promoção da Saúde Pública 2,7
02 - Chefe do Departamento de Projetos Especiais 2,7
01 - Chefe do Departamento de Serviços Rurais 2,7
02 - Chefe do Departamento de Serviços Urbanos 2,7
01 - Chefe do Departamento de Patrimônio Municipal 2,7
01 - Chefe do Departamento de Recursos Humanos 2,7
01 - Chefe do Departamento do Tesouro 2,7
01 - Chefe do Departamento Municipal de Trânsito 2,7
01 - Coordenador Municipal de Convênios e Contratos 3,0
01 - Coordenador do Posto Eleitoral Função gratificada
01 - Diretor Hospitalar Função gratificada
01 - Diretor de Escola Municipal Função gratificada
01 - Diretor de Creche Municipal Função gratificada
02 - Menor Contínuo 0,30
01 - Menor Contínuo 20 horas 0,15
01 - Ouvidor Municipal 2,5
01 - Tesoureiro Função gratificada

TABELA 02 – QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

§ 1º - A critério e conveniência da Administração Pública poderá ser nomeado, por Portaria, agente para cargo em comissão de chefe de departamento, e também chefe de departamento com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

I - O coeficiente salarial do chefe de departamento com carga horária de 20 (vinte) horas semanais é equivalente a 7,20.

§2º - Os vencimentos dos secretários municipais são determinados por lei especifica.

CAPITULO IV
DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 20 – As gratificações serão a todos os servidores públicos municipais, sem prejuízo dos vencimentos previstos para a categoria funcional de origem do servidor, ficando a cargo do Chefe do Executivo.

§ 1º - As gratificações são concedidas por Portaria, sob critério e conveniência do Prefeito Municipal, e não excederão o percentual equivalente a 50% (cinqüenta por cento) dos vencimentos previstos para a categoria de origem do servidor.

§ 2º - A função gratificada de tesoureiro é excepcional, somente podendo ser privada durante os afastamentos legais do titular do cargo efetivo correspondente.

§ 3º - As gratificações são suspensas automaticamente em caso de licenças com prazo superior a 15 (quinze) dias, sendo restabelecida com o retorno ao desempenho da função gratificada.

§ 4º - As gratificações são de caráter temporário e cessam imediatamente por simples determinação do Prefeito Municipal ou pela exoneração do servidor da função gratificada.

CAPITULO V
DA JORNANDA DE TRABALHO

Art. 21 – A jornada de trabalho para os cargos integrantes desta lei é de 40 (quarenta) horas semanais e 8 (oito) horas diárias, salvo quando estiver estipulada carga horária diversa na denominação da categoria funcional dos respectivos quadros de cargos e em outros dispositivos desta lei.

Art. 22 - O adicional de plantão médico é contabilizado por hora efetivamente laborada fora da jornada de trabalho e será percebido somente pelas seguintes categorias funcionais de provimento efetivo:
I – Bioquímico;
II – Enfermeiro;
III - Médico Clínico Geral;
IV - Médico Clínico Geral – 20 horas;
V - Médico Especialista; e,
VI – Técnico em Radiologia;
VII – Técnico em Enfermagem.

§ 4º - O valor do adicional de plantão médio é calculado por hora laborada, sendo equivalente a 100% (cem por cento) sobre o valor estabelecido por cada hora normal de trabalho do servidor público municipal.

CAPITULO VI
DA TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 23º- Os vencimentos dos cargos efetivos serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos pelo valor atribuído ao padrão referencial estabelecido por Lei Municipal, conforme segue:

	COEFICIENTE SEGUNDO A CLASSE P/ TEMPO DE TRABALHO					
PADRÃO	A	B	C	D	E	F
0,52,20	2,31	2,42	2,44	2,56	2,58	
1,02,72	2,85	2,99	3,13	3,28	3,44	
1,52,81	2,95	3,09	3,24	3,40	3,57	
2,03,00	3,15	3,30	3,46	3,63	3,81	
2,53,50	3,67	3,85	4,04	4,24	4,35	
3,04,00	4,20	4,41	4,63	4,86	5,10	
3,54,25	4,36	4,47	4,69	4,91	5,16	
4,04,50	4,72	4,95	5,19	5,44	5,71	
4,54,75	4,88	5,12	5,37	5,63	5,91	
5,05,00	5,25	5,51	5,78	6,06	6,36	
5,55,19	5,44	5,71	5,99	6,29	6,60	
6,05,40	5,67	5,95	6,24	6,55	6,87	
6,55,70	5,98	6,27	6,58	6,90	8,24	
6,75	5,75	6,04	6,34	6,66	6,99	7,34
7,06,00	6,30	6,61	6,94	7,28	7,66	
7,37,00	7,35	7,72	8,11	8,52	8,95	
7,47,20	7,56	7,93	8,33	8,74	9,18	
7,58,49	8,91	9,35	9,81	10,30	10,81	
7,710,00	10,50	11,02	11,57	12,15	12,76	
8,011,00	11,55	12,12	12,72	13,35	14,01	
8,511,50	12,07	12,67	13,30	13,96	14,65	
9,012,00	12,60	13,23	13,89	14,58	15,30	
9,517,24	18,10	19,00	19,95	20,94	21,89	
9,75	17,60	18,48	19,40	20,37	21,39	22,46
9,819,36	20,30	21,40	22,41	23,53	24,71	
10,0	22,50	23,62	24,80	26,04	27,34	28,70
10,5	25,00	26,25	27,56	28,94	30,39	31,91
11,0	27,74	29,12	30,57	32,09	33,69	35,37
11,5	31,00	32,55	34,17	35,88	37,68	39,56
12,0	44,00	46,20	48,51	50,93	53,48	56,15
12,5	50,00	52,5	55,12	57,88	60,77	63,81
13,0	55,00	57,5	59,12	61,12	63,00	65,00

TABELA 03 – TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

§ 1º - O adicional de Insalubridade e periculosidade será pago a todos os servidores conforme prescreve em Lei.

§ 2º - O pagamento do adicional de insalubridade será calculado conforme estabelecido em Lei.

CAPITULO VII
DA TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 24º- Os vencimentos dos cargos em comissão serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos pelo valor atribuído ao padrão referencial estabelecido por Lei Municipal, conforme segue:

PADRÃO	COEFICIENTE
0,15	1,50
0,30	3,00
0,5	3,50
1,0	5,40
1,5	6,70
1,7	7,20
2,0	8,00
2,5	9,00
2,7	9,50
3,0	10,00
3,5	12,50
3,8	14,00
4,0	15,00
4,5	15,51
5,0	16,00
5,5	17,60
6,0	18,50
6,5	19,40
7,0	21,90
8,0	23,00

TABELA 04 – TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25º - Os vencimentos, vantagens e atribuições das categorias funcionais de Professor, de Monitor de Creche e de Secretário Escolar são determinados por leis específicas.

Art. 26º - O valor monetário atribuído ao Padrão Referencial Salarial é estabelecido por lei municipal.

Art. 27º - O piso salarial dos servidores públicos municipal de Santa Rita do Trivelato é equivalente ao coeficiente de 3,50, exceto os cargos que desempenhe funções 20 horas, e também para o cargo de menor continuo.

Art. 28º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada secretaria municipal, departamento ou gabinete que os respectivos cargos estiverem lotados.

Art. 29º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Art. 30º - Revoga-se a Lei Complementar nº 028/2009, a Lei Municipal nº 255/2007 e as demais disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato, 11 de junho de 2010.

ROBERTO JOSÉ MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

AVISO N.º 04 – DO RESULTADO PRELIMINAR E DO PRAZO RECURSAL DO SELETIVO N.º 003/2010

O Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições inerentes ao cargo, faz saber a quem possa interessar a publicação do resultado da avaliação dos Títulos, Prova Escrita e Prova Prática (para os cargos de Técnico de Enfermagem, Médico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Monitor, Agente Comunitário de Saúde, Operador de Máquina I e Operador de Máquina II), do prazo recursal contra a avaliação do resultado dos Títulos, Prova Escrita e Prova Prática do Seletivo n.º 003/2010.

Estabelece-se o prazo de recurso contra a avaliação de Títulos nos dias: 23 de Junho de 2010, junto à Secretaria Municipal de Educação de São José dos Quatro Marcos no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, sito a Av. Dr.º Guilherme Pinto Cardoso, 662, centro Cep: 78.285-000, em formulário próprio (um item por formulário). Os mesmos encontram-se disponíveis na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT.

O Resultado Final do Seletivo 003/2010 será publicado no dia 24/06/2010, no jornal local e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br.

São José dos Quatro Marcos, 23 de Junho de 2010.

João Roberto Ferlin
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
TESTE SELETIVO EDITAL 003/2010
RESULTADO APÓS PROVAS PRÁTICAS E DE TÍTULOS

CARGO/MICROAREA 09	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	35	Cleonice Mazete Carvalho	1°	11	5	3	0	19
Agente Comunitário	52	Daiane Zocal Oliveira	2°	10	4	2	2	18
Agente Comunitário	80	Vanessa Teixeira Zapeline	3°	11	2	1	2	16
Agente Comunitário	82	Eva Maria do Espírito Santo de Oliveira	4°	10	2,5	1	2	15,5
Agente Comunitário	37	Ana Paula Macedo dos Santos	5°	9	2	1	3	15
Agente Comunitário	13	Pábula Cristina da Silva	6°	6	2	2	2	12
Agente Comunitário	86	Maria Zilda Ferreira de Oliveira Gregório	7°	6	2	3	1	12
Agente Comunitário	42	Evandro Cézar da Costa	8°	8	2	0	1	11
Agente Comunitário	26	Daniel de Jesus	9°	6	2	2	0	10
Agente Comunitário	66	Maria Aparecida de Oliveira	10°	7	2	0	0	9
Agente Comunitário	67	Rogério Martins dos Santos	11°	3	2	1	0	6
CARGO/MICROAREA 10	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	84	Douglas Guilherme Girato Perez	1°	13	5	3	4	25
Agente Comunitário	68	Marcela Inês Bergamasco	2°	10	3	4	3	20
Agente Comunitário	7	Solimar Aparecida dos Santos	3°	12	4	2	2	20
Agente Comunitário	38	Janne Marques Santana	4°	12	3	3	1	19
Agente Comunitário	41	Elda Pereira Moura	5°	8	2,5	2	2	14,5
Agente Comunitário	57	Márcia Cristina Santana Muler	6°	8	2,5	1	3	14,5
Agente Comunitário	72	Alex Nascimento de Mello	7°	9	2	1	1	13
Agente Comunitário	77	Daniela Reis de Sousa	8°	7	2	1	3	13
Agente Comunitário	48	Lucimar Prieto Peres	9°	8	2	1	1	12
Agente Comunitário	45	Jeiziane Mendonça da Silva	10°	7	2	1	1	11
Agente Comunitário	9	Josefa Salete Tenório da Silva	11°	6	2	2	1	11
Agente Comunitário	46	Katiane Ferreira dos Santos	12°	5	2	2	1	10
Agente Comunitário	39	Maria Aparecida Andrade da Silva	13°	5	2	1	2	10
Agente Comunitário	74	Edmara Ribeiro de Almeida de Oliveira	14°	5	2	0	2	9
CARGO/MICROAREA 12	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	2	Elizabeti de Souza Oliveira	1°	9	5	3	2	19
Agente Comunitário	5	Diego Pereira dos Santos	2°	9	3	2	3	17
Agente Comunitário	51	Iracema Berdoni Barteli	3°	9	3,5	1	3	16,5
Agente Comunitário	17	Ana Paula de Cândio Alves	4°	9	3	2	1	15

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
TESTE SELETIVO EDITAL 003/2010
RESULTADO APÓS PROVAS PRÁTICAS E DE TÍTULOS

Agente Comunitário	43	Márcia Pereira de Chagas	5°	10	3	1	1	15
Agente Comunitário	30	Jakeline Severino Teixeira	6°	7	2,5	2	1	12,5
Agente Comunitário	18	Eva Cristina Marques dos Santos	7°	9	2,5	0	1	12,5
Agente Comunitário	20	Vaneci Garcia Lopes	8°	10	2,5	0	0	12,5
Agente Comunitário	65	Valquíria de Moura Medeiros	9°	6	3	2	1	12
Agente Comunitário	22	Maria Marcolina Costa Florêncio	10°	7	3	2	0	12
Agente Comunitário	73	Renata Rodrigues Oliveira	11°	5	2,5	1	1	9,5
CARGO/MICROAREA 22	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	71	Regiane Fátima Pazeto	1°	9	2,5	3	1	15,5
Agente Comunitário	55	Maria José de Souza Santos	2°	7	4	1	3	15
Agente Comunitário	32	Vanessa da Silva dos Santos	3°	7	3	2	2	14
Agente Comunitário	31	Fátima Xavier de Sene	4°	6	2,5	1	3	12,5
Agente Comunitário	15	Luciana de Jesus Cebalho	5°	6	2	1	2	11
Agente Comunitário	4	Andréia Garcia da Silva Alves	6°	6	2	2	1	11
Agente Comunitário	59	Elenilza Silva dos Santos	7°	6	2	1	1	10
Agente Comunitário	25	Glaciane do Socorro Gonçalves	8°	3	2	0	1	6
CARGO/MICROAREA 28	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	19	Claudiana Alves Ferreira	1°	10	5	1	2	18
Agente Comunitário	69	Nei Braga Caldeira	2°	8	5	2	1	16
Agente Comunitário	91	Renato Gonçalves Obara	3°	6	5	1	2	14
CARGO/MICROAREA 40	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	44	Geraldo de Oliveira Barbosa	1°	9	2,5	1	2	14,5
Agente Comunitário	61	Cleonice Almisse Mariano	2°	9	3	1	1	14
Agente Comunitário	47	Eliana Vieira da Silva	3°	5	2	2	1	10
Agente Comunitário	62	Ronaldo Pereira Palermo	4°	4	2	1	1	8
CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	C. ESPEC.	ENTREVISTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FINAL
Agente Comunitário	12	Antônio Marcos Santana	Ausente					
Agente Comunitário	23	Aparecida Nogueira	Ausente					
Agente Comunitário	83	Fernanda Cristina da Cunha	Ausente					
Agente Comunitário	76	Marilza Alves de Souza	Ausente					
Agente Comunitário	33	Patrícia Santiago de Brito	Ausente					
Agente Comunitário	29	Renato Paiva	Ausente					
Agente Comunitário	36	Rosimeire Ferreira da Silva	Ausente					

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
TESTE SELETIVO EDITAL 003/2010
RESULTADO APÓS PROVAS PRÁTICAS E DE TÍTULOS

CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PORTUGUES	MATEMATICA	C. ESPEC.	CURRÍCULO	FINAL
Fisioterapeuta	27	Ivana Suellem Torres Primon	1°	4	2	9	25	40
Fisioterapeuta	10	Irving Michell Martins Ferreira	2°	2	2	9	7	20
Fonoaudióloga	94	Aline Thantielle Sanches Rodrigues	Ausente					
CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PORTUGUES	MATEMATICA	ESPECIFICO	CURRÍCULO	FINAL
Médico	28	Casto Nery Suarez Castedo	1°	5	1	5	30	41,00
Médico	54	Renata Theresa Monforte Baldo	2°	9	8	9	10	36,00
CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PORTUGUES	MATEMATICA	C. GERAIS	C.ESPEC.	FINAL
Monitor	88	José Aparecido Alves de Oliveira	1°	7	7	4	4	22
Monitor	11	Mara Gleicer Neves	2°	7	5	4	4	20
Monitor	93	Claudiani Correa Viana	4°	6	5	4	3	18
Monitor	78	Jeferson Renato Uliana	3°	4	6	4	4	18
Monitor	58	Alexandra Maurícia Valero Caires	5°	5	3	3	4	15
Monitor	8	Daniel João da Silva	6°	4	4	5	2	15
Monitor	90	Abraão do Carmo de Oliveira	7°	4	5	3	2	14
Monitor	87	Veronica Soares de Oliveira	8°	5	2	2	3	12
Monitor	92	Laiz Ferreira Valério	9°	4	3	2	2	11
Monitor	70	Patrícia Chaves de Oliveira	Ausente					
CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PORTUGUES	MATEMATICA	C. GERAIS	PRÁTICA	FINAL
Operador de Maquina I	14	Leandro Santos de Souza		2	5	7	Ausente	14,00
CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PORTUGUES	MATEMATICA	C. GERAIS	PRÁTICA	FINAL
Operador de Maquina II	1	Waldir Marcos de Souza	1°	4	5	5	17,50	31,5
Operador de Maquina II	50	Gedivaldo Oliveira da Silva	2°	4	8	5	12,50	29,5
Operador de Maquina II	63	Jose Carlos Xavier de Sene	3°	1	5	1	17,50	24,5
Operador de Maquina II	21	Eber Ilídio da Silva	Ausente					
CARGO	Nº Inscrição	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PORTUGUES	MATEMATICA	C. ESPEC.	CURRÍCULO	FINAL
Técnico de Enfermagem	56	Rutilene Silva de Oliveira	1°	4	1	5	17,5	27,5
Técnico de Enfermagem	3	Marcia Santa de Almeida	2°	4	1	5	15	25
Técnico de Enfermagem	60	Francisca Cordeiro da Silva	3°	2	3	2	17,5	24,5
Técnico de Enfermagem	49	Célia Bertolin	4°	3	2	3	15	23
Técnico de Enfermagem	85	Marcia da Silva Carvalho	5°	3	0	3	12	18
Técnico de Enfermagem	79	Maria Lima da Silva	6°	5	3	4	0	12

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
TESTE SELETIVO EDITAL 003/2010
RESULTADO APÓS PROVAS PRÁTICAS E DE TÍTULOS

Técnico de Enfermagem	6	Jaini Viana dos Santos	7°	0	3	2	5	10
Técnico de Enfermagem	89	Divino Rosário Alves	8°	3	3	1	2,5	9,5
Técnico de Enfermagem	53	Walquiria Peres Gregório	9°	2	2	3	2,5	9,5
Técnico de Enfermagem	16	Alice do Espírito Santos Rodrigues	10°	3	3	1	0	7
Técnico de Enfermagem	40	Maricirlene Costa da Silva	11°	1	1	1	0	3
Técnico de Enfermagem	24	Maria Aparecida Bortolozo Pina	Ausente					
Técnico de Enfermagem	75	Tercio Garcia de Miranda	Ausente					

AVISO N.º 04 – DO RESULTADO PRELIMINAR E DO PRAZO RECURSAL DO SELETIVO N.º 003/2010

O Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições inerentes ao cargo, faz saber a quem possa interessar a publicação do resultado da avaliação dos Títulos, Prova Escrita e Prova Prática (para os cargos de Técnico de Enfermagem, Médico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Monitor, Agente Comunitário de Saúde, Operador de Máquina I e Operador de Máquina II), do prazo recursal contra a avaliação do resultado dos Títulos, Prova Escrita e Prova Prática do Seletivo n.º 003/2010.

Estabelece-se o prazo de recurso contra a avaliação de Títulos nos dias: 23 de Junho de 2010, junto à Secretaria Municipal de Educação de São José dos Quatro Marcos no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, sito a Av. Dr.º Guilherme Pinto Cardoso, 662, centro Cep: 78.285-000, em formulário próprio (um item por formulário). Os mesmos encontram-se disponíveis na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT.

O Resultado Final do Seletivo 003/2010 será publicado no dia 24/06/2010, no jornal local e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br.

São José dos Quatro Marcos, 23 de Junho de 2010.

João Roberto Ferlin
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Sapezal

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RELAÇÃO DE INSCRITOS

CARGO: ZELADORA PARA ESCOLAS DO CAMPO

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
001	Andrea Camargo Borges
002	Ivani Vogt
003	Rosangela Monteiro
004	Lucia do Nascimento Silva
005	Danielle Cássia da Silva
006	Ilma Soares Ferreira

Sapezal, 30 de janeiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RESULTADO

CARGO: ZELADORA PARA ESCOLAS DO CAMPO

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	NOTA
001	Andrea Camargo Borges	8,6
002	Ivani Vogt	Não compareceu
003	Rosangela Monteiro	Não compareceu
004	Lucia do Nascimento Silva	Não compareceu
005	Danielle Cássia da Silva	Não compareceu
006	Ilma Soares Ferreira	Não compareceu

Sapezal, 05 de fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

CARGO: ZELADORA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Nota
063	Simoni Dantas Brito	9,6
004	Juraci Simões de Souza	9,0
011	Vaneuza de Aquino Turati	9,0
014	Vander Lucia F. Lima Andrade	9,0
050	Antonia Lopes dos Reis	9,0
052	Ana Maria da Silva	9,0
071	Roziane Apª Antunes Baifus	9,0
028	Vânia Magalhães Rauta	9,0
017	Mirian Cristina Alves Albuês	8,6
015	Vitalina Nascimento D. Silva	8,6
042	Mirian Josefa de Oliveira	8,6
061	Anne Anthonielly Rondon	8,4
057	Antonilda dos Santos Avila	8,0
018	Cleudilene Souza Melo	8,0
046	Marta Guedes da Silva	8,0
083	Cícera Rodrigues da Silva	8,0
022	Gisleia Camargo Borges	8,0
029	Rosane de Souza	8,0
044	Marcia Cristina Martins	8,0
024	Andréia Leal Almeida Vieira Taschin	8,0
023	Ana Patrícia Feitoza	8,0
008	Marcia Cavalcante	8,0
010	Ednéia da Silva Lima	8,0
094	Ana Cristina Ramos da Silva	8,0
087	Josceli Baptista C. Silva	7,6
047	Lucinete Maria de Figueiredo	7,6
027	Sirlene de Morais	7,6
030	Juliana Aparecida Xavier	7,6
066	Isabel Maria dos Anjos Silva	7,0
068	Divanilda Pereira Neves	7,0
074	Carmem Denize Sartori	7,0
026	Kelly Janaina de Souza	7,0
095	Almerinda Ramalho	7,0
003	Odeth Bastos Carmona	7,0
062	Cirlei de Sales	7,0

055	Regilaine Pinto da Silva	7,0
065	Dinair Alves dos Santos Nascimento	7,0
084	Sheyla Gonçalves Cardoso	7,0
037	Poliana Gonçalves T. Onório	7,0
032	Luciana cos Cordeiro	6,6
012	Zaita Medrado dos Santos	6,6
054	Katia C. Linhares	6,6
092	Claudineia Maciel Nogueira	6,6
013	Graciene de Oliveira	6,2
082	Sonia Maria de Souza Amaral	6,0
085	Maria das Dores sena de melo	6,0
041	Jucineide Euzebio	6,0
069	Maria Aparecida de Oliveira	6,0
073	Maria Raimunda S. Gonçalves	6,0
081	Clarice Carlos da Cruz	6,0
080	Antonia Gomes da Silva	6,0
076	Elisiane de Araújo	6,0
049	Leiliane Pereira Correa	6,0
021	Cremilda de Souza Paula	6,0
075	Marta Ferreira da Silva	6,0
038	Sheila Alves Pereira	6,0
051	Linda Genis Caceres Nunes	6,0
077	Marilza Gomes Monteiro	6,0
	Antônia Conceição Santos	6,0
058	Elizabete Rodrigues da Silva	5,0
048	Vera Lucia Acunha	5,0
072	Zenaide Barbosa dos Santos	5,0
040	Diolicia Raimunda de Jesus	5,0
091	Adriana Simplício Rodrigues dos Santos	5,0
089	Clarice Rodrigues de Souza	5,0
001	Sandra Calado da Silva	Não classificada
002	Ana Maria da Silva Assunção	Não classificada
005	Maria Luiza C. de Oliveira	Não classificada
006	Angelita Gomes da Silva	Não classificada
007	Meire Lucia de Arruda	Não classificada
009	Rosalina Purquerio de Assunção	Não classificada
016	Gilzangela F. Rodrigues	Não classificada
019	Aparecida Rosa de Oliveira	Não classificada
020	Dinalva Amorim Souza	Não classificada
025	Maria Lúcia Alves da Silva	Não classificada
031	Luciene Antunes Oliveira	Não classificada
033	Erivalda Nogueira de Assunção	Não classificada
034	Cleuza Ferreira	Não classificada
035	Célia Batista Fernandes	Não classificada
036	Cirlene Pires Candido	Não classificada
039	Luciene da Silva Rodrigues	Não classificada
043	Rosalina Alves de Sousa	Não classificada
045	Erika paro Xavier	Não classificada
053	Susana de Souza M. Silva	Não classificada

056	Maria Aparecida Alves	Não classificada
059	Rosemeire Bernardo Martins	Não classificada
060	Dalva Fernandes Oliveira	Não classificada
064	Elaine Cristina D. da Cruz	Não classificada
067	Marineia Enis	Não classificada
070	Iara Barbosa Araújo	Não classificada
078	Sueli de Oliveira Monteiro	Não classificada
079	Elane Silva Araújo	Não classificada
086	Marilza Lucia da Costa	Não classificada
088	Antonia da Conceição Dantas	Não classificada
090	Gloria Maria da Costa	Não classificada
093	Elisandra Marques da Silva Weiland	Não classificada

Sapezal, 08 de fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece a Convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

CARGO: ZELADORA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
050	Antonia Lopes dos Reis

O candidato aprovado e convocado, terá 03 *(três)* dias úteis contados a partir da publicação do presente edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.
* Cópias: CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos

Exame Médico Admissional realizado pelo Médico do Trabalho

* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;

Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;

Nº do PIS/PASEP;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal.

Sapezal, 22 de Junho de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin

Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal

Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RELAÇÃO DE INSCRITOS

CARGO: ZELADORA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Telefone
001	Sandra Calado da Silva	9607-5870
002	Ana Maria da Silva Assunção	9925-1783
003	Odeth Bastos Carmona	9996-6757
004	Juraci Simões de Souza	9927-3767
005	Maria Luiza C. de Oliveira	9965-1281
006	Angelita Gomes da Silva	3383-2262
007	Meire Lucia de Arruda	3383-1158
008	Marcia Cavalcante	3383-1097/ 9953-0440
009	Rosalina Purquerio de Assunção	9941-4997/9947-3781
010	Ednéia da Silva Lima	9907-5498
011	Vaneuza de Aquino turati	9613-3879
012	Zaita Medrado dos Santos	3383-2469
013	Graciene de Oliveira	(69) 9914-9037
014	Vander Lucia F. Lima Andrade	9939-6899
015	Vitalina Nascimento D. Silva	9263-6763
016	Gilzangela F. Rodrigues	
017	Mirian Cristina Alves Albuês	9929-0297
018	Cleudilene Souza Melo	8423-7886
019	Aparecida Rosa de Oliveira	9929-0664
020	Dinalva Amorim Souza	9931-5434
021	Cremilda de Souza Paula	9935-2062
022	Gisleia Camargo Borges	9608-1138
023	Ana Patrícia Feitoza	9942-8171
024	Andréia Leal Almeida Vieira Taschin	9953-6381
025	Maria Lúcia Alves da Silva	9949-7596
026	Kelly Janaina de Souza	9951-6456
027	Sirlene de Morais	9607-7496
028	Vânia Magalhães Rauta	8165-8002/8121-3561
029	Ana Lúcia de Melo Silva	9932-8203
030	Juliana Aparecida Xavier	9964-1472
031	Luciene Antunes Oliveira	9964-6736
032	Luciana costa Cordeiro	9902-8471
033	Erivalda Nogueira de Assunção	9953-4108
034	Cleuza Ferreira	9958-4060
035	Célia Batista Fernandes	8121-3070
036	Cirlene Pires Candido	9946-9521
037	Poliana Gonçalves T. Onório	9916-0942
038	Sheila Alves Pereira	9608-7922
039	Luciene da Silva Rodrigues	9608-7922
040	Diolicia Raimunda de Jesus	9617-1025
041	Jucineide Euzebio	9624-5688
042	Mirian Josefa de Oliveira	9912-0348
043	Rosalina Alves de Sousa	9963-8889
044	Marcia Cristina Martins	9935-6935
045	Erika paro Xavier	9946-7717
046	Marta Guedes da Silva	9605-1820
047	Lucinete Maria de Figueiredo	9605-3021
048	Vera Lucia Acunha	9959-2752
049	Leiliane Pereira Correa	(69) 9976-6338
050	Antonia Lopes dos Reis	8142-3427
051	Linda Genis Caceres Nunes	9614-7537
052	Ana Maria da Silva	9995-0047
053	Susana de Souza M. Silva	9959-2761
054	Katia C. Linhares	9921-1570
055	Regilaine Pinto da Silva	9911-3416
056	Maria Aparecida Alves	9976-6876
057	Antonilda dos Santos Avila	9982-5329
058	Elizabete Rodrigues da Silva	9967-3149
059	Rosemeire Bernardo Martins	9936-8427
060	Dalva Fernandes Oliveira	9602-1343
061	Anne Anthonielly Rondon	9979-0911
062	Cirlei de Sales	9957-9100
063	Simoni Dantas Brito	9915-2647
064	Elaine Cristina D. da Cruz	9602-2282
065	Dinair Alves dos Santos Nascimento	9976-6696
066	Isabel Maria dos Anjos Silva	9911-5593
067	Marineia Enis	9917-4171

068	Divanilda Pereira Neves	9936-8405
069	Maria Aparecida de Oliveira	9624-9125
070	Iara Barbsa Araújo ijo	9903-2318
071	Roziane Apª Antunes Baifus	9956-9701
072	Zenaide Barbosa dos Santos	9913-1749
073	Maria Raimunda S. Gonçalves	9909-9396
074	Carmem Denize Sartori	9956-8474
075	Marta Ferreira da Silva	9932-5225
076	Elisiane de Araújo	9975-3427
077	Marilza Gomes Monteiro	(69) 9984-1377
078	Sueli de Oliveira Monteiro	(69) 9984-1377
079	Elane Silva Araújo	9913-6599
080	Antonia Gomes da Silva	9967-3093
081	Clarice Carlos da Cruz	9613-9734
082	Sonia Mca de Souzauza Amaral	9922-6474
083	Cícera Rodrigues da Silva	9607-6920
084	Sheyla Gnçalves Cai Cardoso	9983-5758
085	Maria das Dores sena de melo	9917-4608
086	Marilza Lucia da Costa	9948-8628
087	Josceli Baptista C. Silva	9998-7900
088	Antonia da Conceição Dantas	9964-0659
089	Clarice Rdrigues de :de Souza	9986-5476
090	Gloria Maria da Costa	
091	Adriana Simplício Rodrigues dos Santos	9995-5938
092	Claudineia Maciel Nogueira	9967-6475
093	Elisandrelarques das da Silva Weiland	9963-5422

Sapezal, 30 de janeiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RESULTADO

CARGO: ZELADORA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Nota
063	Simoni Dantas Brito	9,6
004	Juraci Simões de Souza	9,0
011	Vaneuza de Aquino Turati	9,0
014	Vander Lucia F. Lima Andrade	9,0
050	Antonia Lopes dos Reis	9,0
052	Ana Maria da Silva	9,0
071	Roziane Apª Antunes Baifus	9,0
028	Vânia Magalhães Rauta	9,0
017	Mirian Cristina Alves Albuês	8,6
015	Vitalina Nascimento D. Silva	8,6
042	Mirian Josefa de Oliveira	8,6
061	Anne Anthonielly Rondon	8,4
057	Antonilda dos Santos Avila	8,0
018	Cleudilene Souza Melo	8,0
046	Marta Guedes da Silva	8,0
083	Cicera Rodrigues da Silva	8,0
022	Gisleia Camargo Borges	8,0
029	Rosane de Souza	8,0
044	Marcia Cristina Martins	8,0
024	Andréia Leal Almeida Vieira Taschin	8,0
023	Ana Patrícia Feitoza	8,0
008	Marcia Cavalcante	8,0
010	Ednéia da Silva Lima	8,0
094	Ana Cristina Ramos da Silva	8,0
087	Josceli Baptista C. Silva	7,6
047	Lucinete Maria de Figueiredo	7,6
027	Sirlene de Morais	7,6
030	Juliana Aparecida Xavier	7,6
066	Isabel Maria dos Anjos Silva	7,0
068	Divanilda Pereira Neves	7,0
074	Carmem Denize Sartori	7,0
026	Kelly Janaina de Souza	7,0
095	Almerinda Ramalho	7,0
003	Odeth Bastos Carmona	7,0
062	Cirlei de Sales	7,0
055	Regilaine Pinto da Silva	7,0
065	Dinair Alves dos Santos Nascimento	7,0
084	Sheyla Gonçalves Cardoso	7,0
037	Poliana Gonçalves T. Onório	7,0
032	Luciana cos Cordeiro	6,6
012	Zaita Medrado dos Santos	6,6
054	Katia C. Linhares	6,6
092	Claudineia Maciel Nogueira	6,6
013	Graciene de Oliveira	6,2
082	Sonia Maria de Souza Amaral	6,0
085	Maria das Dores sena de melo	6,0
041	Jucineide Euzebio	6,0
069	Maria Aparecida de Oliveira	6,0
073	Maria Raimunda S. Gonçalves	6,0
081	Clarice Carlos da Cruz	6,0
080	Antonia Gomes da Silva	6,0
076	Elisiane de Araújo	6,0
049	Leiliane Pereira Correa	6,0
021	Cremilda de Souza Paula	6,0
075	Marta Ferreira da Silva	6,0
038	Sheila Alves Pereira	6,0
051	Linda Genis Caceres Nunes	6,0
077	Marilza Gomes Monteiro	6,0
	Antônia Conceição Santos	6,0
058	Elizabete Rodrigues da Silva	5,0
048	Vera Lucia Acunha	5,0
072	Zenaide Barbosa dos Santos	5,0
040	Diolicia Raimunda de Jesus	5,0
091	Adriana Simplício Rodrigues dos Santos	5,0
089	Clarice Rodrigues de Souza	5,0
001	Sandra Calado da Silva	Não classificada
002	Ana Maria da Silva Assunção	Não classificada
005	Maria Luiza C. de Oliveira	Não classificada
006	Angelita Gomes da Silva	Não classificada
007	Meire Lucia de Arruda	Não classificada
009	Rosalina Purquerio de Assunção	Não classificada
016	Gilzangela F. Rodrigues	Não classificada
019	Aparecida Rosa de Oliveira	Não classificada
020	Dinalva Amorim Souza	Não classificada
025	Maria Lúcia Alves da Silva	Não classificada
031	Luciene Antunes Oliveira	Não classificada
033	Erivalda Nogueira de Assunção	Não classificada
034	Cleuza Ferreira	Não classificada
035	Célia Batista Fernandes	Não classificada
036	Cirlene Pires Candido	Não classificada
039	Luciene da Silva Rodrigues	Não classificada
043	Rosalina Alves de Sousa	Não classificada
045	Erika paro Xavier	Não classificada
053	Susana de Souza M. Silva	Não classificada
056	Maria Aparecida Alves	Não classificada
059	Rosemeire Bernardo Martins	Não classificada
060	Dalva Fernandes Oliveira	Não classificada
064	Elaine Cristina D. da Cruz	Não classificada
067	Marineia Enis	Não classificada
070	Iara Barbosa Araújo	Não classificada
078	Sueli de Oliveira Monteiro	Não classificada
079	Elane Silva Araújo	Não classificada
086	Marilza Lucia da Costa	Não classificada
088	Antonia da Conceição Dantas	Não classificada
090	Gloria Maria da Costa	Não classificada
093	Elisandra Marques da Silva Weiland	Não classificada

Sapezal, 05 de fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

Prefeitura Municipal de Sinop

LEI Nº 1337/2010

DATA: **17 de junho de 2010**

SÚMULA: Dispõe sobre a proibição, no âmbito municipal, do ingresso e permanência de pessoas utilizando capacete, ou equipamento similar que dificulte a identificação, nos estabelecimentos públicos e privados e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica proibido, no âmbito municipal, o ingresso e permanência de pessoas utilizando capacete ou equipamento similar que dificulte a identificação, nos estabelecimentos públicos e privados.

§1º. Os bonés não se enquadram na proibição, salvo se estiverem sendo utilizados de forma a ocultar a face do usuário.

§2º. Nos postos de combustíveis, o condutor e o passageiro deverão retirar o capacete antes de serem atendidos pelos frentistas e durante sua permanência no local.

Art. 2º. A pessoa que se recusar a retirar o capacete ou equipamento similar não será atendida e a polícia, por medida de precaução, poderá ser acionada.

Art. 3º. Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata a presente Lei deverão fixar nos locais de entrada aviso contendo a vedação ao uso de capacete ou equipamento similar.

Parágrafo único. No aviso de que trata o *caput* deverá conter o número da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº1077/2008, de 23 de dezembro de 2008.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 17 de junho de 2010

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Eleva o Nível em Linha Atuarial Horizontal dos servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Elevar o Nível em Linha Atuarial Horizontal dos servidores que menciona, a partir de 01 de junho de 2010, conforme segue:

NOME	CARGO
ADRIANA ANICETO DE SOUZA	Professor c/ Gratificação de Capacitação Nível II 40 h
ADRIANA MARIA MAGALHÃES PINHEIRO	Professor c/ Gratificação de Capacitação Nível II 40 h
CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SOUZA	Professor c/ Gratificação de Capacitação Nível II 40 h
JANICE KARNIKOWSKI TONIN	Professor c/ Gratificação de Capacitação Nível II 40 h
LUCIANE RODRIGUES DE LIMA E SILVA	Professor c/ Gratificação de Capacitação Nível II 20 h
MARCIA DE MELO SOUZA	Professor c/ Gratificação de Capacitação Nível II 40 h

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258/2010

DATA: 21 de junho de 2010

SÚMULA: Concede a servidora efetiva DENISE MICHELLE BELINCANTA, ocupante do cargo de Prof. Lic. em Letras C/Pós 20 h, Referência CE-20, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de dois (02) anos.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe o art. 137, da Lei 254, de 29 de março de 1993.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora efetiva DENISE MICHELLE BELINCANTA, ocupante do cargo de Prof. Lic. em Letras C/Pós 20 h, Referência CE-20, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de dois (02) anos, nos termos do art. 113, inciso VIII, da Lei 254, de 29 de março de 1993, a partir de 01 de junho de 2010.

Art. 2º. Feita às anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 259/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado, os servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, os servidores que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃO
VANDA NOVAIS RIBEIRO SALTARELI	Assistente de Div. Suporte Técnico	04	01.06.2010
LORENA MARIA SEGER MALDANER	Coordenador de Div. De Assuntos e Projetos Comunitários	07	01.06.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro comissionado, a servidora que menciona:

NOME	CARGO	CC	EXONERAÇÃO
MARGARETE DE FÁTIMA PALUDO GEUDA	Supervisor de Departamento de Trabalho e Renda	08 A	16.06.2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 261/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro comissionado, o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro comissionado, o servidor que menciona:

NOME	CARGO	CC	EXONERAÇÃO
FERNANDO FERONATTO	Procurador Jurídico - 20 horas/ PREVI-SINOP	12	21.06.2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

PORTARIA Nº 262/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Destitui a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Destituir, a servidora que menciona, a partir de 01 de junho de 2010:

NOME	CARGO	CC
INÊS DE FÁTIMA MARTINS G. BRAZ LUMBRERAS	Chefe do Setor de Impostos e Taxas	02

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, a servidora que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃO
INÊS DE FÁTIMA MARTINS G. BRAZ LUMBRERAS	Assistente de Divisão do CAPS	04	01.06.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 264/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, a servidora que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃO
CLAUDINEIA FERREIRA ALVES	Coord. de Div. Administrativa	06 A	18.06.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 265/2010
DATA: 21 de junho de 2010
SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, a servidora que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃO
MARIA DE LOURDES SOUZA LANGE CORREIA	Sup. do Depto. de Trabalho e Renda	08 A	17.06.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 21 de junho de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Sorriso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS E CLASSES Nº. 040/2010

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SORRISO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.239.076/0001-62, estabelecido com sua sede administrativa, na Avenida Porto Alegre, nº. 2525 - Centro, por deliberação da Comissão do certame, torna público a CONVOCAÇÂO do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação, que visa à contratação temporária de profissionais na área da Educação, em razão de excepcional interesse público, dos cargos e vagas constantes no edital n. 007/2009, de 03 de Dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 04 de dezembro de 2009, convidando os profissionais a se apresentarem no DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Avenida Porto Alegre, nº. 2525, Centro, Sorriso - MT, para firmar contrato temporário no referido cargo. Os referidos candidatos deverão comparecer no dia 24 de junho de 2010, das 7:00 às 11:00 horas.

I - Instruções Gerais

1- A chamada para escolha de aulas ou classes obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, sendo que, se o candidato não estiver no dia, hora e local abaixo mencionados ou, estando presente não aceitar as aulas ou classes será chamado imediatamente o próximo candidato.

2- O candidato convocado deverá comparecer munido da Carteira de Identidade.

3- O candidato que for pedir acúmulo deverá estar de posse do horário do primeiro emprego, caso contrário não terá as aulas ou classes atribuídas.

4- O Candidato que não comparecer no ato de atribuição das aulas ou classes, ou que comparecendo não aceitá-las, sob qualquer alegação, será desclassificado do processo seletivo.

4.1 – Para as atribuições durante o ano letivo os candidatos serão convocados através de Edital publicado com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência, afixados no mural da Prefeitura e na Secretaria Municipal de Educação.

5 – Os candidatos serão contratados por tempo determinado nos termos da lei Complementar nº. 044/2006 e de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

6 – É dever exclusivo de o candidato manter-se informado sobre os eventos e prazos do presente Processo Seletivo, conforme disposto no Edital 007/2009.

7 – No caso deste Edital vir a sofrer alterações, ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser

respeito, tal circunstância será mencionada em Adendo ao presente Edital, publicado conforme disposto no Edital 007/2009.

8 – Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, e, quando necessário, em conjunto com a Comissão de Processo Seletivo.

II – CRONOGRAMA PARA COMPARECIMENTO

Professor	Carga Horária	Data	Horário de Inicio
Ciências	40 h	24/06/2010	7 h
16	SILVANA DE LIMA ROSSATTI		

Sorriso - MT, 23 de junho de 2010.

Certifico que este edital foi registrado nesta secretaria e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 18 / 06/ 2010.

RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS
Secretário Municipal Administração
Decreto nº. 067/2009

CLOMIR BEDIM
Prefeito Municipal

RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS
Secretário de Administração

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte

EDITAL DE RESULTADO

PROCESSO Nº. 51/2010 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2010.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, nomeada pela portaria nº. 01/2010, torna publico o processo de licitação, regido pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores, sendo Processo 51/2010 na Modalidade Pregão Presencial 38/2010, tendo como objeto: **Aquisição parcelada** de Produtos de Higienização para atender as necessidades das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Administração e Obras, tendo como vencedora do certame a empresa TRIZOTTO & CIA LTDA - ME.

Terra Nova do Norte - MT, 22 de junho 2010.

Elizangela de O. A. dos Santos
Pregoeira

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03.2010

PROCESSO DE DISPENÇA Nº: 003/2010
OBJETO: Terceirização de serviços de transporte escolar, com destino a Escola Municipal São Sebastião do Morro, durante o ano letivo de 2010.
CONTRATADO: Vilazio Piskor
VALOR: R$ 19.920,00
DATA: 22 de maio de 2010.
BASE LEGAL: Art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93.

Raquel Arbo Spinelli
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de União do Sul

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, sob nº 009/2010.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: SOSIGS – Sistemas de Organização Social Integrado e Gerenciamento de Serviços LTDA.
CNPJ: 76.318.963/0001-08.

Da Alteração do Objeto: Por força do presente Termo Aditivo, fica modificada a redação da *Cláusula Primeira* do Contrato Administrativo, em Caráter Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 009/2010, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 10 de fevereiro de 2010, passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

O objeto do presente Contrato versa sobre a contratação, em caráter temporário e emergencial, de empresa para Prestação de Serviços Médicos sem vínculo empregatício, através de profissional (médico), na forma abaixo:

I – disponibilizar 01 (um) Médico Clínico Geral ou Pediatra ou Ginecologista, com perfil para atendimento de Programa Saúde da Família (PSF), com carga horária de 08 (oito) horas diárias, num total de 40 (quarenta) horas semanais, conforme programação da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e realização de plantões médicos de sobreaviso em dias alternados, compreendendo:
a) consultas médicas, junto ao Centro de Saúde;
b) atendimentos de emergências (cirurgias de pequeno porte);
c) procedimentos de cauterização;
d) atendimento ambulatorial;
e) campanhas preventivas (palestras) de promoção da saúde;
f) auxílio nos trabalhos de campo realizados pela Secretaria de Saúde."

Da Alteração do Preço: O preço bruto para os serviços médicos objeto deste contrato passa a ser de **R$ 18.500,00** (dezoito mil e quinhentos reais) por mês, incidindo tributação de Imposto de Renda (IR) e de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 009/2010, assinado em 10 de fevereiro de 2010, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do I Termo Aditivo: 22/06/2010.

Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Dr. Edivaldo Antônio de Mello Machado – pela Contratada.

Prefeitura Municipal de Vila Rica

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.919.558,50	Despesa Orçamentária	1.938.571,03
RECEITA TRIBUTARIA	256.080,02	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.872.508,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.053,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.020.862,32
RECEITA PATRIMONIAL	18.549,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	732.057,71
RECEITA AGROPECUARIA	127,28	INVESTIMENTOS	118.920,67
RECEITA DE SERVIÇOS	19.748,73	AMORTIZACAO DA DIVIDA	667,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.742.187,04		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.437,18	Despesas Intra-orçamentárias	66.062,48
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-225.625,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.062,48
Receita Extra - Orçamentária	2.176.575,90	Despesa Extra - Orçamentária	2.549.136,69
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	13.946,42	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	16.608,44
CRÉDITOS A RECEBER	13.946,42	CRÉDITOS A RECEBER	16.608,44
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	13.946,42	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	16.608,44
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.157.281,94	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.446.049,73
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO	1.938.571,03	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇ/	1.938.566,03
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	1.938.571,03	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	1.938.566,03
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	218.710,91	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	507.483,70
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	127.559,15	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS Ú	3.230,00
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIOR	91.151,76	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	260.465,84
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	5.347,54	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERI	243.787,86
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.347,54	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	86.478,52
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	5.347,54	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDID	86.478,52
		REPASSES PASSIVOS	86.478,52
Saldos anteriores	4.076.809,32	Saldos atuais	3.685.236,00
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	323.524,42	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	325.203,85
BANCO C/ MOVIMENTO	1.699.633,21	BANCO C/ MOVIMENTO	1.442.444,41
BANCOS C/ VINCULADAS	2.053.616,51	BANCOS C/ VINCULADAS	1.917.552,56
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	35,18	TESOURARIA GERAL	35,18
Total	8.172.943,72	Total	8.172.943,72

VILA RICA, 23/06/2010

NAFTALY CALISTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSAFAT MORAES MACIEL
CONTADOR - CRC/MT 010419/O-0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Balanço Orçamentário - Administração Direta

Betha Sistemas
Mês de Maio 2010

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$	Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
RECEITAS CORRENTES	27.011.132,00	9.994.350,43	-17.016.781,57	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTA	30.082.663,00	11.039.739,96	-19.042.923,04
RECEITA TRIBUTARIA	2.818.800,00	1.135.606,80	-1.683.193,20	CRÉDITOS ESPECIAIS	672.203,00	63.163,45	-609.039,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	109.909,21	-90.090,79	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	82.018,40	32.018,40	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	0,00	432.392,60	432.392,60
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	1.376,54	1.376,54	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	432.392,60	432.392,60
RECEITA DE SERVIÇOS	200.000,00	100.931,72	-99.068,28				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.072.988,00	8.267.359,91	-14.805.628,09				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	669.344,00	297.147,85	-372.196,15				
RECEITAS DE CAPITAL	401.000,00	322.937,57	-78.062,43				
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	0,00	-1.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	322.937,57	-77.062,43				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.876.098,00	-1.044.669,38	1.831.428,62				
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIA	-2.876.098,00	-1.044.669,38	1.831.428,62				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00				
Soma	24.536.034,00	9.272.618,62	-15.263.415,38	Soma	30.754.866,00	11.535.296,01	-19.219.569,99
Déficits	6.218.832,00	2.262.677,39	-3.956.154,61	Superávits	0,00	0,00	0,00
TOTAL	30.754.866,00	11.535.296,01	-19.219.569,99	TOTAL	30.754.866,00	11.535.296,01	-19.219.569,99

VILA RICA, 23/06/2010

NAFTALY CALISTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSAFAT MORAES MACIEL
CONTADOR - CRC/MT 010419/O-0

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

1º TERMO DE ADITAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 009/2010

VALIDADE: 09 de Outubro de 2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2010008657

RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
CONTRATADA: COMERCIAL LUAR LTDA

Preâmbulo...

Cláusula Primeira:

Ficam READEQUADOS os preços constantes na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2010, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a partir da publicação em Imprensa Oficial.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR ATUAL	VALOR READEQUADO	% AUMENTO
41	Feijão Carioquinha T-1, construído de grãos inteiros, novos e sadios, pacote com 1 kg – Marca Tio Juca	R$ 1,95 (um real noventa e cinco centavos)	R$ 3,60 (três reais e sessenta centavos)	45.83

Cláusula Segunda:

Ratificam-se todas as demais cláusulas constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ora aditada. E, para constar, lavrou-se o presente TERMO DE ADITAMENTO, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Várzea Grande – MT, 11 de Junho de 2010.

CONTRATANTE:

MARCOS JOSÉ DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

COMERCIAL LUAR LTDA

EXTRATO DO 3º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
AO CONTRATO N°.063/2007

Partes Interessadas: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Firma ACPI ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA. Fundamentação Legal: Lei n° 8.666/93 alterada pela Lei n° 8.883/94, Carta Convite nº. 07/2007. Objeto: Alterara no Contrato Original, o "caput" da sua Cláusula Quinta - Do Prazo e da Prorrogação e a Cláusula Otava com relação a Dotação Orçamentária. Dotação Orçamentária: - 04 - S. M. De Administração. Classificação Funcional Programática: - 01.04.122.2-2007. Elemento de Despesa: - 3.3.90.39.00.999 – O.S.T. - Pessoa Jurídica. Vigência: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 02.07.2010. Signatários: Murilo Domingos – Prefeito Municipal / Marcos José da Silva – S. M. De Administração / Osvaldo Pereira Leite – Diretor Financeiro da ACPI Ltda e Geraldo Carlos de Oliveira – Procurador Geral do Município de Várzea Grande.

EXTRATO DO 3º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
AO CONTRATO N°.082-A/2007

Partes Interessadas: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Firma ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA. Fundamentação Legal: Lei n° 8.666/93 alterada pela Lei n° 8.883/94, Carta Convite nº. 020/2007. Objeto: Alterar no Contrato Original, o "caput" da sua Cláusula Sexta – Do Prazo e da Prorrogação e a Cláusula Nona com relação à Dotação Orçamentária. Dotação Orçamentária: - 04 - S. M. De Fazenda Classificação Funcional Programática: - 01.04.122.2-2012. Elemento de Despesa: - 3.3.90.39.00.999 – O.S.T. - Pessoa Jurídica. Vigência: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 17.05.2010. Signatários: Murilo Domingos – Prefeito Municipal / Rachid Hebert Pereira Mamed – S. M. De Fazenda / Osvaldo Pereira Leite – Diretor Financeiro da ACPI Ltda e Geraldo Carlos de Oliveira – Procurador Geral do Município de Várzea Grande.

EXTRATO DO 3º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
AO CONTRATO N°.123/2007

Partes Interessadas: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Firma CONSTRUTORA VC LTDA. Fundamentação Legal: Lei n° 8.666/93 alterada pela Lei n° 8.883/94, Carta Convite nº. 034/2007. Objeto: Alterar no Contrato Original, o "caput" da sua Cláusula Sexta – com relação aos Prazos e suas Prorrogações e a Cláusula Quinta com relação à Dotação Orçamentária. Dotação Orçamentária: - 05 - S. M. V. De Planejamento. Classificação Funcional Programática: - 03.26.453.9-1018. Elemento de Despesa: - 3.3.90.39.00.999 – O.S.T. - Pessoa Jurídica. Vigência: 10 (dez) meses, 07.06.2010 à 07.03.2011. Data de Assinatura: 07.06.2010. Signatários: Murilo Domingos – Prefeito Municipal / Sebastião dos Reis Gonçalves – S. M. De Infraestrutura / Fernando da Silva Sé – Superintendente do STU/VG / Vicente Calábria - Contratada e Geraldo Carlos de Oliveira – Procurador Geral do Município de Várzea Grande.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2010 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO TOTAL, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MASSA ASFÁLTICA TIPO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com realização prevista para o dia 05 de Julho de 2010, às 09h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 23 de Julho de 2010.Luciano Raci de Lima - Pregoeiro - Marcos José da Silva - Sec. Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2010

Referente à aquisição de máquina de pintar meio fio, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, o Pregão Presencial supracitado, homologado em 14/06/2010, sagrou-se vencedora a empresa: CIMASP - COMÉRCIO INDUSTRIA DE EQUIP. SERV LTDA pelo valor total do lote 01 de R$ 79.800,00 . Várzea Grande – MT, 22 de Junho de 2010. Luciano Raci de Lima – Pregoeiro - Marcos José da Silva - Sec. Municipal de Administração

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação

De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica:Balthazar Borges Barbosa
Atendimento:Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**